



O Movimento de 64 na Paraíba Origens, Assalto ao Poder e Repressão

**José Octávio de Arruda Mello
Victor Raul da Rocha Mello
(Organizadores e coautores)**



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Moraes de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano do Nascimento Silva (UEPB)

Antônio Roberto Faustino (UEPB)

Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Milittelo (UNIPA / IT)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

José Octávio de Arruda Mello
Victor Raul da Rocha Mello
(*Organizadores e coautores*)

O Movimento de 64 na Paraíba Origens, Assalto ao Poder e Repressão

Com a colaboração de:
Magna Coeli Soares Cavalcante de Oliveira
Maria de Fátima da Silva Soares



Campina Grande-PB

2019

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Diretor

Luciano do Nascimento Silva

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística

Elizete Amaral de Medeiros

Antonio de Brito Freire

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comercialização

José Igor Macedo Silva

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA HELIANE MARIA IDALINO SILVA - CRB-15ª/368

M935 O movimento de 64 na Paraíba: origens, assalto ao poder e repressão[Livro Eletrônico]./ José Octávio de Arruda Mello, Victor Raul da Rocha Mello (Orgs.)/ Magna Coeli Soares Cavalcante de Oliveira, Maria de Fátima da Silva Soares (colaboradoras). – Campina Grande: EDUEPB, 2018.

4000 kb. 452 p.: il.

Modo de acesso: <http://eduepb.edu.br/e-books>

ISBN: 978-85-7879-513-9

ISBN EBOOK: 978-85-7879-515-3

1. História. 2. Política. 3. Paraíba. 4. 1964. 5. História do Brasil. 6. Ligas Camponesas. I. Arruda Mello, José Octávio de. II. Rocha Mello, Victor Raul da. III. Título.

21. ed. CDD 981

Constatação e análise em um movimento

José Octávio de Arruda Mello

Quando o reitor Rangel Júnior, da UEPB, dirigiu-se em fins de novembro de 2013, ao editor Cidoval Moraes, invocando a necessidade de as universidades se voltarem para o cinquentenário das ocorrências brasileiras de março/abril de 1964, a transcorrer em 2014, eu estava presente e me pronunciei.

Minha intervenção consistiu em sugerir o preparo de coletânea que focalizasse aqueles acontecimentos, não em termos de exaltação e apologia, mas de análise e interpretação. Como, afinal, nos encontramos diante de fato histórico que, para o bem ou para o mal, influenciou a História do Brasil, dentro da qual se insere a Paraíba, nada mais imperioso que discuti-lo para conhecimento das novas gerações e utilização em sala de aula.

O Passado e o Presente numa Intervenção - Em verdade encontrava-me muito à vontade para assim proceder.

Declarado partidário da história presente, de Benedetto Croce e José Honório Rodrigues, desde cedo prestei atenção ao movimento de março/abril de 64, de que me tornei um dos primeiros exegetas. Isso independentemente de sua orientação contra a minha geração e perseguições que me converteram em anistiado político.

Em 1974, já me voltava para o chamado generalismo autoritário, através da monografia Tensão Social e Revolução na Paraíba que, editada pela gráfica do Cursinho 2001, de Robelson

Vasconcelos, em 1976, teve capítulo – “Tensão Social e Lutas Populares na Paraíba 1962 - 1964” – aproveitado pelo historiador Sílvio Frank Allen, no número quatro, dos Cadernos de Estudos Regionais do NDIHR, da UFPB, em junho de 1981.

Como não ficássemos nisso, valemo-nos do trigésimo aniversário do surto militar, em 1994, para preparo, com Nonato Guedes, Sebastião Barbosa e Evandro Nóbrega, da coletânea de 530 páginas – O Jogo da Verdade – Revolução de 1964, trinta anos depois.

Algumas das questões por nós levantadas foram complementadas em estudo que mereceu duas edições de um mesmo livro – A Dimensão Global - Formação do Movimento Brasileiro de 64 (UFPB, 1997) e 1964 no mundo, Brasil e Nordeste (UNIPÊ, 2004), prefaciadas por Manuel Correia de Andrade e Francisco das Chagas Lopes.

Fora daí, não apenas focalizamos 1964 em artigos, monografias e seminários, como o utilizamos em dois estudos de largo alcance – Sociedade e Poder Político no Nordeste – o caso da Paraíba (1945/1965), 2001 e Da Resistência ao Poder – O (P) MDB na Paraíba (1965/1999), 2010, o primeiro pela UFPB e o segundo pela EDUEPB.

Em ambos, 1964 emergiu como centro da gravidade da política paraibana e alterações que despontaram.

De um cinquentenário à conceituação – Temos assim, nas origens de mais esta coletânea por nós (co) assinada e coordenada: a) Indicações dos reitor Rangel Júnior e editor Luciano Nascimento; b) antigas afinidades do autor com o temário do movimento; e c) disposição de recorrer a especialistas que versassem questões não focalizadas em O jogo da verdade – Revolução de 64, trinta anos depois (1994), como coletânea que a Paraíba tão bem aceitou.

No momento em que os Reitor e Editor da UEPB aprovaram essas diretrizes, O Movimento de 64 na Paraíba – Origens,

Assalto ao Poder e Repressão, já se punha a caminho, dentro da ideia de focalizar o acontecimento daquele ano no Estado sem permanecer inteiramente nele. Outrossim, é claro que 1964 não se explica por si mesmo, mas dentro do processo histórico vinculado às vicissitudes do populismo como sistema de poder regido pela Constituição de 1946.

Tal explica a primeira parte desta coletânea “A Conceituação” – em que além do coordenador-co-autor, dois analistas de indiscutíveis méritos – o internacionalista Hélio Jaguaribe e o paraibano Gilvan de Brito – discutem as linhas mestras de 1964.

Assim, após José Octávio debater a data referencial desse, isto é, se 31 de março ou primeiro de abril, inclinando-se por essa última em que o presidente Goulart se deslocou a Brasília e Porto Alegre, até seguir, no dia seguinte, para o exílio, em Montevideu -, Jaguaribe e Brito discutem outros predicamentos.

Para o patriarca dos grupos de Itatiaia e ISEB, o que possibilitou a insurreição de 1964 foram não apenas as contradições do janguismo mas o esgotamento do modelo econômico nacional-desenvolvimentista do populismo, que deixou passar, com a sabotagem do Plano Trienal de Celso Furtado e San Thiago Dantas e recusa do parlamentarismo, as últimas possibilidades de sobrevivência.

Já o jornalista paraibano Gilvan de Brito, mais descritivo que analítico, remonta a saída autoritária de 1964 à doutrinação dos IPES e IBAD, responsáveis por modelo que não tardou a chegar à Paraíba, mediante a danação de perseguições, delações e cassações. Isso até a abertura democrática de 1985, prenunciadora da “exegese” do antigo correspondente do Jornal de Brasília.

Ideologia, Guerra Fria, Visita de Kennedy e Stefan Robock - Intitulada “As Origens das Idéias à Prática”, a segunda parte de O Movimento de 64 da Paraíba visa a considerar os antecedentes deste.

Tais se situam, inicialmente, no campo ideológico onde, se impondo ao trinômio CEPAL- Grupo de Itatiaia – ISEB, a doutrina de Segurança Nacional, articulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), preparava-se para fomentar 64. Para José Octávio em “Segurança Nacional e Contexto Ideológico, de 1945 a nossos dias, passando por 64” a doutrina da ESG defrontou-se, já dentro do golpe, com o CEBRAP, que fermentou a nova esquerda (new left) responsável, com os chamados brasilianistas e clero da Teologia da Libertação, pela abertura dos anos oitenta.

Ideologicamente, a questão central de 1964 representa-se pela Guerra Fria sobre a qual discorre o ex-deputado Fernando Coelho. Publicista dos mais conceituados e vice-líder do MDB na Câmara dos Deputados, na década de setenta, Coelho é autor do edificante 1964 – Golpe de Estado, Ditadura e Guerra Fria (2010) por conta de cuja projeção “O Brasil de 64 no âmbito da Guerra Fria” alcança uma das afirmações desta coletânea.

A problemática da Guerra Fria já se evidenciava na presidência John Kennedy (1961/3) para quem se fazia indispensável cauterizar, no Nordeste brasileiro, um novo Vietnam. Eis porque, nas palavras do então deputado Assis Lemos, o próprio Kennedy se dispunha a visitar as Ligas Camponesas, no coração delas, ou seja, o município paraibano de Sapé.

Conforme o depoimento de Assis ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, a anunciada visita gerou problemas para cuja superação procurou contribuir o PCB, através do secretário-geral Luiz Carlos Prestes.

Surgidas em Pernambuco e rapidamente disseminadas pela Paraíba e estados vizinhos, as Ligas Camponesas encontravam-se na ordem do dia. Em 1962, elas foram visitadas pelo técnico norte-americano Stefan Robock, especialista internacional na formação de quadros para organismos como BNB e SUDENE.

Acompanhado pelo economista paraibano Heitor Cabral, a quem pertence o fragmento de número sete, Robock percebeu que

o liguismo, se bem que promissor, ainda carecia de tempo para maturar, o que, aliás, o futuro confirmou plenamente. Noutras palavras, o projetista considerou ilusório pretender-se o movimento camponês nordestino como ponta de lança de revolução social imaginada pelas impacientes esquerdas brasileiras. Essa a revelação básica da contribuição de Cabral.

Da área Telegráfica ao Rádio Paraibano - A entrevista do principal líder das Ligas Camponesas paraibanas e as colocações do Cientista Social Americano são indicativas da efervescência dos anos sessenta nos Nordeste e Paraíba.

Por ela, inicialmente, responsabilizam-se Wilame Jansen, João Ribeiro Filho e Eilzo Matos, na condição de intelectuais ligados às correntes mais avançadas da época. Em O Movimento de 64 da Paraíba, seus temas focalizam as áreas telegráfica, sindical e sousense onde as chamadas forças populares buscavam firmar-se, mediante entidades como União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos (UBSPT), Federação Paraibana dos Trabalhadores na Indústria (FPTI) e Prefeitura Municipal de Sousa, com esta última confiada ao trabalhista Antonio Mariz.

Dos três depoimentos, o de Wilame alinha-se entre os mais sugestivos pela ilação de que, com alguma antecedência, o PCB tomara conhecimento antecipado do levante armado.

As origens deste deslocavam-se, então, para a Imprensa onde os jornalistas/historiadores Fátima Araújo, José Octávio, Leidson Farias, Hilton Gouveia e Alarico Correia Neto ocupam-se, respectivamente de a grande Imprensa – Jornais O Norte e Correio da Paraíba – e ainda Diário da Borborema, O Rebate, A União e emissoras de rádio.

Pela orientação desses periódicos, um dos quais - caso do Campinense O Rebate – fechado pelas autoridades militares, que destruíram seu arquivo, verifica-se como, recorrendo à mídia escrita e falada, os responsáveis pelo assalto não tardaram a dominar a opinião pública, incorporando-a ao levante.

Tal se tornou particularmente visível, no Recife, onde, segundo Fernando Coelho, as emissoras de rádio anunciaram, com antecedência, a derrubada de Arraes, inclinando para o levante muitos dos que permaneciam indecisos.

Marinheiros, Cronologia da Paraíba e Governo Gondim – Como à teoria sobrevém a prática, à doutrina segue-se a ação.

Esta, ou seja, a deflagração do movimento de 64, condensada na III parte do livro – “O desfecho e a repressão” – manifesta-se inicialmente através da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, não só pela repercussão do chamado motim dos marinheiros do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, como pela saliente participação de um paraibano – o marujo Paulo Conserva - nas iniciativas da associação. O texto de Conserva – “Das incertezas de um gabinete à ocupação da Marinha” – expressa excerto de seu livro Navegando no Exílio (Memórias de um Marinheiro), 1991.

Nele, a par dos acontecimentos do Ministério da Marinha, na noite de 31 de março para primeiro de abril, interessa-nos o controle da corporação pelos insurretos. Tal como formalizado por Leon Trotsky em História da Revolução Russa (v.3, 1967) e Minha Vida (1969), bem como pelo coronel D.J. Goodspeed, no clássico Conspiração e Golpe de Estado (1966), essas ocorrências verificaram-se através de golpes de mão de decidido grupo de ativas bem armados. No caso da tarde de primeiro de abril, no Ministério da Marinha, tratava-se de equipe de almirantes que, portando metralhadoras, dominou a situação, mediante taxativa recomendação:

- A partir desse momento, não sai nem entra ninguém no Ministério!

Nesse particular, o excerto de Conserva torna-se exemplar e comprova o universalismo dos mecanismos de tomada do poder.

Os acontecimentos do Rio de Janeiro para onde convergiam as tropas do general Mourão Filho, sinalizavam para os estados,

entre os quais a Paraíba. O controle desta pelos revoltosos encontrou no jornalista Astier Basílio analista capaz de reproduzir, passo a passo, os eventos desse estado da Federação, na hora do desenlace. Tal a feição de “De 31 de março a 1º de abril, a madrugada que não acabou” onde a precisão do repórter combina-se com a percepção do crítico.

Em O Movimento de 64 na Paraíba – Origens, Assalto ao Poder e Repressão, a contribuição de Astier abre caminho para o que se processava nos círculos dirigentes da Paraíba onde o Governo Pedro Gondim se inclinava para o alzamento, como captado pelos jornalistas Otinaldo Lourenço - “Rádio Arapuan e Palácio da Redenção a 31 de março” – Nelson Coelho – “O Governo Pedro Gondim e o Golpe” – e José Barbosa de Sousa Lima – “Reviravolta no Brasil - Nasce o Serviço de Imprensa do Palácio”.

A estratégica posição desses homens de Imprensa confere à respectiva seção desta coletânea configuração verdadeiramente ímpar, a começar pelo arrojado jornalístico de Otinaldo, colocando o Rádio Arapuan na vanguarda dos acontecimentos.

Coelho, como oficial de gabinete do governador viajou, na manhã de primeiro de abril, a Campina Grande, para apanhar o deputado Vital do Rêgo, genro de Pedro Gondim e um dos responsáveis pela decisão governamental. Já José Barbosa, que desde 15 de março de 1964 era o novo chefe do Serviço de Imprensa do Palácio, em substituição a José Octávio, contrário ao golpe, e a seguir demitido, era igualmente representante da Agência Nacional, posição que lhe permitiu veicular importante entrevista do Governador saudando o novo Presidente Castello Branco, em visita ao Nordeste.

Universitários, Igreja e Recife - Definida a questão, no centro do poder, a periferia começou a mover-se.

Nessa última, de balde o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, dirigido pelo terceiranista Tarcízio Fernandes, que se

distinguiu na ocupação desse prédio público a três de março, esboçou resistência. Como assegurado pelo então segundanista Ramalho Leite, em “Intervenção no Diretório Acadêmico Eptácio Pessoa”, os colegas da “Resistência Democrática” e “Comitê da Liberdade pró-candidatura Carlos Lacerda” dispunham de melhores trunfos para entronização do golpe que se consolidou, universitariamente, com as decisões do Conselho Universitário da UFPB, a oito de maio.

Por essa consolidação também se batia a Igreja Católica, que na Paraíba, se encontrava subordinada ao Arcebispo Dom Mário de Miranda Vilas Boas, apoiador do movimento armado, desde a primeira hora. Esta a visão do abalizado jornalista José Nunes, no texto vinte e três de nossa coletânea.

Para que prevalecesse essa inclinação no Nordeste, restava o caso de Pernambuco, ou melhor, do Recife, onde o Governador Miguel Arraes constituía a principal esperança legalista. Essa a razão por que para lá convergiram, na madrugada de primeiro de abril, vários integrantes do Conselho Estadual de Desenvolvimento, tido como bastião das esquerdas paraibanas, sob o comando do economista Ronald Queiroz.

Estes e os que trilharam esse caminho não tiveram, porém, tempo para nada. Na entrada da Veneza brasileira, perceberam que o exército já dominava a situação, tal como visualizado por Clemente Rosas em “Eu estava lá no Levante do Recife”, e o do irmão, Nelson Rosas, reinterpretados por José Octávio – Temos então “Uma História Feita com Sangue” (Texto de número vinte e cinco).

Se esse último trata-se de uma reinterpretação, o de Clemente, emblemático em si mesmo, revela a deposição do Governador Miguel Arraes, que, estudantes e funcionários da SUDENE, em vão tentaram sustentar, contra as formações armadas do 14 RI que abriram fogo sobre a estudantada, ocasionando vítimas fatais.

De Campina a Alagoa Grande – O controle do Recife pelos insurretos sinalizou para o domínio do Nordeste por parte desses.

Foi o caso de Campina Grande. Na condição de uma das praças mais visadas pelo movimento de 64, – o que se deveria à formação particularista, oposta, dessa maneira, ao forte centralismo do golpe militar – a Rainha da Borborema viu, desde cedo, suas expressões intelectuais e políticas na alça de mira dos militares. O Jornalista Xico Nóbrega constatou que era esse o caso do cordelista Manuel Monteiro e da professora Maura Pires Ramos acossados pelos esbirros da ditadura em formação.

A construção é original por combinar as colocações do jornalista com as de militantes duramente perseguidos pelos agentes do movimento vitorioso.

Esses também logo se voltaram contra o prefeito Newton Rique que, ligado ao janguismo, ainda se sustentou durante dois meses e meio, até ter o mandato cassado e os direitos políticos suspensos, a 14 de junho de 1964. Essa a abordagem do bem informado historiador e líder evangélico Josué Sylvestre (texto número vinte e sete).

Sobreveio, então, o drama do vice-prefeito Williams Arruda – assume ou não assume? – do qual se ocupa Agnelo Amorim, com seu conhecido estilo, irônico e brincalhão, além de bem pesquisado. Temos aí a essência de ”O caso, o acaso e o ocaso de William Arruda”, como uma das mais originais construções desta coletânea.

Afora Sapé, amplamente focalizada em Revolução de 64 – Trinta Anos Depois (1994), cidade paraibana que não escapou a repressão ocasionada pela ação das Ligas Camponesas, foi Alagoa Grande, tal como resenhado pelo historiador José Avelar Freire. No município, onde o principal inimigo das Ligas, dispunha da Usina Tanques, o impulso camponês também não progredira, devido ao radicalismo do deputado Langstaine Almeida. Mesmo

assim, advieram perseguições constantes do fragmento número vinte e nove – “Ligas Camponesas e Prisões em Alagoa Grande”.

Claro que a repressão não se limitou a 1964. Algo contida pelo Presidente Castello Branco, em 1966 e 67, reapareceria a todo vapor, em 68, em sintonia com as manifestações populo-estudantis e também sindicais desse ano. Esse o tema de “Das Punições de 68 à cassação de Ronaldo” como capítulo de biografia já publicada do ex-prefeito campinense.

O movimento de 64 e a cultura – Uma das diferenças entre este “o movimento de 1964 na Paraíba” e seu antecessor O Jogo da Verdade – Revolução de 64, Trinta Anos Depois (1994) consiste no relevo emprestado à cultura.

Com efeito, ao tempo em que a coletânea de 94 concentrou-se sobre as questões político-sociais, administrativas e ideológicas, a de 2019 abre-se para o terreno cultural, na linha da Nova História e do conhecido O que se deve ler para conhecer o Brasil (7.ed, 1998), de Nelson Werneck Sodré.

Nessa perspectiva, enquanto Neide Medeiros Santos se ocupa da Literatura, Bruno Gaudêncio volta-se para o cinema, Ricardo Anísio para a música e Chico Pereira Júnior para as artes plásticas; Bruno, com a participação da colaboradora Catarina de Oliveira Buriti.

São todos da melhor categoria e por isso, responsáveis por estudos de diversificada feição acerca do período iniciado com o assalto ao poder de março/abril de 1964. Enquanto Neide desponta como doutora em Letras da UFPB e colunista de Contraponto, Bruno Gaudêncio afirma-se como poeta e professor de História concursado da UEPB. Catarina, sua colaboradora, é professora de história e jornalista.

Já Ricardo Anísio, para quem a música emergiu como um dos segmentos artísticos mais resistentes ao anti-intelectualismo de 1964, ocupa-se, na condição de abalizado crítico, de Geraldo Vandré, como um dos ícones da música popular brasileira dos

tempos da ditadura. Enquanto isso, Chico Pereira Junior concentra-se sobre as artes plásticas como centro de gravidade da cultura paraibana. Este último, como responsável por livro-álbum da consistência de Paraíba, Memória Cultural (2011).

No rescaldo de uma dinâmica – Não se constituindo apenas em fato social mas processo histórico cujo controle de poder se arrastou por vinte e um anos, contra oito do Estado Novo brasileiro e doze do hitlerismo! -, o surto militar de 64 impõe seu balanço. Seu habitat é a quarta parte de O Movimento de 64 – “Na avaliação de uma Dinâmica – O Rescaldo”.

Este principia pelas ocorrências de Cajazeiras, no extremo oeste da Paraíba, onde o fato mais inusitado verificou-se por ocasião de bomba explodida no cinema Apolo, sob cadeira onde habitualmente se sentava o bispo diocesano Dom Zacarias Rolim de Moura. Sobre esse episódio de 02 de julho de 1975, ainda não esclarecido, versa o economista e cientista político Francisco Sales Cartaxo Rolim, com a recomendação de quem cunhou em Política nos Currais (1979) um dos principais instantes da Ciência Política Paraibana.

Como a Universidade constituiu um dos principais alvos do Movimento de 64, que procurou tolhê-la de todas as maneiras, nada mais adequado que o fragmento trinta e quatro, a cargo da pesquisadora Maria José Teixeira. Integrante do IHGP e autora de monografias da força de Ditadura na Universidade Federal da Paraíba (1964 -1971) – Memória de Professores (2002), Teixeira Lopes debruça-se sobre a instituição que, sob o comando de conhecidos arrivistas, chegou a aplaudir o AI/5.

Um dos segmentos em que o golpe militar-civil de 1964 atuou mais cirurgicamente foi o político-eleitoral, no qual o sistema partidário de 1946 viu-se, a certa altura, substituído pelo bipartidarismo de ARENA e MDB. Esse o tema de uma das principais contribuições desta coletânea, a cargo do jovem e autorizado cientista político Renato César Carneiro.

Autor de contribuições da marca de Cabresto, Curral e Peia – A História do voto na Paraíba até 1930 (2009) Renato César produziu verdadeira minihistória de 1964, sob a ótica dos partidos e sistema eleitoral para que abriu caminho.

Muitas vezes, essas mudanças processavam-se de fora para dentro, devido à pressão do segmento internacional sobre a História do Brasil, ou seja, “elaboramos História Nacional e consumimos História Universal”, na conhecida fórmula de José Honório Rodrigues. Tal explica a contribuição do presidente da Academia Paraibana de Letras, Damião Ramos Cavalcanti, que busca, de forma bastante original, refletir a atuação dos que, à sombra da Igreja, se puseram a contestar o movimento de 64 do exterior para dentro do país, com incidência na Paraíba.

Anistia e Comissão da Verdade – chegamos, enfim, ao final desta coletânea. Ela se materializa com o problema da anistia que, levantado pela opinião pública, concretizou-se sob os governos Fernando Henrique Cardoso (1996/2004) e Lula da Silva (2004/2012).

Logo, todavia, sobrevieram discordâncias. Enquanto parte da população convalidou ajustes que beneficiaram centenas de vítimas indenizadas e repostas em funções públicas e carreiras, outra fração se insurgia contra modelo de anistia que equiparou vítimas e algozes, torturadores e torturados.

Data daí a antítese expressada por nossa coletânea. Enquanto estudiosos como Washington Rocha defendem a preservação da anistia de 28 de agosto de 1979, “conquistada no meio da rua”, outros, como o não menos qualificado Martinho Leal Campos, pleiteiam revisão para que se punam torturadores e carrascos da ditadura.

A questão não deixou de repercutir junto à chamada Comissão (Estadual) da Verdade, instalada a 12 de março de 2013, pelo Governador Ricardo Coutinho. Pela Comissão fala o executivo e jornalista Valdir Porfírio, como historiador responsável pela

avaliação de organismo de que constituiu um dos principais integrantes. Temos aí a gênese de “1964 na verdade de uma comissão”.

Esta coletânea já se encontrava próxima ao final quando recebemos colaboração que não podia faltar. Referimo-nos ao escritor médico campinense José Moraes de Lucas que, na condição de integrante dos Instituto Histórico e Academia de Letras de Campina Grande, formalizou contributo bem a seu estilo. Trata-se de mini ensaio dos mais autorizados, onde se discute uma das questões centrais de 1964: este constituiu Golpe ou Contra Golpe ou seja, Revolução ou Simples Quartelada?

Um Livro para as escolas – à semelhança de outros análogos estudos produzidos sobre 1964, na Paraíba, O Movimento de 64 na Paraíba – Origens, Assalto ao Poder e Repressão destina-se, sobretudo, às escolas, o que explica feição didática, por um lado e editoração da EDUEPB, por outros. Curiosamente muitos de seus elementos reaparecem em 2018.

Nesse sentido, esperamos que os professores das unidades de ensino fundamentais e de grau médio, superior e de pós-graduação ministrem aulas e realizem seminários, cursos e debates sobre o amplo material desta obra. Boa pedida consiste em recorrer aos colaboradores do livro que, seguramente, não deixarão de comparecer a esses eventos.

* * *

Enfim, sendo importante ressaltar a eficiência da Editora da UEPB-EDUEPB, como principal responsável tanto pela normatização técnica quanto pela organização do presente material, cabe registrar coautoria e colaboradores mais diretos da presente coletânea.

O Coautor, estudante de Arquitetura do UNIPÊ, Victor Raul da Rocha Mello, se desdobrou, recolhendo os e-mails e colaborações que lhe chegavam, bem como ajustando-os ao conjunto

do livro, conosco discutido. A seu lado, Magna Coeli Soares Cavalcante de Oliveira e Maria de Fátima da Silva Soares. Após Magna Coeli, da antiga e modelar Comissão Editorial do UNIPÊ, digitar todo o conteúdo do livro, a editora da UEPB-EDUEPB, na pessoa do corretor e normatizador técnico, prof. dr. Antonio de Brito Freire, concluiu a revisão final.

Assim, o presente livro, O Movimento de 64 na Paraíba – Origens, Assalto ao Poder e Repressão, não se torna publicação isolada, mas uma realização coletiva. O fato de sua edição ter sido transferida de 2014 para o presente momento, pouco significou. A única coisa que mudou foi o título da coletânea.

João Pessoa, Março de 2014/17.

Sumário

Parte I - A CONCEITUAÇÃO

31 de março ou primeiro de abril de 1964?	27
José Octávio de Arruda Mello	
O significado histórico-político de 64	33
Hélio Jaguaribe	
O passado de um tempo perdido	39
Gilvan de Brito	

Parte II - AS ORIGENS, DAS IDEIAS À PRÁTICA

Segurança Nacional e contexto ideológico, de 1945 a nossos dias passando por 64	55
José Octávio de Arruda Mello	
O Brasil de 64 no âmbito da Guerra Fria	67
Fernando Coelho	
Governo Federal, Ligas Camponesas, PCB e Visita de Kennedy	71
Francisco de Assis Lemos	

Stefan Robock e o movimento camponês	81
Heitor Cabral	
A área telegráfica – UBSPT, Bingo, Comício e Posse no DCT	89
Wilame Jansen	
O Sindicalismo paraibano em ação.....	93
João Ribeiro Filho	
Sousa, nos estertores da ordem constituída.....	101
Eilzo Matos	
Nossos jornais perante o militarismo: um pequeno vôo	113
Fátima Araújo	
Um diário às vésperas do golpe.....	121
José Octávio de Arruda Mello	
Um jornal fechado em Campina Grande.....	127
Leidson Farias	
O humor político em A União antes e depois do Golpe Militar	131
Hilton Gouvêa	
À sombra da censura – no rádio, a Arapuan era a primeira	139
Alarico Correia Neto	

Parte III - O DESFECHO E A REPRESSÃO

Das incertezas de um gabinete à ocupação da Marinha	157
Paulo Conserva	
De 31 de março a primeiro de abril, a madrugada que não acabou	163
Astier Basílio	
Rádio Arapuan e Palácio da Redenção a 31 de março	173
Otinaldo Lourenço de Arruda Mello	
O Governo Pedro Gondim e o Golpe	179
Nelson Coelho	
Reviravolta no Brasil – Nasce o Serviço de Imprensa do Palácio	183
José Barbosa de Sousa Lima	
O DA de Direito – Tomada da Faculdade, fuga e prisão	187
José Tarcízio Fernandes	
Intervenção no Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa	209
Ramalho Leite	
A Igreja e o golpe militar de 64	219
José Nunes	
“Eu estava lá’ no levante do Recife”	227
Clemente Rosas Ribeiro	

Uma história feita com sangue	231
José Octávio de Arruda Mello	
A Repressão em Campina Grande: os casos Manuel Monteiro e Maura Pires	237
Xico Nóbrega	
Campina Grande (PB) - 50 Anos da Revolução De 1964 – O caso Maura Pires	255
Xico Nóbrega	
Newton Rique e a derrubada campinense	267
Josué Sylvestre	
O Caso, o Acaso e o Ocaso em Williams Arruda	271
Agnello Amorim	
Ligas Camponesas e prisões em Alagoa Grande	297
José Avelar Freire	
Das punições de 68 à cassação de Ronaldo	301
José Octávio de Arruda Mello	
Literatura e militarismo nos anos 60/70	317
Neide Medeiros Santos	
O cineclubismo campinense no contexto da ditadura militar	325
Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio, Catarina de Oliveira Buriti.	

64 na música: Vandrê, mas sem falar de flores 339

Ricardo Anísio

Cultura e artes no tempo da ditadura 347

Chico Pereira Jr.

- Parte IV - NA AVALIAÇÃO DE UMA DINÂMICA: O RESCALDO

Cajazeiras: repercussão retardada 369

Francisco Sales Cartaxo Rolim

A UFPB e o Estado Militar 379

Maria José Teixeira Lopes Gomes

O problema político-eleitoral paraibano de 1964 385

Renato César Carneiro

Estudantes dentro e fora da ação 399

Damião Ramos Cavalcanti

Em prol da preservação da anistia 403

Washington Rocha

Pela revisão da Anistia 409

Martinho Campos

1964 na verdade de uma comissão 411

Waldir Porfírio da Silva

Movimento Militar, revolução ou golpe?	429
José Morais Lucas	
Biografia dos Autores	437
Perfil dos Coautores	439

- Parte I -

A CONCEITUAÇÃO

31 de março ou primeiro de abril de 1964?

José Octávio de Arruda Mello

Embora, com a democracia brasileira em consolidação, seja tempo de esquecer e não rememorar 1964, permanece de pé questão que ora nos ocorre: o golpe militar de cinquenta e quatro anos atrás, ocorreu a 31 de março ou primeiro de abril?

É claro que, tanto numa quanto noutra alternativa, a questão é secundária, visto que a História, em sua versão mais consequente, não se compõe de datas mas acontecimentos que, interligados, estabelecem o que se denomina processo histórico.

Noutras palavras, a História comporta mais o processo que os fatos, sendo estes da clara predileção dos espíritos menores.

Ora, no caso de 1964, o processo que conduziria ao golpe militar desse ano, acelerava-se a olhos vistos, desde que os êxitos do governo Juscelino (1956/61) esgotaram as virtualidades do populismo. Datou seguramente daí a renúncia de Jânio Quadros, dentro do qual, na semana posterior a 25 de agosto de 1961, as massas acorreram às ruas de onde não mais saíam, salvo quando delas expulsas em março/abril de 64.

A partir de agosto de 61, tal como visualizado por analistas como o sociólogo Guerreiro Ramos, a crise brasileira, já não mais conjuntural mas estrutural, ingressou em ritmo altamente dinâmico. Enquanto a esquerda mobilizava as instituições CGT, FPN,

ISEB, UNE e Fórum Sindical de Debates, com este último congregando os trabalhadores da baixada santista, a direita preparava-se para assaltar o poder, com base nos governadores Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Magalhães Pinto e entidades do tipo IBAD, CAMDE e IPES, com esta última congregando os empresários. Setores das Forças Armadas agregavam-se a esse bloco.

Sob esse aspecto, a capa do livro de René Armand Dreifuss – **1964: A Conquista do Estado** – Ação Política, Poder e Golpe de Classe (1981) – não deixa de ser exata.

Em outubro de 1963, quando, a instâncias do Ministério da Guerra, o Governo Goulart, trabalhista e comprometido com as reformas de base, enviou mensagem propondo o Estado de Sítio, sua fraqueza revelou-se congênita.

Ao tempo em que, na área política, todas as correntes partidárias, inclusive o PTB do Presidente da República, se levantavam contra a providência, receosas de sua utilização contra o movimento popular e Governo Miguel Arraes, em Pernambuco, o segmento militar simplesmente desobedeceu ao Presidente da República. Nesses termos, o comandante dos paraquedistas, general Pinheiro, viu-se abandonado pela tropa que se recusou a deter o governador Lacerda, em visita ao Hospital dos Servidores.

Na sequência do processo, a 20 e 21 de março de 1964, Goulart deixou praticamente de contar com as colunas de sustentação do populismo que eram o Exército, como a mais importante das corporações armadas, e o binômio PSD/PTB. Enquanto o PSD, inquieto com o avanço do PTB sobre as próprias bases, rompia com o Planalto, pela boca do líder Martim Rodrigues, a 21 de março, na véspera a advertência proviera da Chefia do Estado Maior do Exército, por intermédio do General Castelo Branco.

Para este, não sendo milícias, as Forças Armadas não deveriam obedecer ao Presidente da República, mas, dentro dos limites da lei, à Constituição, à lei e à ordem.

Nesses termos, o que sobreveio não representou senão o desenlace do que se prenunciava.

Na semana santa, iniciada a 24 de março, os marinheiros da Associação dos Cabos e Fuzileiros rebelaram-se no interior do Sindicato dos Metalúrgicos, da rua Ana Nery, no Rio de Janeiro. A guarda ministerial, enviada para detê-los, aderiu, e a Polícia do Exército teve de intervir para evitar que a rebelião se propagasse. Os jornais comprometidos com o levante como o carioca **O Globo** então irromperam: “Soviete na Marinha!”

Nesse momento, o Governo já se encontrava praticamente no chão. Com o PSD atordoado e a classe média, o que significava o grosso das Forças Armadas, clamando por lei e ordem, o Presidente da República regressou do Rio Grande, sem condições de recompor a normalidade.

O ministro Sílvio Mota achava-se demissionário, o do Exército internado no Hospital dos Servidores e os Clubes Naval e Militar em assembleia permanente... contra o Governo! Na Aeronáutica, Goulart contava com raríssimos brigadeiros como o da Terceira Zona Aérea, Francisco Teixeira, porque a arma, historicamente subordinada à liderança do brigadeiro Eduardo Gomes, revelava clara inclinação udeno-golpista.

Durante a Semana Santa de março de 1964, as iniciativas da Presidência Goulart só fizeram piorar o quadro. Enquanto a Marinha era confiada ao almirante Paulo Mário, retirado de Delegacia do Trabalho Marítimo e para o qual “é duro lutar contra o imperialismo agonizante” -, o Exército viu-se paralizado, quando Jango não nomeou novo Ministro da Guerra e os comandantes dos principais Exércitos – Kruel em S. Paulo, Justino no Nordeste e Nicolau Fico, em Brasília - começaram a desertar.

Tal se verificou depois do discurso presidencial do Automóvel Clube, na noite de segunda-feira, 30 de março. Embora advertido por Tancredo Neves e Tenório Cavalcante para que não comparecesse à manifestação, “porque cairia”, Goulart seguiu em frente com pronunciamento que agravou a situação.

Desenvolvendo nova teoria da disciplina militar, o Presidente abriu o flanco à crescente insatisfação dos quartéis. Foi nessa mesma noite, de 30 de março e madrugada de 31, que o general Mourão Filho, comandante da Infantaria Divisionária de Juiz de Fora, movimentou suas tropas rumo ao Rio de Janeiro, com apoio do Comandante da Região, gal. Carlos Luiz Guedes e do governador Magalhães Pinto.

Na madrugada de terça-feira, 31 de março, e durante todo dia, o Governo Federal parou, visando ao impossível. Isso porque os insurretos agiam na surdina. Com o Chefe da Casa Militar esbanjando confiança, foi somente na tarde de 31 de março que o Governo decidiu agir. O Batalhão de Caçadores de Petrópolis (cel. Kerenski Mota) foi colocado às ordens de grupamento blindado que subiu do Rio ao mando do gal. Cunha Melo.

A primeiro de abril, enquanto Krueel se levantava em São Paulo e tropas da Vila Militar aderiam aos mineiros, Cunha Melo era obrigado a retrair-se. Foi aí que, alertado pelo conselheiro San Thiago Dantas, sobre possível apoio dos Estados Unidos a essas iniciativas, Jango correu a Brasília onde chegou por volta das onze horas da manhã, lançando manifesto. Imediatamente deslocou-se ao Rio Grande do Sul onde, com a ajuda de Brizola, o novo comandante do III Exército, gal. Ladário Teles, sustentava o Governo Federal. O controle deste, porém, restringia-se à grande Porto Alegre.

Com o Presidente da República fora de Brasília, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência e nela empossou o Presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, apesar da resistência dos assessores presidenciais Darcy Ribeiro e Valdir Pires.

Favorecidos pelos acontecimentos de São Paulo onde o legalista gal. Zerbini viu-se abandonado pela tropa, e do Recife, onde o Governador Miguel Arraes foi deposto, por volta das onze horas da manhã de primeiro de abril, os insurretos tomaram o poder em Brasília, na noite da quarta-feira do golpe.

Nessa mesma data, na remota Paraíba, o Governador Pedro Gondim, pressionado pelos coronéis Ednardo Melo, Plínio Pitaluga, Rubens Pereira e Octávio Queiroz, lia proclamação favorável ao levante mineiro, pelas dez horas da manhã, na Rádio Tabajara. Era o momento em que, no Recife, as esquerdas entregavam os pontos.

Tanto é assim que, também a primeiro de abril, **O Norte** veiculava convocação do Sindicato dos Bancários, preparada na véspera, para reunião, em prol da legalidade e defesa dos direitos dos trabalhadores. A reunião fôra ultrapassada pelos acontecimentos – ninguém compareceu.

No Estado, as engrenagens do levante começaram a rodar na noite de 31 de março, com a prisão dos manifestantes de comício legalista do bairro de Cruz das Armas. A decisão somente sobreveio na manhã do dia seguinte, quando lideranças esquerdistas acorreram ao Recife buscando apoiar o deposto Arraes.

Na tarde desse dia, primeiro de abril, o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, prestigiado pelo CGT local, lançou manifesto pela legalidade, imediatamente apreendido pelos comandos militares e Governador Aloísio Alves.

Nas expressões de um dos melhores analistas do movimento de 64, que é o ex-deputado Fernando Coelho, os responsáveis pelo golpe demoraram a assumir o pleno controle da conjuntura. Essa a razão por que somente a 2 de abril – quinta-feira – foram presos alguns dos partidários da situação deposta, como os prefeitos de Natal e Recife, bem como o Governador Seixas Dória, do Sergipe.

As cartas, porém, já haviam sido colocadas na mesa, a primeiro de abril, dia do golpe militar de 64. Este foi artificialmente

transferido para 31 de março, em razão do Dia da Mentira, vigente à época.

O significado histórico-político de 64

Hélio Jaguaribe

A década de 60 marca, no Brasil, o retorno aos anos de crise. A crise da democracia populista e do desenvolvimento populista, que haviam assegurado ao País, no decênio precedente, um inigualado período de liberdade e de desenvolvimento.

A crise do populismo se processa em duas principais correlatas dimensões, a econômica e a social. No plano econômico, o populismo é afetado pelo que se poderia designar de esgotamento do modelo Kubitschekiano de desenvolvimento. Através do plano de metas e de medidas complementares, Kubitschek havia mobilizado todos os recursos disponíveis, no País e no exterior, com inevitável, mas moderada, taxa inflacionária – que ascende à ordem de 20% ao ano – e com inevitável – e também moderado – endividamento externo, que sobe (contra exportações da ordem de US\$ 2 bilhões por ano) a cerca de US\$ 3,7 bilhões, dois terços dos quais exigíveis em até três anos.

O gigantesco empreendimento requeria continuidade e complementação. Para isto, entretanto, faltavam, nos anos que se seguem a Kubitschek, as necessárias condições. O mercado interno brasileiro, reduzido, em virtude da imensa marginalidade social, a cerca de um terço da população – esta, totalizando cerca de 60 milhões – não tem capacidade de demanda a partir da qual

se possa manter a expansão industrial. E o País, naquele tempo, não tinha acesso aos mercados externos, salvo para seus tradicionais suprimentos de produtos primários. Restava o Estado, que poderia, com recursos públicos, antecipar-se à demanda doméstica e manter o ritmo da industrialização, contribuindo para a subsequente expansão da demanda. O Estado, todavia, se defrontava com sua absoluta impotência financeira, não tendo os diversos governos do período populista logrado obter, de Congressos conservadores, a reforma fiscal exigida pelo País. O inevitável resultado desse impasse foi a estagnação, que afetou a economia a partir de 1961.

No plano social, a crise do populismo é determinada por sua incapacidade, em vista da estagnação da economia, de continuar distribuindo parcelas dos ganhos do desenvolvimento. O populismo foi uma aliança frouxa e informal, embora eficaz, dos estratos sociais vinculados ao processo de modernização e desenvolvimento: a burguesia industrial, a classe média moderna, o proletariado industrial. Sob uma retórica esquerdizante, característica dos populismos, o regime, de fato, distribuía muito desigualmente os benefícios do desenvolvimento, que se canalizavam para o empresariado, com vantagens para os setores técnico-gerenciais da classe média e apenas modesta, embora efetiva parcela, para o proletariado. Na medida em que cessava o crescimento econômico, tornava-se impossível atender às demandas das grandes massas, salvo mediante alguma forma de redistribuição da riqueza existente. Este foi, em última análise, o sentido das “reformas de base” que agitaram o governo Goulart. Mas, ao se orientar para a redistribuição da riqueza existente, o populismo, em seu ocaso, desestabiliza a aliança de classe em que se fundava seu poder político. A burguesia industrial e a classe média, ante o espectro de medidas de caráter crescentemente socializante, derivam para posições de direita e se realinham com as velhas forças latifúndio-mercantilistas em oposição às reivindicações das massas.

O governo Goulart – passados o breve e errático episódio do governo Quadros e as turbulências que se seguiram a sua renúncia, inclusive a fase parlamentarista – se defronta, assim, ao recuperar, com o plebiscito de janeiro de 1963, os plenos poderes presidenciais, com uma situação extremamente difícil. O Plano Trienal, de Celso Furtado, é uma lúcida e corajosa tentativa de superar esses óbices, através de uma redinamização da economia pelo setor público, apoiado em novos recursos tributários. Faltaram a Goulart, entretanto, determinação e consistência para assegurar a execução do plano. O presidente se deixa envolver pela conjuntura de curto prazo e exasperadas demandas sociais que nela se geram, com a contrapartida de crescente acumulação de temores e hostilidades por parte da burguesia e da classe média.

Gera-se, dentro do populismo, uma cisão entre a “esquerda positiva” de San Thiago Dantas, comprometida, no essencial, com a execução do Plano Trienal, e uma “esquerda negativa”, liderada por Brizola, que opera apenas na dimensão do conjuntural e preconiza a imediata adoção de medidas radicais, à revelia do Congresso. Goulart comete o duplo erro de optar pela linha da esquerda negativa e, nela, de se colocar em regime de competição, com Brizola, pelos favores dos sindicatos e pelo prestígio popular. A inevitável consequência dessa dupla ação será a rápida desestabilização política do regime.

O golpe de 1964, como todos os movimentos similares, exprime uma particular conjugação entre condições estruturais, que inviabilizavam o populismo, e elementos circunstanciais, que poderiam ter sido diferentes do que foram. Como Washington Luís, no crepúsculo da República Velha, Goulart, no crepúsculo do populismo, poderia ter adotado opções que possivelmente evitariam o golpe. Ou por uma política esclarecida, seguindo a linha de San Thiago, ou até mesmo por uma política efetivamente audaciosa, assumindo com adequada preparação, opções mais radicais. A linha que seguiu, radical na retórica e passiva na efetiva ação, conduziria, fatalmente, ao desfecho de abril de 64.

O governo militar instaurado em 1964 não trouxe, consigo, os planos do que viria a ser, nos próximos anos, o “sistema brasileiro”. No essencial, Castelo Branco endossava as ideias de Carlos Lacerda, no sentido de instaurar um “governo emergencial” que, reprimindo os comunistas e eliminando os corruptos do cenário público, restauraria a sanidade social e tornaria possível o restabelecimento de uma democracia representativa, que se supunha viesse a ser dirigida pela UDN, naturalmente sob a liderança de Lacerda.

Os fatos se encarregaram, rapidamente, de desmentir esse tosco diagnóstico da realidade. As dificuldades brasileiras eram, realmente, de caráter profundamente estrutural, independentes dos eventuais protagonistas do momento. O Brasil se defrontava com duplo problema: como relançar a economia, ante a falta de demanda do mercado e a impotência financeira do Estado? Como compatibilizar, com a democracia, uma sociedade profundamente heterogênea, em que uma pequena minoria de cultura e níveis de vida comparáveis aos de um País europeu coexistia com gigantescas massas indigentes, com características de um proletariado asiático?

Gradualmente, de Castelo a Costa e Silva, o novo regime foi se configurando, sob a predominante influência dos radicais de direita, de tendência neofascista, no âmbito militar, e marcados, no âmbito da burguesia e dos setores tecnocráticos que serviram ao regime, pela ideologia do capitalismo dependente. Esse novo regime, que atingiria seu ápice ideológico e operacional com o governo Médici (1969-74), é um autoritarismo militar, de proclividade fascista, fundado na ideologia de legitimação da segurança nacional e operando, programaticamente, segundo as concepções do capitalismo dependente.

O autoritarismo militar eliminou quaisquer vestígios de efetiva representação política e de manifestação da opinião pública – inclusive pela institucionalização da tortura – embora

mantendo, sempre que possível, o simulacro de um Congresso, destituído de qualquer poder, cumprindo os ritos homologatórios que lhe ditava o sistema. No plano econômico, o regime optou pela ativa incorporação do capitalismo transnacional. Essa opção se revelou carregada de consequências, muitas das quais não previstas por seus promotores.

As consequências inevitáveis foram, evidentemente, a de se multiplicar, por um fator extremamente elevado, a taxa de dependência que um país emergente, como o Brasil, teria de pagar, nas condições históricas contemporâneas, reduzindo-se, concomitantemente, sua capacidade de inovação tecnológica própria. Outra linha de inevitáveis consequências do novo regime foi a acentuação – em vez da redução – das abissais desigualdades sociais do País. Mais de 50% da renda ficou sob o controle de menos de 10% da população, enquanto os 50% mais pobres ficaram com acesso a pouco mais de 10% da renda total. Refletindo esse estado de coisas, o sistema produtivo brasileiro se orientou para a produção de bens duráveis de elevado custo, destinados aos setores afluentes da população, enquanto declinaram, em termos relativos, os bens e serviços destinados às massas populares.

Uma consequência imprevista da transnacionalização da economia brasileira foi o grande surto das exportações. Vinha o País, desde muitos anos, mantendo sua receita de exportação do modesto nível da ordem de US\$ 2 bilhões por ano. O regime de capitalismo dependente elevou os valores de exportação do País para níveis hoje superiores a US\$ 20 bilhões por ano – o que constitui um extraordinário aumento mesmo se descontando a desvalorização do dólar – diversificando, também extraordinariamente, a pauta das exportações.

Ingressou o País no estágio de exportação de manufaturas, que se tornaram o principal item da pauta. Essa transformação qualitativa e quantitativa das exportações se deve, basicamente, ao fato de que, estando as multinacionais dos dois lados das

transações, aqui, como produtoras, com mão-de-obra barata, de produtos industriais e, no exterior, como distribuidoras de tais produtos, podiam, com facilidade, dedicar-se a esse proveitoso negócio. É indubitável que o País se beneficiou desse surto exportador. Mas, como se tratava de um sistema dependente de fatores externos, o País seria igualmente levado a um gigantesco endividamento, quando a conjuntura internacional se tornasse desfavorável, a partir da crise do petróleo, de 1973.

O passado de um tempo perdido

Gilvan de Brito

O ano de 2014 nos traz à lembrança várias efemérides históricas que abalaram o Brasil nos últimos sessenta anos, como o assassinato do major Rubens Vaz, que levou ao suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954; o golpe militar de abril de 1964 e o movimento das *Diretas Já*, que tomou corpo no Rio de Janeiro e São Paulo levando ao fim da ditadura dos militares com a consolidação do nome de Tancredo Neves à presidência em 1984.

Em 1945 os civis retomaram o poder da ditadura Vargas, mas em 1964 foi a vez de os militares armados investirem pela porta dos fundos, rotulando-se de Poder Moderador e tomar o poder dos civis. Tudo começou quando nos anos 60 o Brasil atravessava grande exaltação político-institucional, onde pontificavam greves e manifestações políticas e sociais, agravadas pela inabilidade do governo João Goulart, que prometia profundas reformas na economia, agricultura e educação que não agradavam a alguns setores da sociedade, principalmente os militares, que viam nessas mudanças uma janela de entrada do comunismo no país e ofereceram combustível para a execução do plano da burguesia que, por seu lado, usou o poder bélico como ponta de lança. O Parlamentarismo, utilizado como remédio institucional para organizar a administração e combater a corrupção, em

nada contribuiu para pôr fim à crise política, econômica e social e a estabilidade do país, quando ocuparam o cargo de Primeiro Ministro Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Goulart continuou apontando o imperialismo e o latifúndio como responsáveis pela crise e alimentando as manifestações estudantis e os movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais.

A origem do golpe

O golpe militar foi arquitetado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que realizaram estudos e se valeram dos militares, políticos, empresários, Igreja e latifundiários para alcançar os objetivos voltados para a organização do poder, dando sentido ao caos conspiratório existente, segundo entendiam. Essa união visava realizar as reformas propostas por João Goulart por outro ângulo de visão, em que o Estado não fosse conduzido a um regime comunista nem à desordem administrativa, como temiam as forças vinculadas à direita. Decidido o tipo de ação, que deveria ser um golpe de Estado, IPES e IBAD passaram a procurar as lideranças para a realização de seus planos, numa ordem decrescente que começava com os militares e se seguia com políticos, empresários e grandes proprietários rurais. As lideranças dos outros grupos sociais viriam por gravidade quando tomassem conhecimento do perfeito esquema da organização. E quando fosse levado às ruas, numa contestação à anarquia que reinava, acreditavam contar com o maciço apoio popular. E tudo funcionou como um plano. Veio o golpe que se transformou numa ditadura com o apoio de considerável faixa da população.

Era época da guerra-fria, provocada pelos conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética e os americanos temiam pela implantação do regime comunista nos países do Continente a exemplo de Cuba. O governo americano, então, apoiou a

articulação criminosa ao enviar uma frota naval às águas continentais brasileiras para atuar juntamente com autoridades civis como Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Magalhães Pinto, então governadores do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além de setores empresariais, parte da imprensa, proprietários rurais e alguns membros da Igreja.

Na madrugada de trinta de março tropas do Exército saíram de Juiz de Fora, Minas Gerais, com destino ao Rio de Janeiro, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho na direção do antigo Estado da Guanabara, para sufocar o poder civil. Em Brasília, o Congresso foi convocado em sessão permanente, quando o senador Moura Andrade aproveitou-se da viagem do presidente João Goulart ao Rio Grande do Sul e decretou a vacância do cargo de presidente da República, para o qual foi eleito indiretamente o deputado Ranieri Mazzili, pelo Congresso, que ficou provisoriamente na chefia da Nação até a posse do general Humberto Castelo Branco. Este se pressupunha legalista, mas logo depois abriu a caixa de ferramentas antidemocráticas e autoritárias através dos atos institucionais e complementares que legalizaram os desmandos. Com a efetivação do golpe instalou-se o regime militar mais sangrento de que se tem notícia no país e que durou 21 anos.

Passados mais de 50 anos do golpe militar de 1964, imagino o quanto tem sido difícil para historiadores, estudantes e pesquisadores que não atravessaram os 21 anos da ditadura, nem acompanharam de perto os efeitos nocivos de um regime fechado, realizarem os seus levantamentos dessa época. O estudo frio das letras mortas dos jornais, revistas e livros não se mostra suficiente para expor a realidade cruel desse evento nem apagar as manchas de sangue que escorreram dos porões da repressão, das perseguições, tortura, morte, prisões, demissões e mazelas de toda ordem.

O Golpe na Paraíba

No meu caso, por exemplo, fui perseguido, processado, demitido do MTPS por abandono de serviço em 1965, ganhei um IPM no processo e evadi-me para Mamanguape, temendo perseguição e morte. Depois que passei dessa fase virulenta, enfrentei a guerra psicológica quando tive peças de teatro e músicas censuradas e fui convidado várias vezes pelos setores repressivos do Exército e Polícia Federal, em João Pessoa, para responder por artigos assinados no jornal **Correio da Paraíba** e no programa, de radiojornalismo **Cidade Aberta**, da rádio **Correio**, considerados ofensivos ao regime e aos militares. Trabalhei muitos anos na redação, dividindo espaço com um Censor que recebia minhas matérias no final do expediente e selecionava o que podia e o que não podia ser divulgado. Foi uma terrível fase de perseguições, injustiças e torturas psicológicas contra um jornalista que nunca fora simpatizante do comunismo e sequer se vinculou a qualquer partido político (**1964 - A Opressão dos Quartéis**, Jório Machado, e processo de anistia 01.64139 do MJ).

No período de 1964 a 1985 as atividades civis, jurídicas, institucionais e educacionais foram atingidas em cheio, destacando-se o período chamado “anos de chumbo”, de 1965 a 1975, quando milhares de brasileiros foram vítimas de todo tipo de atrocidades, onde pontificavam torturas, mortes e “desaparecimentos” forçados. Mas não ficou somente nisso: os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica transbordaram o seu ódio contra aqueles que apontavam como comunistas apenas por defenderem os interesses do país e denunciarem a opressão e promoveram prisões arbitrárias, investigações sumárias, perseguições, torturas e mortes.

Na Paraíba havia o movimento das Ligas Camponesas, tido como esquerdizante, pelos militares, e disso se aproveitaram os usineiros e grandes proprietários para ampliarem a luta armada

iniciados antes, contra pequenos agricultores, acusados de promoverem agitação social no campo. Assim, o conjunto de ações dos militares para a execução do golpe, teve na Paraíba uma conspiração golpista articulada por políticos, empresários, usineiros e latifundiários, segundo revelou o deputado Joacil de Brito Pereira, um dos líderes do movimento na área civil, ao jornal **O Norte** (26.09.93):

deputados estaduais e federais, líderes dos proprietários, das classes produtoras, da indústria, do comércio, mantinham um contato permanente com o Cel. Ednardo d'Ávilla Melo, depois general, que foi uma espécie de chefe militar da Revolução na Paraíba. (...) E nós tínhamos esses contatos, ele nos informava permanentemente, não a todos, mas a alguns. Ele mantinha muito contato comigo, com Agnaldo Veloso Borges, e nós, de qualquer forma, representávamos, naquela hora de luta, o esquema civil. Digamos que fôssemos assim uma espécie de chefes sem designação, mas lideranças da área.

Noutra lista divulgada pelo professor Paulo Giovani, figuravam ainda no apoio à conspiração golpista, os proprietários de terras, latifundiários e usineiros: Antônio Ribeiro Pessoa, João Batista de Lima Brandão, Sindulfo Guedes Santiago, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, Flaviano Ribeiro Coutinho e Luiz Ribeiro Coutinho.

Causa e efeito

Implantado o golpe, o primeiro a sucumbir foi o governador Pedro Gondim, que aderiu aos militares na última hora, acompanhado de todo o seu secretariado, através de um manifesto

lido na rádio Tabajara em que destacava nunca ter faltado com apoio, estímulo e apreço ao governo central. Já estava pronto o ato de sua destituição caso não apoiasse o golpe, como aconteceu com o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, preso e confinado na ilha de Fernando Noronha. Na Assembleia Legislativa, os militares contaram com o apoio de 17 deputados a partir do presidente, Clóvis Bezerra, que também distribuiu uma nota de adesão aos golpistas; seguindo-se com o suporte dos deputados Antônio Montenegro, Joacil de Brito Pereira, Aloísio Pereira, Egídio Madruga, Francisco Souto, Inácio Feitosa, João Batista Brandão, José Gayoso, José Fernandes de Lima, José Pereira, José Teotônio, Luiz Ribeiro, Nivaldo Brito, Waldir dos Santos Lima, Marcus Odilon e Severino Ismael. Essa maioria avassaladora acompanhou, nos primeiros dias da ditadura, o pedido do deputado Joacil Pereira, para cassar os mandatos dos deputados Assis Lemos e Langsteine Almeida e dos suplentes Agassiz Almeida e Figueiredo Agra, antecipando-se ao ciclo de punições do governo militar contra parlamentares paraibanos.

Na Câmara Municipal o presidente Cabral Batista posicionou-se ao lado dos militares e aprovou a cassação do mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas, com os votos dos vereadores adesistas: Almir Correa, Cícero Leite, Edson Cavalcanti, Inaldo Camelo, Jairo Smith Lisboa, João Freire da Silva, Manoel Gonçalo de Oliveira, Mário da Gama e Melo, Milton de Almeida, Pedro Belmont, Severino Deodato de Sousa e Waldir Bezerra Cavalcanti. O vereador Almir Correia apresentou, ainda, projeto de Resolução impedindo a posse dos suplentes José Gomes da Silva e Leonardo Leal, do PSB. Passaram-se ainda para o lado dos golpistas o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Francisco Espínola, o arcebispo da Paraíba, D. Mário de Miranda Villas Boas; o senador João Agripino e o presidente da Associação Comercial, Ruy Bezerra Cavalcante através de notas publicadas na imprensa;

As únicas posições discordantes foram publicamente anunciadas pelo prefeito de Campina Grande, Newton Rique - que por isso foi cassado - e da Associação Paraibana de Imprensa (API), cuja diretoria recolheu-se ao anonimato e permitiu novo alinhamento liderado pelo jornalista José Leal sob a pressão de Joacil de Brito Pereira.

Cassações

Da Paraíba foram cassados pelo regime militar, os mandatos dos deputados estaduais Francisco Souto, Romeu Abrantes, José Maranhão, Robson Espínola, Sílvio Porto e Mário Silveira; no plano federal os atingidos pela cassação foram os ministros Celso Furtado e Abelardo Jurema; os deputados Osmar de Aquino, Pedro Gondim, Vital do Rego, o ex-deputado José Joffily e o assessor sindical do Governo João Goulart, Luiz Hugo Guimarães. Além do prefeito Newton Rique, de Campina Grande, também foram cassados os prefeitos Antônio Mariz, de Sousa; Severino Cabral e Ronaldo Cunha Lima, de Campina Grande; Domingos Mendonça Neto, de João Pessoa; e Antônio Fernandes Neto, de Rio Tinto, sendo que Mariz foi logo recolocado na Prefeitura Sousense. Além destes sofreram a mesma punição os vereadores José Gomes da Silva, Nizi Marinheiro e Leonardo Moreira Leal, como suplentes, em João Pessoa; Antônio Peba, em Campina Grande e Elias Pereira, em Alhandra. Em Rio Tinto o PTB perdeu todos os vereadores.

Os militares também usaram o expediente de recrutar, através de cursos da Associação da Escola Superior de Guerra – ADESG, pessoas de notório saber, estudantes da maior qualificação, professores universitários e pessoas do grupo emergente nos vários segmentos da vida paraibana, para treiná-los com o objetivo de ampliar a sua rede de informantes.

O professor Alexandre Tavares dos Santos Lira escreveu a sua tese de doutorado sobre os cursos da ADESG para a Universidade Federal Fluminense, mostrando a orientação daquela escola voltada para a difusão da ideologia de direita e pregando a aceitação da violência praticada pelos militares como necessária à organização social, criando inspetores de quartirão:

Do ponto de vista prático este tipo de ação procurava difundir a ideologia que legalizava o fundamento da autoridade ditatorial e a legitimidade da pena capital. Em última instância a função da proposta feita nestes termos pelos intelectuais da ESG procurava buscar a legitimidade na sociedade para os crimes perpetrados pela ditadura, sinalizando para os grupos de repressão que novas prisões e execuções seriam consideradas lícitas. Nos momentos de endurecimento do regime os agentes da ESG agiram livremente buscando apoio e visando construir um consenso social em torno da ditadura militar e dos prepostos da ultra-direita.

Se não bastassem todas essas punições contra deputados, governadores, prefeitos e vereadores e o aliciamento do pessoal técnico especializado, os militares ainda estenderam sua perseguição contra professores, funcionários públicos, estudantes e trabalhadores paraibanos, que foram mortos, torturados, presos, censurados, perseguidos, demitidos de suas funções; ou sofreram cassação de aposentadorias, cassação de disponibilidades, cassação de mandatos, confisco de bens, demissão, perseguição, destituição de função, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contratos e suspensão de direitos políticos.

Sobre as torturas, Nelson Jahr Garcia se refere ao controle ideológico dos brasileiros, pelos militares e anota no seu artigo publicado na [Book Libris](#):

... Dentre todas as formas de pressão psicológica, a mais grave e danosa foi instituída com as torturas, onde a infligência de dor acabou por se mostrar um mal menor, em relação a toda a encenação que a acompanhava, inclusive com a utilização de sofisticadas técnicas importadas. O suspeito de ser “subversivo” ou de possuir informações importantes a respeito de alguns deles era preso, geralmente encapuzado, levado para local desconhecido e mantido incomunicável por dez dias, no mínimo. Dessa forma, sem saber onde estava, nem porque, não recebendo respostas às suas perguntas, já que os carcereiros permaneciam em silêncio absoluto, durante a incomunicabilidade, ao prisioneiro só restava o tormento da insegurança e da dúvida. Gradativamente, ia sendo possuído pela angústia de não saber quanto tempo ficaria naquela situação e, pior, se sairia vivo ou morto. Depois vinham as agressões físicas: tapas, pontapés, pancadas com objetos especialmente criados para a tortura, choques, afogamentos, estupro. A seguir vinha o “diálogo” com o policial “simpativo e humano”, que aconselhava a contar logo o que soubesse. Agora havia o temor de não saber quando recomeçaria a sessão e até quando seria possível resistir. Dos que não morreram durante as torturas, a maior parte, embora tivessem sido jovens saudáveis, cultos, conscientes, ativos e idealistas, acabaram em frangalhos, suicidando-se ou passando a viver traumatizados, medrosos, inseguros, doentes física e mentalmente, encarcerados, exilados, banidos, demitidos, ou sendo perseguidos.

A relação dos políticos punidos, professores demitidos, estudantes, trabalhadores, pessoas mortas, “desaparecidas” e

funcionários que foram torturados, aliciados ou que de alguma forma sofreram violências da ditadura, na Paraíba, assim como a relação dos torturadores, encontra-se no meu livro A Ditadura na Paraíba, editado nos primeiros meses de 2015, pouco depois do aniversário dos 50 anos do infausto regime castrense mal apelidado por eles de “Revolução” ou “Redentora” relatando com maior riqueza de detalhes os fatos aqui abordados em síntese e registrando outras ocorrências de importância capital, representando um tijolo para a construção da nossa história desse período de violências contra a pessoa humana e as instituições.

A abertura

O processo de abertura política iniciada pelo general Ernesto Geisel com a suspensão do AI-5, restauração do habeas-corpus e o fim do bipartidarismo em 1978 e 1979 foi conduzido com muita precaução pelo general Golbery do Couto e Silva, porque a linha dura não queria entregar o poder. As mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, torturados nos porões da ditadura, fizeram parte de uma ação articulada pelos militares da linha dura comandada pelo general Sílvio Frota para desestabilizar o então Governo Geisel. Com o afastamento de Frota, o presidente conseguiu conduzir o processo de abertura lenta e gradual, continuado pelo general Figueiredo até 1985, com altos e baixos, como na promulgação da Lei Falcão que proibia o debate político pela mídia, até a fase em que se reiniciou a administração civil após uma razoável transição em que o poder militar abrandou suas práticas.

Terminada a ditadura o país tentou se organizar nos setores vitais da vida nacional para iniciar os novos tempos, mas o legado dos militares havia sido nefasto, uma verdadeira herança maldita. A economia patinou durante os governos de José Sarney e Fernando Collor, quando a inflação atingiu índices astronômicos

de até 88% ao mês, mas acertou-se com a criação do Plano Real, de Itamar Franco. Durante o regime de força, a arte e as diversões públicas foram amordaçadas pela ostensiva censura, a cultura atingida pelas perseguições em todos os seus segmentos e a educação tradicional foi transformada em educação tecnicista através dos acordos MEC/USAD, com os americanos e dos programas ADESG, Moral e Cívica, Mobral, IPES, OSPB, EPB, Lei 5.692/71, IBAD, reforma da LDB, Lei 477/79, com viés para a segurança nacional. A imprensa foi controlada e funcionou durante muitos anos com um censor à beira da máquina.

A recuperação desses setores demandou algum tempo através de uma ação vigorosa dos artistas, professores e jornalistas massacrados pelos Atos Institucionais. A sociedade, sufocada pela ditadura, voltaria a respirar a liberdade após 1985, organizando-se aos poucos até atingir a plenitude após a década de 90, com a Constituição de 1988. Na política, o PFL acomodou aqueles que simpatizavam com a ditadura, mas a maioria oportunista logo emigrou para outras agremiações, com a volta do pluripartidarismo. Esse setor ainda continua emblemático.

A Paraíba, que já havia visto Epitácio Pessoa na presidência da República, viu também, e não comemorou, a ascensão de outro conterrâneo, à chefia da Nação, o general Aurélio de Lyra Tavares, que fez parte da troica militar na transição de poderes entre os presidentes Costa e Silva e Garrastazú Médici, de 31.08.1969 a 30.09.1969, com a presença ainda do almirante Augustro Rademaker e do brigadeiro Márcio de Sousa Melo. Não havia o que celebrar.

Exegese

Teria a ditadura militar legado algo que possa ser apontado como positivo ao Brasil, em geral e à Paraíba, em particular, nos 21 anos em que ocupou o poder? Em minha opinião, como

jornalista que acompanhou de perto todo o período discricionário, não deixou de promover o atraso e a insegurança. Evidenciou, sim, a certeza de que lugar de militar é na caserna. O abuso no exercício da função mostrou que a administração pública não é atividade própria de militares. E isso foi confirmado pelo general-presidente João Figueiredo que, enfasiado do poder, pediu ao povo brasileiro que o esquecesse ao descer as escadas do Palácio do Planalto, em 1985. Não precisava.

Para evitar em definitivo uma nova aventura dos militares na ocupação do poder civil, a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 142, Capítulo II, passou a definir com critério absoluto as funções das Forças Armadas:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem.

Não se pode discutir a ditadura mostrando algum crescimento do país durante os vinte e um anos do comando militar. Cresceu nas comunicações e noutros segmentos durante o chamado *Milagre Brasileiro*, no Governo Médici, o mais sangrento dos generais que se investiram no poder, mas isso se deu na maioria dos países em desenvolvimento por conta de um fenômeno mundial da economia, aquele mesmo que impulsionou a economia no governo Lula. As empresas estrangeiras precisavam aplicar os seus capitais para buscarem lucros astronômicos e isso foi feito, principalmente no setor de comunicações. Foram vinte e um anos, tempo suficiente para que os militares mostrassem serviço, mas quando entregaram o osso em 1985, não havia nada

a comemorar. O país não acompanhou sequer àqueles com quem se alinhara antes do golpe militar. Estava muito mais atrasado, e isso se justificava pela política repressiva que atingia não só o povo, mas as empresas e os setores progressistas, que davam acesso ao capital. Estávamos defasados em vários setores. O mais importante deles era o das conquistas populares, onde o povo se encontrava em descompasso em relação ao resto do mundo em desenvolvimento. O ministro Delfim Neto teve que administrar uma inflação de 100% ao ano e a crise social tomou conta do país logo após o chamado “Milagre”. Por uma questão de justiça, vale lembrar que nem todos os militares concordavam com a chamada *utopia autoritária*, pois apenas os mais velhos seguiam essa orientação. Do meio para o fim da ditadura, a maioria dos mais jovens zelava pelas suas carreiras e se omitia das práticas violentas.

Bibliografia

CITTADINO, Monique. **A UFPB e O Golpe de 64**, João Pessoa-PB: Biblioteca Digital, UFPB.

DREIFUS, Renê Armando. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FALCÃO, Martha. **O Movimento de 64 e a Paraíba**, João Pessoa: Biblioteca Digital, IHGP, 2012.

GARCIA, Nelson Jahr. **Sadismo, Sedução e Silêncio**. São Paulo: e-BookLibris, 2002.

GIORDANI, Marco P. **Brasil Sempre**. Porto Alegre: Editora Tchê, 1986.

LIRA, Alexandre Tavares dos Santos. 1964-1985. **Um Espaço de Disputas**. Universidade Federal Fluminense, Niteroi-RJ: Tese de Doutorado, 2010.

MACHADO, Jório. **1964, A Opressão dos Quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991.

NUNES, Nataly; RESENDE, Maria José de. O ensino de Educação, Moral e Cívica durante a ditadura militar, arquivo digital.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Justiça fardada e educação subversiva (1964-1969): IPMs e representações dos vencedores e dos vencidos**. UFPB. Arquivo digital.

Outras fontes:

Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Manual da ADESG-PB, João Pessoa, 1973, ADESG - Paraíba, 320p.

Jornais **Correio da Paraíba, O Norte e A União**.

- Parte II -

AS ORIGENS, DAS IDEIAS À PRÁTICA

Segurança Nacional e contexto ideológico, de 1945 a nossos dias passando por 64

José Octávio de Arruda Mello

Com a redemocratização de 1945 e a Constituição, mais liberal que social, do ano seguinte, (re)organizaram-se os partidos políticos, proibidos pelo Estado Novo (1937-45).

Eram eles PSD, UDN, PTB, PCB (os comunistas, de registro suprimido em maio de 1947, com cassação dos mandatos de seus representantes em janeiro de 48), PL, PR, PSB, PSP, PDC, PRP, agregando os integralistas, egressos da antiga AIB, e mais as chamadas “bijuterias do trabalhismo” (PTN, PRT, POT, liderado pelo paraibano Pereira Lyra e extinto pela Justiça Eleitoral, PST), aos quais, em 1959/60, se agregaria o MTR, do deputado Fernando Ferrari.

No conjunto, chegaram a totalizar treze agremiações, canceladas pelo regime militar, em outubro de 1965, a partir de quando vigorou o bipartidarismo de ARENA e MDB.

Ideias e fórmulas para o crescimento – Apesar de acusadas de clientelistas, essas formações responsabilizaram-se pelas ideias-chaves do período, com o PSD exprimindo o impulso para o enriquecimento, a UDN a defesa das liberdades individuais e o PTB a redistribuição da riqueza.

No auge da democracia populista (1945/65), os partidos urbanos e de apelo popular (PTB, PSP, PDC, PSB e PST) suplantaram

seus homônimos tradicionalistas e rurais (PSD, UDN, PL e PR) acarretando o desequilíbrio do sistema.

No plano ideológico, a ala jovem do PSD (Vieira de Melo, Renato Archer, Ulysses Guimarães, Oswaldo Lima Filho, José Joffily) bateu-se pelo desenvolvimentismo, a “banda de música” da UDN (Prado Kelly, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, João Agripino, Adauto Lúcio Cardoso) pelos direitos civis, e os históricos do PTB (Salgado Filho, Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt, Josué de Castro) por trabalhismo ideológico, equivalente ao da Inglaterra.

Como o debate era mais amplo, a UDN aliou-se à cadeia de jornais associados de Assis Chateaubriand, para estimular o capital estrangeiro, enquanto o PSD, algo vinculado à corrente nacionalista das Forças Armadas, batia-se pelo desenvolvimento de políticas públicas, fomentadas pelo Estado.

Já a ala esquerda do PTB associou-se a comunistas e nacionalistas radicais para rejeitar ambas as formulações e sugerir até revolução socialista.

Campo econômico: Liberalismo, CEPAL, Grupo de Itatiaia e ISEB – Bastante enriquecedor, esse debate de ideias ganhou o campo econômico onde os economistas liberais Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões, mais à frente substituídos por Roberto Campos, encontraram pela frente os desenvolvimentistas Roberto Simonsen, Rômulo de Almeida, Celso Furtado, Jesus Soares Pereira e Cleantho de Paiva Leite.

Os primeiros, dominantes nos governos Eurico Dutra (1946/51) e Café Filho (1954/55), defrontaram-se com os últimos, hegemônicos nas administrações federais de Getúlio Vargas (1951/54) e Juscelino Kubitschek (1956/61). Favoráveis a políticas públicas, os desenvolvimentistas extraíam ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da ONU, e do chamado Grupo de Itatiaia. Os deste, envolvendo cientistas sociais, economistas, empresários e militares, reuniam-se no Parque

Nacional de Itatiaia, do Ministério da Agricultura, a meio caminho do Rio e São Paulo, sob a liderança de Hélio Jaguaribe.

Do grupo de Itatiaia adveio o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), destinado a fomentar ideologia para o desenvolvimento. Criado junto ao MEC, em 1955, registrou duas fases, com a primeira, de nacionalismo moderado, de 1955 a 58, e a segunda, esquerdizante e sindical, entre 1961 e 64.

Nesse momento, o ISEB chocou-se com a Escola Superior de Guerra (ESG) que, sistematizando a ideia de segurança nacional, pró-americana e privatista, inspirou o movimento de 1964. O primeiro ato deste foi suprimir o ISEB.

Do engajamento dos intelectuais à extrema esquerda – Amplificando as ideias da Revolução de 30, os anos 1950/64 registraram o engajamento dos intelectuais que utilizaram suas concepções a serviço de formulações políticas.

Destacaram-se nesse mister o jurista San Thiago Dantas, pela chamada esquerda positiva, favorável às reformas de base do Governo João Goulart (1961/64), o historiador José Honório Rodrigues cujo livro **Aspirações Nacionais** (1963) sugere a Presidência da República como agente de reformismo escorado pela aliança PSD/PTB, e o cientista político Raymundo Faoro de quem **Os Donos do Poder** (1958, com enriquecimento de sucessivas edições) apresenta o Brasil dominado por estamento, desde as origens portuguesas. O sistema tecnocrata-militar de 1964 confirmaria essas expectativas.

A essa fermentação, dita “progressista”, a extrema direita respondeu com a Sociedade Tradição, Família e Propriedade, liderada pelo professor Plínio Correia de Oliveira. Com base em São Paulo, seu extremado anti-comunismo evocava a extinta *Liga Eleitoral Católica* (LEC) e publicações como a revista *Fronteiras* do pernambucano Manuel Lubambo que, no Recife dos primeiros anos da década de quarenta, procurou sistematizar o corporativismo cristão.

Apesar do alarido de seus militantes, a chamada TFP não conseguiu o sucesso dos ancestrais que, durante o Estado Novo, lograram fanatizar a interventoria de Agamenon Magalhães, em Pernambuco. Contando, para tanto, com a dedicação do sacerdote goano Antônio Paulo Fernandes Ciriaco e seus congregados marianos.

À esquerda, o semi-legal PCB sentia dificuldades em dominar as chamadas forças populares, inspiradas pelo marxismo da Revolução Cubana, do livro **Furacão sobre Cuba** (1961), do francês Jean Paul Sartre, prefaciado pelo cronista Rubem Braga.

Ao contrário dos pensadores ortodoxos de o partido – Nelson Werneck Sodré, Ênio Silveira, Alberto dos Passos Guimarães – que imaginavam a Revolução brasileira por etapas, os representantes dos PCdoB, PCBR, AP e POLOP – Pedro Pomar, Jacob Gorender, Frei Carbonel e Teotônio Júnior – consideravam o Brasil maduro para Revolução Socialista. No livro **A Revolução Brasileira** (1967), o heterodoxo marxista Caio Prado Jr. repeliu a ambas as orientações.

Os primeiros por não concordarem com as origens feudais da sociedade brasileira que, pela ótica do Peceção, seria ultrapassada pela burguesia industrial, em aliança com os militares patriotas, intelectuais progressistas e estudantes “conscientizados” e ainda operariado das cidades e campesinato emergente. Essa nova versão da Frente Popular da Europa dos anos trinta, autointitulava-se *Aliança Operária, Estudantil e Camponesa*.

Ao termo do governo João Goulart, o radicalismo de esquerda fixou-se dentro do Palácio do Planalto, por conta dos brizolistas da Assessoria Econômica – João Caruso, Paulo Schiling, Cibilis da Rocha Viana, favoráveis à chamada teoria da espoliação. Os americanos reagiram, reduzindo os investimentos e inundando o mercado com livros do USIS. Um deles – **Em Cima da Hora** (1962), de Susane Labin – invocava o perigo comunista no Brasil e América Latina.

Segurança Nacional e Sociedade contra o Estado – Esse explosivo debate de ideias políticas, sociais e econômicas foi congelado pelo movimento de 1964 e, sobretudo, o AI/5, em dezembro de 68.

Até as traduções do Fundo de Cultura da Espanha e do México que tanto atualizaram o pensamento brasileiro foram reduzidas. Se a direita não se interessava por elas, em razão da vigência da doutrina de Segurança Nacional, as esquerdas adotavam posições anarquistas, com os movimentos estudantis de 1968, e vanguardistas, com os assaltos a banco do mesmo ano. As guerrilhas vieram em seguida.

A palavra de ordem proveio da área musical com o “É Proibido Proibir”, de Caetano Veloso. Os Festivais de Música Popular constituíram, então, celeiro de ideias contestatórias.

Essa dinâmica afinava com a ideia de mobilização da sociedade civil (CNBB, OAB, ABI) contra o Estado, autoritário e militar. Obra que aí desenvolveu importante papel foi a do antropólogo francês Pierre Clastres – **A Sociedade contra o Estado** (1973) – onde o índio, que dispensa o Estado, é comparado ao povo sofredor. Tal a interpretação da Igreja, sugestionada pela Teologia da Libertação.

Durante o consulado militar 1964/1985, a doutrina oficial vigente foi a da Segurança Nacional. O livro que a condensou intitula-se **GeoPolítica do Brasil** (1967), do general Golbery do Couto e Silva. Este, porém, depois de **As 16 Derrotas que Abalaram o País** (1975) do jornalista Sebastião Nery, tornou-se adepto da “abertura lenta, segura e gradual” do Governo Geisel (1974/79).

Do CEBRAP ao MDB e gerais dissidentes – No lugar do antigo ISEB sobreveio o CEBRAP, de S. Paulo. Financiado pela Fundação Ford, dos EEUU, abrigou a *Sociologia Política* de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Carlos Estevam Martins, Francisco Weffort. Em 1967 e

68, as ideias mais avançadas timbraram em contestar o regime militar. Com “Apesar de Você”, de Chico Buarque de Holanda, e “Disparada” e “Prá não Dizer que não Falei de Flores”, de Geraldo Vandré, a música popular alcançou elevados patamares.

Essas ideias artísticas fermentaram a oposição ao milenarismo autoritário da presidência Médici (1969/74). Sob o comando do deputado Ulysses Guimarães, o MDB recorreu ao CEBRAP para denunciar o milagre econômico dos generais. Essas as teses de empresários como Severo Gomes, jornalistas como Barbosa Lima Sobrinho e Hélio Silva, este favorável à Constituinte, economistas como Maria da Conceição Tavares (discípula de Celso Furtado), e oficiais dissidentes como o general Euler Bentes. Candidato à presidência da República, pelo MDB, Bentes obteve 226 votos contra 355 do vitorioso Gal. João Batista Figueiredo, na sucessão de Geisel, em 1979.

Brasilianistas e nova esquerda – Em clima de abertura, as ideias da época encontraram-se com os chamados cientistas políticos e historiadores brasilianistas. Eram, sobretudo, norteamericanos, entre os estrangeiros, dedicados à realidade brasileira.

Os primeiros elaboravam, com Samuel Huntington à frente, papers, isto é, projetos, para a abertura. Em grande número, os historiadores abordavam temas como Poder e Forças Armadas, comunismo, anarquismo, sindicalismo, messianismo, tenentismo, industrialização e golpes militares. Thomas Skidmore e Alfred Stepan tornaram-se os mais conhecidos.

A esquerda, então, principiou a renovar-se. No lugar do antigo estalinismo prestista despontaram ideias como política do corpo, feminismo e ecologia, mediante as quais se questionavam, em novas bases, a histórica predominância da burguesia.

Foi dentro desse quadro que o sindicalismo brasileiro principiou a assumir nova configuração. Visando a substituir o antigo corporativismo dos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, pelo sindicalismo livre do modelo alemão, buscou-se a

entronização das negociações diretas entre o capital e o trabalho, com base nas chamadas convenções coletivas de trabalho.

Durante a Constituinte de 1946, o deputado socialista João Mangabeira foi um dos poucos a orientar-se nesse sentido. Com o encerramento do ciclo militar e a retomada do (neo)liberalismo, algumas organizações laboristas como a Força Sindical bateram-se por essa formulação calçada por novos especialistas em Direito Trabalhista como o futuro ministro Almir Pazianotto.

Na vigência do consulado militar, o publicista e deputado pernambucano Fernando Coelho apresentou projeto de descorporativização das relações trabalhistas, antecipando a linha da Constituição de 1988; implementada pelo Governo Federal Fernando Henrique Cardoso (1984/2002).

Da Teologia da Libertação a nossos dias – ideologia partidária – Acolhendo formulações provenientes da Itália onde o Partido Comunista, de Enrico Berlinguer, aliava-se à Democracia Cristã, de Aldo Moro, em prol do chamado “compromisso histórico”, a Igreja do Concílio Vaticano II e dos Encontros de Medelín e Puebla, abriu-se, também, no Brasil, a novas formulações.

Emergiu então a Teologia da Libertação, fundada no ativismo de prelados como os Arcebispos Dom Helder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, e do secretário geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. A ideologia dessa corrente da Igreja passou para as mãos de sacerdotes como o linense Oscar Beozzo e o belga José Comblin.

Expulso do Brasil em 1971 e do Chile, em 1974, quando das ditaduras militares desses países, Comblin, autor de importantes obras como **A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina** (1978) e **Cristãos Rumo ao Século XXI – Nova Caminhada de Libertação** (1996), fixou-se na Paraíba onde fundou seminário de ação pastoral em Serra Redonda. Próximo à morte, em 2012, residiu em Bayeux, junto à capital.

Com o encerramento do ciclo militar, em 1985, as ideias políticas retornaram ao leito partidário e universitário. Se este, à base de instituições como ADUF, AFUF e DCEs, revelou tendências esquerdizantes, mediante crescente primazia dos PT e PCdoB, os partidos, egressos da reforma partidária de 1979, expressaram orientação ideológica bem mais ampla.

Nesse sentido, o PT refluíu do Trotskismo e comunidades eclesiais de base para social-democracia de esquerda. O PSDB revelou-se adepto dessa linha, em versão mais moderada. O PDT recaiu no velho populismo e o DEM (ex-PFL) voltou-se para o liberalismo social do senador Marco Maciel. O PSTU e o PSOL não abdicaram das ilusões de Revolução Social, restando o PMDB. De grande esperança da sociedade brasileira, marchou para certa indefinição, pela crise ética que o assolou. A liderança de políticos como José Sarney e Renan Calheiros, em aliança com o ex-Presidente Fernando Collor, expressou essa realidade.

Da questão do Estado a algumas obras básicas – A principal discussão política e ideológica de nossos dias, no Brasil, diz respeito à questão do Estado.

Existem, assim, os estatistas, que o desejam mais fortalecido, com os PT, PMDB e PDT inclinando-se por essa orientação. No polo oposto, favoráveis à primazia da sociedade, estão PSDB e DEM, não por acaso coligados em Estados como a Paraíba. Com exceção do PPS de Roberto Freire – ex PCB – os nanicos da esquerda fazem-se estatizantes – o histórico calo das correntes políticas brasileiras, egressas dos positivismo e tenentismo.

As ideias políticas – em verdade político-econômicas e também sociais, pela confrontação de classes que ensejam – devem ser consideradas no conjunto da sociedade. Por conta disso é que, entre outros, três livros tornam-se fundamentais para compreendê-las.

A saber, **O Brasil no Pensamento Brasileiro** (1957) com reedição pelo Senado da República em (2002), coletânea

organizada por Djacy Menezes, **História das Ideias Políticas no Brasil** (1969), de Nelson Saldanha, e **Ideologia da Cultura Brasileira – 1933-1974**, (1977) de Carlos Guilherme Mota. O de Nelson Saldanha mereceu reedição condensada, sob a denominação de **O Pensamento Político no Brasil** (1978), com nova edição completa, pelo Senado Federal, em 2001. Tanto Saldanha quanto Mota ressaltam o período 1950/70, como o de maior fermentação das Ideias Políticas no Brasil e espécie de tempo-eixo delas.

Referências

BENEVIDES, Maria Victória. **O Governo Kubitschek – Estabilidade Política e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

BARROS, Raimundo Caramuru (org.). **Dom Helder, o Artesão da Paz**. Brasília: Senado Federal (Coleção Brasil 500 Anos), 2002.

BETO, Frei. **Batismo de Sangue – Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella** [levado para o cinema], 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura – Brasil 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

DANTAS, San Thiago. **Palavras de um Professor**. Rio/São Paulo: Forense, 1975.

FREIRE, Roberto et alia. **Contemporâneos do Futuro**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**, 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Cristianismo e Diplomacia no Brasil Contemporâneo**. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1998.

MELLO, José Octávio de Arruda. **República e Partidos Políticos no Brasil**. In: **A República no Brasil: Ideologia, Partidos e Relações Exteriores**. João Pessoa: Casa de José Américo, 1990.

_____. **Sociedade e Poder Político no Nordeste – O caso da Paraíba 1945/1964**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Um Internacionalista do Itatiaia ao IBRI in Boletim de História** n.3. João Pessoa: UNIPÊ, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Born. **A Colônia Brazilianista (História Oral da Vida Acadêmica)**. São Paulo: Nova Stella, 1990.

OSIAS, Sílvio. **Bossa Nova Rock'n Roll** (crônicas musicais). João Pessoa: Jornal da Paraíba, 2001.

SODRÊ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira.**
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco** (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo.** 5^a
Reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOGLIATTI, Palmiro. **O Caminho Italiano para o Socialismo.**
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. **O General Dutra e a Redemocratização de 45.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

O Brasil de 64 no âmbito da Guerra Fria

Fernando Coelho

O Golpe de 1964 também não foi uma ação isolada, circunscrita ao Brasil e de âmbito apenas nacional, como a história oficial, durante a ditadura, tentou registrar. Fez parte, ao contrário, de um quadro mais amplo, numa das fases mais agudas da Guerra Fria. Sua origem, características, instrumentalização e objetivos foram semelhantes aos de vários outros golpes de Estado ocorridos no mesmo período na América Latina e que, sempre por iniciativa ou com apoio dos Estados Unidos, além do presidente João Goulart derrubaram, também, os governos da Argentina (1962), do Equador (1963), da Bolívia (1964), da República Dominicana (1965), do Panamá (1968), do Uruguai (1972), do Chile (1973) e do Peru (1975). Na mesma linha das intervenções que vieram a ocorrer, na década seguinte, em Granada (1983) e, novamente, no Panamá (1989).

Os EEUU de Kennedy a Johnson

A Política de aliciamento, inicialmente posta em prática por Kennedy através da “Aliança Para o Progresso”, e por ele próprio revista a partir de 1962, em 1964 havia cedido lugar ao jogo menos sofisticado de Lyndon Johnson. Que, na América Latina,

não mais admitia indefinições, nem dubiedades. Sobretudo em um país com a importância estratégica do Brasil.

No quadro bipolar de Guerra Fria, com seu comportamento julgado “sinuoso”, João Goulart foi aos poucos perdendo o crédito de confiança negociado em 1961 com o Departamento do Estado. Articulado, basicamente, pelo ministro San Tiago Dantas e pelo embaixador Roberto Campos. Cedendo às pressões internas das forças mais à esquerda e contrariando as expectativas de Washington, o presidente brasileiro deixou de executar o programa de estabilidade monetária aprovado pelo FMI; restabeleceu as relações diplomáticas e incrementou as relações comerciais com a União Soviética; negou-se a romper as relações com Cuba e a apoiar a proposta de sanções políticas e econômicas àquele país, além de procrastinar o pagamento das indenizações pleiteadas pela AMFORP, IT&T e outras empresas norte-americanas, concessionárias de serviços públicos, com pendências no Brasil. Além do mais, ao que se dizia para poder manipular lideranças esquerdistas, Goulart permitia a atuação desenvolvida de algumas delas nas cercanias do poder. Inclusive à frente de cargos públicos de relativa importância. O que o Departamento de Estado acompanhava, com indisfarçada preocupação.

O problema brasileiro

Essa evolução do quadro político nacional não agradava aos Estados Unidos. Congressistas e empresários norte-americanos, com seus interesses contrários, cobravam do governo de seu país um tratamento mais duro em relação ao Brasil.

Na perspectiva dos estrategistas da Casa Branca, que não admitiam correr riscos desnecessários, aos poucos Goulart passara a ser um parceiro inconveniente. Pouco ou nada confiável. Cujo afastamento se impunha, para a segurança do “mundo livre”. Em seu lugar, pragmaticamente, deveria ser entronizado

um presidente com outro perfil. Comprometido. Sem vacilações nem dubiedades no quadro bipolar da Guerra Fria. Que agisse na linha sintetizada, mais tarde, sem rodeios, por Juracy Magalhães – prestigiado presidente nacional da UDN, embaixador do Brasil em Washington, ministro das Relações Exteriores e ministro da Justiça com Castello Branco: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”.

A substituição de Goulart não demorou. Com a manipulação do movimento interno que vinha sendo articulado por civis e militares opositores do Presidente.

Para o Departamento de Estado – como sustentavam, desde 1962, alguns assessores de Kennedy e, depois, de Lyndon Johnson – o Golpe de Estado representou a solução ideal para o problema brasileiro. Através dele, sem custos financeiros adicionais, sem maior desgaste político e sem necessidade do envolvimento militar direto – a que Washington já se dispusera, apesar das dificuldades que vinha enfrentando no Vietnã – todas as pendências então existentes no País foram resolvidas. De forma satisfatória. Como explicitou o então coronel e adido militar norte-americano no Rio de Janeiro, Principal agente da CIA no Brasil, e, mais tarde, seu vice-diretor internacional, já então General Vernon A. Walters, “um regime que se mostrava desfavorável em relação aos Estados Unidos fora substituído por outro, francamente amistoso”.

Governo Federal, Ligas Camponesas, PCB e Visita de Kennedy

Francisco de Assis Lemos

Em depoimento para a FGV

(...) Comigo mesmo, houve também um outro problema de que falei ligeiramente. Era bom a gente tocar nesse assunto. Um dia eu estava no Rio de Janeiro e recebi um chamado do presidente João Goulart para ir à Brasília urgentemente. Eram umas sete horas da noite, eu devia pegar o primeiro avião do Rio e ir, do Rio de onde eu estivesse. Ele mandou me procurar. Se eu estivesse na Paraíba ou em qualquer parte, eu tinha de ir imediatamente, porque no dia seguinte eu tinha de estar em Brasília sem falta. Então eu fui para Brasília, houve até uns fatos interessantes...

E.R. – Que fatos interessantes?

A.L. – É que nesse dia fui ao palácio Alvorada e fui informado de que João Goulart estava na Granja do Torto, mas não receberia ninguém porque estava naquela ocasião com o Pierre Salinger, representante do Kennedy, que vinha tratar da viagem do presidente Kennedy ao Brasil. Eu até informei: “Interessante isso. Eu ia à Paraíba, recebi um recado de um secretário dele, dr. Gilberto Crockat de Sá, para que eu fosse a Brasília. Ele me deu a passagem de avião, eu vim a Brasília e hoje aqui é feriado, praticamente, o presidente não vem ao palácio, nem vai atender

ninguém”. A secretária respondeu: “Não atende nem ministro, nem senador, nem atende ninguém. Hoje o dia todo está reservado para os entendimentos com o Pierre Salinger”. Fiquei meio sem saber o que fazer e disse: “Bom, então, neste caso, eu vou embora. Tenho problemas na Paraíba, mas estou surpreso. Como é que dr. Gilberto me manda para cá? Sem nenhum sentido isso”. E naquela ocasião ia passando o deputado de Pernambuco Clodomir Leite. Ai falei para Clodomir: “Olhe, Clodomir, está acontecendo isso assim assim, é um negócio estranho”. Ele disse: “Espere aí”. Entrou numa sala do palácio e falou com a secretária do Palácio da Alvorada, e ela disse: “O que? Desde cedo que está a polícia mobilizada, procurando em todos os hotéis esse camarada. É para ele ir imediatamente para a Granja do Torto, que o presidente está esperando desde cedo”. Clodomir foi comigo até a Granja do Torto e não pôde entrar porque a guarda da Granja do Torto tinha ordem de que somente eu poderia entrar. E Clodomir, que era deputado federal, amigo de Jango, ficou fora, não entrou. Então fiquei surpreso e curioso do que é que se tratava.

E.R. – Isso foi em que época?

A.L. – Foi em 1963, por aí. Então eu entrei, fui recebido, o general Amauri Kruel, que era o chefe da Casa Militar veio ao meu encontro e disse: “Nós estávamos esperando por você, o presidente queria conversar com você antes, mas agora não dá tempo. Você vá, concorde, não discuta, porque ele vai falar. Não dá tempo. Ele queria conversar com você antes, procurou mas não encontrou você. Venha cá”. Aí eu entrei na sala, o Jango se levantou, me apresentou então ao Pierre Salinger, me disse quem ele era, e ao embaixador Lincoln Gordon. Estavam na reunião, o Jango, Salinger, Lincoln Gordon, o general Amauri Kruel e eu. O João Goulart dirigiu-se a mim, me apresentou e disse: “O Assis é quem está à frente do movimento camponês na Paraíba e terá satisfação em receber o presidente Kennedy na Paraíba”. Aquilo para mim foi como se tivesse caído um peso de muitos quilos

na minha cabeça, porque eu não sabia nada daquilo e na época havia uma reação antiamericana tremenda no Brasil. Sobretudo havia uma reação nas forças populares brasileiras, na Frente Parlamentar Nacionalista, nos estudantes e em todos. Havia uma tremenda reação antiamericana. Apesar de as posições do Kennedy serem posições mais simpáticas, nem isso contrabalançava uma reação contra os americanos. Então, naquela ocasião, quando o Jango falou que o Kennedy viria à Paraíba e que nós iríamos recebê-lo eu quase desmaiei.

E.R. - E com o pedido de concordar sem discutir...

A.L. - O Kruel já havia me avisado, então fiquei sem ter o que fazer e pensei: “Seja o que for eu concordaria”. Aí o Pierre Salinger começou a fazer umas perguntas querendo saber, por exemplo, a distância do aeroporto de Santa Rita até Sapé, quantos minutos levava por terra. Kennedy iria saltar em Santa Rita, iria direto a Sapé e falaria aos camponeses – a Jackeline Kennedy falaria também. Ele queria ouvir a palavra de um líder camponês dizendo exatamente qual era a situação em que viviam os camponeses do Nordeste. Kennedy não queria nada a não ser o que de fato era a realidade para o camponês, do ponto de vista camponês, sobre a situação em que eles estavam no Nordeste brasileiro. Então eu concordei, trocamos mais algumas ideias sobre como seria, quando seria etc., e o intérprete era o embaixador Lincoln Gordon.

E.R. - Julião não foi chamado para participar dessa conversa?

A.L. - Não foi pelo seguinte: Jango escolheu a Paraíba exatamente porque estava havendo uma campanha eleitoral em Pernambuco, e o Arraes, com quem ele havia falado, tinha dito que não teria condições de dar uma maior garantia para a presença do Kennedy em Pernambuco.

J.O. - Campanha de prefeito, não é? Pelópidas Silveira, pelas forças populares, e o outro era Lael Sampaio pelo grupo da UDN.

A.L. – Exato. Havia uma radicalização muito grande nessa campanha. Com a presença do Kennedy, o Arraes não teria condições de impedir que alguém fizesse uma manifestação contra, de que aparecessem faixas e se fosse colocar a polícia...

E. R. – Eles tentaram antes uma aproximação com Pernambuco?

A. L. – Devem ter tentado porque o Jango depois me explicou. E em Pernambuco o Arrais não tinha condições de receber o Kennedy, porque podia haver uma manifestação qualquer contra, dadas aquelas lutas nacionalistas da época. Então, anunciada pela imprensa a vinda do Kennedy e a ida dele a Sapé, eu comecei a receber centenas de...

E. R. – Aí o senhor voltou para a Paraíba e...

A. L. – Voltei para a Paraíba e comecei a receber muitos telegramas: do presidente da UNE e de outras entidades protestando violentamente contra a vinda do Kennedy e contra a aceitação da minha parte da vinda dele. Inclusive o Julião passou um telegrama muito grande citando as lutas camponesas, o sangue de João Pedro Teixeira, dizendo que era um absurdo a presença do Kennedy exatamente naquela região e tal. Fiquei numa situação muito difícil porque se eu dissesse que de fato não tinha sido convite meu nem coisa nenhuma, teria havido aquele problema com o João Goulart, deixaria mal o presidente, porque a repercussão seria internacional: o presidente da República mentindo! Eu fiquei numa situação tão difícil naquela época e quase praticamente isolado, porque começaram a chegar telegramas da UNE, de outras organizações estudantis, de algumas organizações operárias, todas protestando contra a vinda do Kennedy e contra a minha atitude. E eu fiquei sem saber a quem recorrer. Depois voltei ao Rio e um amigo me lembrou e disse: “Você poderia conversar com Luís Carlos Prestes”.

E. R. – Que amigo foi esse que deu essa sugestão?

A. L. – Não quero falar. Esse meu amigo estava também muito preocupado com aquilo, porque ele não sabia como sair. Existia um jornal da Frente Nacionalista, **Emancipação**, que fez também páginas e páginas publicando telegramas, protestos e comentários, tudo isso contra aquela perspectiva da vinda do Kennedy a Sapé. Quase uma campanha de desmoralização contra mim junto às forças sindicais, estudantis, etc.

E. R. – Julião aproveitou esse momento para que o movimento dele crescesse no sentido da Paraíba?

A. L. – Não; mas era uma boa oportunidade de acabar com a minha posição dentro do movimento. E, de fato, atendendo a esse amigo, eu procurei Prestes lá em Botafogo na residência dele, não me lembro da rua, não sei se era Dona Mariana. Fui até lá e ele me recebeu. Então expliquei exatamente o que tinha acontecido. Eu estava sem saber o que fazer. E ele calmamente perguntou: “O que é que você está desejando fazer?” Eu disse: “Estou desejando ir à imprensa e dizer que eu não convidei o Kennedy”. A minha situação já estava de tal maneira que eu ia dizer.

E. R. – Na imprensa saiu como se o senhor tivesse convidado?

A. L. Sim, para dar uma autenticidade. Sabei que nós nos sentiríamos satisfeitos em receber o presidente Kennedy aqui na Paraíba. Era essa a opinião da imprensa. Então, eu já estava disposto a dizer, a declarar que o que tinha acontecido era aquilo e que eu não tinha nenhum interesse em trazer o Kennedy a Sapé. Mas o Carlos Prestes disse: “Absolutamente. Você não pode deixar mal o presidente, porque é um problema internacional. Mas você tem de fazer uma declaração sua, colocando exatamente que a presença do presidente Kennedy na Paraíba, para falar aos camponeses e ouvir da palavra dos camponeses as suas reivindicações e as suas críticas ao latifúndio, é uma forma a mais de isolar o latifúndio. Quer dizer, transformar a presença do Kennedy num ponto positivo da luta camponesa no Brasil”.

E. R. – Isso foi opinião do Luís Carlos Prestes?

A. L. – Foi. E ao mesmo tempo ele chamou dois jornalistas amigos dele que estavam lá, Mario Alves e Giocondo Dias. (O Giocondo Dias era um teórico do Partido Comunista, e Mário Alves era o homem do jornal **Voz Operária**, na época acho que ele era o diretor). Então eles foram lá para dentro e redigiram uma declaração que depois eu li e achei que era exatamente aquilo. A forma como eles colocaram era esta: a presença do Kennedy era favorável às lutas camponesas porque era um destaque se deslocar um presidente dos Estados Unidos para vir ver a luta camponesa, escutar da voz de um líder camponês e suas reivindicações. Isso ia deixar o latifúndio inteiramente isolado e era este o propósito do movimento camponês.

E. R. – O Julião, quando disse que Pernambuco não teria condições de segurança...

A. L. – Não foi o Julião, foi o Arraes.

E. R. - ... Já teria sido uma resposta estratégica?

A. L. – Não sei se o Arraes disse. O Jango foi quem falou que o Arraes, em virtude da campanha eleitoral que estava se desenrolando em Pernambuco, não tinha condições de dar essa garantia, uma garantia de que não haveria uma provocação.

E. R. – Seria uma maneira delicada de negar o convite?

A.L. – Não, acho que não. Depois eu falei com o Arraes e ele concordou inteiramente e me deu inteiro apoio.

E. R. – Ele não lhe mandou nenhum telegrama dizendo que sua atitude não teria sido correta do ponto de vista político?

A. L. – O Arraes não. Em seguida, como uma reparação de tudo aquilo que estava sendo feito é que houve uma grande concentração, um congresso operário em São Paulo, e eu fui falar em nome dos camponeses do Nordeste, e eles não permitiram a presença do Julião nesse congresso sindical. O CGT, PUA etc.

E. R. – Por que eles não permitiram?

A. L. – Deve ter sido já, talvez, influência...

E. R. – Do Partido Comunista.

A. L. – Deve ter sido, e do PTB. Todo o pessoal se juntou e me deu apoio, prejudicando aquela campanha que o Julião estava querendo fazer. Depois houve, não sei por que, a prorrogação da vinda do Kennedy, ele não pôde vir na época que estava...

E. R. - A declaração redigida por esses dois jornalistas chegou a sair?

A. L. – Foi publicada no jornal **Emancipação** e em outros órgãos de imprensa.

E. R. – **Emancipação** era da Paraíba?

A. L. – Não; **Emancipação** era um órgão da Frente Parlamentar Nacionalista, que vinha fazendo uma campanha contra mim, mas publicou a declaração. Aí caiu numa rede de tal maneira que o próprio diretor da **Emancipação**, Osvaldo Costa, fez um editorial exatamente mudando até inclusive o que vinha sendo feito pelos jornalistas.

J.O. – O jornal era **Emancipação** ou **O Semanário**?

A. L. – Acho que era **Emancipação**?

J. O. – Era **O Semanário** o nome desse jornal de Osvaldo Costa, o jornal da Frente Parlamentar Nacionalista?

A. L. – Se era **Emancipação** ou **O Semanário** eu não me lembro. Acho que era **Emancipação**, mas havia também **O Semanário**. Não me lembro em qual dos dois, mas foi num deles que saiu. Aí a coisa mudou inteiramente.

E. R. – Essa declaração o reabilitou?

A. L. – Perfeitamente, porque aí mudou totalmente aquela campanha, inclusive o próprio vice-presidente da UNE, que foi quem passou um telegrama porque estava ocupando a presidência da UNE, depois modificou inteiramente sua posição. Essa foi uma ocasião muito difícil naquelas lutas, e o Julião aproveitou bem... Mas o fato é o seguinte: depois, na própria prisão em Recife, estive com Julião e estivemos conversando em alguns momentos em que estávamos tomando banho de sol, falamos alguma coisa daquilo.

E. R. – Como foi essa conversa?

A. L. – Eu falando que o pessoal que o tinha cercado era uma turma que não merecia de maneira nenhuma confiança e que aproveitou inclusive para prejudicá-lo. E tenho a impressão de que o Julião aceitou inteiramente, porque ele era um cara muito inteligente e além de inteligente era um camarada muito (sério)¹, e estava de fato 100% integrado nas lutas camponesas, achando que aquilo era o que devia ser feito. Apenas o fato é que ele se adiantou um pouco em radicalizar numa ocasião em que não havia necessidade de radicalizar a luta como ele queria fazer. O erro dele foi este. Mas não acredito nunca que tinha sido ideia espontânea dele. O pessoal que o estava cercado forçava-o a fazer isso. Pelo que conheci dele, ele não iria nunca para um isolamento, como ele chegou a ficar dentro do movimento brasileiro.

E. R. – Eu queria registrar que está colaborando nessa entrevista o professor José Octávio.

J. O. – Assis, você, reiterando o que já me tinha dito antes, falou que tinha pretensão de transformar as ligas camponesas em sindicatos para resguardar a autenticidade delas, de forma a expurgar lideranças inautênticas e até provocadoras. No que tange ao processo sindical brasileiro, o que aconteceu por volta de 1930 na área dos sindicatos urbanos foi exatamente o contrário. A partir do momento em que as antigas ligas e comitês existentes antes de 1930 se transformaram em sindicatos, essas entidades perderam a sua autenticidade e passaram a constituir uma peça do dispositivo do governo. Pergunto eu: devido às suas ligações com Jango, você não tinha a pretensão, porventura, de estimular essa transformação de ligas camponesas em sindicatos, a fim de, como representante do Jango, ficar controlando, numa linha de estamento burocrático, as ligas camponesas?

1 Acréscimo feito pelo entrevistado, não consta na gravação.

A. L. – José Octávio, em primeiro lugar há um engano: eu não era representante de Jango. Eu me transformei em amigo dele, mas nunca fiz qualquer coisa, nem nunca ele me falou para fazer alguma coisa em favor dele ou da liderança pessoal dele. O que você citou no seu livro, e Abelardo também em **Sexta-feira 13**, como se eu tivesse entrado naquilo e fosse estimulado para fazer uma luta contra Julião, não houve. Julião não só lutou contra, tentando dividir o movimento camponês aqui da Paraíba, mas entrou em choque com todas as lideranças. Lembro que ele entrou em choque com Arraes, com Brizola, com o Jango, com o Partido Comunista, com outras frentes de esquerda que lutavam naquela época. Foi uma coincidência também a minha orientação ter ficado diferente da dele. Ele foi quem começou a radicalizar e avançar. Não quero dizer que aquilo que ele fez estivesse errado, apenas estava fora da época. O que ele queria fazer era um passo bem adiante. Eu não concordei não, com o quê ele queria fazer, mas sim com a época.

Mas você tem uma certa razão, porque, de fato, com a transformação das ligas camponesas em sindicatos, podia acontecer no futuro o que aconteceu ao movimento sindical e como agora está acontecendo também: intervenções em sindicatos operários colocados como interventores a serviço de outros interesses que não os interesses autênticos do próprio movimento sindical. O problema das ligas era que só havia dois caminhos: ou correr esse risco ou então deixar também que o movimento pudesse se desagregar com aquilo que falei: a presença de lideranças que podiam ser inautênticas, apesar de não serem camponesas, mas também lideranças não autênticas e que iriam aparecer apenas para tirar proveito ou carregar o movimento camponês a reboque dos seus interesses pessoais e políticos. Isso era um perigo mais iminente e mais certo de acontecer, que iria acontecer mais rápido, como já estava querendo acontecer. Alguns líderes camponeses estavam querendo se candidatar a vereador, outros a prefeito, a deputado,

etc... Quer dizer, já começava a haver uma ligeira possibilidade de carreirismo. Com a transformação em sindicatos, o que ia acontecer? Podia suceder o que sucedeu com o movimento operário, mas podia, não vamos dizer que iria acontecer. Porque de fato a luta camponesa tinha umas reivindicações mais imediatas do que as reivindicações dos sindicatos operários. Talvez em 1930 – talvez você tenha razão – houvessem as reivindicações quase como as que os camponeses estavam tendo antes de 1964, que eram as primeiras reivindicações. Aqui o camponês estava reivindicando acabar com o trabalho de graça. Naquela época talvez reivindicasse diminuir o número de horas de trabalho. Mas já havia alguma coisa, alguma legislação em favor dos operários da cidade; e do campo não havia nada, ou, se havia, eles nem tomavam conhecimento. Dos operários da cidade muitos deles são alfabetizados; e no campo quase todos são analfabetos. Este problema de peleguismo rural aconteceu e está acontecendo atualmente (...).²

2 Este depoimento foi prestado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em 1978, sob a coordenação do cientista político Eduardo Raposo que aparece no texto como E.R. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e deputado estadual, Assis fazia-se a principal liderança das Ligas Camponesas paraibanas, sobre as quais produziu **Nordeste – O Vietnam que não Houve** (1996-2008).

Stefan Robock e o movimento camponês

Heitor Cabral

Convidado a escrever sobre episódio do movimento de 1964, do qual me fiz de alguma forma espectador, optei, face a urgência do prazo imposto pelo professor José Octávio de Arruda Mello, debruçar-me sobre um fato de que fui testemunha ocular, como se dizia.

Campesinato e Imprensa em Robock

Tratava-se do que pensava o professor Stefan H. Robock, um técnico norte-americano muito conhecido por seus trabalhos em prol do desenvolvimento do Nordeste, a respeito da marcha do movimento camponês aqui na região nos idos de 1963.

Sua Excelência, em visita naquele ano, que já se faz distante, à sede da Associação Paraibana de Imprensa, expressara aos poucos ali presentes num encontro de sábado, a sua avaliação algo pessimista a respeito do futuro do movimento camponês em curso naquela época, principalmente nos Estados da Paraíba e Pernambuco.

No seu retorno ao nosso meio, quando fez as referidas observações, ele também pretendia atualizar-se de perto acerca dos sucessores daquele movimento, dos ideais políticos e sociais predominantes nas lideranças camponesas, além das propostas em andamento.

Stefan Robock tornara-se muito conhecido nos meios técnicos ligados ao desenvolvimento de nosso país, após concluir com êxito a missão oficial para que fora convocado, sob os auspícios do Governo brasileiro e da ONU, nos anos 1953/1955.

Sua experiência brasileira se seguira ao período de cinco anos em que fora economista-chefe da TVA – Tennessee Valley Authority, empresa norte-americana de desenvolvimento integrado, especialmente de produção de energia elétrica.

Aportara sua larga experiência em nossa região na formação dos primeiros quadros técnicos do recém criado Banco do Nordeste do Brasil, órgão de desenvolvimento regional que se seguira ao então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, instituído em 1952 no Governo Getúlio Vargas. Dizia-se na época que o BNB era o único banco público de desenvolvimento de caráter regional existente em todo o ocidente.

O foco do seu retorno após dez anos era acompanhar de perto os fatos políticos e sociais que estavam ocorrendo no Engenho Galiléia, em Pernambuco, na Liga Camponesa de Sapé, entre outras, na Paraíba e, hoje estou convencido disso, prestar ao movimento camponês uma possível ajuda como consultor técnico experiente.

Àquela altura, o que se passava no Nordeste brasileiro, uma região até então esquecida do mundo, atraía a mira do noticiário internacional, ao lado das crises de Cuba e da guerrilha vietnamita.

Para bem ilustrar o nosso drama regional, o Presidente Kennedy dissera, num discurso em Washington, que em determinada cidade de nossa região, nenhuma criança nascida viva havia conseguido chegar ao primeiro ano de idade, tamanha a pobreza relativa vigente no Nordeste brasileiro.

Induzida pelo conflito agrário, e pela inconformidade das ruas, a ameaça de uma conflagração de grandes proporções na mais extensa zona semi-árida das Américas preocupava os

norte-americanos e o seu até então incontrastado poderio na América do Sul.

Um invejável currículo

A Casa Branca iniciara de motu próprio, em 1951, sob os auspícios do embaixador Merwin L. Bohan e sua equipe de profissionais que aportou em nossa região, uma série de medidas com vistas ao desenvolvimento do Nordeste, certamente inspirada com o que sucedera na Europa com o Plano Marshall.

Súmula dos trabalhos da Missão Bohan foi traduzida num Relatório que o embaixador encaminhara ao Presidente americano, nunca apresentado formalmente ao grande público que ficou conhecido nos meios técnicos como Plano Bohan³.

Seguiu-se, dada a importância política recém conquistada pela nossa região nos meios internacionais, principalmente entre os povos do hemisfério norte, visitas de altas autoridades estrangeiras ao nosso país, inclusive a curiosa iniciativa da ida ao Engenho Galileia, em Pernambuco, de Robert Kennedy, irmão do Presidente americano, e seu Ministro da Justiça.

Durante as intensas negociações que se seguiram entre autoridades dos dois países, foi acertada até a visita do Presidente Kennedy ao município de Sapé, na Paraíba, aonde o visitante falaria às massas camponesas. Essa visita, que poderia ter alterado o rumo das coisas, foi frustrada com o seu trágico assassinato em Dallas, Texas, em 22 de novembro de 1963.

Voltando à sede da API, o pequeno grupo que cercava Stefan Robock seguiu para a sede da Liga Camponesa de Sapé, sendo ali recebido com o entusiasmo com que o movimento camponês consagrava as visitas ilustres.

3 Embaixador Erwin Bohan, Northeast Brazil Survey Team Report, “Relatório de Missão de Estudos sobre o Nordeste do Brasil”, 1963.

Para quem ainda não o conhecia, o nosso técnico era filho de imigrantes ucranianos nascido em 1915 em Wisconsin, EUA. Graduou-se na Universidade de seu Estado, depois ingressou no corpo docente da Universidade Columbia, em Nova York, onde lecionou por cerca de 20 anos.

Nos anos 1949-1954 foi economista-chefe da TVA – Tennessee Valley Authority e, nos dois anos e meio seguintes, integrou um programa conjunto do Governo brasileiro com as Nações Unidas, visando a orientar o desenvolvimento econômico do Nordeste, principalmente na formação dos quadros técnicos de alto nível para a operacionalização do recém criado Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Em 1959 publicou **O Desenvolvimento Econômico do Banco do Nordeste**, um relatório detalhado sobre os seus trabalhos naquela primeira Missão em nosso país. Esse documento técnico mostrou-se de muita valia para a orientação dos programas de desenvolvimento econômico que deveriam seguir-se ao trabalho inicial.

Vieram depois, de sua lavra, **O Desenvolvimento Econômico do Nordeste Brasileiro** e, em 1960, a **Segunda Visita ao Nordeste Brasileiro**: Relatório sobre a Comissão de Assistência Técnica de Stefan H. Robock⁴. Seguiu-se a publicação de Brazil, **A study in Development Progress** e **O Desenvolvimento do Brasil em Debate**, além de um curioso **Nuclear Power and Economic Development in Brazil**, além de dezenas de relatórios e estudos referentes a temas brasileiros, apresentados em congressos e seminários nacionais e no exterior.

Em todas as ocasiões, Robock não deixava de se referir a dois males congênitos em nosso país: o elevado nível de corrupção

4 Trabalho realizado sob os auspícios do Departamento de Cooperação Técnica da OEA.

local e o desinteresse das elites dirigentes pela promoção do desenvolvimento de nossa terra.

Após mais de cinco anos de sua vida passados em missões no Brasil, e escrever sete livros, o economista Stefan H. Robock faleceu em 2012 aos 97 anos de idade em Bluffton, na Carolina do Sul.

As Previsões de um analista

A dedicação incansável desse ilustre norte-americano ao Nordeste, e o seu amor pela nossa terra, ficaram evidenciados no texto final do estudo que apresentou na Conferência Internacional do ICID realizada em Fortaleza em 1992, intitulado **Algumas Reflexões Históricas sobre uma Importante Região Semiárida: o Nordeste do Brasil:**

Quero agradecer aos organizadores do ICID por terem-me convidado a participar de tão significativo evento. Eu sou um apaixonado pelo Brasil e pelo Nordeste. Algumas vezes, quando eu falo português, as pessoas me perguntam se eu sou brasileiro, e eu lhes digo que sou um nordestino de coração. A Região ainda tem muita pobreza. Mas, em relação ao passado, o Nordeste tem alcançado um impressionante progresso econômico e social. (...) Acima de tudo, quando eu vejo a importância da liderança valorosa desempenhada por alguns de meus treinados e antigos colegas em programas para melhorar a qualidade de vida no Nordeste, eu me sinto pessoalmente recompensado pelos anos e energia que lhe devotei.

Voltando à opinião expressa na API pelo nosso festejado autor sobre a sina do movimento camponês do Nordeste nos idos

de 1963/64, devo reconhecer que fomos todos tomados, com a opinião de Robock, de uma certa surpresa – Bento da Gama, Hendrick Costa, Assis Lemos, Adalberto Barreto, eu, entre outros.

A nossa frustração foi tamanha que ninguém se dispôs a promover um debate sobre os temas levantados por ele ali na própria sede da API. Em consequência, seguimos todos diretamente a Sapé para uma reunião com a Liga Camponesa local.

Penso que Robock apenas quis dizer, no seu encontro da API, que a correlação de forças entre, de um lado, o movimento camponês e as forças progressistas e, do outro, a aristocracia rural, força política então dominante no Nordeste, apesar de duramente combatida, junto com a pressão das correntes conservadoras imperantes da política brasileira naqueles anos e, acima de tudo, as pressões políticas, econômicas e militares norte-americanas, terminaria por beneficiar estes segmentos, apesar do apoio e estímulo da esquerda brasileira e do Presidente João Goulart, que se fizera, inclusive, amigo do movimento camponês.

Robock poderia inclusive ter-nos dito o que poucos conheciam no Brasil daquela época: que, já em 1962, o Presidente Kennedy havia endossado a política de intervenção americana no Nordeste, prestigiando as iniciativas belicosas do embaixador Lincoln Gordon e especialmente nomeando o general Vernon Walters, um conhecido falcão linha dura, para gerenciar a política militar de Washington em nosso país.

Não aproveitamos a ocasião, eu lamento, para debater esses assuntos com aquele visitante, que certamente conhecia o andamento das forças em jogo, particularmente o poder e o empenho total do Governo norte-americano em dominar a situação política em nosso país de qualquer maneira.

O resto da história é conhecido. Em abril de 1964 o movimento militar, apoiado inclusive belicamente pelos norte-americanos, depôs o Presidente João Goulart e, com o apoio decidido da oligarquia do todo o país, mobilizada, destruiu o

movimento camponês, assassinando os seus líderes e aliados mais destacados.

Restou para o Governo militar que se seguiu, uma insípida lei agrária, o Estatuto da Terra, aprovada às pressas e que não deixará saudades e imergimos todos em mais de vinte anos de um absurdo processo de restrição de direitos humanos, com os revezes conhecidos para a ambição democrática de nosso país.

A área telegráfica – UBSPT, Bingo, Comício e Posse no DCT

Wilame Jansen

(...) Reconstituir o movimento de 1964 na área telegráfica da Paraíba é uma tarefa difícil porque, nesse período, há pouquíssimos documentos oficiais ou correspondências entre figurões da política nacional (civis ou militares), e desconfia-se de que muitos textos estejam com linguagem cifrada. Daí porque José Octávio está cruzando depoimentos de pessoas que atuaram em movimentos políticos nesse período, na tentativa de encontrar pistas e até mesmo tirar conclusões. Com o faro de repórter que foi no início de sua carreira de jornalista (Antena Política da **Rádio Arapuan**) e respaldado pela metodologia histórica e pela historiografia, ele diz ser possível colocar alguma luz sobre esses tenebrosos dias.

E onde eu entro nessa história? Por acaso eu era do DCT, do PCB e da UBSPT. J. O. trouxe-me quatro assuntos, já fruto de suas pesquisas: (a) Encontro na churrascaria Gaúcha, no Rio; (b) Encontro do PCB em bingo na Lagoa; (c) Comício Frustrado em Cruz das Armas em 31/março/64; e (d) Posse de Wilson Jansen no DCT, mesmo com alerta, em 31/março/64. A seguir faço uma síntese do meu depoimento.

- a) Uma semana antes do golpe, Dalmo Gaspar convocou uma reunião dos Presidentes Estaduais das UBSPTs.

O Diretor Geral do DCT Nacional, Coronel Dagoberto Rodrigues, liderou a única tentativa articulada de resistir ao Golpe, afora Brizola, o qual desde 1963 fazia Campanha pela Legalidade, a partir da Rádio Guaíba de Porto Alegre. O braço direito de Dagoberto era Dalmo Gaspar, Presidente da UBSPT Nacional. Dalmo promoveu um encontro de todos os Presidentes Estaduais das UBSPTs, na Churrascaria Gaúcha, no Rio de Janeiro, famosa, na época. As únicas ausências a essa reunião foram os Presidentes das UBPTs da Paraíba, Ribeirão Preto e Alagoas, todos eles por recomendação do PCB. Os demais eram trabalhistas ligados ao Brizolismo. Tenho uma revista que descreve as discussões sobre os acontecimentos políticos tumultuados do período, assuntos largamente divulgados na Imprensa. Nada de novo. Tenho a impressão de que o motivo da reunião seria manter a união do grupo. Portanto, confirmei a existência da reunião, mas nada pude acrescentar além de impressões.

b) Encontro do PCB em Bingo na Lagoa.

O encontro realmente ocorreu, no dia 29 ou 30 de março. A orientação era a de comprar uma cartela do bingo e identificar os camaradas sentados no gramado em frente ao Cassino da Lagoa. Não houve discussão, apenas o aviso de que ia haver movimentação política e provavelmente militar. Que cada camarada cuidasse de sua segurança, e, se fosse o caso, saísse de circulação. Que o Partido não queria heróis, os que “caíssem” contassem tudo, até porque não havia como imputar crime aos atos praticados nos últimos anos pelo Partido. E que cada um se resguardasse. Não houve uma afirmação direta ao golpe, mas quando ele aconteceu tive a impressão de que o Partido já sabia. Durante um tempo se falou que, de fato, teria havido um vazamento no seio das próprias Forças Armadas.

c) Comício Frustrado em Cruz das Armas.

De fato houve a convocação de um comício em Cruz das Armas, para as 19 horas do dia 31 de março/64, 500 metros após o Quartel do 15º RI, promovido por várias entidades da sociedade civil. Por falta de tempo, arranjou-se um caminhão para servir de palanque. Às 17h, estávamos (umas dez pessoas) assistindo aos trabalhadores cuidando da iluminação e da instalação do som, quando chegou uma pessoa conhecida da maioria com um recado para desmontar o palanque e dispersar, porque ao anoitecer uma guarnição do Exército viria prender quem estivesse presente.

Diante da divergência do grupo sobre o que deveria ser feito, cogitou-se de telefonar ao agrônomo e líder das Ligas Camponesas de Sapé, Assis Lemos, para que mandasse um advogado nos soltar, caso realmente ocorresse a prisão. A palavra de um militar reformado, presente ao evento, foi definitiva: *Camaradas, quem manda no quartel à noite é o oficial de dia. Do jeito que ele recebe o quartel, tem que entregar sem alteração no dia seguinte, na troca da guarda, às sete horas. Portanto, nada acontecerá durante a noite, e quem for preso terá que ficar alguns dias até que se cumpram os trâmites burocráticos.*

d) A posse de Wilson Jansen no DCT.

Na substituição dos cargos de confiança da máquina administrativa oficial não havia surpresas. Assumia alguém que fosse do quadro de pessoal do órgão, e pertencente ao partido vencedor. Essa era a praxe política dos anos anteriores ao golpe militar. No DCT, assumiria a direção Severino Lucena, Wilson Jansen ou José Neiva, caso a coligação PSD/PTB fosse vitoriosa. Pela UDN assumiriam Gaudioso, João de Deus ou Rubens Beltrão.

No dia 31 de março de 1964, véspera do golpe, Wilson Jansen foi nomeado Diretor Regional pelo Coronel Dagoberto

Rodrigues, Diretor Nacional do DCT. Como filho, falei sobre a inconveniência de ele assumir e relatei o comunicado que havia recebido no encontro do Bingo da Lagoa, citado no item (b), acima. Ele concordou com a gravidade da situação, porém argumentou que todo mundo sabia que ele era o candidato da vez, por sua livre vontade. De forma que não se sentia em condições morais de recusar, qualquer que fosse o resultado dessa decisão.

Não deu outra. No dia primeiro de abril, o DCT foi cercado pelo Exército e Wilson Jansen transmitiu o cargo a Nelson Santiago. Não ocorreu nenhum outro tipo de repressão a ele, felizmente. José Octávio surpreendeu-se ao saber que Wilson Jansen era meu pai e irmão de Orlando, seu amigo.

Essa foi a síntese de meu depoimento, naturalmente recheado de comentários e detalhes.

O Sindicalismo paraibano em ação

João Ribeiro Filho

Nos últimos dias do mês de março de 1964, os boatos sucediam-se e as notícias circulavam rapidamente, parlamentares concediam longas entrevistas; uns defendiam a democracia, outros acusavam o governo federal pela anarquia existente no país. E na Paraíba as Ligas Camponesas se expandiam, provocando choques entre camponeses e fazendeiros. Os mais graves foram os que motivaram as mortes do líder camponês João Pedro Teixeira e do proprietário de terra Rubens Regis. Esses fatos levaram ao campo um ambiente de guerra civil. Assisti à autópsia no corpo de Pedro Teixeira, na cidade de Sapé, efetuada pelo médico e intelectual Oscar de Castro. Dias depois, sua viúva compareceu acompanhada por um filho menor à FTIPB. Ela procurava apoio da direção das Ligas Camponesas e foi levada pelo contínuo ao presidente das Ligas.

No plano nacional foram convocadas eleições gerais e nelas foram inscritos os candidatos a Presidente da República. Pela situação, o General Teixeira Lott, e pela oposição, Jânio Quadros. Na Paraíba, em 1962, O Movimento Nacionalista apresentou Assis Lemos candidato a deputado estadual, enquanto os radicais lançaram Elizabete Teixeira; essa divisão fez o jogo da direita. O pleito terminou e do seu resultado saiu eleito Assis Lemos.

A Paraíba, de Sapé à Federação

A situação na Paraíba agravou-se com a designação do Coronel Luiz de Barros para comandar a polícia no município de Sapé e as prisões de trabalhadores rurais por ele efetuadas, bem como a expulsão de camponeses do campo, com o envolvimento de setores importantes da sociedade paraibana. Estes acontecimentos levaram a Frente Popular a convocar um comício a ser realizado na Lagoa, com a participação do Presidente Jango. O evento começou com uma passeata saindo da frente da estação férrea e seguindo pelas ruas Barão do Triunfo, Pedro Américo, Aristides Lobo e Ponto de Cem Reis; terminando na Lagoa, onde se concentrou em torno do Cassino. Foi a maior concentração a que assisti em João Pessoa.

Nos últimos dias do mês de março, os quartéis do Exército passaram a viver em prontidão. Dr. Leonardo Leal, representando a esquerda radical, procurou o presidente da FTIPB e sugeriu que fosse convocada uma greve geral de apoio aos camponeses e contra o golpe. O presidente discordou e justificou alegando que no momento não havia condições para um ato desse tipo. Convocou uma reunião para a noite do mesmo dia para analisar a situação política e sindical na Paraíba. Nessa reunião foram designadas duas comissões: uma para levar um manifesto aos jornais, outra para comunicar aos sindicatos que não compareceram. O emissário que foi a Santa Rita, fez um relato a Antônio Nazário do conteúdo da decisão tomada, ao que ele aquiesceu. Foi à praça da igreja, tomou um taxi para João Pessoa. No mesmo dia a Federação das Ligas Camponesas convocou uma assembleia a ser realizada na noite do dia seguinte.

O auditório ficou superlotado. Nele havia pessoas de todas as origens, inclusive militares à paisana. Foi concedida a palavra. O primeiro orador acusou o Presidente da República de fazer corpo mole, por ser estancieiro e não se interessar pela solução do

problema. Só a união do proletariado seria capaz de dar solução à problemática da política nacional. O segundo orador se solidarizou com o primeiro e convocou os trabalhadores, camponeses, estudantes e o povo em geral para impor a vontade do proletariado. O presidente da FTIPB pediu um aparte para discordar do orador e mostrar que o inimigo era poderoso, por isso a questão não devia ser considerada e que o caminho a ser percorrido ainda exigia muito sacrifício.

Nesse momento, do meio da multidão, ergueu-se um homem que se identificou como representante dos camponeses de Alhandra e contra-aparteou o Presidente, perguntando se o companheiro não confiava na classe operária. Confio, respondeu o aparteado, e advertiu: o operariado possui capacidade de luta, porém sem fantasias e muito menos demagogias. O presidente da sessão pediu calma aos oradores, mas as discussões continuaram. Antes do término dos trabalhos, foi convocada uma concentração a ser realizada no dia trinta e um, em Cruz das Armas. Esse ato foi dissolvido pelo Exército que efetuou a prisão do bancário Boanerges e de alguns estudantes. O guerreiro de Alhandra não compareceu.

Faculdade de Direito e primeiras prisões

Outros fatos políticos aconteceram sem o apoio da FTIPB, como o que ocorreu na Faculdade de Direito da Paraíba. A Instituição defendia o direito de ir e vir.

- Como poderia, então, opor-se à visita de um político de outro estado à Paraíba?

Por isso não participamos daquele evento comandado por líderes estudantis e contestado por outras lideranças. Também éramos contra a política do Senhor Carlos Lacerda, mas nos colocávamos no campo da luta de forma diferente.

O último dia do mês de março foi tenso. Trabalhei o dia inteiro, enquanto ouvia as notícias transmitidas pela **Rádio Jornal do Commercio**. À noite, me dirigi ao Colégio Getúlio Vargas, onde estudava. Ao passar pela Praça Vidal de Negreiros verifiquei que esta estava repleta de pessoas, que, em grupos, discutiam a revolta em Minas Gerais. Continuei meu trajeto rumo ao colégio, onde havia poucos alunos. Assisti apenas à primeira aula, pois as seguintes foram suspensas. Ao regressar, passando pelo Ponto de Cem Reis, observei um número menor de pessoas. Chegando em casa, informei minha esposa sobre os acontecimentos e avisei que sairia para me encontrar com Vavá em sua residência, para com ele colocar em prática o que em teoria havíamos antes acertado.

Em seguida, o Exército determinou a prisão das lideranças. Fui preso no dia dois de abril de 1964 e conduzido ao quartel do Décimo Quinto Regimento de Infantaria. Lá já estavam Boanerges, Maia e cinco estudantes. Um deles, aproximando-se, declarou - nós somos os primeiros presos políticos do golpe. Você tem qualquer informação sobre alguma reação? – ao que respondi - não!

No decorrer do dia, outros presos políticos foram chegando à prisão, entre eles, o cineasta Willis Leal, o Prefeito de Rio Tinto, Antônio Fernandes, Antônio José Dantas, Pedro Fazendeiro, Luiz Bernardo, o Nego Fuba, o dono do cinema de Alagoa Grande, o proprietário de um bilhar em Campina Grande e um estudante também campinense. Este último logo que chegou perturbou a todos, pois se fez de doente e pediu ao Sargento do dia para comprar um vidro de Elixir Gullar. A maioria dos detidos no pavilhão eram de camponeses. Presos como o ex-deputado João Santa Cruz estavam em outros departamentos do quartel. Estavam em uma cela Luiz Bernardo, o estudante Fernando Macedo e outros. O Prefeito do Município de Sousa, Antônio Mariz, ficou no Grupamento de Engenharia.

A situação nos quartéis

Nos primeiros dias faltou água para a higiene pessoal e também para beber. O mau cheiro da fumaça dos cachimbos e dos cigarros tornava o ambiente tóxico e insuportável. Houve um entendimento e o exercício do vício passou a ser realizado no banheiro. O Major Cordeiro era o terror de todos. Outro oficial que ameaçava era um jovem gaúcho que, quando assumia a condição de oficial de dia, humilhava a todos. Certa vez ordenou que todos ficassem calados, pois se ouvisse qualquer ruído, mandaria retirar os colchões e derramaria água sobre o chão do salão.

A essa altura, os inquéritos haviam começado. Uns detidos eram levados para o Grupamento, outros para a polícia civil ou para Sapé, e, por fim, alguns eram interrogados no próprio quartel. Das celas comumente se ouviam gritos e enjoo. Do nosso grupo, alguns não conseguiam dormir. O dono do cinema de Alagoa Grande ficava de pé fumando por toda a noite. Quando Pedro Fazendeiro chegou à prisão, às treze horas, logo foi levado para depor e só voltou às vinte horas, profundamente abatido e denunciando que havia sido torturado.

Decorridos trinta dias da minha prisão, sem ter sido convocado para depor, fiz um requerimento ao Comando solicitando o reconhecimento da minha condição de preso daquela instituição militar. O Comando respondeu declarando que eu não estava preso e sim detido para averiguação. Dias depois fui levado para depor no Grupamento. Fui interrogado pelo Major Aquino que começou perguntando onde eu estava no dia trinta e um de março. Tendo respondido que durante o dia, na oficina, trabalhando, e à noite, no Colégio Getúlio Vargas, onde estudava. Ele insistiu:

- O senhor não foi ao comício de Cruz das Armas?
- Não senhor.

Perguntou ainda:

- O senhor participou da campanha de Assis Lemos ou da de Elizabete Teixeira?

- Não fiz parte de nenhuma das duas, porque fui também candidato.

Ele continuou:

- O senhor assinou o pedido de registro do Partido Comunista?

- Não.

- Todos que vêm aqui também negam, no entanto assinaram.

- O senhor pode mandar verificar.

- Não precisa. Já examinei. É verdade, o senhor não assinou.

Ele olhou e disse:

- Quando fui designado para ocupar esse posto recebi uma relação de acusados e o senhor consta como um dos radicais, mas, examinando em todo o território nacional, não encontrei provas reais contra o senhor. Por isso vou examinar a sua situação. Essa semana será resolvida.

Na Delegacia de Polícia

No dia seguinte, um sábado, na hora do almoço chegou uma guarnição da Rádio Patrulha e fomos conduzidos, eu, Luiz Bernardo e mais dois cujos nomes não recordo agora, para depor na polícia civil. Na Delegacia ficamos de pé em frente à mesa do Delegado, que estava examinando documentos, tendo ao seu lado o escrivão de polícia. Reconheci no escrivão um ex-colega do Lyceu Paraibano. Ele dirigiu-se ao delegado e apontou em minha direção, afirmando:

- Esse rapaz é um homem de bem.

E baixou a cabeça.

O Delegado determinou que eu ocupasse a cadeira em sua frente e, dirigindo-se ao Sargento da guarnição, ordenou que levasse os outros. Na sequência, procedeu ao interrogatório, repetindo as mesmas perguntas anteriormente feitas pelo Major Aquino, acrescentando a seguinte:

- Quando o senhor for liberado vai fazer o quê?

Respondi:

- O que sempre fiz: trabalhar e estudar.

Ele encerrou o interrogatório, chamou o Sargento e determinou:

- Leve este rapaz até o Quartel do Quinze.

O militar retrucou:

- Doutor, eu deixei a viatura na manutenção.

O Delegado, olhando-o fixamente, afirmou:

- Leve-o em meu carro. Faça o que determinei.

E, dirigindo-se a mim, acrescentou:

- O senhor está liberado.

No quartel do 15

Levantei-me, agradei ao amigo e fui com o militar até o quartel, onde chegamos depois do almoço. Contudo, o sargento de dia resolveu o problema. Nesta altura dos acontecimentos já havia alguns militares colaborando com os detidos. Na segunda feira, chegaram Luiz Bernardo e seus companheiros, todos abatidos e protestando contra o tratamento recebido na Delegacia. Eles alegavam que foram colocados junto aos presos comuns e que até as refeições fediam.

Nesse dia recebi a visita de minha esposa, que trouxe a nossa filha. Na oportunidade, ela foi ao comando do 15º R.I. para pedir pela liberdade do pai de sua filha.

- Qual o nome dele? – indagou o oficial de plantão.

- João Ribeiro Filho – respondeu ela.

Ele examinou uma lista e, virando-se, comentou:

- Esses indivíduos não pensam na família quando estão praticando atos subversivos. O seu marido é perigoso e vai amanhã para Fernando de Noronha.

Ao ouvir aquela notícia, ela caiu desacordada. O Comandante mandou que a levassem à enfermaria. Ao acordar, estava entre enfermeiros e a filha com a Avó. Nesse dia não viu mais o marido e voltou para Campina Grande.

À noite, a rotina do quartel foi alterada, porque havia toda uma expectativa acerca de quais, entre os presos políticos, iriam ser enviados à ilha de Fernando de Noronha. Naquela madrugada embarcou um grupo para a referida ilha, mas o esposo da solicitante não constava do mesmo.

No fim do mês de maio ele foi liberado, na condição de não sair da cidade sem comunicar ao Exército. Todavia passou a responder a um Inquérito Policial Militar na Sétima Região, do qual faziam parte várias autoridades. Esse inquérito foi transferido por requerimento de um dos réus, o Deputado Antônio Figueiredo Agra, para o Superior Tribunal Militar, onde foi arquivado.

O Exército designou um interventor para dirigir a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Paraíba (FTIPB). E a luta sindical parou durante o regime militar, porque aos trabalhadores foi negado o direito de reivindicar. Informações detalhadas podem ser obtidas por intermédio do livro **O Sindicalismo do Meu Tempo** (1999), a partir da página 126.

Sousa, nos estertores da ordem constituída

Eilzo Matos

Antecedentes

O Golpe Militar de 1964 alcançou o estamento político de Sousa, desacreditando arroubos conservadores, patrióticos, nacionalistas e pseudo-socialistas de palanque. Um ato de força. Discordavam os partidos somente em termos de “política paroquial”: governo versus oposição, em suma, quem nomeia e quem demite, quem arrecada e quem gasta e contrata. Mas submetiam-se a regras subreptícias introduzidas nos textos legais que contrariavam o interesse nacional da coletividade, protegia a ação de organizações capitalistas estrangeiras no nosso país. Rasgada a Constituição, um pretense colégio militar de exceção, simulava julgamentos, ditava a compreensão da vida nos limites da Guerra Fria. O poder vinha de fora – uma tralha jurídica, enfim, sustentada na força, pretensamente democrática, a propósito da ordem, prescrita na doutrina e na recém-criada Lei de Segurança Nacional. Dava pena ver a discussão e o debate “em termos”, exercitados por intelectuais: os que defendiam e os que atacavam o novo sistema de governo, de fato uma ditadura indisfarçável. A realidade mostrava a arrogância impositiva dos de cima e o rebaixamento ético dos de baixo, que recorriam a fatos históricos nem

sempre dignos e explicavam comodamente conceitos e normas de conduta pessoal e política. Nada mais.

Governos Títeres

Esta situação singular e ao mesmo tempo trágica, semelhava a drôle de guerre na França ocupada pelos nazistas na Segunda Guerra. Negam que tal aconteça hoje no nosso país, com a autoridade puramente nominal do governo, derrotado no enfrentamento Estado/Mercado. Assim coexistiram perigosamente Pétain, Resistência, Nazistas. O projeto da cúpula hoje no poder, de formação marxista, brechteana, alguns oportunistas infiltrados, sustenta-se na fatalidade da luta dos contrários. Assenhoreou-se da consciência popular enchendo barrigas famintas com bolsas e cotas, cooptando agregados à luta de classes. Preparam o confronto final revolucionário, sangrento, como reza o leninismo, o trotskismo, o soviétismo que revestem ações de pessoas, grupos e instituições em choque.

Tudo veio do modelo democrático burguês da república nascida com a Revolução Francesa, e, raciocinando com as novas estruturas políticas, que se impuseram a partir da pretendida Renovação trazida pela Revolução de Trinta, os blocos partidários dominantes reagem timidamente, incomodados com a criação da legislação trabalhista, de direitos sociais ignorados, e persistiam representados pelas mesmas famílias cercadas da parentela e dos compadres, assegurando-lhes o domínio oligárquico em relação ao poder político. O mais era o povo humilde, massa de manobra, como sempre.

Naquele tempo, permito-me a digressão, parecia que nada mudara, nem mudaria. Praticávamos os mesmos métodos adotados pela República Velha, que vieram do Descobrimento, dominaram a Colônia, o Império. Senão vejamos, na impávida república brasileiro-paraibana, o exibido desempenho das famílias

Maranhão, Figueiredo, Rêgo e Cunha Lima, no momento as mais notáveis e outras menos influentes, oligárquicas, inabaláveis, inalteráveis na sua intransigência e arrogância feudais, hipocritamente cortejando o populacho. Mas o latifúndio, o comércio, a indústria estavam nas suas mãos. A fortuna e o dinheiro, somente, permitia-lhes chegar ao poder. No Tesouro Estadual, estava a sua força. A propósito, decepcionado com a realidade política estadual, certo prócer conterrâneo (talvez o deputado federal José Joffily), chocado com a presença e o domínio absoluto das velharias incompetentes e reacionárias entre nós, afirmou: “A Paraíba pode até viver sem governo”. Dava e ainda dá para acreditar.

Alguns sousenses, ainda no princípio do Século XIX, juntaram-se às hostes guerreiras de Frei Caneca, atraídos pelas pregações revolucionárias fundadas no Iluminismo, então em voga, na tentativa de criação de uma república democrática no nosso país, libertando-nos do jugo colonial que nos submetia ao império português. Lembro entre outros, os nomes dos padres Luiz Antonio e José Antonio Correia de Sá, proprietários da vetusta fazenda Acauã que acantonava o ardor revolucionário de suas tropas e dos cidadãos Narciso da Costa Gadelha, Antonio Ferreira da Nóbrega, Luiz José Benevides, Patrício José de Almeida, entre outros, punidos com prisão cumprida nos cárceres da Bahia e confisco dos seus bens⁵.

O papel das famílias, a Igreja – fatos da história

Mas uma nova classe média emergente e a população eram estimuladas e convocadas para participar da discussão das grandes questões nacionais contidas nas chamadas Reformas de Base,

5 ARQUIVOS SOUSENSES, “Participação de Sousa na Revolução de 1817”, *Letras do Sertão* n.7, p.30-31. In: Irineu Ferreira Pinto, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, v.1.

com vistas à modernização do país: educação, saúde, moradia, terra, direitos trabalhistas para todos. Católicos na sua expressiva maioria, os sousenses tiveram ainda os ensinamentos e a contribuição dos vigários locais, na divulgação da encíclica **Mater et Magistra**, considerada um marco importante da Doutrina Social da Igreja. Datas cívicas eram comemoradas solenemente. E o estado socialista, implantado em Cuba por Fidel Castro, era um grito de advertência ao sistema geopolítico liderado pelos Estados Unidos que dominavam as relações internacionais nas Américas.

Nesse quadro, carregado de valores sociológicos inconfundíveis, as famílias Pordeus, Marques, Mariz, Pires, Gomes de Sá, Rabelo, Gonçalves de Abrantes, Sarmento, Paiva Gadelha, Oliveira, Rocha e poucas mais, intimamente e proximamente entrelaçadas pelo parentesco, eram as mais influentes e davam as cartas em Sousa.

Tudo girava na órbita da política, representada pelos partidos burgueses conservadores UDN e PSD e o recém-criado PTB, quando os trabalhadores, convocados, elegeram o presidente da República e os seus representantes.

O deputado José Mariz era um dos chefes de facção – um histórico revolucionário de Trinta, que participara da invasão do Quartel do 22º Batalhão de Caçadores do exército brasileiro em João Pessoa, ao lado dos civis Antenor Navarro, Odon Bezerra e Basileu Gomes, entre outros, comandados pelos oficiais rebelados Juracy Magalhães e Agildo Barata. Com o falecimento em 1953, saindo de cena sua liderança, figurantes do grupo foram absorvidos naturalmente (cooptados) pelos aliados Gadelha e Oliveira que tinham se formado doutores e construíram fortuna com a indústria de beneficiamento do algodão e que eram aliados do deputado federal João Agripino (o Mariz de Catolé do Rocha que representava a família na região). Os Gonçalves de Abrantes, também ligados a João Agripino, como aqueles o faziam, formaram doutores. Conviviam com os Gadelhas, sem simpatia recíproca.

Era a constatação da sabedoria popular contida no dito cheio de humor: “dois bicudos não se beijam”.

O partido destas famílias era a UDN de linha claramente adventícia. Dr. Lelela Gadelha, médico, sempre deputado estadual e Manoel Gonçalves, latifundiário, destemido chefe político com os filhos doutores, também chegavam à Assembleia Legislativa, secretarias de Estado, à Prefeitura.

Quanto aos Pires e Gomes de Sá, famílias antigas e numerosas, com os seus doutores, detentoras de extenso e valioso patrimônio rural, com incursões na área da agroindústria, militavam no PSD, conquistando representação e mandatos estaduais e municipais. Vinham dos longes do Brasil Colônia e do Império, o que muito as envaidecia.

Líderes no meio dos seus companheiros, cada um dentro de sua categoria profissional, destacaram-se os irmãos Antônio e Chico Rosa entre os alfaiates, Damião Mulungu e Sebastião Geraldo entre os sapateiros e pedreiros, respectivamente. Eles articularam a criação de uma célula atuante do Partido Comunista Brasileiro, na legalidade e também na ilegalidade, em Sousa. A luta dos contrários mostrava-se objetivamente como fenômeno determinante da evolução social.

Dissidência, novas alianças – Eleição de Antonio Mariz

Este era o panorama político local, até a chegada (ou retorno) a Sousa no início dos anos sessenta do Século XX, do bacharel Antonio Mariz, com a intenção de iniciar carreira política na rota do antigo domínio familiar, ele, filho do ex-deputado José Mariz que passara a residir na capital do Estado e ali falecera.

O recém-chegado encontrou dificuldades, os espaços ocupados. Os Gadelhas fizeram sentir, desde logo, que não o aceitariam como candidato a prefeito nas eleições municipais que se aproximavam, acreditando ser esta sua intenção. Ele não se deixou abater.

Aprovado em concurso, fora nomeado e assumira a Promotoria Pública da vizinha comarca de Antenor Navarro, passando a visitar Sousa com frequência. Articulava-se politicamente. Por fim, Antonio Mariz incorporou-se ao grupo formado pelos antigos correligionários Gonçalves e Abrantes que tinham dissentido dos Gadelha e Oliveira e formado partido sob seu comando, o PTB, caracterizando igualmente a prevalência familiar, atraídos e incentivados pela disputa entre João Agripino e Argemiro de Figueiredo que rachara a UDN na Paraíba. Um reencontro de velhos amigos e correligionários.

O advogado Antonio Mariz trazia a tradição do clã e também o amadurecimento de convicções e ideias para o exercício da militância político-partidária. Ainda adolescente, identificava-se com as lutas progressistas e participou da campanha nacional pela criação da Petrobrás, segundo afirmação de Antonio Augusto Arroxelas⁶. Egresso do Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Escola Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, mostrava-se decidido e impetuoso. Em campanha memorável foi eleito prefeito da cidade.

Rearticulava, ao chegar, velhos coronéis aparentados ou ligados no passado à sua família, conquistara a admiração popular-sebastianista, e safava-se de represálias, em momentos inconvenientes, em face de denúncias e investigações que o envolviam, até de prisão, que sofreu posteriormente, determinada pelo Governo Militar. Evitava assim, o alijamento da atividade partidária que viria com a suspensão dos seus direitos políticos, se tal acontecesse, dado o passado estudantil e militância no movimento local de organização sindical que representavam uma ameaça real, no chamado regime de exceção. Construía assim sua carreira na vida pública.

João Agripino, então governador do Estado, receava perder o domínio da situação, de seu projeto de poder político, dada a

6 **Ponto Cem Reis**, revista dominical, Ano I, n.25. 01 de janeiro de 1995.

veemência dos propósitos do primo, a quem entregava os destinos da família e dos amigos. Convenhamos que Antonio Mariz sustentava-se em facções conservadoras na política local que militavam como aliadas, do que passou a ser chamado de marizismo, na linha do pensamento socialista, que fincou raízes em Sousa, estendendo-se vigorosamente por toda Paraíba. Sucessores oportunistas, infelizmente, como aconteceu com Antenor Navarro que chefiou no Nordeste a Revolução de Trinta, deixaram desaparecer esta memória ética e corajosa que exaltava a nossa história.

O ideólogo do marizismo

Otacílio Silveira, doutor em Direito, conhecedor profundo de finanças e administração pública, de formação socialista, era um nome destacado entre os paraibanos, inclusive pela conquista de ambicionados empregos (Fiscal Federal do Consumo) através de concursos públicos, aprovado com brilhantismo, em primeiro lugar. No seu esboço biográfico de Antonio Mariz, assinala entre os méritos deste a solidariedade, a visão administrativa na implantação de um projeto de governo tecnicamente concebido para sua execução orçamentária, voltado eminentemente para a solução de prementes questões sociais.

Avançaram os renovadores, em Sousa, com a organização do Partido Comunista por alfaiates, pedreiros e sapateiros, inspirados nas marchas e combates vividos pelo Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes. Apresentando candidato a deputado estadual nas eleições de 1947, eles criaram as bases sociais e legais e os compromissos ideológicos indispensáveis para a porvindoura formação do chamado “grupo Mariz”, o surgimento espetacular do Partido dos Trabalhadores em Sousa, este de fato, rompendo com as tradições conservadoras de política familiar, empolgando os embates eleitorais, com repercussão popular, nacional. Entendo que nada mais existe a acrescentar, nesta linha de pensamento, de raciocínio.

Antecipava-se na época, o projeto administrativo de Antonio Mariz, à defesa da cidadania amplamente anunciada pelo atual governo. E o documento, discutido em reuniões, redigido por Otacílio, informa números relativos à administração anterior e a de Mariz, definindo prioridades: “a) Educação – 1962, 1,50%; final do quadriênio 1967 16,42%; b) Saúde, 1962 1,00%; 1967 15,85%; c) Fomento Agricultura, 1962 0,25%; 1967 15,85%; d) Obras Públicas 1962 59,72%; 1967 37,73%.” (1962 representa o quadriênio administrativo anterior, 1967 o quadriênio de Mariz). Verdadeiramente, se evidencia uma administração que trazia mudanças no cenário administrativo local, e passaria a constituir referência histórica na ética política paraibana. Em Sousa, vigorosa atividade de proselitismo promovia a divulgação de princípios de uma política de cunho social, trabalhista, nacionalista. Estudante de Direito no Recife, eu trazia de lá palavras de ordem centradas na tradição nativista dos pernambucanos que elegeram o primeiro prefeito de uma capital, tido como comunista, o engenheiro Pelópidas Silveira, tal como acontecia na nossa cidade.

Em Sousa, um cidadão recém-chegado reunia-se com trabalhadores e divulgava o conteúdo dos comentados “direitos trabalhistas” inteiramente ignorados e não aplicados pelos patrões locais. Capitalizou ódios e desafetos. Empregado de uma multinacional que atuava no ramo da compra e beneficiamento de algodão, a Anderson Clayton, ele gozava esses direitos e tornou-se conhecido, procurado. Casou-se com moça da família Gonçalves, elegeu-se vereador e marcou época na divulgação de suas ideias. Um pioneiro. Falo de Gilberto Nabor Vieira, que chegou, pelo casamento, a Escrivão do 2º Ofício na comarca. Cidadão de inteligência brilhante e de muita coragem pessoal, dele me aproximei com outros universitários, nas férias escolares, e à nossa luta se integrou Antonio Mariz, quando retornou a Sousa, dada a identidade ideológica que marcava a nossa prática política. Otacílio Silveira sempre nos visitava, quando se encontrava na cidade,

participava de nossos encontros, estimulava nossa ação. Nome respeitado na elite intelectual do Estado, era para nós uma referência. Faço questão de assinalar, que, no inventário dos bens do seu pai, a parte que lhe cabia por herança, doou aos trabalhadores ligados à terra. Ele e Gilberto Nabor, no conjunto de suas ações políticas, criaram as condições indispensáveis à práxis na sociedade local e motivaram ideologicamente o chamado grupo Mariz, fundado na solidariedade, no humanismo.

1º de abril de 1964 – o comício da resistência

A vida política nacional era perturbada e conduzida pelo noticiário subliminar da imprensa, paga pelos trustes internacionais. Organizações por eles financiadas entre elas o IBAD (Instituto de Ação Democrática), corrompiam parlamentares, servidores do primeiro escalão. Atentados e rebeliões frequentes nas forças armadas (Jacareacanga, Aragarças), calúnia e degradação de vultos no Congresso Nacional envergonhavam a república. Não aceitavam o monopólio estatal do petróleo, exigiam livre remessa de lucros dos seus negócios para o exterior, sem o pagamento de qualquer taxa ou imposto. E passaram a impor a verificação de toda e qualquer atividade política, administrativa e mesmo empresarial, à decisão dos comandos militares, em nome da Segurança Nacional que diziam ameaçada.

O treinamento para execução e garantia do novo modelo de governo estava assegurado pelos acordos militares e civis entre o Brasil e Estados Unidos, efetivado no estágio da oficialidade das forças armadas do país, de policiais militares estaduais e lideranças políticas, sindicais, em instituições yanques.

Partidos e nomes da vanguarda política do país ganhavam a credibilidade da nação. Era demais para eles. Reagiram violentamente com a destruição da república democrática brasileira, implantaram um sistema ditatorial semelhante a outros que

impuseram em diversos países. No desenrolar dos episódios e ações de enfrentamento chegaram ao famoso Golpe de 64. Num ato de força depuseram o presidente da república João Goulart. Criaram uma junta militar e elegeram sucessivamente presidentes, generais do exército. Extinguiram garantias legais, proibiram a Justiça de julgar direitos reclamados. Legislação especiosa de títulos pomposos tentava conquistar aprovação, foros de juridicidade: Ato Institucional, Subversão etc.

O desenrolar desses acontecimentos marcou a cidade de Sousa com a violência de ações policiais-militares – eram os estereótipos da ordem constituída. Residências foram invadidas, objetos e bens arrastados, cidadãos presos sem nota de culpa, afastados dos seus lares sem direito a defesa por advogado profissional. A nação conflagrada, humilhada, violentada, ruminada, chorava queixas e dores.

Quando se consumava o Golpe no dia 1º de abril de 1964, o prefeito Antonio Mariz, acompanhado dos vereadores Gilberto Nabor Vieira, João Gonçalves de Abrantes e do funcionário público Edvar Matos, convocou a população, reuniu-a na frente do estúdio da Difusora Voz da Cidade, do senhor Gastão Medeiros, numa rua central e lavrou o protesto revolucionário dos sousenses, num comício de grande repercussão na região. Nada temiam, partiam decididos para o contra-ataque impoluto, heroico. Falaram os oradores em pé na carroceria de um caminhão, observados do lado oposto da mesma rua, pelo Delegado de Polícia e os militares do destacamento local.

Finda a manifestação com gritos de “Viva a democracia! Viva o Brasil! Posse ao presidente João Goulart! Abaixo os gorilas golpistas!” e mais expressões de ódio e desagrado, a multidão saiu em passeata para levar o prefeito até a sua residência na Rua Emilio Pires. Não participei desta manifestação. Era período de aulas e encontrava-me no Recife. Neste dia, recebia tarefas no Sindicato dos Bancários da Avenida Conde da Boa Vista, o melhor aparelhado para divulgação em carro de som de notas

públicas contra o Golpe. Em certo momento apareceu na sala o comunista Gregório Bezerra, cordial porém veemente, advertindo os presentes para que “cada um deve procurar a sua base: estudantes nas escolas, trabalhadores nos seus sindicatos, para reagir ao golpe”.

Retaliações, terror

A partir desse dia no país inteiro as prisões eram efetuadas a cada hora. Sem nota de culpa, sem direito a advogado de defesa. Em Sousa, desfiles de veículos transportando militares fortemente armados e conduzindo passageiros em alegres cantatas, figuras conhecidas exibindo garrafas de bebida, circulavam pelas ruas para implantar o medo, o terror, a zombaria. Todos os nossos amigos sentiam-se ameaçados.

Fui indiciado nos IPMs de Sousa e da Faculdade de Direito, prestei depoimento no Quartel da Companhia de Guardas na Rua do Príncipe, no Recife, mas não cheguei a ser denunciado perante a Justiça Militar. O nosso deputado estadual Romeu Gonçalves teve o seu mandato inexplicavelmente cassado, pois não era corrupto nem comunista.

Preso Antonio Mariz no quartel militar do Grupamento de Engenharia na capital, a Câmara Municipal declarou o seu impedimento, deu posse ao vice-prefeito Geraldo Sarmiento. Os nossos adversários consideravam-se vitoriosos, os representantes de fato e direito do poder armado que passara a governar o país e esbaldavam-se em passeatas, churrascos e porres exibicionistas. Investigação rigorosa remexeu nos papéis e trabalhos da administração municipal, porém, nada encontrou que incriminasse o prefeito e, solenemente, o trouxeram de volta à cidade em avião, acompanhado de militares do Exército que o reempossaram no cargo. Os nossos companheiros exultavam de alegria e felicidade, os outros, nossos adversários, amargavam a decepção, o fracasso de investidas desleais contra a democracia, a paz das famílias.

Relação dos presos políticos de Sousa no Golpe Militar de 64: Antonio Mariz, prefeito municipal, Gilberto Nabor Vieira, vereador, Severino Brito, líder sindical, Joaquim Rocha Lima, vereador, Edvar Matos, funcionário público, João Amilcar Moura, funcionário público, Alcindo Lopes Lunguinho, radialista, Agamenon Martins, tipógrafo.

Nossos jornais perante o militarismo: um pequeno vôo

Fátima Araújo

No decorrer de nossa História, houve períodos de forte amordaçamento à Imprensa de todo o Brasil e particularmente da Paraíba, a exemplo do que ocorreu com a eclosão do Movimento Militarista de 1964. Isto porque a ideologia sempre esteve essencialmente ligada aos meios de comunicação, desde as mais primárias manifestações do povo brasileiro, por ser a Imprensa o principal veículo das ideologias, em sua função de comunicar e divulgar o pensamento social. Assim, desde quando o Brasil era ainda colônia de Portugal, passando pela condição de Reino Unido daquela nação europeia, depois Império, até chegar à República de nossos dias, já tão modificada, a Imprensa sempre cumpriu papel ideológico frente às massas.

Veja-se que observamos períodos de relativa liberdade de expressão, como o de 1831, quando a abdicação de Dom Pedro soou para os intelectuais da época como uma Revolução, e então, proliferaram os periódicos, pasquins e revistas, mas também encontramos períodos de forte amordaçamento à Imprensa, como durante o Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas (1937 a 1945). No entanto, o período mais drástico de censura às ideologias, de que se tem notícia até hoje, neste país, foi a época

pós-Revolução Militarista de 1964, agravando-se com o dezembro de 68, também regido por legislação fortemente coercitiva. Durante esse período da História, os cidadãos que ousaram sustentar alguma ideologia contrária ao governo sofreram sanções como prisões, torturas, exílio, estando muitos, até hoje, classificados como criminosos políticos ou dados como desaparecidos...

Na Paraíba

Neste Estado, os principais jornais da Grande Imprensa sempre cumpriram com sua missão de informar, interpretar e salpicar com matizes ideológicos os fatos, inclusive **A União**, que já nasceu assumidamente oficial, assim permanecendo, até hoje. Todos esses veículos foram devidamente registrados e analisados, a partir dos editoriais, nos livros de minha autoria **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba** (1983) e **Paraíba: Imprensa e Vida** (2.ed., 1986) em trabalho que me possibilitou vislumbrar pelo menos uma pequena manifestação do viés ideológico dos jornais locais.

Jornal O Norte

Fundado a 7 de maio de 1908, pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares, **O Norte** surgiu dentro dos moldes do jornalismo bem elaborado, uma vez que seu primeiro diretor, Orris Soares, era um talento na atividade literária, conseguindo dar ao jornal boa feição técnica. O órgão nasceu independente, sem compromissos partidários, porém, em 1915, sete anos após sua fundação, não suportando as dificuldades financeiras renuncia à imparcialidade e assume a campanha epitacista contra o walfredismo. Em 1939, sofre grave atentado à liberdade de imprensa e sai de circulação por pressões políticas, permanecendo assim por 11 anos. Mas em 1950 ressurgiu vitorioso, com Ivan Bichara como diretor

geral e José Leal como diretor de redação. Em 1954, por decisão do paraibano Assis Chateaubriand, que revelava interesse pela evolução do jornalismo, em sua terra natal, passa a pertencer à cadeia dos Diários Associados. Segue-se então um período de aprimoramento técnico e literário de **O Norte**, sendo lamentável que, de 2011 para cá, o diário tenha saído de circulação novamente e não mais possa oferecer seus serviços à comunidade paraibana.

Quando analisei os editoriais da nossa Imprensa, no primeiro livro sobre o tema, **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba**, em 1983, assim relatei em meu estudo: “A ideologia do jornal **O Norte** é a dominante, com requintes, muitas vezes, de oficialidade, devido ao conservadorismo que apresenta em alguns de seus editoriais. Através de muitas dessas peças opinativas, a linha do jornal apresenta-se ambígua, não conseguindo o leitor identificar, com facilidade, o posicionamento do órgão. Como por exemplo, os editoriais que começam elogiando o governo, ou o sistema, e acabam por apontar algumas falhas”.

Entre os assuntos de seus editoriais, observei que predominavam os relacionados com a Política e só aí computei 15 dos 31 exemplares analisados sobre o assunto, ou seja, um percentual de 48,38%. O restante dos editoriais versa sobre temas variados, como Educação, Religião, Economia, Trabalho, Bem-Estar Social, Questões Legais e Judiciais, de procedência variada – Internacional, Nacional, Estadual e Local.

Quanto à técnica, ao analisar esses jornais, nos anos 80 do século passado, pude captar que, de toda a Imprensa paraibana, os editoriais de **O Norte** eram os mais bem escritos, fazendo-nos admitir que, comprometimento político-ideológico e conteúdo por vezes doutrinário do jornal, à parte, é realmente através dos editoriais que mais o Jornalismo se aproxima da Literatura. Notamos também que, a partir da década de 60, principalmente após o golpe militarista de 31 de março de 1964, o jornal reduziu seus comentários, modificou noticiários e aumentou

consideravelmente o corpo de articulistas e cronistas, podendo ser esta uma forma de não se comprometer com o noticiário dos atos praticados pelo poderio armado. A fórmula atendia à necessidade do momento: neutralizar-se, deixando que as ideias fluíssem de outras cabeças, para não sofrer a censura que, à época, era deveras desumana!!!

Não esqueçamos que, por esses tempos do militarismo autoritário, o jornal também “caprichava” na modernização de sua feição técnica. Aloísio Moura, que exerceu o cargo de superintendente de **O Norte**, de 1966 a 78, dizia com a maior satisfação que o jornal fora pioneiro, na Paraíba, em impressão off-set, sistema inaugurado em suas oficinas a 9 de agosto de 1973 (no Brasil, o pioneiro fora o **Correio Brasiliense** e, no Nordeste, o **Diário de Natal**). Era tudo uma forma de fugir dos problemas que se arrastaram pelos anos 70 e ainda têm consequências, dos “filtros diretos e indiretos” e das perseguições que envolviam jornais e jornalistas, de forma odiosa e revoltante.

O caso do Correio da Paraíba

Fundado a 5 de agosto de 1953, pelo deputado Teotônio Neto, seu primeiro diretor foi Afonso Pereira, que deu nome ao jornal. O primeiro gerente foi Gumercindo Cabral e o primeiro secretário Geraldo Sobral de Lima. Como um jornal que já nasceu moderno – foi o pioneiro na profissionalização da mulher paraibana, em termos de imprensa, ao admitir três representantes do sexo feminino, logo após sua fundação: Raimunda Cordeiro, Zeny Cartaxo e Lourdes Câmara. Seu primeiro colunista social foi Mauro Almeida, substituído, em 1955, por Heitor Falcão (Agá), enquanto Antônio Barreto Neto, que estreara em **A União** como jornalista, faz sua primeira crítica de cinema.

Por toda a década de 1960, nos momentos mais cruciantes de amordaçamento à Imprensa, por parte do poder militarista,

instalado no país, o **Correio** foi exemplar em seu comportamento. Se não podia “gritar”, também não se “encolhia”. Tampouco parecia estar à venda ou a serviço da ditadura armada. Era o melhor jornal da Paraíba, em termos de independência político-ideológica, até 1968, mas a partir daí houve uma queda. Soares Madrugá, seu diretor à época, que assinou a coluna “Diário da Política”, durante 16 anos e permaneceu na direção do jornal, de 1963 a 1971, em entrevista para meu livro **História e Ideologia da Imprensa** atribuiu o problema a débitos contraídos com a instalação da **Rádio Correio da Paraíba**, em 1968, entre outras dificuldades. Mas o fato é que também pesaram as fortes pressões sofridas não só pelo **Correio**, mas por todos os nossos jornais, nas garras da Censura. Naquela época, todos os órgãos de imprensa perderam a liberdade de expressão com a enxurrada de telefonemas hostis, bilhetes proibitivos e visitas indesejáveis de militares aos jornais. Quase todas as noites, antes de fechar a edição, o editor do jornal recebia os agentes da Polícia Federal. Muitas vezes, esses agentes já vinham prontos para comunicar que determinadas notícias não podiam ser divulgadas. Saiba-se que o jornal **A União**, mesmo sendo oficial, sofreu esse tipo de censura. Nossos colegas jornalistas dão conta de que muitos cortes da censura racaiam em cima das notícias enviadas pelas próprias agências noticiosas, sem contar com aquelas notícias que as agências nem sequer chegavam a soltar. Já em termos de notícias locais, bastava que uma figura de poder político ou econômico ou algum membro de sua família estivesse envolvido em determinado episódio desagradável, para haver o boicote à divulgação em torno do caso. Este tipo de “seleção” ocorre ainda hoje, pois a Imprensa, de forma geral, sempre terá seus condicionamentos, mesmo que de uma forma mais dissimulada.

Quanto à ideologia do **Correio da Paraíba**, quando analisei seus editoriais, para escrever os dois livros, na década de 1980, notei que era um pouco eclética e que essas peças opinativas não

apareciam regularmente. João Bosco Gaspar, um dos jornalistas mais expressivos deste conceituado diário, em entrevista que me concedeu para o primeiro livro, afirmou que só se publicavam editoriais “quando ocorria algum fato especial que levava a direção a sentir necessidade de se expressar”.

Com respeito à apresentação desses editoriais, não só no **Correio**, como também em **O Norte**, observamos que se aproximam da técnica recomendada por teóricos como Frase Bond, Luiz Amaral e Viggiano: são o ponto de vista oficial das empresas; são ensaios curtos, embebidos do senso de oportunidade e andam de mãos dadas com as notícias, artigos e crônicas que também podem revelar opinião e funcionar como peças editoriais. Por isso, não só o **Correio**, mas todos os nossos jornais lançaram mão de recursos como o quase inchamento de suas folhas com um staff enorme de articulistas, cronistas, poetas. Valendo ressaltar que aí, nesse mergulho literário, muitas ideias podiam figurar nas entrelinhas, sem serem notadas pela terrível Censura.

Após as fases de dificuldades, o **Correio** ressurgiu como folha vitoriosa, em 1º de janeiro de 1980, como propriedade dos srs. Adalberto Barreto e José Fernandes Neto, que o adquiriram a seu fundador, em finais de 1979. Hoje, com o grupo Roberto Cavalcanti, é um dos diários mais prestigiados da Paraíba, com grande número de assinantes e sucursais, moderno, informatizado e atualizado.

Jório Machado e O Momento

O semanário **O Momento** nasceu um pouco espreitado pelas forças políticas da época – 1973, que ainda giravam em torno dos dogmas e dos grillhões da Revolução Militarista de 1964. De forma que no número inaugural, de 31 de dezembro de 1973, seu fundador, Jório de Lira Machado, fez figurar como diretor, por um semestre inteiro, o deputado Jonas Leite Chaves, político da

situação, seu amigo. Jório foi um dos jornalistas paraibanos mais perseguidos pelas forças de repressão do Movimento Militarista de 64. Preso por duas vezes – 1964 e 69, foi também torturado e enviado para o território de Fernando de Noronha, ficando impossibilitado de exercer a atividade jornalística.

Quando voltou, passou a ser tratado com reserva por toda a Imprensa Paraibana. É tanto que, de 1965 a 73, nenhum jornal da Paraíba aceitou qualquer tipo de contrato de trabalho com Jório que teve de se dedicar à iniciativa privada. Fundando **O Momento**, com o nome emprestado do amigo Jonas Leite Chaves, pôde, no entanto, aparecer para assinar o seu semanário quando foi normalizada a situação política do país. **O Momento** então se caracterizava como jornal de oposição, sem contar com a ajuda de nenhuma corrente partidária. Sua ideologia era de oposição às autoridades constituídas, criticando os atos do governo com certa mordacidade, numa linha de ataque. Tanto que, muito poucas vezes, divulgava o lado positivo da situação, como providências tomadas pelos políticos e obras constituídas.

Em suas mensagens, apontava desvios e propunha soluções, prendendo-se mais aos fatos da Paraíba e particularmente aos de João Pessoa. Vale ressaltar que, em análise de seus editoriais, quase sempre escritos por Oduvaldo Batista e Maria José Limeira, com base nos atributos propostos por teóricos como Fraser Bond, Luiz Beltrão e outros, observei que eram regulares, embora bastante emocionais. Essas peças opinativas do jornal tentavam convencer o leitor com exortações e argumentos incitadores.

Apesar dos limites e das dificuldades, **O Momento** marcou época e foi bastante elogiado pela crítica. Mesmo porque, teve lá sua coragem e dignidade.

Um diário às vésperas do golpe

José Octávio de Arruda Mello

Em um de seus livros mais articulados – **História e Ideologia na Imprensa** (1983) – Fátima Araújo situa os editoriais como expressão da ideologia dos jornais que analisa.

Era a época dos artigos de fundo por meio dos quais os órgãos da imprensa escrita condensavam seu pensamento. Estes, habitualmente, eram preparados por conselhos de redação em que o diretor, distinguido do proprietário, poderia tornar-se minoritário, como voto vencido.

Essas publicações projetavam-se com autoridade, pelo ajustamento ao público leitor a que se dirigia. O exemplo clássico é o do **Correio da Manhã**, jornal da (alta) classe média carioca que, a 31 de março e primeiro de abril de 1964, veiculou dois editoriais – “Basta!” e “Fora!” – que liquidaram o cambaleante governo João Goulart.

Interpretando-os, pelo ângulo da esquerda, o historiador Nelson Werneck Sodré tornou-se enfático: “soara a voz do dono”. Em Palácio, ao tomar conhecimento do primeiro deles, o Presidente da República telefonou ao conselheiro presidencial Samuel Wainer, alertando-o, ainda cedinho: “Procura avaliar a profundidade desse editorial, Samuel. O Serpa [Alusão a Jorge Serpa, o Serpinha, do Conselho Diretor do **Correio da Manhã**] parece que não controla mais o jornal”.

Diário da Borborema e golpe de estado – Ao analisarmos a posição do jornal campinense **Diário da Borborema** às vésperas do golpe de 64, verificamos a condição atípica de seu pensamento.

Seus editoriais, versando temas anódinos como Saúde Pública, Racionalização Administrativa e Aumento das Anuidades Escolares não expressavam a orientação do jornal, naquele momento.

A razão consistia, em presença, na mesma página, e junto a eles, de longo artigo do proprietário dos Diários Associados a que se incorporava **Diário da Borborema** – Assis Chateaubriand!

Claro está que era este, cujas colocações eram reproduzidas por toda cadeia associada, quem manifestava o pensamento do diário campinense. Daí a veemência de suas abordagens, verberando “o vilão Brizola”, a 5/1, louvando a ditadura paraguaia do Gal. Stroessner, a 12 e malsinando as reformas de base do Governo Federal e a aliança deste com as esquerdas, a 10 de janeiro e 4 de março, também de 1964.

Ao lado da incontrastável opinião do chefe, o **Diário da Borborema** revelava mecanismo, por meio do qual seu editorial tornava-se meramente figurativo. Referimo-nos à presença de articulistas como Austragésilo de Athayde, Octávio Gouveia de Bulhões, Theóphilo de Andrade, *All Right*, Carlos Rizzini e até Plínio Salgado, todos afinados com a conspiração em marcha. No plano local, era essa a posição do colunista Barroso Pontes e, um pouco menos, do secretário Epitácio Soares, este último mediante sueltos do tipo “Um país que cheira a cadáver”. O diretor Hilton Mota ficava com a parte econômica do jornal.

Os articulistas do **Diário da Borborema** não ocultavam sintonia com a ideologia chateaubriânica. Apenas como exemplo, a 12 de janeiro de 64, *All Right* louvava discurso do General Adhemar Queiroz, lembrando sua condição, em 1952, de signatário do Manifesto dos Coronéis que derrubou Goulart do Ministério do Trabalho. Em outro artigo, o colunista glosava advertência da direita do período: “Há mouros na costa!”

Nesses termos, o editorial somente significava o espírito do jornal, quando ajustado a esses sentimentos. Como a 29 de janeiro, endossando críticas do senador João Agripino ao ministro Abelardo Jurema. Ou a 7 de março, no rescaldo da ocupação da Faculdade de Direito da UFPB, por estudantes de esquerda, desalojados pelo Exército e a Polícia: “Isso não é democracia. Esses Jovens estão sendo excelentes alunos de uma escalada totalitária que, mercê de Deus, ainda não existe no Brasil, embora exista em Cuba e em outros países dominados pelo comunismo”.

Afora o anticomunismo, **Diário da Borborema** revelava preocupação com a importação do papel de Imprensa, temendo que o monopólio deste, ameaçado pelo Governo, contribuísse para subjugação da Imprensa hostil.

Crise social e noticiário jornalístico – Afora os articulistas, o órgão associado de Campina Grande sintetizava seu pensamento, por meio de noticiário jornalístico. Este, pela maneira como se pautava, fazia o papel de agente subliminar da intervenção militar, repisando Brasil descontrolado, sem comando, e às vésperas de conversão em nova Cuba de Fidel Castro, o fantasma da época.

Nesses termos, janeiro acusava erosão de candidaturas presidenciais como as de Juscelino Kubitschek e Carvalho Pinto. No dia 11 desse mês, “deputado acentua que com João Goulart democracia corre perigo”. Para líder ferroviário, “governo ajuda infiltração comunista na classe”. A 14 janeiro, o então deputado Antônio Carlos Magalhães anunciava que “o Brasil caminha para ditadura pior que a cubana”.

Sob governo esquerdista de Miguel Arraes, Pernambuco fazia-se alvo óbvio. Daí a manchete de 4 de março de 1964 – “classes produtoras suspendem todas as atividades” – complementada por acusação ainda mais frontal do ex-governador Cid Sampaio, a 13 do mesmo mês: “comunistas mandam em Pernambuco”.

Era essa a sexta-feira do famoso comício da Central do Brasil, resultante de sugestão do líder vermelho Luiz Carlos

Prestes, calçada pelo conselheiro presidencial San Thiago Dantas. Alguns dos organizadores, como o deputado comuno-sindical Hércules Correa, eram taxados de “desordeiros que intranquilizavam o Estado da Guanabara”. No dia do meeting, o **Diário da Borborema** revelava a apreensão dos cariocas e indispunha a classe média alta com o tabelamento de aluguéis anunciado pelo Governo Federal.

No rescaldo da concentração de sexta-feira 13, o noticiário do diário associado campinense ainda era mais direto. A 17 de março, “Deputado acusa Brizola e convoca povo para combater inimigos da democracia”. Nesse mesmo dia, a Paraíba também era manchete porque “Incidentes de Mari demonstraram que existe no Estado uma revolução em marcha – Camponeses empregaram táticas de guerrilha”. Pela margem esquerda, o CGT encaminhava ultimatum ao Congresso, anunciando paralisação da nação se todas as reformas não fossem aprovadas até 20 de abril. Dessa feita, a réplica do DB sobreveio mediante editorial – “O Congresso atacado”.

Ante a aceleração da crise e aproximação do desfecho, a linguagem do jornal associado deixava de ser subliminar. Daí a belicosa manchete do período – “Jornalista adverte contra legalização do PC – Perigo para todos”.

Um jornal diante do levante – A 31 de março de 1964, **Diário da Borborema** aparentemente adotava posição de equilíbrio. Isso porque enquanto o ministro Abelardo Jurema anunciava inquérito para apurar a rebelião dos marinheiros do Sindicato dos Metalúrgicos, o Clube Militar – em franca sublevação – protestava contra descaso do Governo. Entrementes, a guarnição militar de Belo Horizonte entrava de prontidão e o comandante do II Exército, Gal. Amaury Kruehl, desmentia levante contra o Governo.

Leitura mais atenta do noticiário e ver-se-á, todavia, que o **Diário da Borborema** se alinhava com o golpe em marcha. A

manchete da última página do dia 31 enunciava veemente entrevista do Deputado Joacil Pereira – chefe civil do movimento de 64, na Paraíba – para quem “Luta Pela Preservação do Regime é objeto da Frente Democrática”. Segundo Pereira, que invocava conhecido livro da propagandista Suzane Labin, distribuído pelo USIS, tratava-se de “prevenir o povo contra guerra psicológica do comunismo ateu”. Essas declarações expressavam a chamada teoria da ameaça, por meio da qual os que investiam contra o regime se apresentavam como defensores deste.

A primeiro de abril, com o levante nas ruas e a tropa fora dos quartéis, o manchetão de primeira página não deixava margem à dúvida – “Gal. Mourão pronuncia-se contra Goulart: adesão das Forças Armadas de todo país”.

Nesse contexto, “Câmara Federal critica modo de agir do Presidente Goulart” e time inteiro de governadores, porque eram onze, com o paraibano Pedro Gondim entre eles, adotava posição anti-Jango. Esse era também o comportamento do Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade.

Nesse mesmo dia, o insistente *All Right* voltava-se “contra os oportunistas que não são comunistas”, e nota conjunta do Comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos e do Chefe do III Distrito Naval, almirante Roque Dias Fernandes, definia a posição do Nordeste, verberando “O Movimento Comunista do Governo”.

Como esse noticiário acompanhava a manchete da primeira página do **Diário da Borborema**, este evidenciava claramente sua orientação, naquele momento histórico.

Contra ela, nessa edição, insurgiam-se apenas o Prefeito campinense Newton Rique, o deputado federal Petrônio Figueiredo e o jornalista e advogado Francisco Maria Filho. Nos anos de pratos de lentilha que se seguiriam, estes é que falaria pela verdadeira Paraíba – a da resistência!

Bibliografia

ARAÚJO, Fátima. **História e Ideologia na Imprensa da Paraíba**. J. Pessoa: Edição da autora, 1983.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira 13** – Os Últimos Dias do Governo João Goulart, 2.ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1964.

MELLO, José Octávio de Arruda. **1964 no Mundo, Brasil e Nordeste**, 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2004.

_____. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**, 10.ed. João Pessoa: A União Superintendência de Imprensa e Editora, 2007.

NETTO, Araújo. “A Paisagem”. In: DINES, Alberto et allia. **Os Idos de Março e a Queda em Abril**, 2.ed. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Outras fontes:

Coleção do Jornal **Diário da Borborema**, janeiro/abril de 1964, consultada nos arquivos de Campina Grande.

Um jornal fechado em Campina Grande

Leidson Farias

O jornal **O Rebate**, de circulação semanal, veio à lume pela primeira vez em 4 de outubro de 1932, sob a direção dos jornalistas Luís Gil de Figueiredo, Pedro D’Aragão e Eurípedes de Oliveira, partidários das novas ideias preconizadas pela revolução que levou Getúlio Vargas à chefia da nação. Conheci todos os fundadores de **O Rebate**, mas muitos anos após a sua primeira edição. Sua assertiva era liberal-nacionalista.

Retrospectiva de jornal

Anos após, com dificuldades, o jornal, também, continuava circulando com matéria subscrita por notáveis e vocacionados jornalistas e colaboradores, como é o caso de José Leite Sobrinho, Félix Araújo, Noaldo Dantas, Flávio Araújo de Sousa, João Cavalcante Pedrosa, Orlando Tejo, muitas vezes usando o pseudônimo de Olinto Tinto, Leidson Farias – usando também pseudônimo, como Sairaf Nosdiel – Wagner Figueiredo, Milton Figueiredo, os três filhos de Luís Gil de Figueiredo, Odimar Agra, Sebastião Lima, Sóter de Farias Carvalho, Agnelo Amorim, Deodato Borges, Nilo Tavares, Figueiredo Agra, Machado Bitencourt e outros.

O ambiente em **O Rebate** era agradável, mas os ganhos eram poucos, mesmo porque o semanário de caráter nacionalista tinha poucos assinantes, apesar de manter representações no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Natal, onde o matutino era conhecido pela independência, fazendo em certa fase de sua vida, cerrada campanha contra Getúlio Vargas e seus sequazes, mas mantendo, em termos, certa admiração por Argemiro de Figueiredo, lembrando sempre sua administração como Governador da Paraíba (1935-1940).

Contudo, as restrições ao funcionamento do jornal de Luís Gil por parte das autoridades do Estado Novo, principalmente, após o advento de Ruy Carneiro, na interventoria da Paraíba, foram enormes, chegando o semanário campinense a fechar as portas, apesar dos protestos dos fundadores e dos jornalistas que continuavam escrevendo para **O Rebate**. As coisas subiam e desciam, sempre com problemas financeiros para o sacrificado corpo redacional.

Da entrevista de 1945 ao golpe de 64

Entretanto, um acontecimento de caráter nacional iria movimentar **O Rebate**: é que José Américo de Almeida, em 28 de fevereiro de 1945, concedeu entrevista bomba a Carlos Lacerda, naquele momento, jornalista do **Correio da Manhã**, pregando eleições livres e urgentes, concluindo ser inviável a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República, clamando ainda o escritor Areense – “É preciso que alguém fale, e fale alto e diga tudo”.

Na entrevista a Carlos Lacerda, José Américo corajosamente “rompeu o silêncio dos dias enevoados do Estado Novo e marcou pela sua palavra, o compasso das horas que nos separavam de volta à democracia de que fora arauto”, como lembrou o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Correia (2009,

p.229), nos seus **Vultos e Retratos**, viabilizando a firme palavra do líder de Areia pela volta à democracia.

Com exceção do **Correio da Manhã**, apenas o pequeno e valoroso **O Rebate**, em todo Nordeste, viria a publicar a entrevista bomba do paraibano José Américo de Almeida, rompendo com a censura. Os outros órgãos de imprensa de todo o país silenciaram, com medo da reação palaciana.

Posteriormente, houve eleições livres e o país voltou à normalidade institucional, mas a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas feriu frontalmente a Constituição Federal criando-se uma situação de desconfiança, tendo **O Rebate**, através da pena do jovem Wallace Figueiredo, criticado com violência os que aprovaram a cassação, com críticas diretas a José Joffily e Argemiro de Figueiredo.

Finalmente, o golpe de 1964, que trouxe inúmeros empecilhos ao progresso da nação, entregando-o ao capital estrangeiro, extinguiu o jornal da rua Expedicionários do Brasil. Então o comando do Exército de Campina Grande, arbitrariamente, com cerca de dez militares montados em um jeep velho, levou para o quartel do Exército nesta cidade, em manhã fria do mês de agosto de 1964, todo o acervo do jornal de Luís Gil. Inclusive a velha coleção de jornais, nunca mais os devolvendo. Como consta que haviam tocado fogo, matou-se assim um pouco da história da Rainha da Borborema.

O humor político em A União antes e depois do Golpe Militar

Hilton Gouvêa

Como órgão de comunicação do Governo Estadual da Paraíba, o Jornal **A União** sempre se inclinou para o lado em que surgisse o humor político do Palácio da Redenção. Traduzindo: se os governantes locais apoiassem qualquer movimento, claro que o jornal oficial publicaria notas adocicadas, cheias de elogios aos líderes da manifestação. Mas, se o dito cujo partia da Oposição, o matutino do governo funcionava como látego e disparava chibatadas aleatoriamente no lombo dos adversários.

A União agiu desta forma desde a sua fundação, com Álvaro Machado, em 2 de fevereiro de 1893 e continuou assim durante o Estado Novo e já estava calejada em funcionar como ariete do governo, quando eclodiu o golpe militar de 31 de março de 1964. O que observamos nesse jornal que possui seu incontestável lado histórico, é que ele, mesmo prestando um serviço histórico-cultural de qualidade a seus leitores, nunca situou-se de maneira neutra, quando o assunto é político. É óbvio. Raramente o filho contesta o pai e o pai de **A União** é o Governo do Estado que, nos dias atuais, o transformou num jornal mais democrático.

Acompanhando a indecisão

O lado governista de **A União** se mostra bem agudo em 1964, com o governador Pedro Gondim adotando condutas reticentes, uma delas ao ser visitado pelos coronéis Pitaluga e Ednardo D'Ávilla Mello, que o consultaram sobre o apoio à “Revolução”. Quem respondeu a esta pergunta foi um governador experiente, não o bastante para perceber que, naquele momento, sua resposta só poderia ser “sim”, e não uma tímida alegação de que precisaria “consultar o secretariado para tomar uma decisão”.

Gondim, que vencera as eleições do início dos anos 60 contra Janduhy Carneiro por esmagadora maioria, não notou que a pergunta desferida pelos oficiais requeria uma só resposta e de forma positiva. E ignorou – não se sabe se por excesso de coragem ou falta de malícia – que esteve para ser preso, pois assim o desejava o coronel Pitaluga, um dos comandantes do Golpe Militar no Nordeste do Brasil. Existem historiadores que até insistem em afirmar que o governador só não foi preso na mesma hora, porque o coronel Ednardo D'Ávilla Mello fez um gesto de moderação para Pitaluga que acabou desistindo da ideia.

Com Goulart, contra Barros, Lacerda e Meneghetti

A histórica e titubeante resposta de Gondim, ao par de generais da “Revolução”, aconteceu na noite de 31 de março de 1964, o dia do Golpe Militar que acabou depondo o então Presidente João Goulart. Nesse dia, a União como órgão de um governo politicamente ainda indeciso, anunciava em sua primeira página: “CGT alerta contra possível golpeamento no mandato de João Goulart”. Nos parágrafos seguintes, o CGT era mais incisivo ainda: “O Brasil será vítima de um possível golpe político cujo esquema já está sendo articulado pelos governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul)”.

Na mesma página, **A União** anunciava “JUSCELINO NÃO ACREDITA EM GOLPES”. Pobre Juscelino: o golpe aconteceu e cassou seu mandato. Nos dias atuais até já se admite que ele morreu de um acidente de automóvel, depois que agentes do governo federal implantaram uma trava no sistema de suspensão de seu automóvel.

Já em clima de guerra o almirantado da Marinha Brasileira exigia a demissão de Cândido Aragão – um janguista declarado – do Comando do Corpo de Fuzileiros Navais (**A União**, primeira página, 31 de março de 1964).

Mourão e seu Exército: rebeldes e indisciplinados

Na quarta-feira, 1º de abril de 1964, **A União** publicava a manchete: “REBELIÃO NA QUARTA REGIÃO MILITAR: UNIDADES DO 1º EXÉRCITO A CAMINHO DO RIO”. A matéria dizia “que o presidente João Goulart tomara conhecimento de que parte da Guarnição Federal de Minas Gerais havia se rebelado sob o comando do General Mourão Filho. E continuava: “ciente da indisciplinar atitude, o chefe da nação já determinou ao Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, o imediato deslocamento de tropas do Primeiro Exército para Minas Gerais, a fim de sufocar a rebelião”. Nessa fase dos acontecimentos, **A União** ainda publicava notícias em defesa do governo de João Goulart.

No dia 2 de abril de 1964, João Goulart obtém asilo político no Uruguai e deixa o Brasil. **A União**, ciente da vitória que teria o movimento militar, comunica, na Primeira Página, a nomeação do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, para ocupar o cargo de Presidente da República, considerado vago por Áuro de Moura Andrade, presidente do Senado que justificou o seu ato no “destino ignorado do Sr. João Goulart que abandonou a Capital Federal às 23h de ontem”.

Gondim faz discurso de apoio ao Golpe Militar

Na segunda Manchete de **A União** do mesmo dia 2 de abril, lê-se: “PRONUNCIAMENTO DE PEDRO GONDIM TRADUZIU CONVICÇÕES DA PARAÍBA”. Numa nota ao lado da Manchete, assinada pelo próprio governador, é visto claramente o apoio de Pedro Gondim ao Movimento Militar, sob a alegação de que “O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identifica-se com a convocação histórica do povo paraibano, que deseja, neste episódio e, sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do Regime Democrático”.

O senador João Agripino Filho, que um ano depois disputaria o governo da Paraíba com Ruy Carneiro, advertia, pelas páginas de **A União** que “Os Democratas não iriam Capitular Sem Luta”. E, numa nota de canto de página dirigida diretamente a João Goulart, adiantou: “Nós, democratas, entendemos que é nosso dever postar-se do outro lado e toparmos a luta contra V. Excia, que está disposto a plantar-se ditatorialmente no poder. Assim, veremos se este Brasil estará dominado pelos fascistas ou comunistas, sequiosos de ditadura, ou pelos democratas, amantes da liberdade”. Seria esta uma nota de apoio ao movimento de 31 de março de 1964 que implantou um regime ditatorial de 20 anos consecutivos no Brasil?

Sem meias palavras, a prisão de ministros janguistas

No dia 3 de abril de 1964, três dias após o Golpe militar, **A União** já estampava, sem meias palavras, os atos cometidos pelos líderes revolucionários: “GENERALMOURÃO FILHO INICIARÁ OPERAÇÃO LIMPEZA NO RIO”. “MINEIROS COMEMORAM DEPOSIÇÃO DE GOULART”. “EX-MINISTROS PRESOS NO GALEÃO”. Realmente essa prisão aconteceu no Aeroporto de

Guarulhos, em São Paulo. E os infortunados foram os ministros de João Goulart: Wilson Fadul, Osvaldo Lima e Amauri Silva das respectivas pastas da Saúde, Agricultura e Trabalho. **A União** destaca que “eles esperavam um aparelho que os levaria para o Rio Grande do Sul, quando foram flagrados por uma patrulha do II Exército”.

A União de 4 de abril de 1964, já completamente familiarizada com o novo regime, anuncia que “o Ministro da Guerra é favorável à eleição do Marechal Dutra”. A nota, com redação oculta, não cita o nome do ministro. E adianta, na sub-manchete, que “ARRAES FOI RECAMBIADO PARA FERNANDO DE NORONHA”. Miguel Arraes, que apoiou Goulart, era governador de Pernambuco, na época do golpe. O Prefeito Pelópidas Silveira, seguiu preso para Regimento do Exército, sediado em Olinda, **A União** dá ênfase à notícia de que o “DOPS CARIOCA EFETUA MAIS DE 500 PRISÕES” e anuncia a “iminente cassação dos deputados Neiva Moreira, Antônio Américo, Marco Antonio, Lamartine Távora, Leonel Brizola, Abraão Moura, Garcia Filho, Rubem Paiva, Roland Corbisier, Fernando Santana, Gastão Pereira, Almino Afonso, Bocaiúva Cunha, Ferro Costa, José Aparecido, João Dória, Henrique Baima, Hélio Ramos, João Nuno, Benedito Cerqueira, Francisco Julião e Max da Costa Santos, entre outros. Rubem Paiva desapareceu de uma das celas do DoiCodi e seu corpo nunca foi localizado. Francisco Julião era um dos mais visados por ser líder do movimento das Ligas Camponesas.

Em 7 de abril de 1964, **A União** destaca a manchete PEDRO GONDIM APOIA CASTELO BRANCO À PRESIDÊNCIA. A cortina caiu de vez. Não havia mais como esconder que o então Governador da Paraíba estava do lado dos golpistas. Todos sabiam que o Exército, dali por 21 anos, só elegeria militares para a Presidência da República. E que, a partir de 1965, todos os governadores e prefeitos das Capitais seriam nomeados. Gondim enchia as páginas de **A União** de “Manifestações de Solidariedade”. Em

outra nota de primeira página, o destaque era para a notícia que falava do asilo, no Peru, do então Ministro janguista da Justiça, o paraibano Abelardo Jurema. Em 1969, Pedro Moreno Gondim, já fora do governo, tem seus direitos políticos cassados e suspensos por 10 anos. Claro que **A União** não poderia deixar de publicar essa notícia, como realmente aconteceu.

Barriga provoca demissão de diretores de A União

A sucessão do general Emílio Garrastazu Médici foi tumultuada na Paraíba, por causa de uma troca de nomes. O sucessor do homem que criou a frase patriótica “Brasil: ame-o ou deixe-o”, era o general Ernesto Geisel. Mas **A União**, órgão do Governo Estadual da Paraíba, fiel aos ditames da Revolução de 31 de março de 1964, publicou o nome de outro general, Orlando Geisel, irmão de Ernesto, o favorito das urnas militares. Apesar da boa reputação dos manos de farda, a gafe, inserida em manchetes da primeira página, custou caro aos então dirigentes do jornal oficial.

Corria o dia 20 de julho de 1973. A repressão militar que cresceu bastante no Governo de Garrastazu Médici, estava no auge. Os agentes do governo prendiam, espancavam e demitiam sem a exigência de provas ou justificativas. Aqui, no jornal **A União** a “barriga” gerou demissões de toda a Diretoria e do então Secretário da Comunicação, Noaldo Dantas. Este era o superior dos jornalistas Luis Augusto Crispim e Marcone Cabral, respectivamente diretor-presidente e editor do jornal.

No dia da confusão, **A União** já funcionava na nova sede do Distrito Industrial de João Pessoa, onde inaugurara o sistema Off Set de impressão. Tudo corria bem, no ano de 1973, até que no dia 20 de julho, um zeloso funcionário entrou de jornal em punho na casa de Crispim e passou o recado: “doutô, o novo candidato a presidente é Ernesto e o jornal publicou Orlando”. Calmo como sempre, Crispim folheou o jornal e endossou a apreensão

do servidor: “Você tem razão”. Em seguida mandou recolher os jornais ainda não vendidos e imprimir novo clichê do dia, com nota de pedido de desculpas pelo erro cometido.

O mal já estava feito. Numa velocidade incrível, a gafe já era conhecida no Sudeste do País e os principais canais de TV da época, com sucursais em Recife, divulgavam tudo em detalhes. As rádios locais repetiam o noticiário, repassado pelas agências JB e France Press. O governador Ernani Sátyro tomou conhecimento do equívoco no Rio de Janeiro, onde se encontrava.

Ao desembarcar no Aeroporto Castro Pinto, dois dias após a ocorrência, Ernani Sátyro foi ríspido, ao mencionar o nome de Noaldo Dantas: “quero que ele se apresente a mim com o pedido de demissão nas mãos”, teria dito o governador. A queda de Noaldo arrastou Luis Augusto Crispim e Marcone Cabral. Os dois últimos, cavalheirescamente, isentaram Noaldo de culpa, mas Sátyro não perdoou: “Olhe amigo velho, você ganha para prestar atenção ao serviço que faz, viu?” Noaldo foi substituído por Evaldo Gonçalves de Queiroz.

Na versão do historiador José Octávio de Arruda Mello, as coisas não aconteceram do jeito que foi noticiado: “Ernani desembarcou colérico no aeroporto Castro Pinto e disse em alto e bom som que iria demitir Noaldo”, revelou Octávio. Dantas, que nunca estava presente quando Ernani precisava dele, ainda tentou se valer da esposa do governador, Dona Antonieta, mas Sátyro, inflexível, respondeu: “Você já fez muito por ele mas, agora, deixe-me cumprir com meu dever”.

Noaldo Dantas não foi ao Aeroporto esperar Ernani. Chamado à Granja Oficial pelo governador, Noaldo teria dito: “já que a situação é esta eu vou tocar um tango argentino” Ernani irritou-se ainda mais e cumpriu com a palavra, demitindo seu Secretário da Comunicação. Noaldo, Crispim e Marcone Cabral ainda foram intimados a depor na Polícia. O governador queria ter a prova se a gafe fora ou não intencional.

À sombra da censura – no rádio, a Arapuan era a primeira

Alarico Correia Neto

“Por censura, basicamente, entende-se o exame a que são submetidos trabalhos artísticos ou informativos, com base em critérios morais ou políticos, para decidir sobre a conveniência de serem ou não liberados para apresentação ao público em geral”.

Com esse conceito emitido no seu artigo “Censura: O regime militar e a liberdade de expressão”, na página 3 do site, Pedagogia & Comunicação, Antonio Carlos Olivieri afirma que esse instrumento de controle da informação “foi uma das armas de que o regime militar se valeu para calar seus opositores e impedir que qualquer tipo de mensagem contrária a seus interesses fosse amplamente divulgado”.

Ele se refere exatamente ao período da ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964 e perdurou por 21 anos deixando um rastro histórico de tenebrosos acontecimentos, muitos ainda desconhecidos ou não divulgados que feriram mortalmente a democracia brasileira, aboliram os direitos fundamentais das pessoas e até ceifaram vidas humanas por quem os ilegítimos detentores do poder se sentiam ameaçados.

Coisa antiga – A censura imposta aos meios de comunicação, no entanto, mesmo os mais insípidos existentes do período colonial, já estava presente no Brasil, considerando que a coroa

portuguesa, a que nosso país estava subordinado, possuía uma listagem de obras que não poderiam circular em seus territórios, incluindo todas as suas colônias. Além disso, a Inquisição da Igreja Católica assumia caráter censorador, investigando, punindo e matando pessoas que não seguissem os seus cânones religiosos e morais.

Os padres catequizantes, principalmente os jesuítas, também impunham proibição aos indígenas brasileiros para que não praticassem muitos dos seus hábitos, tais como a antropofagia, festividades religiosas e seus idiomas nativos. Igualmente aos negros escravos foram impostas restrições em suas culturas originais.

Mesmo no período monárquico, considerado um regime liberal, a censura se fazia sentir contra a divulgação de qualquer artigo favorável à abolição da escravidão, ao poder laico em oposição à igreja e, mais enfaticamente, aos movimentos separatistas que propunham o Brasil independente de Portugal e, internamente, que pregavam estados autônomos. Contabiliza-se como débito político para o regime monárquico o fechamento do jornal **A República** em 24 de fevereiro de 1873, pela polícia imperial.

Com essa concepção de autonomia regional destacou-se a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, que ocorreu em 20 de setembro de 1835 a primeiro de março de 1845, de caráter republicano, contra o governo imperial do Brasil, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Por esse movimento foi declarada a independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. Outra consequência da Guerra dos Farrapos foi a influência que motivou a Revolução Liberal (São Paulo, em 1842) e a revolta denominada Sabinada (Bahia, em 1837).

A República Velha, que se instalou em 1889, banindo radicalmente a família imperial brasileira do território nacional, e permanecendo no poder até 1930, reprimia violentamente

qualquer manifestação ou apoio de cunho monárquico. Exemplo dessa postura política predominante na Velha República é a agressão sofrida pelo jornalista, escritor e pioneiro no humorismo político brasileiro conhecido como Barão de Itararé (falso título de nobreza adotado como pseudônimo por Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, também conhecido por Apporelly), assim descrita pela Wikipédia:

No início do século XX, um dos exemplos de censura mais conhecidos é o do Barão de Itararé. Em 1932, após mais de cinco anos de implacáveis sátiras à sociedade e à política em geral, Apparício é sequestrado e espancado por policiais da Marinha, nunca identificados. Todavia, o episódio não o fez abandonar seu ofício. Mantendo o espírito satírico, afixou o seguinte aviso na porta de seu escritório: Entre sem bater.

Estado Novo – O fim da Velha República não significa que bons ventos soprassem sobre os veículos de comunicação. O gaúcho de São Borja, Getúlio Vargas, que assumiria a Presidência da República com a Revolução de 1930 como “governo provisório”, em 10 de novembro de 1937 deflagrou um golpe político, antecipando-se às eleições presidenciais marcadas para janeiro de 1938, embora o paraibano José Américo de Almeida, candidato à sucessão, tivesse seu aparente apoio.

O golpe ocorreu sob o pretexto de que existia um suposto plano comunista para tomada do poder. Getúlio Vargas, apoiava-se no denominado Plano Cohen, que previa uma invasão bolchevista no País, e que depois se descobriu ter sido forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho (o mesmo que, como general comandante de uma Divisão de Infantaria, em Juiz de Fora/MG, daria início ao Golpe Militar de 1964).

Tal qual se viu ao longo do Golpe de 1964, Getúlio Vargas determinou o fechamento do Congresso Nacional e extinção dos partidos políticos. Durante todo Estado Novo, como se passou a chamar seu período ditatorial, o gaúcho de São Borja governou através de decretos-leis e mandou prender o líder comunista Luís Carlos Prestes que permaneceu preso durante todo o tempo do regime de exceção. O escritor Monteiro Lobato, simplesmente por ter enviado uma carta a Getúlio, criticando sua política em relação ao petróleo brasileiro e propondo que esse recurso natural fosse explorado para o desenvolvimento do País, foi encarcerado.

Outro intelectual preso pela polícia do Estado Novo foi o escritor Graciliano Ramos, que, no livro **Memórias do Cárcere**, que virou filme, faz um duro relato do autor sobre as experiências vividas no período em que ficou preso em Ilha Grande, sob acusação de ligação com o partido comunista (PCB).

Como não poderia deixar de acontecer, a imprensa foi impiedosamente censurada. O jornal **O Estado de S. Paulo**, de oposição ao Partido Democrático (PD), que havia apoiado a Revolução de 1930, foi tomado à família Mesquita, pelo interventor paulista Ademar de Barros, obrigando o proprietário, Júlio de Mesquita Filho, ao exílio na Argentina. A devolução do diário aos Mesquita só veio a ocorrer em 1945 com a redemocratização do País.

Recrudescimento da exceção – Tão logo foi deflagrado no País, o golpe militar-civil de 1964 ocupou literalmente os meios de comunicação, a ponto de, em certos casos, a censura instalar equipe de censores dentro da redação dos jornais e revistas, com o poder – arbitrário, mas sem direito a contestação – de decidir o que poderia ser publicado ou não.

Essa desagradável situação constava no decreto-lei 1.077, de 21 de janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia, que também previa que os veículos de comunicação poderiam ser obrigados a enviar, antecipadamente, o que pretendiam publicar para a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

Se em 1968 a ação censória do governo parecia menos brutal do que nos primeiros dois anos pós-golpe, a publicação do Ato Institucional nº 5, assinado pelo presidente Costa e Silva, em dezembro daquele ano, foi um reforço de pimenta no tempero da imprensa e das artes brasileiras, porque institucionalizou o caráter ditatorial do regime e tornou a censura implacável. Com o AI-5 a censura prévia se estendia à imprensa, à música, ao teatro e ao cinema.

A respeito desse período. Antonio Carlos Olivieri comenta:

Convém lembrar que, logo depois do golpe, a censura não se exercia de um modo propriamente oficial e institucionalizado por leis. Pequenos jornais de esquerda ou ligados a João Goulart, como **Politika**, **Folha da Semana** e **O Semanário** foram depredados. O mesmo aconteceu com um dos grandes jornais da época, o Última Hora, por ser simpático ao presidente deposto. Já o **Correio da Manhã**, por denunciar os excessos dos militares, teve sua proprietária presa, além da sede invadida e interdita.

Independentemente de ter instrumentos legais que a institucionalizassem, a censura atuava de várias formas, tais como a pressão econômica, retirando publicidade dos veículos que afrontassem o governo, telefonemas e comunicados por escrito, proibindo divulgação de determinado assunto, que geralmente eram direcionados ou entregues ao chefe de redação ou redator chefe que ficava responsável pela sua divulgação interna.

A maioria dos jornais alternativos tiveram vida curta como **Versus**, **Coojornal**, **Repórter**, **Opinião**, **Movimento**, **Em Tempo**, entre outros. O **Pasquim** durou mais, de 1969 a 1988, sofrendo forte censura militar até meados da década de 70. Em 25 de outubro de 1975, um fato de maior relevância ganhou repercussão

internacional: sob tortura, foi assassinado o jornalista chefe da TV Cultura, Vladimir Herzog.

Imprensa colaboracionista – Contudo, há quem afirme, categoricamente, que houve colaboração espontânea da imprensa ao regime ditatorial, como sustenta a historiadora Beatriz Kushnir, diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Amparada em pesquisa nos arquivos públicos, entrevistas e tendo os próprios jornais como fontes, ela declara no painel **A imprensa** que colaborou com a ditadura, que apresentou à Comissão da Verdade de São Paulo: “Não houve resistência. Os veículos adotaram a autocensura e se organizaram para conviver com os censores dentro das redações. Foi uma opção”.

O historiador Fernando Rebouças, em **Jornalismo na ditadura militar**, site www.infoescola.com, admite que houve colaboração da imprensa, mas é bastante comedido e consegue muito habilmente separar o joio do trigo:

A grande imprensa sofria censura da ditadura, ou se afinava com o governo, enquanto que os pequenos jornais alternativos denunciavam os abusos de tortura e violação dos direitos humanos no Brasil. A imprensa alternativa era redigida por jornalistas de movimento popular ou de orientação política de esquerda, em boa parte, despedidos dos grandes veículos.

Os historiadores Daniel Aarão Reis e Denise Rolemborg, da Universidade Federal Fluminense, (Núcleo de Estudos Contemporâneos), referem-se a esse aspecto em *Censura à Imprensa*:

A ABI, Associação Brasileira de Imprensa, conhecida desde o final dos anos 1970 e nas décadas seguintes como a trincheira da liberdade, era uma instituição de representação

dos jornais com muitas nuances e interesses diferenciados, muito longe da unidade e do combate sugeridos por certas versões. Houve resistência à ditadura, sem dúvida, quando muitos, demonstrando coragem, enfrentaram os rigores de uma situação de exceção, mas é preciso não esquecer que, em 1964, o seu presidente aceitou desempenhar o papel de interventor no Sindicato dos Jornalistas; a presença do general-presidente Costa e Silva na sede da ABI, em 1968, convidado de honra da comemoração dos sessenta anos de instituição; a eleição de Adonias Filho, intelectual do golpe e da ditadura, presidente da instituição no biênio 1972-1974 eleito por seus pares.

Arte & Cultura – Na televisão, que se tornou um veículo de comunicação de maior audiência nas décadas de 1960 e 1970, a censura interferia diretamente nas novelas em que muitos capítulos eram literalmente modificados pelos censores, chegando a adulterar o sentido original que o autor tinha pretendido dar à sua obra. Cortes e reelaboração de textos afetaram muito a novela Beto Rockefeller (TV Tupi, 1968-69), por exemplo, porque o personagem principal era um tanto irreverente.

O mesmo ocorreu com a novela **Escrava Isaura**, em que os censores entendiam de mudar o comportamento inescrupuloso do Leôncio. A exibição de uma novela podia ser simplesmente proibida, como aconteceu com a primeira versão de “Roque Santeiro”, de Dias Gomes, que a Rede Globo pretendia levar ao ar. Também foi vetada a sinopse de “Pedreira das Almas”, de Jorge Andrade, uma adaptação para a TV de sua peça teatral homônima.

Durante a ditadura militar, muitos artistas foram censurados, destacando-se Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Dom e Ravel, Elis Regina, Geraldo Vandré, Milton Nascimento, Plínio Marcos, Raul Seixas, Tanguara, Toquinho, Odair José,

Torquato Neto, Zé Kéti e Gonzaguinha. Essas foram as músicas proibidas:

- “Apesar de Você” – Chico Buarque;
- “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores” – Geraldo Vandré;
- “Cálice” – Chico Buarque e Gilberto Gil;
- “É Proibido Proibir” – Caetano Veloso;
- “Acorda, Amor” – Leonel Paiva e Julinho de Adelaide (Chico Buarque);
- “Que as Crianças Cantem Livres” – Taiguara;
- “Animais Irracionais” – Dom e Ravel;
- “Sociedade Alternativa” – Raul Seixas;
- “Cartomante” – Elis Regina;
- “Opinião” – Zé Keti.

Ainda a respeito da ação censitória na Música Popular Brasileira, a Wikipédia ressalta que “alguns artistas usavam a própria música para protestar contra a censura”. E continua:

Algumas destas músicas ganharam um caráter histórico dentro do movimento da MPB. Por outro lado, algumas canções eram censuradas apenas por não condizer com os valores morais da época, como é o caso de “Como Eu Quero” de Paula Toller e Leoni, cuja personagem principal exige de seu namorado que “tire essa bermuda”. Também é famoso o caso de censura à canção “Tortura de Amor” de Waldick Soriano, lançada no auge da repressão. Outro caso conhecido de censura por razões não políticas foi a imposta a Adoniran Barbosa, que compunha de acordo com o dialeto caipira, obrigado a corrigir as letras de suas canções de acordo com a Gramática, caso quisesse gravá-las. Adoniran preferiu esperar pelo fim da censura prévia para voltar a gravar.

No teatro, as produções eram obrigadas a submeter o texto ao critério da censura. Se aprovado, com ou sem cortes (o que era muito raro acontecer), o espetáculo deveria ser apresentado em sessão exclusiva para os censores que podiam também cortar cenas, coreografias ou toda a montagem, proibindo a encenação para o público.

O mais desagradável era que todo esse procedimento, nas suas diversas fases, acontecia em cada montagem da mesma peça. Foi o caso da peça teatral **A cara do Povo do Jeito Que Ela É**, deste autor, pelo Grupo Teatral, Os Dionisiacos, de Campina Grande (PB) que foi totalmente proibida logo após a encenação para a Censura Federal.

A peça já havia sido submetida à Censura Federal, com cortes integrais das duas primeiras páginas, obrigando o autor a substituí-las. Além disso, outros dois grupos teatrais já haviam utilizado o mesmo texto, tinham feito montagens e encenado para o público. Mas o censor chefe entendeu que a montagem do Grupo Os Dionisiacos estava “deturpando” o texto original. O problema só foi solucionado, quando o autor se fez presente a uma apresentação exclusiva para ele e o censor, e declarou que autorizava a montagem, por entender que não havia deturpação da sua obra.

Apesar de na maioria das vezes os censores, por convicção, obrigação do ofício ou mesmo por índole, parecerem durões, também eram suscetíveis de aproximação e um pouco de consideração, como demonstrou o chefe da Censura na Paraíba, o conhecido “Doutor Pedro Fernandes”. Este autorizou a apresentação de **Esperando Godot**, de Samuel Beckett, no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, dispensando o ensaio geral para a Censura.

Ele atendeu apelo da atriz Eva Vilma, a quem este autor acompanhou na visita ao chefe da Censura, no Departamento de Polícia Federal, onde fomos cortesmente recebidos:

- Nobre jornalista, a que devo tão ilustres visitas, principalmente por essa diva do teatro e da televisão Eva Vilma?

De outra feita, no Rio de Janeiro, onde o Teatro de Arena da Paraíba iria estreiar o espetáculo **Paraí-bê-a-bá**, coordenado pelo teatrólogo Paulo Pontes, um agente da Censura reconheceu este autor, quando no Departamento de Polícia Federal eu tentava a liberação do espetáculo, que aconteceria naquele mesmo dia. E o espetáculo aconteceu sem qualquer empecilho, embora o texto nem tivesse sido submetido à análise da Censura.

É que, quando o presidente Costa e Silva visitou João Pessoa e participou de uma solenidade no Teatro Santa Rosa, este autor foi “convidado” a mostrar as dependências daquela casa de espetáculos, porque a coordenação da segurança foi informada de que eu era a pessoa que mais conhecia aquele teatro, do porão às frisas de camarotes.

O caso Ana Lúcia – O caso Ana Lúcia refere-se ao Assassinato de Ana Lúcia Braga, um crime acontecido em Brasília, em 11 de setembro de 1973, em plena ditadura militar. Um caso policial que ganhou repercussão nacional pela selvageria e crueldade com que se revestiu, que teve como vítima uma criança de sete anos: Ana Lúcia.

Sequestrada do Colégio Madre Carmem Sallés, escola onde foi deixada pelos pais, Ana Lúcia foi torturada, estuprada e morta por asfixia, ocorrência que, segundo os peritos que analisaram seu corpo, teria acontecido na madrugada do dia seguinte. Seu corpo foi encontrado por policiais, em um terreno da UnB, no dia seguinte:

“Estava semi-enterrado em uma vala, próximo da qual havia marcas de pneus de moto e duas camisinhas, provas que com facilidade poderiam levar os investigadores até os culpados da atrocidade. A menina estava nua, com marcas de cigarro e com os cabelos mal cortados, relata a Wikipédia, continuando:

Os suspeitos do crime foram o seu próprio irmão Álvaro Henrique Braga (que, juntamente com a namorada, Gilma Varela de Albuquerque, teria vendido a menina para traficantes) e alguns filhos de políticos e importantes membros da sociedade brasileira. Mas os culpados nunca foram apontados e o caso Ana Lúcia se tornou mais um símbolo da impunidade em Brasília. As investigações apontaram que Ana Lúcia foi levada ao sítio do então Vice-Líder da Arena no Senado, Eurico Resende, situado em Sobradinho, no Distrito Federal. Testemunhas disseram que, à noite, Álvaro e a namorada saíram e deixaram a menina com Alfredo Buzaid Júnior, Eduardo Ribeiro Resende (filho do senador, dono do sítio), e Raimundo Lacerda Duque, conhecido traficante de drogas de Brasília. Quando voltaram ao sítio, encontraram Ana Lúcia morta. Como o principal suspeito era o filho do então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid uma grande polêmica se formou em torno do caso. Entre os suspeitos estava também o futuro Presidente da República Fernando Collor de Mello, que, na época, tinha 24 anos de idade. Não há evidência que Collor esteja envolvido no crime, mas mesmo assim, durante a campanha eleitoral de 1989, Collor foi acusado de ter participado do crime. Em um momento da história nacional em que a ditadura militar controlava as investigações que lhe diziam respeito, como era de se esperar, não houve muito rigor nas investigações. Digitais não foram procuradas no corpo da menina, as marcas de pneus foram esquecidas e sequer se efetuaram análises comparativas do esperma encontrado nas camisinhas com o dos suspeitos. E o que era mais estranho: houve uma grande passividade por parte dos próprios familiares de Ana

Lídia. A força do poder dominante para sufocar a divulgação do assunto pode ser medida por um episódio citado por Jávier Godinho em sua obra **A Imprensa Amordaçada**. No dia 20 de maio de 1974, jornais, rádios e estações de televisão do país receberam o seguinte comunicado do Departamento de Polícia Federal: “De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social escrito, falado, televisado, comentários, transcrição, referências e outras matérias sobre o caso Ana Lídia e Rosana. Polícia Federal”. Rosana Pandim tratava-se de outra garota desaparecida com 11 anos de idade em Goiânia, no mesmo ano da morte de Ana Lídia. Mas, ao contrário do que aconteceu com a menina de Brasília, o corpo de Rosana jamais foi encontrado.

Esse comunicado acima referido não foi levado apenas aos órgãos de imprensa de Brasília, mas de todo o Brasil. Aqui mesmo em João Pessoa/PB, ele chegou à **Rádio Correio da Paraíba** onde este autor trabalhava à época e foi recebedor do comunicado da proibição da Polícia Federal, que veio pelas mãos de um agente policial. Para não documentar a proibição, o agente mandava que o recebedor lesse, assinasse um protocolo de recebimento, mas não deixava cópias do documento.

A primazia no recebimento desses comunicados, dentre as emissoras de rádio de João Pessoa, sempre coube à **Rádio Arapuan**, o que não constituía nenhum privilégio. Ao contrário, era a primeira emissora de rádio paraibana a sofrer a ação da Censura, porque a sua sede, localizada na Avenida Almirante Barroso, no Centro da cidade, era vizinha da sede do Departamento de Polícia Federal. Como redator-chefe daquela emissora, eu também fui testemunha dessa história. Era sempre assim.

Ainda sobre o Caso Ana Lídia, a Wikipédia relata:

Depois que se passaram treze anos da execução do crime o processo foi reaberto porque surgiram novidades sobre o assassinato. A repórter Mônica Teixeira, da Vídeo Abril, garantiu ter testemunhas que poderiam provar que o autor do crime era mesmo o filho do ex-Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, e que, apesar de a imprensa ter noticiado que ele havia morrido em um acidente, dois anos depois do crime, Mônica garantiu que ele ainda estava bem vivo no ano de 1985. Mais uma vez fatos estranhos aconteceram: algumas das testemunhas simplesmente morreram após serem intimadas para depor e não foi imediatamente permitida a exumação do corpo, sendo o processo novamente fechado por suposta falta de provas. Em 1986, após um ano de pedido inicial, a exumação do corpo de Alfredo Buzaid Junior foi autorizada. Porém, por engano ou descuido da polícia, o corpo exumado foi o de Felício Buzaid, avô do acusado, falecido em 1966. Após uma segunda tentativa, um segundo cadáver, supostamente de Alfredo Buzaid Junior, foi entregue ao IML. Por algum motivo não explicado, os dentes do cadáver estavam removidos, impossibilitando o reconhecimento por arcada dentária (não existia o procedimento de testes de DNA na época). Mesmo assim, em julho de 1986, o legista José Antônio Mello declarou que o corpo enterrado era realmente de Alfredo Buzaid Junior.

Até hoje não houve um desfecho para o caso e ninguém foi punido pelos crimes cometidos.

Redemocratização – Todos os atos institucionais e complementares, no que fossem contrários à Constituição Federal, foram revogados pelo presidente Ernesto Geisel, em 13 de outubro de 1978, quando promulgou a Emenda Constitucional nº 11,

“ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial”, restaurando o habeas corpus. A emenda constitucional entrou em vigor em 1º de janeiro de 1979.

Entre 1975 e 1978, o governo militar começou a diminuir a pressão sobre a imprensa escrita, com o fim da censura prévia. No entanto, no que se refere aos meios de comunicação eletrônica, a vigilância permaneceu até o restabelecimento do regime democrático, sob a presidência de José Sarney, e a entrada em vigência da Constituição de 1988, que em seu artigo de nº 5 estipulava a liberdade de manifestação do pensamento.

Como saldo da ação censória da ditadura militar, com destaque no período em que esteve em vigor o AI-5, mais precisamente de 1968 a 1978, a censura coibiu mais de seiscentos filmes, mais de quinhentas peças teatrais, a editoração de vários livros e dezenas de composições musicais. Apesar disso, ainda há quem insista em querer retomar a censura, como são os defensores da censura prévia às obras biográficas.

Referências

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação – Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil** (1965-1979). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: Unicamp, 1995.

PORCELLO, Flávio. **O jornalismo e o Brasil**. 29 jan. 2007. Disponível em: www.fenaj.org.br/materia.php?id=1474. Acesso em 2 mar 2007.

SOUZA, José Inácio de Melo. **O Estado contra os meios de comunicação** (1889-1945), São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

Outras fontes:

Associação Nacional dos Jornais. Disponível em: www.anj.org.br

ANER – Associação Nacional de Editores de Revista.
Disponível em www.emrevista.com/edicoes/8/artigo4755-1.asp

Relatório sobre liberdade de Imprensa no Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: www.anj.org.br.

www.infoescola.com/historia/censura-no-periodo-da-ditadura/

[www.pt.wikipedia.org/wiki/Censura no Brasil](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Censura_no_Brasil)

[www.pt.wikipedia.org/wiki/
Regime militar no Basil \(1964-1985\)](http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Regime_militar_no_Basil_(1964-1985))

www.historiado brasil.net/ditadura/

[www.ojs.c3sl.ufpb.br/ojs2/index.php/historia/article/
viewFile/7941/5586](http://www.ojs.c3sl.ufpb.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/7941/5586)

- Parte III -

O DESFECHO E A REPRESSÃO

Das incertezas de um gabinete à ocupação da Marinha

Paulo Conserva

(...) Por volta das 21h [de 31 de março de 1964], o Tenente Tubino, meu chefe direto na Intendência do navio, apresentou-me um oficial da Diretoria do Pessoal da Marinha. Considerei-me preso, porém estava equivocado. O certo é que o golpe estava em desenvolvimento mas as forças legalistas pareciam resistir. Subi ao gabinete do Ministro Paulo Mário e ali reencontrei o Tenente Ferro Costa, também transferido do Tamandaré por obra e graça do Comandante Uzeda.

- Também você, Conserva? O Uzeda não brinca em serviço – pilheriou o jovem oficial esquerdista.

Madrugada agitada no Ministério! O serviço de rádio se comunicava com todas as unidades navais e terrestres, o Ministro Paulo Mário requisitava alguns oficiais, dispensava outros, enquanto as ordens vinham de lá pra cá, iam daqui pra'li, numa balbúrdia infernal, confundindo todo mundo. Verdadeira torre de Babel. Por outro lado, todo mundo especulava sobre a real situação dos golpistas que, comandados pelos generais Mourão Filho e Luiz Guedes, avançavam sobre o Rio de Janeiro.

- Puxa, Ferro... a coisa tá preta! – desabafei no corredor enquanto tomávamos um cafezinho servido pelo taifeiro Josias que, assustado, quase não segurava a bandeja.

- Tenha calma Josias... eles não passarão – sorriu Ferro Costa afirmando que “Com um saco de granadas retomaremos o Tamandaré”.

Verdadeira loucura!

Na manhã de primeiro de abril, os olhos inchados pela vigília, um capitão legalista pediu voluntários. Íamos buscar armas no Centro de Instrução Almirante Wandenholk – CIAW – para reforçar a defesa do Arsenal da Marinha. Centenas de subalternos lotaram um rebocador e sob o comando do capitão de fragata Soares, ex-chefe de máquinas do Cruzador Tamandaré, mais conhecido entre a marujada como “burro prá burro”, desembarcaram na Ilha das Enxadas, retornando minutos depois com as armas necessárias, porém com um absurdo equívoco: conscientes da importância daquele armamento, os oficiais golpistas do CIAW entregaram à marujada uma munição de calibre diferente a qual jamais poderia ser utilizada. Estávamos perdidos desde o primeiro momento no caso de um ataque dos golpistas ao Ministério. Foi naquele preciso momento que reencontrei o Tenente Ribamar, jovem e digno oficial da Armada, ao qual havia sido apresentado na noite anterior pelo amigo Ferro Costa.

- Conserva... – disse-me exaltado – a coisa está ficando feia mesmo.

- E o Ferro... o que podemos fazer ainda? Perguntei-lhe pensando nas granadas.

- Nada, rapaz... o Ministério está cheio de golpistas.

Tinha razão o jovem oficial. Desde o dia anterior as instalações do Ministério da Marinha eram protegidas por um contingente de Fuzileiros Navais comandado pelo Almirante Aragão. Centenas de sacos de areia rodeavam o edifício central e detrás das barricadas os soldados tomavam posição de combate. Aquela imagem bélica fez-me recordar as heroicas barricadas da “Comuna de Paris”, mantidas as distâncias histórico-ideológicas.

No interior do edifício, a confusão crescia, minuto a minuto. Os oficiais golpistas encontravam-se nos corredores e escadas com seus colegas legalistas. Ao redor das onze horas da manhã de primeiro de abril, vejo o sempre combativo tenente Ferro Costa sangrando no rosto, a camisa branca esfarrapada, os nervos à flor da pele. Vinha do terceiro andar onde fora levar uma ordem do Capitão Suzano. – Aqui ninguém recebe ordens de comunistas, seu filho da puta! – gritavam histéricos os oficiais golpistas do Primeiro Distrito Naval e o pau comeu em cima do Ferrinho. O Almirante Silva, cachimbo pendurado na boca, ordenou a formação de uma escolta para prender os agressores, porém foi tudo em vão. Ninguém ali respeitava as ordens superiores do Ministro Paulo Mário e seus assessores.

As notícias que chegavam – via rádio – eram cada vez mais alarmantes. Do Palácio Guanabara o governador golpista Carlos Lacerda vomitava pragas contra os “comunistas” e vociferava palavras – em seu estilo característico – contra o Almirante Cândido Aragão, cujas tropas cercavam seu covil. – “Almirante covarde, padroeiro dos abortos, comunista safado... Deixe a sua tropa no quartel e venha enfrentar-me pessoalmente”.

A retirada do cerco ao Palácio Guanabara horas depois, visto que o Presidente Goulart não queria “ver sangue”, indicava que quase tudo estava perdido, especialmente quando surgiu o rumor de que tropas do Exército, com tanques e armas pesadas, marchavam sobre o Ministério da Marinha. Os Fuzileiros Navais avançaram para a Avenida Marechal Floriano tentando neutralizar o suposto ataque inimigo, enquanto, na retaguarda, a marujada inexperiente e praticamente desarmada esperava a ofensiva que não houve. A partir de então ruíam por terra nossas esperanças, pois àquela altura pressentíamos no ar a sombra da derrota. Oficiais de alta patente, tais quais ratos que abandonam os porões dos navios à deriva, até então ao lado do Ministro Paulo Mário, trocavam o uniforme militar pelo traje civil, procurando

fugir do Ministério. Outros, em cima do muro, aguardando o desfecho dos acontecimentos, caminhavam inseguros sem saber o que fazer. Foi quando presenciei um áspero diálogo entre um capitão de fragata e um jovem tenente: - Retire-se do Ministério... uma ordem...

- Mas, capitão, estive aqui até agora e não vou abandoná-lo no momento difícil – ponderou. - Sou seu padrinho de casamento. Você é um oficial ainda moço e não deve sacrificar o seu futuro, a sua esposa e seus filhos. Eu ficarei ao lado do meu Ministro até o fim – insistiu o oficial superior que logo saiu gritando pelos corredores e salas do edifício pedindo calma a todo mundo. - Quem é capaz de jogar uma partida de xadrez?

A ordem do Ministro Paulo Mário é para que todo mundo entregue as armas e munições, - exortou uma e dez vezes provocando a desconfiança de alguns companheiros que o imaginavam agente de proa do CENIMAR. Confesso honestamente que não tenho condições de afirmá-lo como tal, porém os indícios nos levavam a tanto.

De repente, o desastre final!

- Uma escolta de oficiais! – alguém gritou e todos corremos às janelas de onde pudemos observar uma caravana de automóveis blindados dos quais desciam apressadamente uns dez ou onze almirantes portando metralhadoras.

- Vão prender o Ministro – advertiu Ferro Costa que, com outros companheiros, estava disposto a defender na pessoa do nosso chefe militar a democracia ameaçada, minutos depois esturpada pelas baionetas. Porém, já se fazia inútil qualquer tipo de reação. Outros oficiais exigiam calma. Depositei o meu fuzil sobre uma mesa, a pistola regulamentar também, chamei o Ferro Costa para uma sala, apertei-lhe a mão, nos abraçamos e meu amigo chorou emocionado.

- Perdemos, Conserva. O Goulart é um covarde. Se não fugisse... – desabafou enquanto eu lhe propunha que saíssemos

dali. Já não haveria resistência mesmo porque nem valeria a pena tamanho sacrifício. Disse-me que não. Ali resistiria ou seria preso.

Cruzei com a patrulha golpista integrada por oficiais almirantes nas escadarias do imenso edifício, parei e bati continência por mera conveniência profissional e, no terceiro andar, presenciei o espetáculo patrocinado pelo meu até então amigo Chinesinho, trocando abraços, e dando vivas a Carlos Lacerda com os oficiais do Primeiro Distrito Naval. Desorientado, cheguei ao Cais do Arsenal e, lentamente, sob uma chuva fina que começava a cair naquela tarde funesta, consegui ultrapassar o portão quando escutei os berros de um oficial da quartelada:

- A partir deste momento não sai nem entra ninguém no Ministério – ordenou ao soldado de guarda.

- Porra, parece que escapei – conversei com meus botões, sem coragem de olhar para minha retaguarda. Subitamente vejo vindo da rua Primeiro de Março uma gigantesca caravana de automóveis, numa balbúrdia generalizada. Era a pequena burguesia de Ipanema e arredores, a fina flor da Zona Sul, empunhando nas mãos de donzelas a Bandeira Nacional, enquanto gargantas histéricas e embriagadas entoavam o Hino Nacional e davam vivas a Lacerda e às Forças Armadas. Parei um instante sob a chuva sem saber ao certo para onde ir visto que a greve geral decretada pela CGT deixara a cidade sem transporte coletivo e, por um minuto, procurei abrigo debaixo de uma árvore na Praça Barão de Ladário, diante do próprio Arsenal da Marinha.

O carnaval continuava. Dezenas de veículos desfilavam pelos arredores, buzinando diante do Ministério da Marinha, num barulho infernal. A euforia golpista era ensurdecidora. Vi-me e senti-me só, os olhos lacrimejando a amargura da derrota. (...)

De 31 de março a primeiro de abril, a madrugada que não acabou

Astier Basílio

As províncias, como a Paraíba, não foram consultadas quando da instauração do golpe militar deflagrado em 1º de abril de 1964. A declaração foi dada, anos depois do episódio, por Pedro Gondim, então governador à época em que estourou a revolução que depôs o presidente João Goulart e deu início a um processo de ditadura militar que durou 21 anos, cassou mandatos, fechou o congresso, efetuou prisões, realizou torturas. Mesmo sem o papel de protagonistas, as províncias do Nordeste foram importantíssimas na costura do golpe militar, até porque os militares que não se alinhavam com o presidente João Goulart eram transferidos para a região. Passados 45 anos, a reportagem do **Jornal da Paraíba**, com o auxílio do historiador José Octávio de Arruda Mello e dos ex-deputados estaduais Assis Lemos e Joacil de Brito Pereira, tentou recompor os fatos mais importantes – hora a hora – acontecidos na Paraíba, com o objetivo de traçar uma espécie de crônica da madrugada do dia 31 de março para o dia 1º de abril, essa data que, podemos parafrasear o jornalista Zuenir Ventura, também não acabou.

31 de Março – Manhã

(12 horas)

Por meio de uma Kombi, a Frente de Mobilização Popular na Paraíba convidava as pessoas a participar de um comício em defesa das Ligas Camponesas e, de quebra, manifestar apoio ao presidente João Goulart que, àquela altura, já havia proferido o inflamado discurso do dia 13 de março na Central, a famosa sexta-feira 13, onde anunciou as reformas de base.

O lugar escolhido para o comício no Estado foi o bairro de Cruz das Armas, por ser o mais populoso da cidade.

31 de março – Tarde

(15 horas)

Brasília, plenário da Câmara dos Deputados. O deputado federal paraibano Ernani Satyro, figura proeminente da UDN, dizia: “(...) Senhor Presidente, a subversão já vinha de longe. Ela se caracterizou melhor com o comício do dia 13, em que foi afrontado o Congresso Nacional, em que foi dito pelo próprio Presidente da República que dentro de 60 ou 90 dias estariam divididas as terras pelas Forças Armadas (...)”.

Ernani Satyro conclui seu aparte de maneira entusiasmada: “Sr. Presidente, contra tudo isto, viva Minas Gerais (de onde saíram as tropas do general Olímpio Mourão Filho para derrubada de Jango), viva o Brasil!”.

(16 horas)

Na Assembleia Legislativa da Paraíba, Assis Lemos, do PSB, requer a transcrição do discurso do presidente proferido na véspera, no Automóvel Clube, nos anais da Casa de Epitácio Pessoa, o que não foi feito pela presidência, a cargo de Clóvis Bezerra da

UDN. O deputado ainda faz uma explanação sobre a conjuntura política nacional, cobrando uma decisão incisiva pró-Jango dos partidos que compunham a base aliada do presidente.

(18 horas)

O deputado da UDN, Joacil de Brito Pereira, levava dona Neli Santiago ao Cine Plaza. Por mais que o marido quisesse deixar o programa para o dia seguinte, dona Neli insistiu. Porém, tiveram de ir à primeira sessão. Joacil de Brito, uma espécie de líder civil da revolução na Paraíba, fora avisado pelo coronel D'Ávila Melo que não saísse da casa a partir das 20h.

Assis Lemos vai à casa do seu colega, o futuro governador José Maranhão, à época deputado da ala janguista do PTB. Assis é aconselhado a ir embora. Entretanto, Assis portava um revólver 45, que lhe havia sido entregue pelo almirante paraibano Cândido Aragão, no Rio de Janeiro. Era uma arma privativa das Forças Armadas.

Aqui há um conflito de versões: segundo o historiador José Octávio, Assis entregou naquele momento a arma ao deputado José Maranhão. Segundo o próprio Assis, a conversa girou em torno de assuntos da política local e a entrega da arma ou melhor, uma troca: Maranhão deu-lhe um revólver que tinha e pegou de volta o de Assis pois assim procedeu no momento em que o deputado socialista já estava de partida, à noitinha, para o Recife.

De uma forma ou de outra, o fato é que aquela arma traria problemas a Maranhão, que teve de levá-la à sua cidade natal, Araruna.

31 de março – Noite

(19h30)

Diretor do Departamento de Assistência do Menor, a conhecida “Polícia de Menores”, o então padre Manuel Batista de Medeiros ouve, do rádio de seu jipe, as proclamações da Rádio Inconfidência de Minas Gerais. O teor era o seguinte: os civis deveriam poupar gasolina, não sair em manifestações e aos militares pedia-se para dirigirem-se aos quartéis.

Ato contínuo, Medeiros vai se certificar da veracidade dos acontecimentos no 15º R.I. e, lá chegando, não só confirma as notícias de que o levante estava em marcha, como encontrou o local praticamente vazio: o coronel D’Ávila já havia mandado as suas tropas dissolver o comício em Cruz das Armas e efetuar prisões.

Seria o primeiro ato do golpe militar na Paraíba.

(20 horas)

“Governador, governador! A revolução está na rua! A revolução está na rua!”

Deitado na rede, armada no alpendre do primeiro andar, em uma casa de veraneio localizada no bairro de Manaíra, o governador Pedro Gondim reconhece a voz de Manuel Batista, trazendo-lhe as novas.

A partir daí, o telefone da casa do governador não parou mais. Relembrando, décadas depois aquele dia, Pedro Gondim revelava: “confesso que eu estava completamente ignorante ao que se passava no preâmbulo da pseudo-revolução”.

Por precaução, o secretário de Interior e Justiça, Silvio Porto, não confiando no comando da Polícia Militar, faz com que o governador seja escoltado, de sua casa para o Palácio, pelos oficiais... da banda de música da PM.

Na rádio Arapuan, o jornalista Otinaldo Lourenço já se informava do levante mineiro. Ele queria um grande furo de reportagem. Partiria em pouco tempo para o Palácio da Redenção com uma pergunta para o governador: qual é o posicionamento da Paraíba? Porém, nem ele nem ninguém encontraria uma resposta.

Não naquele dia.

(21 horas)

Exército, chefiado pelo sargento Vasconcelos, acaba com o comício em Cruz das Armas. Participante desse ato, do qual conseguiu escapar ao lado do dramaturgo Paulo Pontes, o jornalista Jório Machado assim descreveu o episódio: “(...) deu-se o corte de energia elétrica e logo em seguida um caminhão do Exército penetrou no meio da massa e dezenas de militares invadiram o palanque, prenderam líderes sindicais, representantes de organizações estaduais, políticos entre os quais o desembargador João Santa Cruz, antigo militante do Partido Comunista”.

(21 horas)

No Palácio da Redenção, praticamente todo o secretariado do governador Pedro Gondim estava em reunião, além de outras pessoas que não compunham a sua equipe. Para esta reunião, o chefe do Executivo se fez acompanhar de sua esposa, Sílvia Gondim.

A casa de Joacil de Brito Pereira já estava repleta de gente. Em trajes de campanha, quem aparece em sua residência é o coronel Plínio Pitaluga, um mato-grossense herói da Segunda Guerra, enviado de Castelo Branco para chefiar o movimento aqui na Paraíba. Era a primeira vez que Joacil o via.

Naquele mesmo dia, o militar estivera no Recife e ouvira do coronel Antônio Bandeira: “Você volte para a Paraíba, que o negócio pode começar hoje”. A Pitaluga foram confiadas pelo comando militar, as responsabilidades de logística e operacionalidade do golpe: o controle de emissoras, repartições estratégicas, como as comunicações.

Em Cruz das Armas, Assis Lemos ao ver deserto o local em que deveria estar acontecendo um comício, perguntou a um popular: “Amigo, não havia um comício aqui?”, ao que ouviu: “tinha sim, mas o Exército chegou e acabou com tudo”.

Assis partiu para a Faculdade de Ciências Econômicas, onde foi encontrar os demais companheiros, entre os quais o sindicalista Luiz Hugo Guimarães, Cláudio Santa Cruz, Laurindo Albuquerque, com o objetivo de buscar mais informações sobre o ocorrido.

Até o momento, Assis não tomara ciência do golpe. Tanto é que ele sugeria ao grupo que se fizesse uma comissão para ir ao 15º R.I., sendo dissuadido por Luiz Hugo, que era oficial da Reserva e falou ser inútil aquela ida, pois o expediente havia sido encerrado.

(22h15)

O oficial de gabinete e jornalista Nelson Coelho é incumbido de trazer ao Palácio o deputado, líder do governo e genro do governador, Vital do Rêgo.

Caso Pedro Gondim optasse por um apoio ao presidente João Goulart, seria deposto imediatamente. Havendo deposição, o nome mais indicado para substituí-lo seria o do deputado estadual Joacil de Brito Pereira que recebia em casa o coronel D’Ávila Melo que agia na esfera política do movimento.

O coronel pedia que Joacil entrasse em contato com o governador Pedro Gondim. Todavia, manifestando haver animosidade entre ambos, os dois não se davam bem e não era daquela data, Joacil solicitou que o emissário fosse Clóvis Bezerra, quadro partidário da UDN e presidente da Assembleia Legislativa.

(23 horas)

Assis Lemos é levado à casa de sua mãe por José Maranhão. “Logo em seguida, chegou o delegado da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPs), Ednaldo Dias de Barros, para avisar que estavam acontecendo fatos estranhos. Aconselhava-me a dormir em local mais seguro”, revelou Assis.

(23h30)

Otinaldo Lourenço vai ao Palácio em busca de uma proclamação do governador, mas Pedro não a faz. Posteriormente, ao ser perguntado como estava a atmosfera no Palácio, na ocasião, Otinaldo disse: “o clima era de velório”. O objetivo do jornalista seria, em primeira mão, um pronunciamento do governador. Mas, Pedro Gondim não se definia.

Há versões que afirmam ter o governador redigido dois manifestos, um a favor de João Goulart, outro a favor dos militares. Pedro Gondim, negaria: “nunca houve dois manifestos, que não sou homem pra isso”.

1º de Abril – Madrugada/Manhã

(2 horas)

O deputado Clóvis Bezerra tenta, em vão, levar Pedro Gondim para o lado dos militares.

(3 horas)

O ministro da Justiça, o paraibano Abelardo Jurema era ouvido na Rádio Nacional. Ele dizia que as forças governamentais estavam rechaçando as tropas do general Mourão. O que não aconteceu.

Pitaluga vai ao Palácio em busca de uma definição de Pedro que, por sua vez, não toma uma posição. A decisão será tomada após a reunião com os seus secretários. É dado um prazo ao governador. Ele tem até às 11 horas para tomar uma decisão.

Entretanto, Pedro Gondim, em depoimento posterior, nega com veemência que tal fato tenha ocorrido. “Pitaluga esteve em Palácio, entre 9h e 10h”. Até aquele momento, o secretariado estava dividido: uma parte sugere a adesão ao levante, outra propunha esperar um pouco mais.

(8 horas)

O jornalista Fernando Mendonça, emissário do governador de Pernambuco Miguel Arraes, cruza o Palácio. Está com um manifesto de governadores nordestinos em favor de Goulart. Pedro Gondim não assina. Pitaluga não o conhecia, quando o avisaram que aquele homem que havia cruzado com ele era o emissário de Arraes, o coronel perguntou: “por que vocês não o prenderam?”.

Vital do Rêgo chega. A reunião é retomada.

(10 horas)

O governador Pedro Gondim se dirige à Rádio Tabajara levando consigo o pronunciamento de solidariedade ao movimento revolucionário. No encerramento da nota escrita com o apoio do secretário Sílvio Porto e do deputado Vital do Rêgo,

o governador afirmava: “(...) o pensamento político de Minas Gerais, hoje como ontem, identifica-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático”.

Rádio Arapuan e Palácio da Redenção a 31 de março

Otinaldo Lourenço de Arruda Mello

Na terça-feira, 31 de março de 1964, os acontecimentos nacionais precipitavam-se, de tal sorte que nos encontrávamos de sobreaviso.

Na véspera, antes mesmo do pronunciamento do Presidente João Goulart, à noite, no Automóvel Clube, fomos advertidos pelo médico Antônio Dias para a circunstância de que “fique alerta porque vem coisa séria por aí”.

Aviso e dublagem radiofônica

No estudo **Tensão Social e Revolução na Paraíba** (1974), José Octávio situa o dr. Dias como integrante de alto comando civil da Revolução de 64 na Paraíba, integrado por, entre outros, jornalista José Leal, médicos Luciano Moraes, Atílio Rota e Lauro Wanderley e deputado Aloísio Pereira.

Se havia essa formação e Antônio Dias dela participava, não sei, mas o fato é que o aviso partiu dele. À tarde de 31, na qualidade de diretor do **Rádio Arapuan**, eu fora, por várias vezes, chamado ao Departamento de Correios e Telégrafos, responsável pela execução das determinações do CONTEL, mas logo percebi que o DCT não sabia de muita coisa, limitando-se à rotina.

De volta à emissora e, aproveitando A Hora do Brasil, transmitida das 19h às 20h, decidi esticar ao cinema Municipal. Antes, porém, chamei o controlista e noticiarista Valdemar Paulo, com a recomendação de que me chamasse se houvesse novidades.

Não deu outra. Pelas 20h15, Valdemar procurou-me, com a informação de que a **Rádio Jornal do Brasil** e outras emissoras cariocas transmitiam repetidos comunicados sobre a situação de calma reinante no Brasil.

Como verifiquei que essas rádios se encontravam sob censura, procurei captar a **Rádio Inconfidência**, de Belo Horizonte. O som desta chegava abafado, mas o suficiente para constatar que a programação estava alterada, com marchas militares, mobilização de voluntariado e avisos sobre o racionamento de combustíveis. O movimento tivera início.

Fechando, embaixo, os portões da emissora que funcionava na rua Duque de Caxias, comecei a retransmitir a Inconfidência, na base da dublagem.

O velório do Palácio

Nossos telefones não paravam, mas o curioso é que nada provinha das autoridades federais e estaduais que guardavam silêncio.

Pelas 23h30, ou seja, nos últimos momentos de 31 de março, decidi comparecer ao Palácio para arrancar pronunciamento do Governador Pedro Gondim que lá se encontrava, no gabinete, do lado esquerdo da entrada, com a esposa, dona Sílvia Gondim e alguns auxiliares. Deles recordo o Chefe da Casa Civil, Edgardo Soares, o presidente do Banco do Estado, Valdemar Aranha, os Secretários Sílvio Porto, Valdir Lima e Renato Macário e alguns oficiais de gabinete. Todos cercando Pedro, em ambiente lúgubre, de velório.

Cortês, mas contido, o Governador recusou-se a declarações. Dominou-me a impressão de que aguardava o esclarecimento

da situação. Não vi o Presidente da Assembleia Legislativa, Clóvis Bezerra que chegaria pelas três horas da madrugada de primeiro de abril, mas avistei o comandante do 15º RI e interino da Guarnição Federal, cel. Ednardo D'Ávila Mello, ingressando no gabinete governamental.

Falam que outro coronel, o chefe da 23ª CSM, Plínio Pitaluga, participou dessa audiência, mas não posso testemunhar. Eu o conhecia porque, na semana anterior, me procurara na discoteca da **Arapuan**. Era o oficial encarregado de controlar as comunicações.

Quem no Palácio dominava a cena, na passagem de 31 de março para primeiro de abril, era o Sub-chefe da Casa Civil, Carmelo dos Santos Coelho. Golpista inflamado, caminhava de um lado para o outro. A certa altura, propalou que, segundo a Arapuan, as tropas mineiras já haviam cruzado a divisa com o Estado do Rio. Como alguém mais ponderado observasse que Otinaldo estava ali e não veiculara isso, Carmelo não se deu por vencido:

- Mas essas forças militares logo vão chegar lá...

Com o irmão e o Ministro da Justiça

Pelas 3h30 da madrugada de primeiro de abril, decidi-me por ir à casa, na rua Santos Dumont, na Lagoa, para descansar um pouco, trocar de roupa e avisar o irmão, José Octávio, do rumo dos acontecimentos.

Exonerado há duas semanas, da Assessoria de Imprensa do Palácio, J.O., já visado, encontrava-se dormindo, quando o acordei, com as novas. Ele voltou a deitar-se, somente se levantando às 6h30, para rumar à FAFI, onde estudava.

De volta à **Arapuan**, pelas oito horas, engajei-a no levante dito revolucionário, em razão do que recebi telegrama do Ministério da Justiça, assim divulgado por **A União**, de dois de abril:

“Fechamento da **Arapuan** – O Deputado Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, enviou mensagem telegráfica à direção da Rádio **Arapuan**, ameaçando-a de fechamento, caso permaneça a mesma, integrando a cadeia de rádio da ‘Democracia’.

Em seu radiograma adianta o Ministro da Justiça que a mesma deve permanecer fiel ao Governo Federal e não servindo de agente da subversão e da ilegalidade”.

Pela manhã e tarde da quarta-feira, de primeiro de abril, permaneci na Rádio, divulgando mensagens de solidariedade ao levante. Uma delas era da Associação dos Ex-Combatentes. Em outra, lacerdistas da Faculdade de Direito ofereciam-se como voluntários (sic).

Delação e nota do Exército

Pelas 17h30, saí para manutenção de contatos e cobertura para os transmissores da Arapuan, em Marés. Meia hora depois, José Octávio, que passara a tarde em casa, escutando, pelo rádio, o desmoronamento do governo Federal, circulava à minha procura pela cidade.

Depois de estar na Arquidiocese (sic), terminais de ônibus, DCT, **Rádio Arapuan** e API, onde por pouco não foi preso, encontrou-me pelas 20h, na residência do deputado Clóvis Bezerra. Aflito, mas aparentando serenidade, foi logo indagando se eu tinha conhecimento de nota que a **Arapuan** transmitia, desde às 17h30:

- Que nota?

- É um comunicado, recomendando à população que denuncie o paradeiro dos adversários do movimento vitorioso. Verdadeiro convite à delação, começa assim: “Você sabe quem são eles!...”

- E está saindo isso?

- Está, e como não é assinada, terminará caindo por cima de você, alcançando-me por tabela. Se fosse você, não permitiria que arrivistas tirassem partido do movimento vitorioso. Uma coisa é você alinhar-se com seus amigos da UDN, outra, tripudiar sobre os vencidos...

- Você tem razão – sentencie – vou suspender essa proclamação.

Graças a essas advertências, a nota não saiu mais. Ao contrário do que alguns inimigos pessoais procuraram espalhar, o comunicado, de quatro ou cinco linhas, não se referia a ninguém, o que era pior porque – erga omnes – se dirigia a todos...

De volta à **Rádio Arapuan**, procurei inteirar-me da procedência da nota. Ela viera do Exército e da parte do próprio coronel D'Ávila. Sua transmissão se devera ao redator e colega Carlos Montenegro (Padeco) que não só a recomendou como a leu. Como chamado à direção, assumisse a responsabilidade, determinei que, a partir daquele momento, todo noticiário sobre o levante passasse pelas minhas mãos.

Foi assim que, rapidamente, a **Arapuan** se desligou do golpe. Identificada com a oposição e os direitos humanos, terminou fechada pelas autoridades militares, em outubro de 1968...

O Governo Pedro Gondim e o Golpe

Nelson Coelho

(...) As comunicações, em 64, eram muito difíceis. Para se tomar conhecimento do que se passava no Sul, em conversa mais substancial, precisava-se ir ao Recife e, de lá, telefonar pela Western ou pelos correios. Em 31 de março, ninguém do lado governista sabia da eclosão do movimento militar para depor Jango. As conversas iam surgindo, sem confirmação. A verdade é que o Palácio da Redenção, com o Governador nele instalado, funcionou a noite inteira. Pedro tinha trocado o sistema de segurança no Estado: colocando o major Macário como secretário e o coronel João Gadelha de Oliveira comandante geral da Polícia Militar.

Esta equipe de segurança deixou constar, posteriormente, que teria ido embora do Palácio da Redenção caso o Governador tivesse tomado uma posição de apoio à legalidade. Tive que me deslocar a Campina Grande, em carro do DER, para apanhar o deputado Vital do Rêgo. Lá chegando, fui avisado por Ivo Aragão e Sinval Ferreira, funcionários do Fisco estadual, de que o deputado Vital já teria vindo para a Capital, em companhia do capitão Newton Leite, chefe da Casa Militar do Governador. Ouvimos rádio, pelo que me lembro. O medo na viagem de regresso seria enfrentar, na altura da ponte sobre o rio Paraíba, camponeses organizados que paravam os veículos e obrigavam os passageiros a vivarem a Fidel e a Cuba.

Na volta ao Palácio da Redenção, cruzei com o jornalista Fernando Mendonça, enviado de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, de quem era secretário particular e de Seixas Dória, governador de Sergipe. Eles queriam que Pedro Gondim assinasse, com eles, um manifesto de solidariedade a Goulart, o presidente da República que seria deposto em poucas horas.

Padre Manuel Batista e o secretário Sílvio Porto redigiram o manifesto de Pedro Gondim apoiando a iniciativa de Magalhães Pinto, de descer de Minas Gerais, como seu governador e comandante das tropas revoltosas, para afastar o Brasil da legalidade. Jandira Pinto, chefe do Departamento de Ação Social, disse para Pedro Gondim, na saída do Gabinete, que a nota estava ótima. Pedro perguntou: “E você já viu?”. - “Não, mas sendo sua, deve estar uma beleza” – respondeu Jandira!

Começaram as visitas militares, Ostensivamente a pretexto de se congratular com o Governador: dezenas de oficiais do Exército, em viatura de combate, chegaram ao Palácio do Governo, estacionando os transportes em frente ao Tribunal de Justiça. A conversa poderia ter sido outra, caso Gondim preferisse a legalidade. Aí eles estariam no Palácio para depor o governante.

Vi cenas terríveis, como aquela do padre Manuel Batista e do seu colega, José Augusto, capelão da PM, arrombando as portas da CEPLAR, uma entidade que visava a erradicar o analfabetismo e destruírem, auxiliados pela soldadesca, documentos e estudos importantes sobre tão necessária ação governamental. Prenderam Antônio Mariz, prefeito de Sousa, a pretexto de nada, funcionando mais a intolerância política.

Na prisão, Mariz se agigantou, foi líder. Disse na cara de João Agripino, diante da tentativa deste de lhe passar uma admoestação, que João era presunçoso, prepotente, acreditava em primeiras informações e ele, Mariz, não tinha satisfação nenhuma a dar. Isto foi dito na presença do general Candal, então comandante do Grupamento de Engenharia, motivando o seguinte

comentário seu a João Agripino: “O cabra é macho”. Houve injustiças. Mataram Pedro Fazendeiro e “Nego Fuba”, prenderam inocentes. O Exército tem a obrigação e o dever moral, passados mais de cinquenta anos, de investigar quem matou os dois e dar uma satisfação à sociedade.

Fez-se uma manifestação ao general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado em Recife. Um banquete, quinhentos e cinquenta talheres, foi realizado no Esporte Clube Cabo Branco. Na chegada do general a João Pessoa, precisamente em frente ao Palácio da Redenção, um ciclista atravessou o caminho do carro do militar, tendo o motorista brecado para não causar um atropelamento. Então, Justino Alves exclamou: “E eu serei um novo Kennedy?” (Dizem que um ciclista passou na frente do carro de Kennedy no instante em que foi assassinado em Dallas, Texas, em 1963).

Depois do rega-bofe, o jornalista Rafael Mororó, um fotógrafo espetacular, pediu a Justino que soltasse o desembargador João Santa Cruz, preso e incomunicável. Justino respondeu que não podia fazer o que lhe era pedido em virtude de Santa Cruz ser um notório comunista. Mororó, impassível, retrucou: “General, assim como tem general de pijama, Santa Cruz é um comunista de pijama”. A risada foi geral.

Reviravolta no Brasil – Nasce o Serviço de Imprensa do Palácio

José Barbosa de Sousa Lima

O ano de 2014 marcou o cinquentenário da instalação, no Brasil, de um Governo liderado por militares. O Exército, que sempre se conduziu com forte tendência conservadora, praticamente comandava o processo, ante a presença de um de seus membros mais ilustres, o General Castello Branco, ungido com a Presidência da República.

O Governo Estadual e o golpe

A Paraíba recebeu a notícia do golpe militar com certo espanto, a despeito dos fortes indícios de que a situação reinante naquele ano de 1964 não mais poderia ser tolerada, destacando-se a crescente onda de uma esquerda altamente agressiva, como o maior complicador.

À época, estávamos atuando no Palácio da Redenção, como jornalista de **A União**, sendo Governador o ex-deputado estadual pessedista e futuro deputado federal pela ARENA, partido político dominante no país, o dr. Pedro Moreno Gondim.

Além de redator oficial, éramos também, correspondentes da Agência Nacional, porta-voz do Governo Federal que tinha em “A Voz do Brasil”, sua grande penetração em todo território

nacional, através de emissoras de rádio que eram obrigadas a transmitir o programa, em cadeia.

A posição do governador Pedro Gondim não era das melhores devido a sua propalada simpatia pelas Ligas Camponesas, chefiadas pelo líder Francisco Julião que foi, inclusive, por ele recebido em audiência, no Palácio.

Nossa atuação foi mais participativa na primeira visita do Presidente Castello Branco ao Nordeste, quando entrevistamos, no Recife, o Governador Gondim, pela Agência Nacional, que inseriu em “A Voz do Brasil” suas declarações sobre a repercussão da presença do Chefe da Nação em nossa região.

Esse fato foi recebido pela Imprensa local e meios políticos como um sinal de que o Governo da Paraíba nada tinha a temer de uma possível cassação, na hora em que cassações se tornavam mais frequentes, atingindo intensamente a classe política, com a perda de mandatos de inúmeros deputados e três governadores.

Serviço de Imprensa

O ponto máximo desse período foi o nascimento e funcionamento da Sala de Imprensa do Palácio, posteriormente transformada em órgão oficial, com a criação, por decreto do Chefe do Executivo, do Serviço de Imprensa, criado e instalado pelo autor destas linhas numa das salas do Palácio, com direito a carro e linha telefônica própria.

É de justiça ressaltar o excelente desempenho dos colegas profissionais da Imprensa, jornalistas Barreto Neto e Luiz Ferreira, já falecidos, e Ivonaldo Corrêa, à época conhecido cronista esportivo e social.

Nesse período, tivemos a oportunidade de receber, para entrevista coletiva, o eminente jornalista e atuante político Carlos Lacerda, de renome nacional. Suas declarações ganharam

destaque em todos os jornais e emissoras de rádio do Brasil e do exterior.

A criação do Serviço de Imprensa do Palácio do Governo, além de ampliar o campo de atuação da Comunicação Social, contribuiu para a abertura de novas vagas para redatores e repórteres da cidade.

Abdicamos, espontaneamente, da efetivação do cargo de diretor do recém criado Serviço de Imprensa do Palácio, lembrado pelo professor Leomax Falvão, Assessor Legislativo do Governador do Estado e autor do texto do decreto de criação do Serviço.

Convém lembrar que o cargo efetivo de Diretor traria tranquilidade para o futuro de seu ocupante. O cargo passou a ser de preenchimento em comissão, de livre escolha e nomeação por parte do Chefe do Executivo Estadual.

Outros vieram depois a nos substituir entre os quais destacamos o jornalista e historiador José Octávio de Arruda Mello, muito atuante em nossos meios intelectuais.

O DA de Direito – Tomada da Faculdade, fuga e prisão

José Tarcízio Fernandes

Uma introdução necessária

Assumimos o comando do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, como presidente eleito de uma chapa que participou talvez do processo eleitoral mais acirrado num cenário político em que a situação, de um lado, se alinhava à luta do povo e de suas lideranças de comprovada tendência nacionalista para romper com as atrasadas estruturas econômicas da sociedade brasileira; libertar-se do atrelamento incondicional a blocos de potências estrangeiras de olho mais nas riquezas do Brasil (como até hoje) do que em promoção da prosperidade do seu povo; defender os princípios universais, contidos na Carta da ONU, de respeito à soberania das nações e de sua consequente autodeterminação para gerir sem tutelas os próprios destinos; e outros temas na pauta de todos os dias das grandes discussões nacionais. Do outro lado, uma oposição estudantil que esposava visão política contrária ou simplesmente refratária a esse ideário, negando-se ao debate dessas questões e opondo dura pregação ao processo de reformas de base do governo do presidente João Goulart.

Estávamos em setembro de 1963, um ano marcado por acontecimentos políticos de relevância repercutindo pesadamente no âmbito de todas as universidades, quer públicas, quer privadas. Vivia-se intensamente um momento da vida nacional em que as atividades dos estudantes, sobretudo, da classe universitária, não se limitavam ao estudo das disciplinas curriculares e à preocupação dos problemas só do ensino superior do país, mas também havia, como antes se disse, busca ansiosa de soluções dos problemas que afligiam a sociedade, por isso mesmo tempo de sucessivas mobilizações nas ruas e nos espaços fechados.

Nos lembramos do dia 13 de março de 1964. Sem saber, já estávamos a poucos dias do desfecho do processo de conspiração que tirou militarmente do poder o presidente João Goulart. As lideranças universitárias mais representativas, que se irmanavam na defesa das reformas de base anunciadas pelo governo federal, nesse dia, reuniram-se na sede da UEEP – União Estadual dos Estudantes da Paraíba – localizada na Rua Rodrigues de Aquino (antiga Rua da Palmeira).

Discurso de Jango

Diante do velho aparelho de televisão, ora em silêncio, ora em ruidosas palmas de apoio às palavras do presidente João Goulart, seguíamos atentos o discurso que, já se sabia, iria anunciar importantes medidas do interesse da nação direcionadas à ordem social menos desigual, por efeito de uma política governamental de estímulos a novo desenvolvimento econômico, a beneficiar amplas e marginalizadas camadas da população. Foi o conhecido Comício da Central do Brasil. A ele compareceu uma multidão de mais de 300 mil pessoas diante do palanque armado na praça pública, bem ao lado do portentoso edifício-sede do Ministério da Guerra e de outros órgãos da alta hierarquia das Forças Armadas.

Antecipando, logo no início do discurso, a denúncia à nação daqueles que viam no ato uma afronta ou atentado à democracia e às liberdades em geral, inclusive aos princípios da hierarquia militar, o presidente advertiu aos ouvidos atentos da arrebatada multidão: “Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por tais democratas. Democracia para esses democratas não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de povo emudecido, amordaçado nos seus anseios e sufocado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia anti-povo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atenda aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam. A democracia que eles querem é a democracia para liquidar com a Petrobrás; é a democracia dos monopólios privados, nacionais e internacionais, é a democracia que luta contra os governos populares e que levou Getúlio Vargas ao supremo sacrifício (...) A maioria dos brasileiros já não se conforma com uma ordem social imperfeita, injusta e desumana”.

E foi o presidente anunciando as medidas necessárias a um novo modelo menos desigual de sociedade. Primeiro, o decreto da Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA, considerando de interesse público, para efeito de desapropriação, as terras às margens das rodovias, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, para tornar produtivas áreas inexploradas ou minimamente utilizadas, voltadas apenas para “um comércio especulativo, odioso e intolerável”.

Seria esse apenas um tímido passo para o começo do que há anos fizeram o Japão, a Itália, a Índia, o México e tantos outros países – a reforma agrária para distribuir terras dos latifúndios improdutivos entre camponeses sem terra para plantar e produzir alimentos básicos destinados ao abastecimento de sua própria mesa e da mesa do povo.

Em seguida, deu a conhecer o decreto que encampava para o patrimônio público todas as refinarias privadas no interesse do desenvolvimento nacional e emancipação econômica do Brasil. E outro para regulamentar “o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo, oferecidos até mediante o pagamento em dólares”.

Leis e decretos outros foram prometidos em momentos posteriores e oportunos, visando a implementar a reforma universitária, como reivindicação da categoria, e medidas governamentais do interesse de outros diversos segmentos do povo.

Ouvimos o discurso e, eufóricos, fomos saindo em pequenos grupos, certos de que, desta vez, a reação ficaria acuada com a sociedade mobilizada em torno dessas reformas. No Brasil inteiro, tinha-se uma paisagem só de intenso entusiasmo, de muita vibração cívica, de esperança nos novos tempos. Nunca se debateu tanto em todos os lugares o conjunto de problemas da sociedade brasileira. As universidades, por excelência, se transformaram num caldeirão fervente em que as ideias borbulhavam ao fogo crepitante de vivas discussões sobre os novos rumos da política de governo.

Mas logo também medraram tensões e fundadas preocupações. O comício e o discurso soltaram a fagulha que faltava para acender o curto pavio da pressa golpista dos civis liderados por Carlos Lacerda - depois, ele próprio, vítima do seu movimento - e dos grupos militares.

A euforia de antes aos poucos se foi, portanto, convertendo em justificada apreensão. De longa data, já se vinham desenvolvendo ações coordenadas de dentro e fora do país contra o poder constituído, contra a própria ordem democrática. Forças poderosas dos Estados Unidos e da grande maioria do empresariado nacional e da Igreja Católica deram-se as mãos e se levantaram para a mobilização do povo com suas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, orientadas pelo padre Peyton, sacerdote

irlandês mas radicado em Hollywood e enviado ao Brasil com a missão de organizar esse tipo de manifestação político-religiosa, no receio criado de que o país caminhava a passos largos para os braços do comunismo, como largamente difundido pela mídia a serviço do golpe.

Dólares sobravam para financiamento do plano conspiratório, repassados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, uma entidade a serviço da CIA, a que padre Peyton era ligado, especialmente constituída para arrecadar fundos internos e externos necessários ao custeio dos gastos com estrutura e fomento da sedição. Mas logo as principais lideranças religiosas da alta hierarquia da Igreja Católica, dentre elas, Dom Helder Câmara, em Recife, e Dom José Maria Pires, em João Pessoa, para ficarmos apenas no Nordeste, compreenderam o engodo em que caíram e passaram a condenar o regime militar e lhe denunciar os crimes, atraindo para si também o peso da ira e da perseguição do sistema de repressão do governo.

Invasão da Faculdade

Era uma manhã tranquila de atividades normais na Faculdade, em 3 de março de 1964. Assistíamos a uma aula de Direito Civil do professor Paulo Bezerril. Lá pelas nove horas, começamos a ouvir estranhos e inusitados rumores que, das áreas externas do pátio, se iam avolumando. Da porta da sala, alguém nos acena, chamando com ar nervoso. Pedimos licença e saímos. E logo nos deparamos com número considerável de estudantes secundaristas do Liceu Paraibano comunicando a escolha da Faculdade como ponto estratégico para a mobilização do povo contra a presença do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em João Pessoa.

Antes de qualquer contato com o presidente do Diretório, os secundaristas já se tinham dirigido ao auditório, no primeiro

andar, e começado, das janelas que dão para a Praça João Pessoa, as proclamações ao povo, liberando palavras de ordem contra a vinda de Lacerda. Traziam mimeógrafo para impressão de panfletos e faixas prontas, algumas pretas simbolizando luto, outras com inscrições de protesto e frases de tom duro, agressivo. Um sentimento de indignação perpassava todo o espírito da juventude estudantil contra esse governador. Lacerda encarnava a oposição ao presidente João Goulart. Era o maior líder civil e cabeça pensante do movimento pelo golpe contra Goulart. Defendia o alinhamento da política nacional aos interesses norteamericanos – como governador recebia dinheiro direto dos USA para obras de seu governo. Conduzia a articulação entre civis e militares. Percorria o país inteiro em busca de adesões ao movimento conspiratório. E esse sentimento de indignação a Lacerda se tornou mais agudo ainda com a prisão de um estudante paraibano pela polícia da Guanabara desde janeiro de 1964.

Nesse meio tempo, decidimos, depois de discutir a situação com membros do Diretório e colegas que nos apoiavam, que o movimento deveria ficar sob nosso controle e não o inverso, o Diretório a reboque dos estudantes do Liceu e de outras escolas. Assumimos o comando e passamos a “controlar” a manifestação, instalando para fora o serviço de som, de que dispunha o auditório da Faculdade para esclarecer ao povo o sentido do movimento.

Nem precisamos dizer aqui as dificuldades ao longo das horas para manter no controle do D.A (Diretório Acadêmico) as ações que se iam desenrolando, o uso apropriado do serviço de som, a linguagem em relação ao governador visitante, tanto assim que, em determinado momento, tivemos de impedir até que uma bandeira do Brasil fosse queimada numa das janelas do frontispício da faculdade por um estudante do Liceu (segundo informações, da linha trotskista), o que conseguimos com o argumento de que, com isso, o movimento nada ganharia, a não ser antipatia até dos nossos adeptos, por desrespeito a um símbolo da pátria.

O movimento contra a vinda de Lacerda a João Pessoa foi crescendo dentro da Faculdade, tanto quanto crescendo foi a reação a ele lá fóra liderada pelo então deputado Joacil de Brito, o universitário de Direito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, também deputado estadual, e estudantes de outras faculdades, admiradores e partidários do governador da Guanabara.

Com o acirramento dos ânimos de ambos os lados, passamos a nos preocupar com a situação interna ante a previsão de arrombamento da única porta de entrada da Faculdade. Foi aí que veio a orientação de Iremar Bronzeado (irmão de Luiz Bronzeado, ex-deputado federal da UDN e lacerdista convicto), recém-chegado de Suez, como soldado das Forças de Paz da ONU e integrado de corpo e alma ao protesto. Decidimos de imediato empilhar pesados birôs e cadeiras escolares colados à porta como reforço e segurança, todos temerosos do propósito já iniciado da invasão do prédio pelos exaltados seguidores do líder esperado em João Pessoa, o que poderia culminar em fatos graves, se houvesse o confronto direto entre as partes.

Na posse de uma linha da cobertura da casa vizinha em reforma, encontrada no beco da Faculdade que dá acesso à Rua General Osório, a turba insuflada começou a bater forte contra a porta na tentativa de arrombá-la e ganhar o interior do prédio, ato de consequências certamente bem previsíveis a esta altura pelo aceso das paixões de lado a lado. Felizmente, não conseguiram.

Em **Tensão Social e Revolução na Paraíba**, o historiador José Octávio de Arruda Mello, publicado em 1976, pela editora curso 2001, retrata que:

O quadro estaria completo para a compreensão do advento da Revolução de 1964 na Paraíba, se não houvesse sobrevivendo, já dentro do mês de março, grave incidente, que terá representado, para a marcha dos acontecimentos no Estado, o mesmo que o Comício da

Central e o motim dos Marinheiros na Semana Santa, no âmbito nacional da crise. Referimo-nos, claro, à virtual ocupação da Faculdade de Direito pelas esquerdas e à quase invasão desse próprio federal por multidão açulada pelos deputados Joacil Pereira e Marcos Odilon (ARRUDA, 2001).

Nesses momentos, via-se discreta e cautelosa presença de militares do Exército - nenhuma da polícia, mesmo discreta - até porque soubemos que o diretor da Faculdade, desembargador Hélio Soares, solicitara a intervenção de forças federais ao comandante do 15º RI, coronel Ednardo D'Ávila Melo, para garantir a integridade de um bem da União e a dos estudantes.

Esse coronel, já se sabia, era confesso admirador de Carlos Lacerda e integrava o esquema de conspiração que, poucos dias depois, tomaria o poder por longos e tormentosos 22 anos.

Das janelas da Faculdade, realmente, chegamos a ver capacetes verdes, vez ou outra, apontando na esquina do Tribunal de Justiça com a Rua Rodrigues de Aquino, onde se encontravam a postos, mas nada fazendo de concreto para impedir ou desestimular as tentativas de arrombamento da porta.

O que mais se comentava, às largas, esvaziado o protesto ante a informação de que Lacerda cancelara a viagem, é que as forças do Exército ficaram de longe mais para dar segurança e encorajamento aos partidários de Lacerda do que para proteger o prédio público e universitários.

Nisso, há certa lógica. Se tivesse vindo para salvar a Faculdade de danos em potencial - sem falar nas agressões físicas, ou coisa pior, contra os estudantes de uma escola federal - a tropa deslocada não estaria, quase que furtivamente, na esquina do Tribunal de Justiça, à margem do palco dos acontecimentos, uns 200 metros. Estariam decididamente em frente da porta da Faculdade, dissuadindo com sua presença ou impedindo qualquer gesto de violência dos lacerdistas.

Com a chegada ao local do diretor da Faculdade, policiais militares e tropas federais, inclusive o coronel Ednardo D'Ávila Melo, lá pelas 21h, começam as negociações para os estudantes abandonarem o prédio. Uma corrente do governo estadual propunha conduzir todos presos à delegacia para abertura do procedimento policial de apuração dos fatos. Houve reação de nossa parte que resultou no consenso de sermos levados ao Comando Geral da Polícia Militar, onde hoje é a sede do 1º Batalhão, defronte à Praça Pedro Américo. Nele, passamos o resto da noite até o amanhecer do dia, quando fomos fotografados e exibidos pelos jornais, inclusive **A União**, órgão oficial do Estado, contrariando o que ficara acordado entre as partes, ou seja, ninguém seria fotografado, menos ainda expostos seus rostos nos órgãos da imprensa.

Coquetéis molotov e cigarros de maconha

Vasculhado o prédio pelas forças policiais, os jornais estamparam, em edições sucessivas, que foram encontrados “coquetéis molotov”, de fabricação caseira - espécie de artefato químico incendiário de fácil combustão - e alguns cigarros de maconha, como meio propagandístico, até certo ponto exitoso, de jogar o movimento e todos seus participantes contra a opinião pública.

De fato, não há como negar que havia bombas e cigarros de maconha.

As bombas vieram pelas mãos de alguns estudantes do Liceu. Avisados, fomos encontrá-las na sala da quinta série do curso, contígua ao auditório; e logo tomamos a iniciativa pessoal de retirá-las do local e colocá-las trancadas no Diretório Acadêmico, cujas chaves somente nós tínhamos, isso para evitar que alguém ideologicamente mais precipitado e afoito delas quisesse fazer uso. E também porque, desde o início, entendíamos que não havia necessidade delas.

Hoje, podemos expor essa verdade sobre um fato que, na época, causou tanto arrepio e polêmica em notas oficiais do Comando da Guarnição Federal, do Governo e do Diretor da Faculdade. Antes, na ditadura, se o disséssemos, poríamos certamente em sérios riscos, inclusive de vida, aqueles responsáveis pelo ato de trazer as bombas para dentro da faculdade, se descobertos.

Numa democracia, diz-se tudo, fala-se a verdade, pois não se coloca o pescoço de ninguém em perigo. Numa ditadura, ao contrário, é dever moral, ético e humanitário negar informações aos agentes do Estado opressor sobre qualquer pista que leve aos companheiros, tendo em vista a proteção de um bem maior, que é a vida dos envolvidos em ações contra o Estado ilegal e que, apanhados pelas forças da repressão, seriam submetidos seguramente a processo infame de torturas ou até de execução sumária, como afirmou certa vez Dilma Roussef, então chefe da Casa Civil da Presidência da República, num instante de provocação de um eminente parlamentar em plena sessão do Senado da República.

Já os cigarros de maconha serviam às aulas de prática da cadeira de Medicina Legal. Nesses tempos de quase permanente mobilização estudantil e de debates sobre os problemas nacionais, essa preocupação social nas universidades não existia – a única droga era a paixão pelo estudo e a discussão das causas nacionais. E, fora das universidades, nem se ouvia sequer falar na existência de usuários desse ou de outros tipos de drogas.

Só quando tivemos a certeza de que o prédio iria ser esvaziado e entregue às forças policiais, corremos à sede do D.A., pegamos as bombas – quatro ou cinco – e as colocamos debaixo da escada da pequena torre onde ainda hoje fica o velho relógio da Faculdade, providência a tempo e acertada que poupou o D.A., se nele tivessem sido encontradas, de uma campanha midiática injusta sobre um fato que teria custado caro a seu presidente.

O Governo Gondim

A partir desse episódio e de outros anteriores, o governador Pedro Gondim procurou distanciar-se cada vez mais dos movimentos populares e o seu governo foi cuidando de adotar, numa estratégia política de salvar-se perante o golpe que já previa como político experimentado e perspicaz, posições de aberta repressão às mobilizações das classes operário-camponês-estudantil, apesar de proclamar-se aliado do presidente João Goulart e defensor das reformas de base. Depois, ele mesmo, já como deputado federal, teve o mandato cassado pelo regime que matreiramente apoiou. Expressão real dessa guinada para os militares foi a nomeação do coronel Luiz de Barros, como comandante das tropas policiais na região de Sapé-Mari, onde mais atuantes se revelavam as denominadas Ligas Camponesas e outros movimentos sociais.

Por essa nova orientação do governador, o seu governo passou a proibir reuniões de trabalhadores rurais, intimidar, ameaçar e constranger líderes de sindicatos e de outros movimentos, bem como prendê-los sem ordem judicial, num trabalho de aberta proteção aos interesses dos proprietários de extensos latifúndios e das poderosas usinas das várzeas do Rio Paraíba, contra os quais, em comício no Ponto de Cem Réis, local transformado “em trincheira contra o latifúndio e o crime”, para condenar o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira a eles atribuído, ergueu-se, em tom patético, tomando todo o largo, a eloquência do grande tribuno Raimundo Asfora:

“Os latifundiários deixariam o Universo às escuras, se fossem proprietários do Sol”.

Como presidente do Diretório da Faculdade de Direito, para informar esse estado de beligerância e intolerância instalado na Paraíba, sobretudo no campo, vimo-nos no dever de enviar telegrama ao ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Assis Brasil, redigido nos termos seguintes:

“General Assis Brasil – Palácio Alvorada – Brasília – Distrito Federal. Paraíba hoje vive verdadeiro regime terror pt Governo ameaça dissolver bala qualquer manifestação praça pública estudantes vg operários et camponeses pt Polícia fortemente armada campo impede camponeses se reunirem seus sindicatos pt Faculdade Direito vg vizinha Palácio/Governo vg arrombada et depredada grupo lacerdista amparado própria polícia vg ocasião nossas manifestações pacíficas contra anunciada presença governador Guanabara esta capital pt Qualquer cidadão antilacerdista passa logo fichário governador como perigoso agitador et comunista vg sendo imediatamente estampado jornal oficial Estado tentativa expor execução pública pt Saudações pt Tarcízio Fernandes – presidente Diretório Faculdade Direito”.

Esse quadro de grave inquietação social e de conflito ideológico vem descrito no já citado trabalho de pesquisa e análise do historiador José Otávio de Arruda Melo, escrito em 1974 – **Tensão Social e Revolução na Paraíba** – para quem, em frase bem concebida, “não avultará o maniqueísmo de reduzir os vencedores a heróis e os vencidos a bandidos (...) nossa matéria prima são os homens que cumpriram o seu papel com maior ou menor dignidade – e grandes figuras e arrivistas os havia nos dois lados”.

Invasão do Diretório Acadêmico

Vinte e oito dias depois do movimento estudantil contra a presença na Paraíba do governador Lacerda, então candidato a Presidente da República já lançado pelo seu partido e forças hostis ao governo Goulart, irrompeu a ação militar que quebrou em pedaços a ordem democrática do país e submeteu pela violência das armas o povo ao jugo de uma ditadura que durou vinte e dois anos de negação aos mais elementares direitos de cada cidadão. Sobrou apenas uma única liberdade - a dos novos donos do poder. E fez-se da liberdade dos outros uma abstração política,

que tanto escandalizou o mundo civilizado ante o quadro geral de prisões ilegais, cassação de direitos políticos, sequestro de pessoas arrancadas de dentro de suas residências a qualquer hora do dia ou da noite, diante das esposas e filhos em desespero; torturas até à morte, execuções sumárias de presos, desaparecimento de corpos, perda de empregos, ordens da caserna proibitivas de pessoas aprovadas em concurso público não serem nomeadas, se nomeadas, não tomarem posse e, se já na posse, não entrarem no exercício do cargo.

Consolidado o golpe e tomando ele conta aos poucos de todos os espaços da vida nacional, na percepção de que nada mais tínhamos a fazer, após apressada reunião dos movimentos sociais na Associação Paraibana de Imprensa sob o comando do seu presidente, jornalista Adalberto Barreto, para avaliação geral dos fatos, sem mais perspectiva de reação, cada um se retirou para tomar o rumo que lhe pudesse evitar a prisão ante as buscas incessantes, que se sabia haver, para localizar todos aqueles cujos nomes figuravam nas denominadas longas listas de subversivos, comunistas ou filocomunistas.

Éramos um deles. Contra nós, pesavam duas fortes acusações suficientes ao enquadramento na relação dos subversivos, já procurados por várias vezes na nossa residência. Como presidente do D.A., assináramos aquele telegrama ao general-chefe da Casa Militar do Governo de João Goulart e, considerado tão grave quanto esse documento, uma correspondência ao embaixador de Cuba no Brasil. Infelizmente, o autor não dispõe de uma cópia da correspondência enviada à embaixada, para transcrevê-la. Mas eis a resposta do diplomata que, pela fácil compreensão do texto em espanhol, dispensamo-nos de traduzi-la:

“Embajada de Cuba – Rio de Janeiro – nº 640 – Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1963 – Señor José Tarcísio Fernandes – Presidente do D.A.E.P. – Facultad de Derecho – Universidad da Paraíba. Distinguido señor: Tengo el gusto de dirigir-me a

usted com el fin de acusar recibo de su atenta carta de fecha 14 – de los corrientes. En respuesta a la misma, le manifestamos que hemos trasladado su solicitud al Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos, (ICAP), ya que es el organismo en Cuba que se encargará, si es posible, de resolver este caso. Al agradecer, sin embargo, su amable ofrecimiento, quedo de usted, Atentamente, Raúl Roa Kourí – Embajador.”

E o que continha essa carta? Mero pedido à Embaixada feita pelo D.A. E atendia a uma solicitação de alguns concluintes liderados pelo ex-presidente dessa entidade de classe, Francisco Evangelista de Freitas, a quem sucedemos no cargo. A turma concluinte de 1963 entrara em divergência no processo de escolha do seu paraninfo: uma parte queria homenagear o então Reitor da Universidade, desembargador Mario Moacyr Porto; a outra, optava pelo paraibano Abelardo Jurema, Ministro da Justiça do Governo deposto meses depois. Na disputa, venceu o ministro, com dissidência de sete ou oito universitários, colando grau com o Reitor.

Diante dessa derrota, reivindicavam eles do Diretório, servindo de porta-voz o concluinte, diligência para conseguir uma viagem a Cuba, para seu grupo, na época um destino sedutor pelo prestígio no mundo da revolução vitoriosa de Fidel Castro contra a ditadura de Fulgêncio Batista. E também pelas idéias revolucionárias anti-imperialistas que o governo dos jovens guerrilheiros disseminava pela América Latina, incendiando o espírito de luta da juventude e dos povos oprimidos, contra os Estados Unidos, país onde mais concentrada se encontrava a essência do sistema alimentador das ditaduras, da miséria social e política de muitos países do continente e do planeta.

A viagem não se fez, até porque nenhuma outra correspondência da embaixada cubana foi recebida para informar qualquer manifestação do Instituto Cubano de Amizade com os Povos sobre o pedido formulado. Mesmo assim, a carta e a resposta da embaixada serviram para nos atribuir a condição de interlocutor

qualificado e próximo do regime de Cuba; e nos credenciaram a uma prisão e, no dia da prisão, a uma veemente advertência do coronel Ednardo D'Ávila Melo, quando a ele conduzido, de que iríamos prestar contas dos “atos de subversão irresponsavelmente praticados”, nos exibindo os documentos que lhe foram entregues, exatamente aqueles meios de prova a instruir depois o Inquérito Policial Militar – IPM, base da ação penal em que fomos denunciados perante a Justiça Militar em Recife.

Fuga para Sousa

Por motivo óbvio – escondidos para evitar a prisão – ficamos impossibilitados de frequentar a Faculdade nos albores do golpe. Logo decidimos, com ajuda de um colega de turma, bater em retirada para a cidade de Sousa onde tínhamos um irmão morando. Ademar Teotônio Leite Ferreira (Babá) nos deixou nessa cidade, em seu próprio carro. Em Sousa, permanecemos semiclandestinos por quase um mês na propriedade Matumbo, pertencente à família Pires de Sá, na esperança de os ânimos serenarem para voltar às aulas. Voltamos e retomamos os estudos uns 20 dias depois, matriculados que já estávamos regularmente no terceiro ano do curso.

O país se deixava aos poucos acomodar aos padrões e ritmo da nova situação política, sem resistência digna de nota. Nos Estados da Federação, os caídos eram, contudo, perseguidos e respondiam aos famigerados inquéritos militares abertos pela ditadura em todos os quadrantes e setores de atividade humana do território nacional, ameaçando com a Lei de Segurança Nacional os opositores e suspeitos do regime implantado. Desencadeou-se verdadeiro processo de caça às bruxas. Era necessário prender e condenar até como forma de reação dos militares para desestimular atos contestatórios ou quebrar o ânimo de quem dispusesse ideias de rearticulação de movimentos para derrubar os vitoriosos.

Estávamos em plena sala de aula no 1º andar, numa manhã de 23 de abril de 1964, um dia bastante ensolarado. Do lado de fora, bem em frente da Faculdade, estacionara um veículo do Exército. Dele, saem dois militares, entram no prédio e, guiados pelo veterano bedel Brandão, dirigem-se, bota ante bota, sem dar conhecimento do ato ao diretor da escola e vão até à sala onde nos encontrávamos. Um deles, ignorando até o professor que dava aula, emite sinal indicativo de um chamamento para sairmos e nos escoltam ambos até o quartel do Exército em Cruz das Armas. Sem mandado judicial de prisão, mesmo sem ordem escrita em papel da caserna, nos levaram ante os olhos estupefatos da juventude e de quantos se aglomeravam nos corredores e lá fora. E nos jogaram numa cela coletiva até o dia 1º de Maio, quando fomos soltos para responder em liberdade ao inquérito militar, acusados de dirigir um diretório acadêmico “com atividades atreladas à subversão do país para favorecer as idéias do comunismo de Cuba, Moscou e Pequim”.

Invasão e tomada do D.A

Muito antes de nossa prisão, logo após os primeiros dias da certeza da vitória do golpe, dera-se a invasão e tomada do Diretório Acadêmico por uma oposição eufórica com o movimento vitorioso, emergida de continuadas derrotas no processo de escolha direta dos dirigentes dessa entidade representativa dos estudantes de Direito.

Atribui-se a um integrante desse grupo a iniciativa de telefonar ao 15º RI solicitando a presença do Exército para nos prender, poucos momentos antes entregando ao comandante da “democrática e legal diligência revolucionária em nome dos sagrados interesses do povo e da defesa dos sentimentos cristãos” - como dizia um dos colegas para justificar os atos dessa natureza - toda a documentação encontrada nos arquivos e estantes do diretório

que serviram, como antes afirmado, de prova para o inquérito e conseqüente ação penal. Da ação fomos excluídos por falta de justa causa em acórdão unânime do “Habeas Corpus” impetrado no STM pelo advogado de quase todos os presos e perseguidos da ditadura, Dr. Nizi Marinheiro. Esse registro, faç-o em homenagem a um dos advogados que mais respeito semeou no terreno das nobres atividades profissionais da classe, sempre desempenhadas com altivez e competência naqueles difíceis e adversos tempos, em que raros eram os advogados para defender subversivos em qualquer esfera contra as arbitrariedades do militarismo no poder.

Como punição pelos atos “de subversão da ordem”, restou-nos nos ombros o peso da cassação dos direitos de estudar durante um ano, em cumprimento da Resolução nº. 18/64, nos autos do Processo Administrativo de nº 01061/64, em deliberação do Conselho Universitário da UFPB, na sessão dirigida pelo capitão-médico, Guilhardo Martins Alves, interventor da universidade.

Nessa sessão – outro registro impõe-se - não faltaram vozes de professores e interventores de diretórios de Faculdades que se levantaram para exigir, uns cassações de universitários por tempo indeterminado; outros, pelo período de 5, 10 ou até 15 anos, rejeitadas ante a coragem e o espírito independente do ex-reitor, Dr. João Medeiros, insuspeito porque adepto da nova situação, e por isso mesmo com muita autoridade moral para oferecer as lições de vida e sabedoria que deu perante um Conselho que estava mais para se agachar do que para firmar posições de nobreza.

Medeiros procedeu comovedora defesa dos estudantes na mira do ódio e da perseguição do Conselho, chamando-os a todos de idealistas e conduzidos pela chama de sonhos e de esperanças por dias melhores para o Brasil. Terminou conclamando os conselheiros a não cometerem um desatino contra a juventude do país que outra coisa não queria senão lutar por ideais, se mobilizar e protestar para que os poderes constituídos se fizessem mais atentos aos problemas do povo. Logo dr. João Medeiros, assumindo essa

defesa dos universitários numa rara expressão de lucidez e elevação de espírito, ele que teve pela frente uma manifestação até certo ponto injusta contra o seu reitorado; e que ficou na história da universidade como das mais agressivas e até intolerantes.

Alijado do curso por força da cassação por um ano – essa a punição imposta a todos - a ele retornamos ano seguinte para concluir o bacharelado de direito em 1967. Advogado, tivemos de ganhar o interior do Estado, primeiro, a cidade de Piancó, onde tivemos breve atuação profissional – breve mas essencial para o resto da vida, porque fecunda de estudos e lições no exercício da carreira, ao lado desse amigo-irmão, Ademar Teotônio Leite Ferreira (Babá), que generosamente nos acolheu em sua própria casa e, juntos, instalamos escritório de advocacia e sucursal na cidade de Itaporanga. Depois, fomos para nossa cidade natal, Catolé do Rocha, que nos deu as bases sólidas para a continuidade do exercício da profissão.

E por que o interior? Cedo, nos vimos quase impossibilitados de exercer na capital a carreira para a qual nos preparamos. Ensinávamos em alguns colégios particulares (nem latim, língua por nós detestada, escapou do nosso magistério para poder sobreviver). Sabíamos que o cerco estaria para se fechar em nossa direção. Tentamos, já em Piancó, no ano de 1968, inscrever-nos num concurso para a carreira do Ministério Público. O presidente da Ordem dos Advogados da época nos aconselhou reservadamente que não insistíssemos em prosseguir nas provas. Recebera informação de que não seríamos nomeados, se aprovados, o que nos fez dele desistirmos, ultrapassada a fase do psicotécnico, e, por extensão, de qualquer outro concurso daí por diante.

Considerações finais

Distantes os fatos que se passaram, há mais de 50 anos, é possível e aceitável que, sem intenções preconcebidas, tenhamos omitido ou deixado incompleto um ou outro detalhe.

Os historiadores debruçados sobre eles e no papel, que lhes é próprio, de registrar, analisar e interpretá-los, todos gerados no ventre de uma sociedade em momento de pré-convulsão social, certamente farão o que deles é esperado. Tomarão em suas mãos esses dados de informação, apanhados de fontes diversificadas e conduzirão, a partir de informações nem sempre harmônicas, os fios com que, tecendo-os, escreverão a História que mais e melhor se credencie a projetar-se no futuro. E isso para que as gerações que dela forem tomando conhecimento, se determinem, por impulso consciente de uma vontade política comprometida com o bem comum, a impedir retrocessos no caminho da democracia que lhe retardem o avanço na direção de um desenvolvimento econômico-social de conteúdo mais justo, com distribuição da riqueza por todos produzida.

A eles, os historiadores, transmitimos, pois, estes fatos que vimos e vivenciamos em instantes difíceis da nossa juventude. Deles, o dever moral-intelectual de construir, pois, uma visão da nossa sociedade extraída do estudo do brasileiro na moldura de um contexto geo-político-cultural-temporal; e, da análise do seu processo histórico, a compreensão melhor de seus níveis civilizatórios.

Hoje, obviamente, carregados de novas ideias, mas sem lançarmos anátemas às antigas convicções que nos alimentam o espírito nesse passado já longe, continuamos, na madureza dos anos, a acreditar, com mais firmeza e segurança ideológica, em que não se pode, por tibieza de consciência política, abandonar oportunidades de repensar o mundo. E repensá-lo para, das incertezas e inquietudes em que a sociedade mergulhou, dela ver nascer um novo homem. Um novo homem capaz de valorizar mais a sua própria essência e reger-se por aqueles valores que verdadeiramente o dignifiquem e o tornem capaz à ideia de redução da sua luta na Terra na busca frenética pela riqueza e, nessa busca, ao invés de todos entre si cooperantes, serem competidores desleais, ou, pior ainda, na expressão de Hobbes, “lobos uns dos

outros, na fome nunca saciável por mais acúmulo de dinheiro e de poder”.

O homem – hoje estamos mais convencidos - terá de perseguir sempre novas dimensões coletivas em sociedade, para não ver-se contido apenas no espaço retrógrado de uma concepção individualista que o leva a sentir-se mais ajustado e vencedor na vida, quando tem “a razão na carteira de dinheiro e o coração na caixa registradora”, no dizer mordaz de Sérgio Lessa e Ivo Tonet, em seu opúsculo “Introdução à Filosofia de Marx”.

O mundo de nossos descendentes, sem adesão à sementeira de pessimismos, não pode ser este que lhes estamos entregando, querendo ainda que acreditem, como se atoleimados fossem, que lhes legamos um mundo de prosperidade numa democracia real para todos. Para eles, ao contrário, construímos um mundo de fome e de miséria; de guerras e de milhões de excluídos: crianças, adultos e velhos nas ruas, sem presente e sem futuro, de mãos estendidas em cada esquina das grandes cidades esperando descer a noite para dormir onde estão; de analfabetos e de desempregados; de gente catando comida nos depósitos de lixo para o desjejum do dia; de muitos morrendo de doenças curáveis, à falta de médicos e de remédios, enquanto poucos, bem poucos, detêm em suas mãos o controle da riqueza dos povos.

Os problemas sociais do mundo - não anunciamos decerto nenhuma novidade - são gerados no útero doentio de sistema econômico que pariu uma nova hidra de Lerna, aquele monstro da lenda grega, de hálito mortal e de sete cabeças, que sobrevivia pela capacidade regenerativa de cada uma dessas cabeças renascer em duas à medida que ia sendo decepada. Até o dia em que enfrentou a vigorosa força de Hércules que mortalmente o golpeou.

Hoje, esse monstro ganhou novo nome com novas dimensões: capitalismo neoliberal. Suas mãos criminosas tomam de assalto a riqueza dos povos em escala mundial e estimulam forças poderosas de crescimento econômico e financeiro injusto, em

proveito - só nos Estados Unidos, sede principal da caverna desse monstro e para mero exemplo pontual - de 2% de ricos colocados no vértice da pirâmide social, enquanto o resto da população, à espera de novos Hércules para vencer a nova hidra, vive hoje abaixo da linha da pobreza, segundo a denúncia do escritor e ativista americano Noan Chomsky.

Nos últimos anos, as vísceras desse monstro vão ficando felizmente mais à mostra, por isso que o mundo passa a ver melhor a extensão dos males que ele causa. Leonardo Boff, em recente artigo no “site” Opera Mundi – “O funesto império mundial das corporações” – citando Ladislau Dowbor e utilizando os sedutores caminhos da linguagem figurada, observa: “A verdade é que temos ignorado o elefante que está no centro da sala. Ele está quebrando tudo, cristais, louças e pisoteando pessoas. Mas até quando? O senso ético mundial nos assegura que uma sociedade não pode subsistir por muito tempo assentada sobre a superexploração, a mentira e a antividua”.

Se o elefante substitui a hidra de Lerna da lenda grega como o monstro dos nossos tempos, tanto melhor porque mais fácil a luta. O monstro continua, é verdade, com hálito de morte e cabeças que se regeneram, mas, ao invés de um Hércules, tem pela frente toda uma humanidade que se vai apropriando cada vez mais de irresistível caudal de ideias por um mundo mais igual, humano, solidário, sem “a superexploração, a mentira e a antividua”.

Assim, essas reminiscências de um tempo turbulento da Faculdade de Direito buscam despretensiosamente servir aos fins a que alude o historiador José Otávio (1976), em **Tensão Social e Revolução na Paraíba**, uma das indispensáveis fontes de pesquisa para quem pretenda conhecer melhor os anos anteriores a 64 na Paraíba.

Com muita propriedade, na parte intitulada “Explicação Prévia”, o historiador destaca as demonizadas Ligas Camponesas, o combatido Instituto de Reforma Agrária; e as figuras marcantes

dos deputados Francisco Julião e Assis Lemos no contexto de determinada situação histórica, sem a qual, como afirma, é provável não tivesse o Brasil chegado mais cedo sequer à sindicalização rural e ao INCRA. E nos aponta, em lapidar concisão, o caminho para uma História de referência às gerações que nos sucedam: “Uma vez mais, cabe ao presente balancear o passado do que restou vivo para as grandes sínteses vivificadoras do futuro. E é isso, convenhamos, o que dá sentido à História em nossos dias”.

Esses fatos da Faculdade de Direito e do seu Diretório Acadêmico, ainda bem vivos, é que tentamos transmitir ao futuro. E reescrevemo-los no esforço de contribuir, minimamente que for, para a síntese a que alude o historiador e que queremos, tanto quanto possível, a mais próxima do quadro real da textura histórica em que eles se produziram. É essa a razão primeira do permanente cuidado de nos fecharmos a emoções e impulsos indesejados que lhes retirem credibilidade, mesmo na dúplice dificuldade de estarmos na inafastável condição de coautor e vítima desses episódios.

Intervenção no Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa

Ramalho Leite

Cursava o segundo ano de ciências jurídicas e sociais na vetusta Faculdade de Direito quando rebentou a Revolução de Março, assim chamada pelos seus adeptos; ou o Golpe de 64, para os opositores do novo regime inconformados com a derrubada do governo João Goulart. Quem queria as reformas na lei ou na marra não aceitava ser derrubado do Poder, na marra. Estavam postos os campos de discussão, mas por um tempo muito curto. Mais adiante, quem ousou discutir foi calado. Por muito tempo ou para sempre. Os militares, que assumiram prometendo fazer retomar o poder aos civis, revezaram-se no trono (a Revolução é, e continua) e só o largaram quando a corte começou a ruir.

O primeiro governo militar encontrou-me casado, com dezoito anos de idade, um filho já andando e outro para chegar. Nascido na UDN do meu pai, a mudança de governo para mim significava tão somente que o PSD caíra e a UDN saíra finalmente da “eterna vigilância”. E mais: a Assembleia Legislativa que pagava meu salário, não fora fechada. Não demorei muito a perceber de que lado deveria ficar. Minha ideologia, naquele momento, era a sobrevivência de minha família.

A nova ordem e a Universidade

A nova ordem chegaria também à nossa universidade. O Reitor legitimamente escolhido (Mario Moacyr Porto) foi afastado, e um capitão-médico do Exército também professor (Guilardo Martins Alves) nomeado Interventor da UFPB. Ao Magnífico Reitor, ungido pelas patentes superiores, seria delegada a tarefa de nomear interventores para algumas escolas e também para a direção dos diretórios acadêmicos, apontados como “focos de agitação”...

A União dos Estudantes (UEEP) passou a ser gerida por João de Deus Diniz, seu 2º vice-presidente, já que o primeiro vice, Paulo José de Souto “dançara com as CASSAÇÕES”, NA VERSÃO DE Paulo Soares, no seu livro **Nos Tempos do Pedro Américo**. Paulo Soares, à época estudante de medicina, relaciona os demais interventores: o capitão Victor Raimundo de Oliveira ficou no diretório de Medicina; Gutemberg de Castro, Engenharia; Edilaudio Luna, Farmácia; Antonio Augusto da Silva, Ciências Econômicas de CG; João Ednaldo Alves Santos, Escola Politécnica de CG; Artur Gonçalves Ribeiro, Filosofia, Ciências e Letras; Regina Tavares, Serviço Social; Joaquim Fernandes de Carvalho, Odontologia; Severino Ramalho Leite, Direito, e no Diretório Central dos Estudantes, João Luiz Ribeiro de Moraes Neto. Devo registrar que inicialmente o nomeado interventor para o diretório acadêmico Eptácio Pessoa, foi o estudante Everaldo Cantalice, iniciante de direito. Minha indicação foi a segunda opção, pois não homologaram a escolha do primeiroanista. Lembro ainda que uma Assembleia de Estudantes decidiu pela substituição no diretório de Direito. Nos demais, foi intervenção pura e simples.

Dissabores da escolha

A missão que aceitei, mais por inexperiência que por escolha, me traria alguns dissabores ao longo da vida pública. Aqui, acolá, alguém me acusava de ter sido pupilo da ditadura. Adversários políticos, em refrega eleitoral, chegaram a me apontar como dedo duro. À época dos embates estudantis o epíteto mais usado era o de cavalo de aluguel do latifúndio. Na realidade eu era um duro, sem dinheiro, mas nunca dedurei ninguém. A minha consciência é tranquila quanto a isso.

E desafio que me apresentem qualquer documento (hoje que os arquivos estão abertos às Comissões da Verdade) que envolva ou comprometa o meu nome. Ao contrário, se procurarem nos arquivos da CGI da UFPB, presidida pelo eminente professor Flóscolo da Nóbrega, haverão de encontrar um ofício em que respondo àquela autoridade não ser da minha competência apontar estudantes envolvidos em atividades subversivas e que aquela Comissão Geral de Investigação procurasse os órgãos de informação. Esse ofício fiz publicar no quadro de avisos da Faculdade de Direito. Logo depois, o presidente da UEEP me confidenciou sobre a minha possível destituição da interventoria por me negar a colaborar com a CGI.

Acusações e respostas – o Conselho Universitário

Surpreendeu-me, portanto, o livro **Momentos que Vivi**, do bacharel Chico Evangelista, ex-presidente do Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa, quando diz:

Fui sucedido pelo colega Tarcízio Fernandes, que foi afastado e punido, sendo designado como interventor Severino Ramalho Leite, que de posse de uma carta minha endereçada ao Ministro das Relações Exteriores de

Cuba, Raul Roa, na qual solicitava bolsa de estudo nas universidades de Cuba e Moscou, começou a me ameaçar junto aos escalões da revolução. Mas tudo ficou apenas na ameaça, nada se concretizou, para sorte nossa. Até porque um homem nunca deve temer ameaças (grifo nosso).

Não tributo à má fé, esse comentário do memorialista. Prefiro dizer que foi mal informado. Ao assumir o diretório chamei o colega Euclides de Carvalho, o Kidinho (depois Juiz de Direito) que fizera parte da diretoria deposta e mandei que limpasse todos os arquivos. Houve uma varredura na UEEP, avisei, e “por certo chegará a nossa vez”. E assim foi feito! Ademais, nunca li ou manuseei qualquer ofício assinado por Chico Evangelista. Acho até estranho que pedisse a um ministro de Cuba bolsa de estudos para brasileiros, na Rússia.

Divergência de concluintes e Diretório Acadêmico

Chico Evangelista foi da turma de 1963 da Faculdade de Direito. Esse grupo se dividiu por divergências quanto à escolha do ministro Abelardo Jurema para paraninfo, meritoriamente, registre-se, pois além de principal artífice da federalização da nossa Universidade era o então Ministro da Justiça. Abelardo conseguiu de Goulart um avião e levou seus afilhados para conhecer Buenos Aires. Chico Evangelista, ao que parece era o presidente da turma, e também divergiu, apesar de confessar não ter nada de pessoal contra o paraninfo escolhido. Foi dele a iniciativa de procurar o presidente do diretório, José Tarcízio Fernandes, para que solicitasse do ministro de Cuba uma excursão àquela ilha, para os dissidentes. O ministro encaminhou o pleito ao ICAP – Instituto Cubano de Amizade Entre os povos. Foi o que apurei a respeito do assunto. Tarcízio Fernandes, ex-presidente do diretório, pode

confirmar esses fatos. Nunca me aproximei de quaisquer “escalões da revolução” para ameaçar quem quer que fosse.

Sobre minha atuação no Conselho Universitário, está registrada em ata a defesa que fiz dos estudantes retirados pelo Exército do prédio da Faculdade de Direito, a pedido do seu diretor, quando de manifestação contra a pretensa presença de Carlos Lacerda nesta capital. A ata, datada de 08 de maio de 1964 conta os detalhes de uma reunião do Conselho Universitário para fixar as penalidades a serem aplicadas àqueles estudantes em razão das conclusões de um IPM. O professor Paulo Soares em **Nos Tempos do Pedro Américo**, assim resumiu minha atuação, não sem antes estranhar minha presença com voz e sem voto, naquele colegiado:

Ramalho Leite, interventor do Diretório Acadêmico de Direito, pediu punições leves que não prejudicassem seus colegas no ano letivo, sugerindo que os punidos perdessem o direito de se candidatarem a qualquer cargo eletivo na Universidade... Os professores João Medeiros, Claudio Santa Cruz Costa, Flóscolo da Nóbrega, Milton Paiva e Ednaldo Luna Pedrosa defenderam a suspensão sem expulsão (grifo nosso).

Como se viu, a minha proposta prendia-se, exclusivamente, à suspensão dos direitos políticos, no âmbito da UFPB, sem prejuízo das atividades curriculares dos colegas. A tese aprovada, porém, foi a suspensão do ano letivo, conta Paulo Soares. Mas houve quem defendesse a expulsão sumária, sem direito a retorno...

De Lacerda a Ednardo

Outro fato que, perdido há cinquenta anos nos escaninhos da minha memória, volta à tona por imposição de José Octávio de Arruda Mello, preocupado em rememorar aqueles momentos

sombrios da nossa história: o “candidato” Carlos Lacerda, finalmente, visitou a Paraíba. Salão Nobre do Palácio da Redenção lotado de políticos, empresários e estudantes. No dia seguinte o diretório Epitácio Pessoa retornaria à normalidade. Seriam realizadas eleições diretas. De longe, avistei alguns lacerdistas cercando o coronel Ednardo D’Ávila Mello, então comandante do 15º RI. De repente, me chamaram. Ao me aproximar do coronel ouvi essa ordem (ordem, isso mesmo):

- Me entregue ainda hoje a relação e o endereço dos estudantes tidos como subversivos. Mando prender todos e amanhã nenhum comparece para votar...

- Coronel, não tenho a menor condição de fazer isso. A eleição é amanhã...

A minha coragem também não era suicida... Dei a entender que estava muito em cima da hora, para escapar daquela prisão verde-oliva. Diante da insistência, insinuei fraquejar. Prometi e desapareci. Se fosse vivo, o futuro general estaria ainda hoje esperando por essa lista que nunca fiz. Era público e notório que bastava eu ir à Secretaria da Faculdade e teria os nomes e endereços de todos os alunos. Não era, porém, minha atribuição e nem me prestaria a essa ação subalterna. Houve a eleição e Jader Coelho da Franca foi, livremente, eleito presidente do Diretório (os lacerdistas que cercavam o oficial estão ainda vivos e se bulindo).

Carreira parlamentar

Dez anos depois desses acontecimentos chego à Assembleia Legislativa da Paraíba, como deputado pela ARENA, o partido oficial que abrigou os egressos da UDN extinta. Àquela altura, já compreendera que o movimento de março estava tomando caminhos obscuros. Passei a frequentar uma ARENA rebelde e me juntei ao deputado Antonio Mariz na reação ao regime militar, quando da escolha de Tarcisio Burity para governador da

Paraíba. Antes de ir recepcionar Mariz, renunciei à vice-liderança do Governo Ivan Bichara. Fui orador no comício da Lagoa que ovacionou Tancredo Neves, o malogrado presidente da Nova República. Também participei da campanha pelas eleições diretas – Diretas Já! Quando a legislação permitiu, deixei o partido governista e ingressei na oposição. No PMDB fui líder do partido na Assembleia Legislativa e até presidente eventual da legenda, na ausência do senador Humberto Lucena, seu timoneiro até à morte. Minha redenção política foi por água abaixo quando embarquei na canoa furada do Collor de Mello, por acreditar em um Salvador da Pátria.

Confesso que a minha vida pública não obedeceu a uma coerência ideológica. Passei por altos e baixos, tive vitórias e decepções, mas fui coerente com a minha consciência. Vereador, Deputado Estadual e Federal, Secretário da Assembleia, Diretor de Banco Regional, Secretário da municipalidade da capital em duas oportunidades, Secretário de Estado e ordenador de despesas em muitas dessas funções. Nunca sofri quaisquer restrições às contas que apresentei. Completo neste ano de 2014 cinquenta anos de vida pública, cinquenta anos de ficha limpa. Prova de que cumpro com o meu dever de cidadão paraibano e brasileiro, nascido na Villa de Camucá, distrito de Bananeiras.

Apêndice – Textos de livros a seguir referidos

Interventores da Universidade

Paulo Soares: “Fomos sabendo aos poucos como se deu a coisa. Na Faculdade de Direito e de Ciências Econômicas, os presidentes Tarcizio Fernandes e José Iremar Bronzeado foram depositos pela Assembleia Geral de Estudantes. Nas outras, foi intervenção mesmo. Em poucos dias sabíamos de cor e salteado os nomes dos meninos de ouro do Reitor. E como decoramos os seus nomes...”

Os universitários indiciados no IPM da Faculdade de Direito foram suspensos por seis meses. Perderão o ano, (FOI A NOTÍCIA).

RELENDO: Na ata do Conselho Universitário do dia 08/05/64, chamou-me a atenção o fato de os interventores do DA, além da presença, terem direito de usar da palavra. Coisas de intervenção.

Ramalho Leite, interventor do Diretório Acadêmico de Direito, pediu punições leves que não prejudicassem seus colegas no ano letivo, sugerindo que os punidos perdessem o direito de se candidatarem a qualquer cargo eletivo na Universidade (HOUE QUEM PEDISSE A EXPULSÃO SUMÁRIA PARA NÃO VOLTAR JAMAIS À UNIVERSIDADE).

Os professores João Medeiros, Claudio Santa Cruz Costa, Flóscolo da Nóbrega, Milton Paiva e Ednaldo Luna Pedrosa defenderam a suspensão sem expulsão. A proposta do prof. Clovis Lima, de suspensão do ano letivo sem direito a segunda época, foi aprovada.

Momentos que vivi

Chico Evangelista: “Fui sucedido pelo colega Tarcizio Fernandes, que foi afastado e punido, sendo designado como interventor Severino Ramalho Leite, que de posse de uma carta minha endereçada ao Ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raul Roa, na qual solicitava bolsa de estudo nas universidades de Cuba e Moscou, começou a me ameaçar junto aos escalões da Revolução. Mas tudo ficou apenas na ameaça, nada se concretizou, para sorte nossa. Até porque um homem nunca deve temer ameaças. Fizeram uma devassa nos arquivos do Diretório e na biblioteca e destruíram vários livros importantes”.

O dia seguinte (à sessão de sua tentativa de cassação)

“Encerrado o pronunciamento, retirei-me da sessão para que os colegas ficassem e votassem sem constrangimento, que certamente causaria com a minha presença. O líder do governo, o deputado Severino Ramalho Leite, insistia pela concessão. Era mais um encontro e desencontro de opiniões que acontecia entre nós, pois em 1964, como interventor, ameaçava-me junto à Revolução e agora decorridos tantos anos, a todo custo, queria um processo e a minha cassação. E se dá por satisfeito por ter se vingado ao me derrotar para a presidência da Assembleia. Não demorou, o governador lançou o deputado Ramalho Leite para Presidente da Assembleia. Era exatamente o que queríamos, pois segundo nosso levantamento, tínhamos condições de derrotá-lo, e conseqüentemente, impor uma nova derrota ao governador Tarcísio Burity. Dito e feito” (2014).

A Igreja e o golpe militar de 64

José Nunes

No Tempo que os militares assumiram os destinos do governo brasileiro, em 31 de março e 1º de abril de 1964, a exemplo do resto do País, na Paraíba a Igreja mantinha-se silenciosa no apoio aos movimentos sociais. Este artigo busca, tão somente, oferecer subsídios para reflexão dos episódios registrados durante o período em que aconteceu a tomada do poder pelos militares. Como se comportaram as autoridades eclesiásticas paraibanas, que naquele momento emprestaram seu apoio irrestrito ao comando militar, é o foco destas reflexões.

Posição da Igreja

Era presumível a posição que a Igreja tomaria, sobretudo porque a hierarquia do governo episcopal paraibano não tinha unidade de comando. O arcebispo metropolitano Dom Mário de Miranda Villas-Boas estava com saúde debilitada, o clero que o cercava sinalizava para o conservadorismo e apontava o caminho a tomadas de decisões de interesse restrito de apoio a grupos dominantes do poder. Claramente ficou ao lado dos militares.

Muito antes se percebia que alguns padres seguiriam caminhos diferentes dos apontados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, mesmo que ainda estivessem em discussões temas que tratavam

de questões sociais. Nesse ponto a discordância no seio da Igreja da Paraíba era às claras. Alguns padres absorviam os indicativos do Vaticano II e outros se abriam para louvação ao Socialismo, o que não agradava aos integrantes da Cúria Metropolitana.

É justamente no período dos acontecimentos “revolucionários” que a divisão de opiniões mais se acentua. Com a consolidação do golpe militar, a Igreja apoiou e ajudou na propagação das novas regras de governo que seriam implantadas no país.

Se não houve desobediência, também não ocorreram gestos de acolhida, principalmente quando concretizadas as ações militares, seguidas de prisões de padres e de alguns políticos considerados agitadores e simpatizantes do comunismo soviético. A Igreja não se solidarizou com essas pessoas atingidas com a cassação ou prisões.

A tomada de poder verificada no Brasil em 31 de março de 1964 teve, na Paraíba, o beneplácito da Igreja que, pelos gestos protagonizados pela alta cúpula administrativa da Cúria Metropolitana, torna evidente o apoio incondicional, desde o primeiro momento ao golpe, mesmo que depois retrocedesse e tomasse rumos diferentes, ou seja, assumisse posições progressistas à luz dos documentos produzidos pelo corpo de bispos participantes do Concílio Vaticano II, recém concluído pelo Vaticano.

Percebe-se que a posição assumida pela Igreja na Paraíba, naquele momento, na pessoa do arcebispo metropolitano Dom Mário de Miranda Villas-Boas era o prolongamento de gestos encenados pela Igreja em todo o País, com destaque nos grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro, Recife e Olinda. Nestes, Dom Helder Câmara, meses depois de deflagrado o golpe militar que destituiu o governo e cassou políticos com mandatos carimbados pelo povo, também se manifestou a favor deste levante militar. No entanto, foi ele quem primeiro ergueu sua voz contra o rumo que tomou o novo governo, ao fugir dos ideais propostos.

A ação de Dom Mário

A prova evidente de que a Igreja na Paraíba abarcou a causa dos militares está na manifestação pública de Dom Mário de Miranda Villas-Boas. Depois de os militares assumirem o poder, o arcebispo enviou telegrama ao comando do Exército, manifestando solidariedade e apoio irrestrito. O telegrama é datado de 2 de abril, portanto um dia depois do movimento que tomou o poder. Endereçado ao general Justino Alves, comandante do IV Exército, com sede em Recife, no telegrama enviado, ele afirma que “na pessoa de V. Excia., saúdo nossas brilhantes Forças Armadas que defenderam muito oportunamente nosso Brasil”.

Também por meio de mensagem enviada pelos correios, saudou o cardeal Jaime Câmara, do Rio de Janeiro, pelo apoio à revolução e, em outra mensagem, encaminhada ao governador paraibano Pedro Gondim, assegurou: “No aparecer desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelência cuja colaboração foi muito oportuna no presente momento. Destaque-se que o jornal oficial da Igreja, **A Imprensa**, fazia velada campanha em favor da revolução, a ponto de afirmar, em editorial, que a atitude dos militares foi “gesto de iluminação divina. No dia 5 de abril, com destaque, este jornal noticiava que Dom Mário havia telegrafado aos principais chefes do movimento dito revolucionário, considerando louvável a decisão do “firme golpe em todo plano de comunização do país”.

O jornal da Arquidiocese também noticiava que “em consequência do movimento revolucionário de 31 de março, triunfante em todo o país, já perderam os seus postos eletivos, por estarem filiados e comprometidos com a causa da comunização nacional, as seguintes personalidades: Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, detido na Ilha de Fernando de Noronha; Seixas Doria, ex-governador de Sergipe; Pelópidas Silveira, ex-prefeito de Recife; Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal; Antônio Augusto Arroxelas, ex-vereador da cidade de João Pessoa”.

Seguindo com sua linha editorial, o jornal, porta-voz oficial da Igreja Católica na Paraíba, emprestava ampla cobertura ao movimento nos dias seguintes a 31 de março, o que significava estar ao lado do movimento comandado pelos militares.

Num texto que bem reflete esse posicionamento, considera que a revolução foi obra divina para livrar o Brasil da presença do socialismo que se espalhava pelo mundo. “Cada dia que passa, mais nos convencemos da intervenção celeste, nestes últimos acontecimentos do país. Vínhamos acompanhado a marcha de tudo. Sentíamos a gravidade do perigo. A empáfia com que falavam os agentes vermelhos, jurando vingança ou fazendo cálculos sobre os presos que esperavam pegar”.

Catolicismo, poder e sociedade

Ao noticiar a eleição do general Castello Branco, o jornal católico destacou nas eleições seguintes ao golpe, que o resultado era esperado em todo o país e representava a melhor esperança do movimento revolucionário que fez ruir toda uma situação “política de irresponsabilidade e descaso em que vivíamos”.

Pela análise do noticiário também se chega à conclusão que o governador Pedro Gondim não teve participação naquilo que estava sendo tramado em nível nacional. O golpe de 64 o pegou de surpresa. No dia do golpe, à noite, houve uma reunião para se tomar uma posição e comentava-se que o governador ainda estava indeciso para qual lado iria. Teria sido pressionado pelos grupos conservadores a tomar partido pelas forças vitoriosas, inclusive com forte apelo da ala conservadora da Igreja. É nesse momento que decidiu publicar nota de solidariedade ao movimento golpista, publicando documento no jornal **A União** com essa sua posição.

Era pequena a ala progressista no seio da Igreja, ao contrário da hierarquia da Igreja Católica que ficou ao lado da intervenção, seguindo uma tendência da cúpula nacional da Igreja que via,

desse modo, a possibilidade de evitar que o regime bolchevista chegasse ao Brasil.

No período próximo à deflagração do movimento e nos meses seguintes, percebe-se omissão por parte da Igreja na Paraíba aos fatos envolvendo famílias agricultoras e moradoras das periferias das cidades.

As forças políticas compostas pelos usineiros e setores industriais e do comércio, de forma ampla e organizada, reagiam a qualquer tentativa de reação contrária aos militares. Mas era do campo de onde vinham as maiores pressões quanto a avanços dos direitos sociais. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA) que, depois, passou a ser conhecida como Liga dos Latifundiários (LILA).

Segundo o historiador e ex-deputado Joacil de Brito Pereira, que anos depois o confirmaria, os militares eram informados de tudo quanto se passava na Paraíba, pois todos os passos das forças sociais e de setores da Igreja eram acompanhados. O arcebispo que substituiria Dom Mário, o jovem Dom José Maria Pires, vindo de Minas Gerais, também teve seu comportamento acompanhado pelos uniformizados.

A vitória desses teve a participação do grande, médio e pequeno capital porque tais setores temiam perder tudo caso o socialismo chegasse a ser implantado no País. Bancos, indústria, setores agrícolas e o comércio manifestavam apoio ao movimento. Na Paraíba era muito forte a organização dos trabalhadores no campo, com a criação de sindicatos de trabalhadores rurais em diversos municípios paraibanos, principalmente na região do Brejo onde lideranças políticas também se engajaram em favor das famílias residentes no campo.

Cassações e regozijo

Entre os primeiros paraibanos cassados pelo Ato Institucional nº 1, de 10/04/1964, estavam Abelardo de Araújo Jurema

(ex-ministro de João Goulart), Celso Furtado (ex-ministro de Planejamento de Goulart), José Joffily Bezerra (ex-deputado federal, relator do Projeto de Reforma Agrária) e Luiz Hugo Guimarães (líder sindical, da Assessoria Sindical de João Goulart). Depois, se seguiam outras cassações.

Começando pela cidade de João Pessoa, onde ocorreram as primeiras manifestações, também houve no dia 21 de abril daquele ano, a Marcha da Família com “Deus pela Liberdade”, organizada em Cabedelo pelo cônego Alfredo Barbosa e divulgada com destaque no jornal **A Imprensa**. Registrou-se então a participação do Exército, tendo o coronel D’Avila Melo, feito um pronunciamento exaltando os acontecimentos no País e as repercussões que estavam tendo os atos dos militares. Ao final, com a presença de D. Mário Vilas Boas, foi celebrada uma missa.

As manifestações se processaram pelo interior do estado, a começar pela cidade de Esperança, onde movimento organizado pelo padre Palmeira teve repercussão. Nessa manifestação cívica em homenagem à Revolução de 1964, pois esta assim se denominava, estavam presentes destacadas figuras políticas, mesmo que, depois mudassem de posição e tenham sido cassadas, como foi o caso do ex-deputado Francisco Souto. Em Esperança, cidade natal do parlamentar, sua participação na manifestação foi registrada em fotografia.

Nos dias seguintes à chegada dos militares ao poder, na Paraíba alguns padres, principalmente aqueles simpatizantes da nova fase que despontava para a Igreja, a partir do que já se vinha discutindo em Roma, com a realização do Concílio Vaticano II, foram perseguidos e presos, a exemplo dos padres Juarez Benício e Everaldo Peixoto. Foi o caso destes dois que teve maior repercussão. Outros, também envolvidos nos movimentos sociais, auxiliando e assessorando na implantação de sindicatos de trabalhadores rurais, tiveram que se deslocar para outros estados a fim de não serem presos.

Referências

ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Ed. Sabiá, 1968.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil, 1964-1984**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Outras fontes:

Jornal **A Imprensa**, abril de 1964.

“‘Eu estava lá’ no levante do Recife”

Clemente Rosas Ribeiro

Naquela longínquo primeiro de abril, quando me dirigi para o Edifício JK, na avenida Dantas Barreto, onde funcionava a Sudene, meu local de trabalho, logo percebi que alguma coisa muito grave estava acontecendo. Tínhamos vagas notícias do levante do General Mourão, mas a manchete do jornal Última Hora era otimista: “Tropas Legalistas Marcham Sobre Minas”. Ao longo da manhã, no entanto, a presença de veículos militares nas ruas, metralhadoras pesadas instaladas nas cabaceiras das pontes, a surpresa e o susto no rosto das pessoas sinalizavam noutra direção.

Quase ninguém subiu para trabalhar e a multidão de servidores permaneceu em frente ao edifício, ocupando a rua, de onde se podiam ver soldados do Exército cercando o Palácio do Governo. A agitação e a confusão eram grandes, surgiam ideias descontraídas, sugestões de ação estapafúrdias, espelhando apenas uma revolta que não se sabia como canalizar. Alguém trouxe a notícia de que estudantes estavam reunidos na Escola de Engenharia, na Rua do Hospício, deliberando sobre o que fazer para defender a democracia e o Governo legalmente constituído. Egresso, havia apenas dois anos, da liderança estudantil, entendi que alguém deveria tomar a iniciativa de dar uma diretriz de ação qualquer àquela pequena massa de inconformados. Subi na base de um poste e, meio corpo acima da multidão, falei aos

companheiros: não adiantava permanecermos ali, desordenados e expostos a represálias; devíamos unir-nos aos estudantes, na Escola de Engenharia e discutir com eles o que poderia ser feito (lembro-me de que, enquanto falava, o motor mal regulado de um automóvel produziu um estampido, semelhante ao de uma arma de fogo e estremeci: nada mais que um susto).

Parte das pessoas, com efeito, dirigiu-se para a Escola de Engenharia, onde encontramos os estudantes em assembleia no salão de conferências. Após alguns discursos, um deles propôs que os universitários fossem juntar-se ao povo, que segundo o orador, dirigia-se ao Palácio para resgatar o governador Miguel Arraes. Não houve discussão, nem voto. Com um forte clamor de muitas vozes, toda a Assembleia se ergueu, desceu as escadas e ganhou a rua.

No caminho, convidávamos, sem sucesso, as pessoas nas janelas dos edifícios e nas portas das lojas a nos acompanhar. Alguns estudantes de nível médio e de outras escolas superiores, que já estavam pelas calçadas, incorporaram-se. Uma bandeira do Brasil, surgida não sei de onde, e levantada por várias mãos, foi posta à frente. Tudo muito espontâneo, sem plano nem comando perceptível.

Já na Dantas Barreto, em frente à Sudene, nos defrontamos com a linha de soldados e paramos a uma certa distância. Vi bem quando começaram a avançar, marcando as passadas, como automáticos e atirando, a princípio para cima. Do nosso lado, apenas gritos: golpistas, traidores, gorilas e coisas do gênero.

Minha experiência de movimento estudantil me ensinara que uma multidão desarmada até pode fazer frente a soldados, mas só se a superioridade numérica for esmagadora: como a plebe que marchou contra a Bastilha, na Revolução Francesa ou como os fiéis xiitas que derrubaram o Xá do Irã, mais recentemente. E éramos, no máximo, umas poucas centenas. Impunha-se recuar. E foi o que fizemos, uma parte pela própria Dantas Barreto, outra,

onde eu me achava, derivando para a rua ao lado do Edifício JK. Este grupo, afinal, acabou separado da tropa armada apenas pelo leito estreito daquela transversal, eles na calçada da Sudene, nós na calçada oposta.

E eles voltaram a fazer mira contra nós. Puxando pela mão a minha mulher, ainda estudante, que me havia encontrado na manifestação, abaixei-me atrás de uma Rural Willys, estacionada na esquina. Quando os tiros cessaram, mesmo antes de me levantar, vi um corpo estendido na calçada, bem ao lado do carro que me servira de escudo. Um manifestante, hoje professor universitário, tentava me reanimar: “Vamos, companheiro! Que vacilação é essa? Isso é tiro de festim!” Respondi apenas: “Veja o efeito, ai do lado”. Ele olhou, calou-se e desapareceu.

O rapaz, de apenas dezesseis anos, cujo nome – Jonas Albuquerque – só fui saber depois, jazia de costas, em perfeito silêncio, o rosto completamente desfigurado pela bala. Só os olhos eram visíveis, nariz e boca transformados em um grande buraco sangrento que nunca imaginei pudesse ser causado por algum projétil. Respirava suavemente e a expiração fazia aumentar, em ondas, a poça de sangue que tomava a calçada.

Por um momento, assustei-me com a ideia de que o ferido irreconhecível pudesse ser o meu irmão mais novo, que também estava na passeata. Minha mulher tranquilizou-me. Dois colegas carregaram o moribundo, um deles chorando e gritando: “Covardes, covardes!” Um cidadão, ao volante de um jipe, atendendo aos nossos apelos o recolheu e levou para o Pronto Socorro. A bandeira brasileira, agora reduzida a um perigoso elemento de identificação, encontrou abrigo na bolsa de uma mocinha. E nos dispersamos.

A outra vítima fatal, Ivan Aguiar, que eu conhecia como companheiro de Partido, não vi cair. Disseram-me depois que portava um velho revólver e esboçou inútil reação. Insensato? Heróico? Quixotesco? Não me cabe julgar. Soube também que, atingido

no peito, o nosso bravo Ivan encostou-se em uma parede e foi escorregando lentamente, até entregar-se ao solo da sua pátria pernambucana. Como o príncipe-menino de Saint-Exeuspéry, “tombou devagarinho, como uma árvore tomba”.

Já em retirada pela Avenida Conde da Boa Vista, recebemos ainda um último golpe, não menos doloroso. Uma senhora, no portão do seu edifício, quis saber que confusão era aquela. “É o Exército, que está matando o povo”, minha mulher respondeu. E a respeitável dama, futura desfilante, por certo, da “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, vociferou: “Bem feito! Para não estarem por aí, fazendo agitação!”.

Uma história feita com sangue

José Octávio de Arruda Mello

Com os irmãos Rosas Ribeiro em bela manhã de sol da praia Formosa, há três ou quatro semanas atrás. Embora haja viajado com ambos ao Rio e a Belo Horizonte, na excursão de fim de curso da turma do Liceu de 1957 e tenha sido Clemente meu colega, de todo curso clássico, é Nelson Rosas, quem mais procuro.

Dirigente do poderoso Partido Comunista de Pernambuco, durante o governo de Arraes, cuja Secretaria Assistente integrava, sob o comando de Fausto Nascimento, o filho homem mais velho do agrônomo Evandro Ribeiro, secretário de Agricultura do governo José Américo, entre 1951 e 56, não se fez de rogado.

Relata então que, na manhã de primeiro de abril de 1964, no Recife, as correntes que ofereciam sustentação ao governo Miguel Arraes ainda se encontravam esperançosas de um desenlace favorável, em face do levante militar desfechado na véspera, em Minas Gerais.

Pelo menos era esse o estado de espírito da reunião do andar térreo do Palácio das Princesas, com o governador, reservado e taciturno como sempre, na cabeceira. Pelas 10:30h, foi Nelson Rosas quem, aumentando o volume do rádio de pilha, ensejou o conhecimento da adesão do IV Exército à insurreição em marcha.

- E Arraes? – atalhei, imediatamente.

- Ficou lívido, mas não disse uma palavra – respondeu Nelson. Levantou-se e saiu, com o que nos procuramos dispersar. O Palácio se havia convertido em ratoeira.

Antes, com Arraes sempre digno, mas “estranhamente paralisado”, foi o jornalista carioca Milton Coelho da Graça, de Última Hora, quem arrancou proclamação governamental distribuída com a imprensa. Em face da posição do IV Exército, a manifestação do Governo do Estado não assumiu o menor significado. Isso porque, enquanto este último deliberava, as forças federais cercavam o Palácio, substituindo a guarda e assumindo o controle do Quartel da Polícia Militar, no Derby.

Do Campo das Princesas, onde se encontravam alguns parai-banos, como o deputado Assis Lemos, Nelson Rosas rumou para a redação do jornal comunista **Folha do Povo** onde teve lugar a reunião a que se refere Flávio Brayner em **Partido Comunista em Pernambuco** (1989). Não havia muito o que fazer, de modo que a cúpula extremista entregou os pontos. Depondo o Governo, o Exército começava a aparecer em toda parte.

Mesmo assim, Nelson Rosas não se deu por vencido. No mesmo jipe da Secretaria com que deixou o Palácio, tomou o rumo do município do Cabo, sua área de atuação. “Seguir para o campo”, como o fez Joaquim Ferreira Filho, no sentido de Ribeirão, e Socorro Ferraz, buscando contacto com a Liga Camponesa do Limão, era uma possibilidade que logo se desfez. O deputado Clodomir Moraes, responsável pela montagem de foco guerrilheiro em Goiás, foi dos que primeiro desistiram.

Assim, depois de paralisar trens e ônibus, na área do Cabo, entre primeiro e três de abril de 64, Nelson procurou articular-se com trabalhadores de engenho da região de Ipojuca. Isso após, por milagre, livrar-se da polícia e escapar de tiroteio, mergulhando no canavial.

O próximo passo consistiu em arregimentar grupos camponeses dispostos à luta. Alimentando-se apenas de uma lata

de goiabada e um coco verde, NRR pôs-se à frente de grupo de quinze homens, “mais combativos”, em um pé de serra mais afastado, durante duas semanas. As mulheres dos campônios asseguravam comida para a luta armada em perspectiva, mas ao ter conhecimento da situação em Pernambuco e restante do País, Nelson Rosas decidiu liberá-los:

- Disse-lhes que estava criando problemas para eles, que, sem mim, poderiam retomar as atividades normais, o que compreenderam. Asseguraram-me retirada, a cavalo, de canoa e, enfim, de trem, daí porque tomei o rumo do Recife, permanecendo algum tempo em casa de uma tia. Foi daí que voltei à Paraíba, escondendo-me em casa de meus pais. Como era pouco conhecido, permaneci entre a capital e a praia, até o fim do ano. Meu pai, sempre amigo, compareceu ao Recife para esclarecer despesas que havia procedido na Secretaria Assistente.

E Clemente Rosas? – Também integrante do PC, mas sem o nível do irmão, porque apenas integrante da base comunista da Sudene, experimentou peripécias, resumidas no pungente artigo “Eu Estava lá”, do **Jornal do Commercio**, de 20 de abril de 2004.

Duas razões contribuem para que, volta e meia, retome o tema de 31 de março a primeiro de abril de 1964. Uma, consorciada com a História Presente de Croce e José Honório, é a noção de História Cruenta de Capistrano de Abreu – “os alicerces do Brasil foram edificados sobre sangue” – que nos leva a procurar a violência como parteira da História do Brasil.

Outra é a colocação de André Malraux para quem em **A Esperança** devemos “transformar em consciência uma experiência a mais ampla possível”. Ora, essa experiência não deve ser apenas nossa, pessoal, mas do entorno, daqueles que nos estão próximos.

Esse o motivo porque, no que diz respeito ao movimento militar-político de 64, ouvi a quem pude. Por último, fixei-me nos irmãos Nelson e Clemente Rosas. Meus antigos colegas do Liceu e Faculdade de Direito, integravam o Partido Comunista, daí porque acusaram participação nos acontecimentos de quarenta e quatro anos atrás, no Recife.

Dessas peripécias, Clemente extraiu pungente artigo, publicado no **Jornal do Commercio** de 20 de abril de 2004 – “Eu Estava lá” – como um dos melhores depoimentos do golpe, pela vertente nordestina. Ao deslocar-se para a SUDENE, onde trabalhava, Clemente logo percebeu que o primeiro de abril de 64 não era um dia comum. A manchete do jornal Última Hora já o delineava: “Tropas legalistas marcham sobre Minas”. No Recife, todavia, “a presença de veículos militares nas ruas e metralhadoras instaladas nas cabeceiras das pontes (...) sinalizavam noutra direção”.

Seguindo a intuição de ex-dirigente estudantil e militante partidário, Clemente procurou articular os que se encontravam na calçada da av. Dantas Barreto. A iniciativa consistiu em contactar os universitários reunidos na Faculdade de Engenharia da Rua do Hospício, do outro lado das pontes. Estes saíram de lá, rumo ao Palácio das Princesas, a esta altura cercado por formações do 14 R.I.

Presente ao Recife, naquelas horas dramáticas, o então estudante de Direito Eilzo Matos confirma a versão de Clemente. Seguindo pela ponte da Boa Vista, os estudantes percorreram a Rua Nova e, na Pracinha, viraram à esquerda para, pela Dantas Barreto, chegar ao Campo das Princesas.

Decidido a atalhá-los pela ponte Duarte Coelho, Eilzo deparou-se com o estudante de Medicina Marcondes Gadelha que vinha voltando, com alguns colegas e aos gritos: “O Exército está atirando no povo”.

Em “Eu Estava lá”, Clemente reproduz os acontecimentos. Do prédio da Sudene, a passeata não pôde progredir. Em colunas

cerradas, a Força Federal marchou no sentido contrário e atirando, a princípio para cima e, depois, mirando a estudantada.

Os livros de Paulo Cavalcante e Fernando Coelho registram o que se passou. A primeira versão é a de que os recrutas, recém incorporados, não sabiam atirar. Para Nelson Rosas, eles se recusaram a tal. Paulo Cavalcante então adianta que o major Hugo Fodão arrebatou o mosquetão de um soldado e disparou, matando dois colegas – Jonas Albuquerque e Ivan Aguiar.

O primeiro teve o rosto estraçalhado por um projétil e o segundo que teria sacado de um revólver, “encostou-se em uma parede e foi escorregando lentamente até entregar-se ao solo de sua pátria pernambucana. Como o príncipe menino de Saint-Exeupery, tombou devagarinho como uma árvore tomba”.

O preciso artigo de Clemente Rosas sintoniza com outros depoimentos que colhi. Um deles, o de Lindberg Farias (pai), chefe dos serviços médicos do IPASE e retido no Recife pela interrupção dos vôos que o levariam de volta ao Rio. Foi ele quem avisou o presidente do Ipase, deputado Clidenor Freitas, da situação no Nordeste.

Eilzo presenciou o que Lindberg me contou: a enorme agitação na Av. Guararapes. Alguém subiu numa cadeira de engraxate e começou a blaterar contra o golpe. Vários comícios multiplicavam-se pelo centro.

A Repressão em Campina Grande: os casos Manuel Monteiro e Maura Pires

Xico Nóbrega

O poeta popular Manoel Monteiro, 77 anos, nasceu na cidade de Bezerros (PE), vive em Campina Grande desde 1953. Quando a literatura de cordel entrou em declínio naquela década, ele foi trabalhar de gráfico da Livraria Pedrosa, revisor do Diário da Borborema e escritor-apresentador de programas na Rádio Caturité. Como gráfico sindicalista ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo depois eleito 1º suplente da Câmara de Vereadores de Campina Grande. Com a eclosão da revolução de 1964, foi perseguido e preso durante meses nos quartéis de Campina Grande e João Pessoa, sendo submetido a interrogatório de processo no DOI-CODI do IV Exército em Recife (PE). Revigorado o folheto, ele é hoje um dos maiores nomes da literatura de cordel do Brasil, autor de centenas de obras publicadas, além de larga inserção da poesia popular na escola, como editor ou distribuidor do gênero literário através da sua Cordelaria Manoel Monteiro, no bairro de Santo Antonio de Campina/PB.

Declínio da poesia popular – Gráfico da Livraria Pedrosa – Sindicalista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – Vereador 1º suplente da Câmara de Vereadores - Membro da comissão de compras da Prefeitura de Campina Grande

O poeta popular e sindicalista gráfico Manoel Monteiro, natural da cidade de Bezerros (PE), chegou a Campina Grande em 1953 para vender folheto de literatura de cordel nas feiras. Ele dedica estrofes a esse período de sua vida no folheto **Uma Longa Viagem - de Campina a Santa Teresa**, transformado em discurso de sua posse na Academia Brasileira de Literatura de Cordel, em 2003:

Com o vento enfunando o pano
Dessa vida peregrina
De feira em feira de praça
Grande, média e pequenina
Vendendo verso a cantar
Terminamos por chegar
À cidade de Campina.
Mas em compensação
Aquela paisagem fria
Abrigava a poesia
Na sua máxima expressão
Caetano, Mocó, Tantão
Mário, Pereira e mais tantos
Com Campina e seus encantos
Que logo adotei por Madre
Fazendo amigo e compadre
Manoel Camilo dos Santos.

Manoel Monteiro casou-se e logo nasceu a primeira filha. Nesse tempo o cordel começou a declinar devido ao cliente e consumidor já estar de braços com o rádio de pilha, chegando depois a televisão. De veículo de informação e entretenimento do povo, a literatura popular migrou para o estudo acadêmico da universidade, voltando com todo ímpeto no século XXI.

Com o cordel em baixa em 1956, o poeta popular teve de se virar para sustentar a família - a mulher e as filhinhas; arrumou

emprego na gráfica da Livraria Pedrosa, e à noite revisor do *Diário da Borborema*, e escritor de programas da Rádio Caturité, apresentando um deles como locutor, *A crônica do meio dia*, escrita e lida por ele próprio. Isto dava para sustentar a família.

Como gráfico, ele aproximou-se do sindicato da categoria, convivendo com colegas militantes esquerdistas, não-esquerdistas – menos direitistas – comunistas, mas sem se entusiasmar com rótulos político-ideológicos: entrara na entidade para lutar por melhores salários para os de sua classe. Mas o convívio com sindicalistas, entre eles os comunistas ferrenhos José Costa, funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), e José Pereira dos Santos (Peba), aos poucos foi mudando a mentalidade. Depois das reuniões do sindicato se reuniam em barzinho para tomar um cafezinho (Manoel Monteiro bebia cachaça), onde o poeta popular ia sendo doutrinado, mas já topando com seus doutrinadores comunistas.

Aconteceu de circular numa reunião no Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande documento em prol da legalização do Partido Comunista; e ele se negou a assiná-lo, justificando que não havia necessidade de mais um partido político, tendo em vista que já havia muitos e os problemas da nação continuavam na mesma. Isso criou animosidade entre os sindicalistas comunistas presentes e Manoel Monteiro foi taxado de *inimigo* da classe operária.

O seu amigo sindicalista José Costa mesmo assim o convenceu de que, apesar de todas as siglas partidárias, nenhuma delas abrigava os trabalhadores, mas apenas comerciantes, industriários, médicos e outras categorias. Convencido disto, Manoel Monteiro aproximou-se do Partido Comunista Brasileira (PCB). Para se convencer de suas posições político-ideológicas, começou a ler e ouvir sindicalistas mais abalizados, principalmente os bancários comunistas.

Daí o poeta popular começou a atuar no Sindicato dos Gráficos de Campina Grande, como tesoureiro (o presidente era Plácido Veras e o secretário Enedino Ferreira), aperfeiçoando-se na ideologia da esquerda se interessando pela posição da Rússia no cenário mundial. No início da década de 1960, já tinha uma atuação regular no sindicalismo campinense. Tanto que em 1962 foi ao Rio de Janeiro e a São Paulo a serviço do seu sindicato, onde foi convidado para uma reunião clandestina na capital paulista para assistir a palestra do proscrito Luiz Carlos Prestes, presentes alguns chineses.

Nós éramos dirigidos para esse local, entrávamos de dois em dois, de um em um. Eu não sabia da importância e do perigo daquela reunião a que estava me expondo, já que naquele tempo era até perigoso dizer que conhecia Prestes. Eu falei em nome dos trabalhadores paraibanos, recorda Manoel Monteiro.

Sua atuação sindical tornou-se crescente em 1963, segundo ele, sem peleguismo, defendendo o trabalhador na gráfica da Livraria Pedrosa de Campina Grande. Nas noites de sábado participava das reuniões do sindicato, integrando-se de tal modo à militância política que aceitou ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então na clandestinidade. Às vésperas da eleição de 1964, escolheram-no candidato a vereador em uma reunião clandestina no bairro do Alto Branco, a contragosto de Manoel Monteiro, que aceitou a candidatura na condição de não pedir voto para si. O seu colega José Pereira dos Santos (Peba), que almejava ser o candidato do PCB, lançou candidatura própria contra a direção do partido.

Eleito 1º suplente a vereador de Campina Grande, com 576 votos, Manoel Monteiro teria assumido uma cadeira na Câmara de Vereadores, se não fossem os 140 votos do dissidente Peba: *E foi bom que isso tivesse acontecido, porque mesmo só sendo 1º suplente, ainda passei três meses preso. Se tivesse sido eleito vereador, teria ficado três anos preso, diz.*

Eleito o novo prefeito de Campina Grande, Newton Rique, com o apoio dos partidos de esquerda, inclusive do PCB de Manoel Monteiro, este foi chamado para chefiar o departamento de limpeza e obras públicas da cidade. Ele criticara a prefeitura em programa sindical na Rádio Caturité, lamentando o lixo tomando conta da cidade. Dias depois encontrou-se com o prefeito em uma reunião, o qual lhe fez uma proposta surpreendente: *Muito bem, rapaz, você criticou dizendo que a cidade estava suja. Então nós vamos resolver o problema: eu vou lhe nomear diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas.*

Surpreso, o sindicalista Manoel Monteiro pediu uns dias para pensar na proposta. Ele averiguou que o funcionário da limpeza pública ganhava 30 a 40% do salário; então retornou e disse com franqueza ao prefeito que se a cidade estava suja ia ficar muito pior se ele tomasse conta, porque jamais mandaria jamais alguém trabalhar ganhando muito abaixo de um salário mínimo; liberaria o funcionário para casa, descansar, dormir e esperar o fim do mês para receber o pouquinho. Newton Rique então o convidou a compor a comissão de compras da Prefeitura Municipal: *Eu era do PCB, portanto este era um cargo político de confiança, decorrente da coligação que elegera o prefeito. De todo modo uma função importante na vida de alguém que se considerava de pouca letra, que nunca pensara em ser alguém na vida, exceto gráfico, mero poeta popular e pequeno sindicalista, acrescenta.*

Embora entusiasmado com sua melhoria salarial na tal comissão, Manoel Monteiro não podia descuidar do emprego fixo e garantido na gráfica da Pedrosa. Ele falou desse impedimento ao prefeito, até que conseguiu de seu patrão, livreiro Pedrosa, liberação à tarde para se dedicar à comissão de compras, formada de três membros: um presidente, o secretário (Manoel Monteiro) e outro funcionário. Sem muito que fazer na repartição eles se revezavam no expediente de trabalho.

Apesar de funcionário municipal filiado ao PCB, com a responsabilidade no serviço público, Manoel Monteiro começou a receber presentes de fornecedores da Prefeitura: caneta *Parker*, litros de uísque (na época ele bebia cachaça; hoje nem isto). Mas se engana quem pensar que o poeta popular tenha se corrompido com os tais presentes. Certo dia o prefeito Newton Rique ordenou aos integrantes da comissão comprarem a todos fornecedores campinenses, menos do atacadista vendedor de medicamentos Deusdete Fernandes: *Olhe, Monteiro, quando chegar pedidos do pronto-socorro, da maternidade, não compre a Deusdete que ele é ladrão.*

Quando chegaram os primeiros pedidos de medicamento, algodão e outros materiais hospitalares, Manoel Monteiro fez a tomada de preços dos fornecedores da cidade, e, desobedecendo ao prefeito, enviou proposta para o preterido Deusdete Fernandes, o qual ganhou dos concorrentes em alguns itens – o dito cujo lhe presenteara com caneta *Parker*, um sonho de consumo da juventude.

A autorização para o pagamento das compras tinha de chegar às mãos de Newton Rique para a liberação do dinheiro, e foi aí que o bicho pegou. Quando viu o nome de Deusdete Fernandes na lista, o prefeito chamou imediatamente Manoel Monteiro ao telefone, que justificou a comissão: servia para comprar a mesma quantidade e qualidade pelo preço menor... é, mas *Deusdete é ladrão*, frisou o prefeito. O funcionário corajoso disse ao superior, que se estivesse havendo desvio das compras em posto de saúde e na maternidade, não era responsabilidade da comissão de compras. O prefeito bateu-lhe o telefone na cara.

Apesar do ocorrido, ia tudo bem com Manoel Monteiro na comissão de compras de Campina Grande. Ele continuava trabalhando na gráfica da Livraria Pedrosa, e ainda havia perspectiva de assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores, na vaga aberta por um vereador que fora ocupar uma secretaria municipal.

Aí veio a revolução de 1964 e a coisa mudou para quem era de Partido Comunista.

Manoel Monteiro advogava em sua militância sindical algo que, segundo ele, não sabia bem o que era: um Brasil onde a terra fosse para quem nela quisesse trabalhar, assim como um salário digno para o bom trabalhador. Ele diz que o salário mínimo naquela época (como ainda hoje) é pouco para quem trabalhava e muito para quem nada fazia, achando que a maioria do povo brasileiro, a base da pirâmide social, era quem deveria mandar.

Pouco antes do advento da revolução de 1964, ele teve uma entrevista curta e marcante com o jornalista William Tejo, com este lhe indagando o que achava do regime de governo, se dos operários, no caso da Rússia, ou das pessoas que estudavam, as elites. Manoel Monteiro disse que quem deveria governar era a maioria do povo trabalhador morador da periferia.

Cinquenta anos depois daquela curta entrevista a William Tejo, hoje eu compreendo os prós e contras em todos os meios, os contrastes do branco e preto etc. Naquele tempo eu era politicamente imaturo, mas achava que estava certo. Quando comecei a tomar consciência no partido, admirava o cinturão de defesa em torno da URSS, fazendo com que quem quisesse invadir o país tinha que passar por cima de alguém; mas não adiantou nada. Eu fui amadurecendo politicamente e já tinha determinadas posições e olhares que chocavam os meus pares do partido. São palavras do entrevistado.

O sindicalista Manoel Monteiro tanto não agradava a totalidade do Partido Comunista Brasileiro, a ponto de na campanha eleitoral ter havido boa parte de comunistas campinenses que achavam o colega José Pereira dos Santos (Peba) melhor candidato a vereador que a sua pessoa. Diversos votaram nele pondo

adesivos em carros. Eles achavam o gráfico um candidato comunista inseguro ideologicamente. Monteiro do mesmo modo discordava do colega Peba como autêntico representante do operariado, porque jamais o vira trabalhar, e era o tipo de sindicalista pelego e desobediente à decisão democrática do PCB, candidatando-se voluntariamente.

Em reunião sindical em João Pessoa, segundo Manoel Monteiro, quase o jogavam de um primeiro andar em baixo, porque ele criticara os elogios dos colegas sindicalistas ao governo do presidente Vargas (para quem ele escreveu o seu primeiro folheto de cordel no ano de sua morte, em 1954); que jamais contribuía para o fundo da assistência social, cobrando do trabalhador, obrigado a pagar ao empregador, sem o governo fazer a parte dele.

Os comunistas de Campina Grande passaram maus bocados para registrarem as suas candidaturas em 1963. Além de Manoel Monteiro, José Pereira dos Santos (Peba) e Orlando Tejo, eram tidos como perigosos agitadores comunistas. Foi preciso o advogado Agnello Amorim intervir a favor deles, e todos saíram candidatos naquele ano. Manoel Monteiro, eleito 1º suplente pelo PCB, nada sabia da conspiração dos EUA e nossos militares para tomarem uma posição no Brasil, evitando assim que o comunismo se alastrasse na América do Sul, como ocorrera na Rússia, em Cuba e em outros países.

A revolução de 1964 - O fabricante de armas que enlouqueceu – Manoel Monteiro escondido na Rua Quebra Quilos – Fuga para Recife (PE) – Detido no quartel do Exército de Campina Grande: a placa da Escola Politécnica (UFCG) dele patrono jogada ao canto da sala.

Com a eclosão da revolução de 1964 a coisa mudou para os comunistas do dia para a noite. Manoel Monteiro passou os primeiros dias escondido em quatinho escuro, com medo de ser

preso pela Polícia Militar. Vários amigos dele já estavam sendo recolhidos, enchendo duas celas no quartel de Campina Grande, inclusive Peba, e um homem que saiu louco do quartel:

Era um ferreiro que morava aqui perto de Fagundes, que fabricava umas espingardas sovaqueiras. Parece que Langstein Almeida fizera uma reunião de camponeses na casa dele, por isso ele foi denunciado como fabricante de armas e preso. Contaram-me que de dois em dois minutos o retiravam da cela, expondo as armas e lhe perguntavam grosseiramente quais delas ele tinha fabricado. Era um homem simples, analfabeto, pai de família, deram-lhe um caldo psicológico que ele enlouqueceu. Viram que ele estava insano, mandaram-no ir embora e ele não quis mais sair do quartel, afiança o poeta Manoel Monteiro.

Manoel Monteiro tinha notícia do tratamento descortês na prisão mas não tinha para onde ir. Não tinha dinheiro, contato e sem poder deixar a família – a esposa e três filhinhas. Ficou dias escondido no quartinho de um amigo vendedor de aguardente, na Rua Quebra Quilos, o qual toda noite ia levar-lhe comida.

Uma semana do golpe militar, antes de fugir para Recife, ele ouviu desse quartinho onde estava escondido, no escuro, sentado no chão, um diálogo de populares lá fora que ele jamais esqueceu. Um deles disse *Tem um tal de João Golá que parece qu'ele fugiu...* Quando o outro perguntou quem era o tal de *João Golá*, Manoel Monteiro teve uma profunda decepção, pensando consigo: *Perdi meu tempo todinho; é por esse povo que eu estou me sacrificando.* Ele havia dado parte da vida para pessoas que não estavam nem aí, não sabiam quem era o presidente da República, quanto mais da grave situação política nacional daquele momento.

Nos primeiros dias da revolução, Manoel Monteiro não tinha garantia de vida. Fugiu sozinho para Recife, onde se escondeu na casa de um irmão durante mais de mês; até que ele viu que não podia continuar naquela situação distante de sua família. As rádios e jornais que ele ouvia e lia divulgavam a *limpeza* do Exército nas repartições públicas, nos partidos políticos. O fugitivo pensou consigo e disse para si mesmo que tinha de resolver o impasse a seu modo. Voltou para Campina Grande e foi direto falar com o prefeito Newton Rique, ausente do seu gabinete, sendo recebido pelo assessor jornalista Epitácio Soares. Disse-lhe que não podia viver daquele jeito, por isso decidira ir ao quartel para falar com o comandante, porque não queria ser preso pela polícia.

Eu conhecia o comandante do Exército em Campina Grande – o coronel Otávio Queiroz – estivera com o mesmo em reuniões antes da revolução de 1964, ele fora cortês comigo, o jovem dirigente sindical de certa importância fazendo carreira política. Epitácio Soares ligou para o subcomandante anunciando minha ida ao quartel, onde fui mal recepcionado no portão. Sequer os militares responderam à minha saudação. Quando um deles me perguntou o que eu desejava, respondi-lhe em tom de brincadeira que queria ficar preso uns dias. O soldado não gostou da brincadeira e me encaminhou para um cabo, depois um sargento e este me levou a falar com o oficial de dia que me guiou para o subcomandante, de apelido Pé de Burro, - continua.

Manoel Monteiro estava na sala de espera do comandante Otávio Queiroz, mas este passou sem dirigir-lhe uma palavra. Então ele pensou consigo que a coisa não estava nada boa para si. Pior ainda: viu jogado ao canto da sala do comandante, algo que lembrava um dos momentos marcantes de sua vida, do qual se

orgulha até hoje. Uma placa de metal de formandos engenheiros, quinze civis e dois militares, da Escola Politécnica (atual UFCG), na qual o seu nome estava gravado como patrono da turma representando o trabalhador brasileiro. O paraninfo era o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Naquela ocasião em que fora escolhido patrono da turma da Politécnica, o sindicalista Manoel Monteiro se sentiu feliz e honrado, preocupado com o que iria dizer na solenidade, se discurso escrito ou improvisado, quanto ao paletó ele comprara um para a campanha eleitoral. No dia marcado estava no local da solenidade no Centro Pastoral da Diocese de Campina Grande, atrás da catedral:

Eu de paletó me sentei no meio dos togados, entre eles o então reitor Mário Moacir Porto. Depois dos discursos das autoridades eu cochichei no ouvido de um professor sentado ao meu lado que gostaria de dirigir a palavra aos presentes. Em seguida veio a confirmação me dizendo que eu, como patrono de uma instituição (o trabalhador), não podia falar na solenidade. Mas eu tinha que falar – São palavras de Manoel Monteiro.

Manoel Monteiro quebrou o protocolo, falou com o jovem orador da turma dos quinze formandos (os dois militares fizeram a colação em separado), dizendo que o reitor estava lhe impedindo de falar. O orador, solidário ao patrono, animou-o, dizendo que se ele não discursasse os formandos saíam do recinto para ouvi-lo lá em baixo. O estratagema deu certo e o patrono fez o seu breve discurso.

A tal placa metálica dos engenheiros formandos da Poli, patrono Manoel Monteiro, fora recolhida pelo Exército e estava ali jogada na sala do comandante Otávio Queiroz. Detido no quartel do Exército de Campina Grande, começaram então os

transtornos do preso político sindicalista gráfico, sem saber se viria o sol nascer a cada dia seguinte, e, já no início de sua detenção sofrendo o episódio lamentável envolvendo sua mulher e uma filhinha, impedidas de o visitarem no quartel do bairro da Palmeira.

Eu não apanhei no quartel, apesar dos constrangimentos e ameaças. Poderia dizer hoje, como alguns dizem, que fui massacrado para dizer que fui um Cristo e tal. Não, isto não aconteceu; mas eu sabia que a minha vida estava em jogo. Isto me custaria três meses de cadeia. Na mesma hora me puseram num beco estreito do quartel onde havia um colchão, anunciando a minha prisão por ser comunista e agitador, conforme os registros do inquérito instaurado contra mim na 4ª Região Militar no Recife – falou Monteiro.

Manoel Monteiro no quartel de Cruz das Armas, em João Pessoa (PB) – Na 4ª Região Militar de Recife (PE): “ameaça à segurança nacional e à estabilidade política” e a recepção ao presidente João Goulart em Campina Grande – Enfim liberto: o aprendizado da militância política e a gratidão ao livreiro Pedrosa

Os comunistas presos em Campina Grande, entre eles, além de Manoel Monteiro, detido no quartel, Peba e Oliveiros Oliveira, que haviam sido recolhidos à sede da polícia de Campina Grande, foram transferidos para o quartel do Exército de Cruz das Armas de João Pessoa, de onde seriam levados a depor no quartel de engenharia. Nos primeiros momentos da prisão do sindicalista gráfico na cidade, capital da Paraíba, ele sozinho em um quarto, desiludido, pensava em sua família, certo de que o mundo acabara para si, mas que ele infelizmente continuava a respirar e ver o sentido das coisas.

Eu lera muito sobre Mahatma Gandhi, a sua figura me tomava inteiramente. Ele dominara os inimigos da sua pátria pacificamente, e principalmente com greve de fome. Pensei fazer o mesmo no primeiro dia de cadeia em João Pessoa. Trouxeram uma bandeja de comida, virei às costas decidido a não comer. Tinha feijão, arroz, um pedaço de carne e uma banana verdosa.

Depois de dez minutos o preso decidiu fazer *meia* greve de fome, comendo somente a banana verdosa. Foi o suficiente para ser traído pelo estomago pois faminto: comeu vorazmente toda comida da bandeja. Depois sedento, sem ter a quem pedir água, matou a sede recolhendo-a pacientemente com caneca em torneira gotejante.

Os interrogatórios eram feitos no quartel de engenharia de João Pessoa por um oficial muito educado e compreensível, que, segundo Manoel Monteiro, dava a impressão fazer o interrogatório por pura obrigação, sem estar convencido da realidade das acusações.

Eu respondi a dois processos na 4ª Região Militar em Recife – englobava todo Nordeste e parte do Norte – onde li as acusações contra a minha pessoa, que diziam que eu fora preso porque ameaçava a segurança nacional e a estabilidade política do Brasil. Quando eu li aquilo eu não sabia que era importante. Achava que eu era um zé ninguém, diretor de um sindicato com 50 associados, suplente de vereador sem cargo, e ainda morando em um beco. Não sabia que era tão perigoso assim – são palavras de Manoel Monteiro.

Os depoimentos dos presos eram dados no quartel de engenharia de João Pessoa e os inquéritos iniciados na Paraíba eram

encaminhados para a 4ª Região, onde o acusado julgado iria saber os anos de cadeia que iria pegar. Numa dessas idas de Manoel Monteiro a interrogatórios ele deparou-se com o prefeito de Campina Grande, William Arruda (o vice-prefeito substituto de Newton Rique), Peba e Figueiredo Agra e outros mais que também sujaram seus polegares das mãos na tinta da identificação.

Outro fato marcante na vida sindical de Manoel Monteiro, ele e os colegas sindicalistas Borges, Jason e José Lira, do Banco do Brasil, (nós aprendíamos com eles, mais letrados e com maior capacidade intelectual), e que mais piorou a sua situação, fôra a participação na comissão receptora de trabalhadores ao presidente João Goulart em sua visita a Campina Grande, pouco antes da revolução de 1964 que o destituiu do cargo. Naquela visita presidencial de Jango, ele usou crachá, teve acesso às autoridades:

Tudo isso eu paguei com três meses de cadeia e dois processos na 4ª Região Militar, onde eu dizia uma coisa, e o oficial mandava escrever outra me condenando. Eu fazia um sindicato cidadão, me dava bem com os proprietários das gráficas. Ele dizia: o indiciado Manoel Monteiro.... Eu o interrompendo: coronel eu não disse isso.... Eu conseguia modificar o texto. Em certo momento eu disse: o senhor está na profissão errada, é muito criativo, poderia ser um bom escritor, porque está fazendo um romance do pouco que eu digo.

Enfim, soltos, Manoel Monteiro, José Costa (do DER), e mais dois presos políticos, foram liberados do quartel de Cruz das Armas, em João Pessoa, às 23h. Qualquer um desinformado agradecería estar solto e iria embora no instante. Mas aquela não era hora de soltar preso político. Eles tinham ouvido falar do caso de Fuba, um sindicalista do setor da cana-de-açúcar (onde mataram Pedro Teixeira), um homem simples que queria uma vida

digna para o camponês: carteira assinada, seguridade social. Pois bem, ele foi solto em determinada hora da noite e apareceu morto debaixo de uma ponte na estrada de Caruaru. Por isso os comunistas campinenses soltos se negaram a sair do quartel naquele horário.

Essas coisas que se passaram em nossas vidas foram uma escola, hoje lembranças, me deram experiência de vida, e até que me ajudaram, e ainda hoje me ajudam, a escrever as minhas coisas. Quando preciso retornar ao passado político do Brasil, eu posso dizer que tive uma pequena, humilde, simples, apagada participação da qual não me envergonho. Quando fomos soltos eu voltei para Campina Grande, o livreiro José Pedrosa, o meu empregador, que eu sempre tenho dito e me orgulho. Eu estava desempregado porque durante os três meses de detenção fora dada baixa na minha carteira. Ao sair da prisão, desempregado, ninguém queria conversa com preso político diabético. Um dia passando em frente à sua livraria, ele me perguntou se eu estava trabalhando; disse que não. Ele me convidou no mesmo instante e voltei a trabalhar no dia seguinte na gráfica da Livraria Pedrosa – são palavras do sindicalista.

Manoel Monteiro considera até hoje essa acolhida como generosa do livreiro Pedrosa, já que nenhum empregador naquele tempo empregaria um comunista recém saído da cadeia. Ele fora convidado por um amigo (Zé Vitor), dono de uma sapataria clandestina, para serem sócios de uma fábrica, mas como ainda faltavam meses para a instalação da empresa, o emprego na Pedrosa salvou a sua pátria durante meio ano, até o início das atividades da fábrica *Combate*, onde fizeram o melhor sapato masculino da região.

Décadas depois dos acontecimentos envolvendo o sindicalista gráfico Manoel Monteiro, ele foi indenizado pelos dias de sofrimento de perseguição política e prisão, dando entrada ao processo em Brasília com recortes de jornal etc. Meses depois lhe liberaram R\$ 15.000 reais. Dinheiro que, segundo ele, jamais vira em sua vida de uma vez só, a ponto de brincar com a situação constrangedora de que foi vítima: *Fiquei três meses na prisão e ganhei 15.000 mil reais, teria sido melhor ter ficado preso muito mais tempo (risos)*.

Isto não quer dizer que o ex-sindicalista e comunista, poeta popular Manoel Monteiro, tenha se desiludido completamente das convicções político-ideológicas próprias em defesa da justiça social a ponto de viver alienado da vida pública nacional; ele se diz mais comunista que antes, apesar das experiências fracassadas nos países liderados pela ex-União Soviética.

A exemplo de milhões de brasileiros, Monteiro interessou-se vivamente pelos acontecimentos históricos de junho de 2013, dos protestos de rua, reconhecendo os problemas da população brasileira: transporte, saúde, salarial, água, alimentação, mas que jamais se conseguirá melhorar saqueando lojas, obstruindo trânsito, atirando pedras e bombas: É fácil perceber que tem alguém ganhando com esses protestos, incentivando a bagunça como caminho mais curto para levá-los à vitória no próximo pleito eleitoral, raciocina.

Aliás, o poeta Manoel Monteiro escreveu um folheto tratando do assunto – *Vamos protestar? Mas, protestar contra o quê?* - em cujo cordel recorda a sua atuação política nos acontecimentos de 1964:

Em 64 estive
Vendo o sol nascer quadrado
E respondi dois processos
Pelo crime praticado
De defender o direito

Do pobre assalariado.
Quando um grupo de bandidos
Sai à rua depredando
Cabines policiais
E a imprensa classificando
Isso de – protesto cívico,
Alguém está delirando.

Fontes:

Depoimento do poeta popular Manoel Monteiro ao jornalista Xico Nóbrega – na Cordelaria Monteiro, no bairro de Santo Antônio de Campina Grande (PB), em 9 de janeiro de 2014

Folheto de cordel *Uma Longa Viagem - de Campina a Santa Teresa*, Manoel Monteiro - Discurso de posse na Academia Brasileira de Literatura de Cordel, Campina Grande, 2003.

Folheto de cordel *Vamos protestar? Mas, protestar contra o quê?*, Manoel Monteiro, Campina Grande, 2013.

Campina Grande (PB) - 50 Anos da Revolução De 1964 – O caso Maura Pires

Xico Nóbrega

Professora Maura Pires Ramos: universitária presidente do diretório acadêmico Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande, estava entre os estudantes presos no congresso de estudantes de Ibiúna (SP) de 1968. Dona de uma escola de ensino fundamental da cidade – “Pequeno Príncipe”, foi ameaçada, perseguida e sequestrada por agentes do regime civil-militar, em 1974, torturada e presa no DOI-CODI do 4º Exército em Recife (PE).

Vocação inata ao magistério de Maura Pires Ramos – Militância no Diretório Estudantil da Faculdade de Filosofia da URNe - Prisão no Congresso de Ibiúna de 1968 – Perseguição, ameaças e o projeto escolar do Pequeno Príncipe fracassado.

Maura Pires Ramos, nascida no município de São João do Cariri (PB), em 1967 iniciou o curso de Letras na Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande (URNe) - hoje Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) –participando ativamente do movimento estudantil em sua juventude, pertencendo à organização de esquerda Ação Popular, posteriormente incorporada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O sociólogo e poeta Josafá de Orós, autor do folheto de cordel *A PRINCESA E*

O PRÍNCIPE – Maura Pires Ramos *Uma história de abnegação e amor*, lançado em 2012, dedica estrofes à sua vocação inata ao magistério:

Dava aula no quintal
Da sua casa, escondida
Fazendo dessas crianças
Seu projeto, sua vida
Descobrimo numa mágica
O seu projeto de vida.
Sua mãe, educadora
Deu-lhe a chave do saber
Deu-lhe lápis, lousa e giz
Formou tão nobre querer
Na menina curiosa
Tão dada ao conhecer.
Na cidade de Campina
Maura foi original
Foi um das pioneiras
Ao criar o Maternal
Reservando-lhe o lugar de
Vanguarda inaugural.

Em 1968, eleita presidente do Diretório Acadêmico, a estudante de Letras Maura Pires Ramos foi indicada para representar a Faculdade de Filosofia da URNe no Congresso da UNE, a ser realizado em Ibiúna (SP). Em outubro daquele ano todos os participantes do congresso foram presos e conduzidos para São Paulo. Maura ficou encarcerada no presídio Tiradentes por vários dias em condições aflitivas: superlotação na cela, sem higiene, alimentação precária, ela dormindo sem cobertor no chão frio e úmido do presídio. O autor do cordel dedica estrofe ao episódio:

No dia doze de outubro
Do ano de meia-oito
Foi presa em Ibiúna
Por um governo afoito
Que sustentava o arbítrio
No Decreto 228.

Destituída do cargo de presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade, em 1969, com base no decreto Nº 228 de 28 de fevereiro de 1967, Maura Pires Ramos teve a sua matrícula cancelada, pelo prazo de dois anos, pelo Conselho Didático da Fundação Universidade Regional do Nordeste, fundamentado em informações de órgãos superiores da Segurança Nacional.

Em meados de abril de 1971, ela foi convidada a retornar à Faculdade, quando as aulas já haviam se iniciado havia dois meses. A partir daí, segundo ela, passou a ser discriminada e excluída dos grupos de estudos, pois todos estavam por demais assustados e temerosos.

Quase todos os estudantes perseguidos haviam se mudado para outras cidades, mas Maura Pires Ramos permaneceu em Campina Grande porque tinha um projeto de Escola, situação esta bem particular porque chamava mais ainda a atenção dos órgãos da repressão, uma vez que antes de ser estudante universitária havia anos atuava como professora ao lado da mãe dona Gina, fundadoras de Escola Primária Pequeno Príncipe.

A conclusão do Magistério de Nível Médio na URNe só vinha reforçar o projeto da empresa escolar da filha de seu Severino e dona Gina (os pais de Maura). A empresa escolar ia além dos ideais e das vocações de dona Gina e Maura, pois era a única fonte de renda da família Pires Ramos. Mas os problemas começaram na vida do Pequeno Príncipe, e em toda família:

*A Escola passou a ser alvo das atenções dos repressores,
constantemente vigiada por pessoas não identificadas*

e suspeitas que fixaram residência em suas imediações, telefonando e ameaçavam explodi-la com bombas; anotando as placas dos carros que estacionavam na porta do estabelecimento, geralmente de pais de alunos; observavam a entrada e saída das pessoas; averiguavam o que estava ocorrendo quando atividades noturnas, como os Encontros de Pais e Mestres eram realizados. Suspeitavam de tudo (depoimento de Maura Pires Ramos).

Com a promulgação, na época, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de nº 5692/71, ela fez o projeto de implantação da escola, extinguindo o Curso Primário e criando o Ensino de 1º Grau, com oito anos de duração. Nesse aspecto a reforma inspirada dos princípios da nova lei seria realizada com a implantação gradativa das quatro últimas séries – 5ª a 8ª, pois já mantinha as quatro iniciais.

O projeto da professora Maura Pires Ramos foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (C.E.E.) e dentre outras providências, implantou de imediato a 5ª série. O seu entusiasmo era enorme; poder fazer um trabalho diferenciado, de vanguarda, com uma proposta pedagógica inovadora e progressista, sonhando ver a dimensão dos resultados desse trabalho no final de mais quatro anos, quando estaria desenvolvendo as propostas educacionais, não mais só com crianças como também, com adolescentes.

Para isto ela teria que providenciar com certa brevidade o projeto das instalações físicas da Escola que deveriam adaptar-se à nova realidade proposta, o que seria viabilizado através de um financiamento. Foram em vão as expectativas de expansão da empresa escolar da família Pires Ramos. Infelizmente o projeto não subsistiu porque Maura Pires Ramos estava atemorizada e insegura em relação ao que ainda poderia lhe ocorrer em consequência da perseguição política do regime civil-militar, se vendo obrigada a comunicar ao Conselho Estadual de Educação (C.E.E.) a suspensão do plano de implantação das séries complementares

do Ensino de 1º Grau, por falta de condições, inviabilizando completamente o seu projeto profissional.

Sequestro de 29 de abril de 1974 em Campina Grande – Ameaças e torturas – Prisão no DOI-CODI do 4º Exército em Recife (PE): maus-tratos físicos e torturas psicológicas e interrogatórios – Retorno assustador para casa – Vigilância e ameaças à Escola Pequeno Príncipe

O pior da perseguição política do regime militar à professora Maura Pires Ramosa lhe aconteceu no dia 29 de abril de 1974. O folheto de Josafá de Orós registra o episódio do seu sequestro pelos agentes do governo militar:

Foi nessa trama obscura
Que Maura também caiu
Onde ouviu coisa medonha
Gritou milico servil
Tal vergonha era tão grande
No coração do Brasil.
Na súcia da ditadura
Maura sofreu o diabo
Viu zunir de todo canto
Perverso de todo lado
Sargento tirando onda
Tenente, soldado e cabo.

Quando ela saía do seu trabalho no Pequeno Príncipe foi sequestrada, ao meio dia, próximo à sua residência, por elementos que se diziam da Polícia Federal, sendo transportada algemada e encapuzada em Kombi para um local nunca identificado por ela; tudo indicava tratar-se de uma granja, pois ouvia o cacarejo das galinhas, o canto dos galos e de outras aves: *Nesse local, serraram com serra elétrica as algemas que me prendiam os braços e os*

amarraram com cordões. Ainda de olhos vendados obrigaram-me a ficar de joelhos e deram início a sessão de tortura: bateram-me, deram-me os famosos “telefones”, interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças, recorda a educadora.

Ela diz que não se lembra do tempo preciso que durou tal tormento; talvez a tarde inteira. Depois foi conduzida ainda encauzada e com outras algemas, para o interior de um transporte sem bancos, juntamente com outras pessoas que lá se encontravam nas mesmas circunstâncias: a professora Dilza Rodrigues de França, que na época lecionava na sua Escola Pequeno Príncipe (sob direção de Maura Pires Ramos) e mais Roberto Carlos Cantalice, estudante secundarista que vinha a seu lado na hora do sequestro e a Prof^a Josélia Ramos Wallen, da Rede Pública de Ensino. Colocaram todos os sequestrados no assoalho do carro, empilhados e cobertos como uma carga.

O tal carro os conduziu em viagem por muitas horas sem que os sequestrados soubessem aonde iam; supunham que seriam mortos em algum trecho do misterioso percurso rodoviário. Enfim chegaram ao destino: o DOI-CODI do 4º Exército em Recife (PE), onde ela ficou detida em cela sofrendo maus-tratos físicos e torturas psicológicas, em interrogatórios constantes, durante doze dias. Durante esse período do sequestro de Maura Pires Ramos, em Campina Grande (PB), ela permaneceu presa no DOI-CODI do 4º Exército em Recife (PE), onde passou maus bocados: dormiu no chão, ficou sem comida e sem água, foi privada de banho, permaneceu com a mesma roupa durante vários dias, viu presos políticos passarem ensanguentados após um interrogatório.

Ela passou a ser chamada a qualquer hora do dia ou da noite para ser interrogada, às vezes de joelhos. Além de ter sido pressionada sob ameaça a assinar uma folha de papel em branco onde iriam escrever uma suposta declaração sua, da forma que lhes conviesse: *A minha preocupação era constante com a minha Escola, os*

funcionários, com os meus alunos, com a minha família, a minha mãe, principalmente, preocupação com os meus compromissos, com minha vida, com o meu futuro... Como doeu!, sustenta Maura.

Trouxeram os presos de volta para Campina Grande numa viagem aterradora. O motorista conduzia uma arma de fogo no banco do carro, entre Maura Pires Ramos e ele. Ela ouvia atrás de si a voz do algoz que a torturara, o qual, a cada tentativa sua para identificá-lo, cobria o rosto, sem parar de falar. O maior suplício; ela estava certa de que seria morta, consistia em manter-se vendada com uma tira de borracha aos olhos durante alguns trechos do percurso; noutros era orientada a retirá-la. Em determinado momento da viagem recebeu ordens para se baixar e permanecer com os olhos mais uma vez vendados.

Pararam o transporte em determinado lugar e se afastaram: *Comecei então a ouvir ruídos de instrumentos como pás cavando a terra. Afora esse barulho, o silêncio era sepulcral. Fiquei certa que estavam preparando a minha sepultura e que iriam me eliminar ali mesmo. Estava apavorada, mas continuava em total silêncio. Depois de um bom tempo voltaram, tomaram seus lugares e prosseguiram a viagem. Até hoje fico com dúvidas se o que ocorreu foi um incidente ou uma encenação para submeter-me a mais uma tortura. De qualquer forma sofri toda a sensação que se poderia sofrer com a aproximação da morte a ocorrer nessas circunstâncias. Foi na realidade um grande suplício.*

Os presos enfim chegaram a Campina Grande, e Maura Pires Ramos foi largada em um bairro distante da sua residência, em situação precária: roupa suja, despenteada e sem dinheiro para o transporte. Estava apavorada, mas controlando-me com muito esforço para manter o meu equilíbrio psicológico e a minha dignidade. De novo o cordel:

Ao sair daquele antro
Um novo mundo se abriu
Para Maura foi refúgio

O coração infantil
Onde a educação
Foi força que a redimiu.

Ela chegou à casa paterna no Dia das Mães de 1974, em meio a grande emoção de todos. A mãe dona Gina, profundamente abalada, havia reunido todas as forças para redigir cartas às principais autoridades da cidade e do Estado, contando o sumiço da filha Maura e solicitando providências. Quando a filha desaparecida chegou em casa, a mãe estava apresentando as cartas a um amigo e vizinho para que ele as endereçasse; felizmente não foi mais necessário enviá-las.

Além de minha mãe Gina, estavam morando temporariamente comigo uma irmã e seus quatro filhos: dois adolescentes e duas crianças que participaram juntamente com os adultos de todo o sofrimento que me impingiram. Foi muito traumático para eles que estavam enfrentando, no momento, a ausência temporária do pai e que contavam com o apoio e a segurança da nossa companhia. Ainda hoje lamento o que passaram, são palavras de Maura Pires Ramos.

Durante o tempo em que Maura Pires Ramos esteve presa no DOI-CODI do 4º Exército em Recife/PE, policiais vasculharam sua casa, invadiram os aposentos, abriram armários e gavetas de onde retiraram e levaram papéis, revistas e alguns livros alegando tratar-se de material subversivo; segundo ela, foram dias, meses e anos de muito sofrimento para todos da sua família. Além do estado psicológico em que se encontravam, continuaram as pressões dos agentes militares ameaçando-a por telefone, de dia e de noite, fazendo intimações para ela comparecer semanalmente aos quartéis do Exército ou à sede da Polícia Militar ou à Delegacia da Polícia Federal.

Maura Pires Ramos recebia ordens por telefone para um encontro com um Doutor Bonzinho, um “Dr. Nelson”, se não lhe falha a memória, em um ponto da cidade, no dia e na hora estabelecidos, sem que ninguém soubesse e o castigo imposto sob terríveis ameaças de ela ficar sozinha na sua Escola Pequeno Príncipe, durante o mês de férias coletivas de julho de 1974. Diariamente, de 13 às 17 horas, sem comunicação alguma aos familiares, aguardava na Escola um suposto telefonema “de muita importância para mim”.

Apesar do constrangimento e da revolta, ela diz que cumpriu à risca o desafio imposto, tudo fazendo para evitar maiores sofrimentos para a sua família e para si; e que as pessoas, de um modo geral, estavam assustadas e temerosas, com muito medo da repressão.

Senti-me só, naufraga num mar revolto. Precisei, então, reunir todas as minhas forças para lutar, para não sucumbir, para espantar o fantasma do MEDO. E consegui, pois ‘encontrei ancoradouro no coração das crianças’. Alguns dias depois de regressar do sequestro, já estava com muito empenho, ensaiando a quadrilha para a festa junina da Escola que hoje (2014) ainda existe, pequenina, mas ousada e destemida, segura de seus propósitos e confiante nos ensinamentos, desenvolvendo um belo trabalho educacional com crianças de dois a dez anos e com professores que têm o curso superior de magistério – concluía a então universitária/pedagoga.

Segundo a professora Maura Pires Ramos, não fora a suspensão do projeto de expansão da Escola Pequeno Príncipe, por razões circunstanciais tão adversas, a abrangência de sua atuação seria hoje de grande expressividade. Foram grandes e incalculáveis os danos morais e os prejuízos financeiros que esses lamentáveis

fatos lhe causaram, os quais repercutem até hoje em sua vida pessoal e profissional.

Fontes:

Texto: adaptação do jornalista Xico Nóbrega do Relatório da Professora Maura Pires Ramos à Comissão de Justiça do Ministério da Justiça, em Brasília (DF), em setembro de 2001.

O folheto de cordel *A Princesa e o Príncipe – Maura Pires Ramos Uma história de abnegação e amor*, autor Josafá de Orós, 2012 .

Iconografia



Flagrante na sede dos comerciários do Recife (PE), na Rua da Imperatriz, vendo-se Manoel Monteiro, o primeiro da esquerda para a direita, L. Correia e Josué, presidente do Sindicato dos Gráficos de Recife, por ocasião da 1ª Conferência Nacional dos Gráficos, realizada de 7 a 10 de janeiro de 1961 nessa capital.



O sindicalista gráfico Manoel Monteiro - sentado de paletó com papel na mão - foi patrono de uma turma de formandos da Escola Politécnica (atual UFCG), representando os trabalhadores, mas foi impedido de falar na cerimônia. Ele quebrou o protocolo e impôs o seu discurso, com o apoio do orador da turma. A placa dessa turma foi recolhida pelo Exército em 1964 e Manoel Monteiro a encontrou jogada num canto da sala do comandante do quartel em Campina Grande, quando esteve preso nesse local.



Manoel Monteiro – palestrando sobre poesia popular no Colégio Santa Mônica de Campina Grande em Novembro de 2013.



Maura Pires Ramos fotografada no DOPS de São Paulo após a sua prisão no XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP), 1968.



A professora Maura Pires Ramos manteve durante décadas a Escola Pequeno Príncipe, no bairro da Prata de Campina, uma das mais tradicionais do ensino fundamental na cidade.

Newton Rique e a derrubada campinense

Josué Sylvestre

O último listão de cassações tinha prazo fatal: 14 de junho de 1964. Em Campina ele foi ansiosamente esperado por amigos de Newton Rique, na expectativa de que seu nome não constasse e pelos seus inimigos na esperança de que ele fosse um dos integrantes da lista de punidos.

A partir do momento em que as emissoras de rádio da cidade noticiaram a cassação do prefeito Newton Rique, Campina Grande passou a viver as horas mais tristes de sua vida, só comparáveis até ali, às que se seguiram, em 1953, à notícia da morte de Félix Araújo.

Mesmo admitida nos ambientes da classe média e entre as chamadas classes produtoras, aquela violência contra um líder tão querido pelo povo, recém-saído de uma esmagadora vitória eleitoral, abalou profundamente o sentimento popular.

A maior parte das casas comerciais cerraram suas portas, os educandários suspenderam as aulas, o choro e as lamentações eram ouvidos na maioria dos lares campinenses. Verdadeiro dia do juízo.

O impedimento de Williams

A reação imediata do grupo político do prefeito foi articular junto à Câmara de Vereadores o impedimento do vice-prefeito

Williams Arruda, àquela altura já em rota de colisão com o prefeito, em decorrência de divergências de ordem administrativa e de estilos diferentes de atuação.

Como o vice-prefeito mantinha estreitos laços de amizade com o ex-prefeito Severino Cabral e as iniciativas de denúncias contra o prefeito Newton Rique, partiram das hostes do cabralismo, a liderança argemirista procurou vingar-se do episódio da cassação de Newton Rique, com o impedimento de Williams Arruda.

Para tanto, o esquema argemirista contou com ampla e necessária cobertura do comandante local do batalhão do Exército aquartelado na cidade – o Cel. Octávio Queiroz.

Em reunião nervosa, a Câmara impediu o vice-prefeito e elegeu, indiretamente, os novos prefeito e vice-prefeito de Campina Grande – para prefeito, o Presidente da Câmara, vereador João Jerônimo da Costa e para vice-prefeito, o Secretário de Governo da Administração Newton Rique – advogado e jornalista Noaldo Moreira Dantas.

Estes permaneceram nos respectivos cargos até que a Justiça, apreciando mandado de segurança impetrado pelo vice-prefeito Williams Arruda, o reinvestiu em suas funções.

Pronunciamento de Newton

Em cadeia radiofônica, o recém-cassado prefeito Newton Rique dirigiu-se ao povo da Paraíba num pronunciamento afirmativo e corajoso, no qual foi fiel às suas convicções.

Foi uma despedida que sensibilizou mais ainda a esmagadora maioria do povo de Campina Grande, que lamentava sinceramente a subtração à vida pública de um homem que vinha dirigindo os negócios municipais com elevado espírito público.

Transcrevemos a seguir o início do discurso de Newton Rique que, em razão do seu estado emocional, teve grande colaboração

de Ronaldo Cunha Lima e Stênio Lopes com supervisão política de Petrônio Figueiredo:

“Campinenses amigos,

Ontem, às 22h30, quando no gabinete de trabalho do meu lar preparava a prestação de contas de minha última viagem ao Rio de Janeiro para divulgá-la no nosso encontro costumeiro e democrático da noite de hoje, fui surpreendido com telefonemas de amigos que informavam acabarem de ouvir a inclusão de meu nome na lista de cassação de mandatos e direitos políticos, criada pelo Ato Institucional.

De princípio, julguei precipitadas as informações transmitidas, em face da absoluta segurança e serenidade em que eu me sentia diante dos objetivos apregoados pela Revolução de 1º de abril.

Poucos minutos após, avolumando-se a inquietação dos amigos, tive a notícia confirmada.

Sim, campinenses, os meus inimigos, que são, sinceramente, os nossos inimigos, conseguiram, afinal, um resultado para as suas maquinações, as suas tramas, as suas intrigas, as suas traições.

Não me puderam vencer nas urnas; venceram-me, afinal, pela felonía, pelo golpe baixo, pela punhalada às costas.

Ainda na sexta-feira passada, estive no Recife com o General Justino Alves, atendendo a orientação de amigos que se mostravam preocupados com notícias vindas do sul do País, notadamente relacionadas com a denúncia formulada pelo companheiro do meu Partido, Deputado Federal Milton Cabral, junto ao Conselho de Segurança Nacional.

No Recife, junto aos altos escalões militares, como de resto em toda a Paraíba, não pesava contra mim nenhuma acusação referente aos pontos capitulados no Ato Institucional. O IV Exército conhecia a minha conduta de homem público e o general Justino, assegurando-me na presença de meu pai de que nada havia contra o meu mandato, confirmava, apenas, aquela segurança e tranquilidade a que me referi no início deste pronunciamento.

Ocorre que a trama sinistra se desenrolava no Rio de Janeiro onde os nossos inimigos oferecendo jantares aos Chefes da Revolução, serviam também, na mesma bandeja, o veneno da maquinação, da vingança, do ódio, da inveja e da frustração.

Sem dúvida que não tendo nenhuma prova de atividades subversivas ou malversação de dinheiro públicos, aproveitaram-se da minha atitude de lealdade ao ex-presidente para a consecução dos seus propósitos sinistros. “Não há outra explicação, campinenses, para a cassação do meu mandato e dos meus direitos civis (...)”.

O Caso, o Acaso e o Ocaso em Williams Arruda

Agnello Amorim

O advogado, professor e administrador público Williams de Souza Arruda foi um homem de circunscrito círculo de amizades e densas virtudes cívicas e pessoais. Prefeito de 30.11.1964 a 31.01.69, sob a perspectiva histórica do desenvolvimento econômico e da emancipação cultural de Campina Grande, sua administração foi uma das maiores que o nosso município teve, pelo que legou à posteridade, mesmo que esse patrimônio não tenha sobrevivido integralmente.

A Companhia de Eletricidade da Borborema-CELB, a Telecomunicações de Campina Grande-TELINGRA e a Universidade Regional do Nordeste-URNE, constituem a tríade de uma nova fase da nossa história: Campina Grande como polo de prestação de serviços exemplares.

Uma dramática antecedência

A trajetória de Williams Arruda, na condução dos destinos de Campina Grande, teve a antecedência lances dramáticos, em termos de sua ascensão ao posto maior da administração municipal, dando-se no preâmbulo do regime militar de 1964, ocasião em que havia, circunstancialmente, sobejos de respeito à lei, tendo contribuído para isso, por estas bandas, a inexistência de refutação válida contra a agressão à ordem constitucional vigente.

Antes, no dia e após o golpe, as massas campinenses continuaram amassadas, não se erguendo em defesa dos seus irredentos guias, cujas utopias a elas eram dirigidas como caminho à salvação.

Os espasmos da retórica, esparsos e desesperados, não invalidaram a inapetência do povo para gestos de temerários heroísmos. Diluía-se, assim, no alto da Serra da Borborema, um sonho de libertação. E a truculência a todos sucumbiu, logo.

Contemporaneamente ao golpe de 31 de março de 1964, e à proclamação da revolução de 1º de abril, consolidou-se a ditadura, indecisa ainda quanto aos instrumentos de manutenção do poder; a última data contaminou, pelo seu perfil chistoso, o conteúdo dos seus objetivos, transformando-se em seu emblema, marca ou logotipo, como se diz agora.

Na oportunidade em que examinamos acontecidos de mais de 50 anos, esmaecidos pelo tempo brasileiro - de memória curta -, cumpre-nos lembrar que fomos observador, e participante, num plano menor, desse contexto e dessa época.

Ao mesmo tempo, há-de se rememorar que as raízes mais próximas dessas quadras estavam fincadas na década anterior, fertilizadas e regadas pelo sangue generoso de Getúlio Vargas, único e solitário estadista brasileiro do período republicano.

A rutura de 1959

Os calorosos debates sobre temas econômicos, políticos e sociais deflagrados em todo território brasileiro, caracterizaram esse tempo histórico, permeado, também, por intervenções militares, num presságio - ou aviso de mau agouro, sobre a noite de 21 anos de verde-oliva estrelas.

No ano de 1959, em Campina Grande, fora eleito prefeito municipal o comerciante e pecuarista Severino Cabral, ocasião em que derrotara o empresário e banqueiro Newton Rique, depois

de uma campanha pontuada por lances dramáticos e ameaças à tranquilidade pública, como corolário do grau de antagonismo a que chegara a disputa.

Cabral alcançara a vitória tendo como companheiro de chapa o bancário Lúcio Rabelo, indicado pelo Movimento Nacionalista Brasileiro e demais forças de esquerda, inclusive pelos comunistas, tendo como aglutinador o deputado federal José Joffily, líder da Frente Parlamentar Nacionalista, grupo extra-partidário que tinha como princípio máximo a defesa, no Congresso Nacional, de políticas e soluções nacionalistas essenciais para o desenvolvimento brasileiro, tais eram: o controle dos lucros das empresas estrangeiras, a extensão dos benefícios do desenvolvimento a todas as regiões do país; e as transformações na estrutura agrária.

Pela primeira vez, em Campina Grande, o pacto conservador havia sido rompido, mesmo que o candidato a vice-prefeito, Lúcio Rabelo, viesse a ser derrotado, em apuração sob suspeita. Nunca se contestou, no entanto, que foram as esquerdas que fizeram a diferença no duelo Cabral X Newton.

O prefeito Severino Cabral, em 1963, chegava, melancolicamente, ao final de sua administração sem um nome de densidade eleitoral a sucedê-lo, mesmo depois de feitos notáveis, como: a construção de um teatro, que desafiava o futuro (arquiteto Geraldino Pereira Dunda) a adoção do método Paulo Freire, de alfabetização, considerado subversivo pelos golpistas de 1964 e adotado em países como a Espanha, atualmente; criação de Faculdade de Serviço Social; a companhia de habitação popular e outros.

Depois de uma frustrada tentativa de pacificação das forças políticas de Campina Grande, os integrantes do chamado “esquema de 60”, que elegeram governador da Paraíba, a Pedro Gondim, buscaram na candidatura do deputado federal Plínio Lemos a solução do problema, o que não logrou êxito, apesar das articulações feitas sob o comando do senador João Agripino e do

advogado e economista Aluísio Campos, além do apoio mofino do prefeito Severino Cabral. E sob o crivo de críticas, entre outras a de ser ligado ao IBAD (Instituto de Ação Democrática mantido por capital norte-americano), Plínio Lemos desistiu de sua candidatura, que era veementemente combatida pela esquerda.

Ascensão de Newton Rique

A candidatura de Newton Rique a prefeito de Campina Grande, nesse cenário caracterizado pela debilidade das forças políticas governistas, se impôs como o caminho natural a ser percorrido pela oposição. Soprava o vento a favor. Avultava, ampliado, o prestígio de Newton como político e empresário do dinheiro, projetados nacionalmente; e paroquialmente, no rastro da plataforma de desenvolvimento econômico e modernização da administração pública, legados da sua campanha de 1959.

O jovem Rique, rico, dinâmico, inteligente, perspicaz, havia sido posto, por inegáveis qualidades pessoais, à frente do grupo familiar, que migrara das atividades de beneficiamento e comércio do algodão, às lides bancárias, transformando o Banco Industrial de Campina Grande S/A, (fundado por João Rique e pelo caririzeiro de Barra de Santana, advogado Otávio Amorim) numa respeitada e invejada organização nacional, cujas agências iam sendo, vertiginosamente, instaladas nas principais praças do país.

Adepto do desenvolvimentismo, Newton Rique, por seu febricitante empenho no tanger quaisquer atividades, inclusive como diretor do BNDES, assemelhava isso à trajetória de Juscelino Kubistchek, juízo sem discrepância entre áulicos e adversários.

Newton era amigo de Jango e Brizola, dirigentes maiores do seu partido, o PTB, chefiado aqui na Paraíba por seu amigo, também, o conservador Argemiro de Figueiredo, considerado o maior de todos os dirigentes da Paraíba, no período republicano.

De lambujem, vem à lembrança de que Jango era Presidente da República, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e próspero estancieiro, como ainda ser senador da República o nosso Argemiro de Figueiredo, os três, simplesmente, bons amigos dos brasileiros e do Brasil, este, por sinal, um país republicano e que cultivava a democracia, sazonalmente.

Williams e as linhas políticas

O advogado e vereador Williams Arruda foi escolhido candidato a vice-prefeito de Newton em circunstâncias excepcionais, onde se misturaram filiação e fidelidade partidárias, confiabilidade, laços de família e o acaso consentido e com sentido.

Naquela fase as forças de esquerda procuraram se aglutinar em torno da Frente Popular Campinense, integrada por aqueles que haviam participado da campanha Cabral-Lúcio, em 1959, incluindo membros do Partido Socialista Brasileiro. Os elos que fizeram a união das esquerdas na eleição de 1959, persistiam, mas diminuídos da consistência anterior. O nacionalismo, que aqui e alhures, vinha funcionando como elemento de unidade das esquerdas, perdera pressão nesse sentido pela multiplicidade dos matizes ideológicos, que iam da convivência forçada para o confronto ou ao conflito, não raro, entre as facções que se rivalizavam.

No jargão da época, essas posições eram conhecidas como *linhas*, sem serventia, todavia, para costurarem a coesão, no que se referia à sucessão municipal, revelando tão somente o fracionamento das esquerdas, fenômeno de caráter mundial. E as linhas eram diversas: linha Cuba, linha Moscou, linha Albânia, linha Pequim, linha AP, ou linhas personalizadas, como linha Prestes, linha Julião etc.

O presidente do diretório municipal do Partido Socialista Brasileiro, em Campina Grande, era o livreiro João Pedrosa, que fora por essa legenda vereador campinense, eleito em 1947. Além

de filiar a mim e ao jornalista Josué Sylvestre à agremiação, o presidente João Pedrosa fez-nos, *democraticamente*, secretários, cargos que, na prática, colocavam seus ocupantes em posição privilegiada nas decisões partidárias, especialmente a prerrogativa factual de seleção dos candidatos a vereador, cabendo a Josué (a quem logo substituí) a secretaria-geral ficando-me a função de 2º secretário, como ainda a assessoria jurídica.

Nos encontros que mantínhamos, interna e frequentemente, sobre a sucessão do prefeito Cabral - sem candidato próprio a sucedê-lo, o nome do vereador Williams Arruda despontou desde logo, por suas qualidades pessoais, como opção do PSB para uma possível candidatura a vice-prefeito na chapa de Newton Rique, dentro do esquema eleitoral defendido pela Frente Popular Campinense, mormente por ter sido ele um dos pioneiros na detonação da candidatura ibadiana de Plínio Lemos.

O jornalista Josué Sylvestre, então, já integralmente dedicado à campanha de Newton Rique, constituiu-se numa espécie de ponte entre as forças de esquerda e Newton, que era simpático à patriótica pregação da Frente. E mais ainda, ao que isso representaria, em termos de mobilização do povo, como ocorrera no pleito anterior, quando essas forças de esquerda se integraram ao esquema do candidato a prefeito - e que seria eleito, Severino Cabral, depois de vetadas pelas equivocadas e conservadoras posições assumidas pelos líderes Elpídio de Almeida, prefeito de Campina Grande (1955-59) e Argemiro de Figueiredo, senador, ambos nomes tutelares da campanha de Newton Rique, em 1959.

Uma escolha da Frente

Em célebre reunião da Frente Popular Campinense, nas dependências da Câmara de Vereadores, em meados de junho de 1963, Williams Arruda foi escolhido candidato a vice-prefeito, suplantando os outros pretendentes, o bancário e evangélico

Euripedes Cruz e o empresário Fernando Cunha Lima, este apoiado pela linha Julião, na oportunidade representada pela advogada das Ligas Camponesas, Ophelia Amorim.

Presidimos o conclave. O advogado Aluísio Campos, representando o PSB do Estado da Paraíba, com argúcia, competência e dialética insuperáveis, defendeu a candidatura do correligionário Williams Arruda como a única que poderia unir as forças de esquerda, e também, por contar com a simpatia do prefeito Cabral, a ele ligado por laços familiares. Os comunistas apoiaram Williams, não por ele ter integrado seus quadros, nos anos 40, mas por sua integridade e confiabilidade como cidadão, a isso sendo acrescentado o fato de ser um homem moderadamente afinado com as ideias defendidas pelos convencionais e o único capaz de manter coesa a Frente Popular, na iminência de desintegração.

Consolidada a aliança, a campanha fluiu sem conotação apocalíptica quanto ao regime democrático. A temática da Frente Popular nos comícios prendia-se às reformas de base, e principalmente, aos problemas municipais e às soluções inovadoras e possíveis. A chapa Newton-Williams foi eleita por esmagadora maioria e eles empossados prefeito e vice-prefeito, respectivamente.

Golpe e derrubada de Newton

O golpe de 31 de março de 1964 - que mudou, para pior, o rumo da nossa história, surpreendeu Newton Rique no curso de uma atividade administrativa que se impunha como renovadora e progressista, confirmando o já esboçado perfil de homem público.

Pouco esquentara a cadeira da chefia municipal o novo prefeito, quando Ato Institucional Complementar, editado pelo Presidente Castello Branco, usurpa-lhe o mandato e a cidadania,

em 14 de junho de 1964, tendo o prefeito cassado sido inteirado do ato às 22 horas do mesmo dia. No início da madrugada imediata, grupo majoritário de vereadores de seu esquema político, liderado por João Nogueira de Arruda (Pinta Céga), oferece a chefia da municipalidade campinense ao coronel Otávio Queiroz, comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia de Campina Grande, que não aceita a oferenda.

E no raiar do dia, finalmente, a Câmara de Vereadores de Campina Grande, presentes todos os seus membros, decide, por maioria simples, pelo impedimento do vice-prefeito Williams Arruda, substituto legal do prefeito afastado, sendo considerados, na ocasião, vagos os cargos de prefeito e vice-prefeito, para os quais são eleitos, respectivamente, o vereador João Jerônimo da Costa e o jornalista Noaldo Dantas, por voto direto dos edis e indireto-majoritário do resignatário cel. Otávio Queiroz, todos eles partidários e amigos de Newton Rique.

Em verdade, a decisão dos vereadores de Campina Grande foi um modo hábil de se preservar o poder municipal nas mãos dos amigos e partidários de Newton Rique, o que se verificou, todavia, com os votos contrários da bancada dos partidários e amigos do ex-prefeito Severino Cabral, que durante o pleito de 1963 havia se posicionado, unicamente, a favor do candidato a vice-prefeito, Williams Arruda.

O impedimento de Williams Arruda pela Câmara de Vereadores teve como justificativa - a enquadrá-lo no pregão de combate à subversão dos revolucionários de 1º de abril de 64, o fato de ele pertencer ao Partido Socialista Brasileiro, “que abriga todos os comunistas desta cidade e foi eleito na chapa de Newton Rique por imposição desses elementos”, conforme pedido de instruções feito pelo Coronel Otávio ao General Justino Alves Bastos, Comandante do IV Exército, na tormentosa madrugada do dia 15 de junho de 1964.

Impedimento e golpe dentro do golpe

Em Campina Grande, naqueles instantes de luto cívico, a história inverteu-se e foi farsa antes de ser tragédia, nos conformes, pelo avesso, da cáustica afirmação de Marx, em que o acontecimento repetido faz-se pior que o anterior, pois toda a bancada do Partido Socialista Brasileiro - integrada pelos vereadores Manoel Joaquim Barbosa, Genésio Soares e João Nogueira de Arruda - votou pelo impedimento de Williams de Souza Arruda.

Por dedução simples - e até simplória - não custa se concluir que o impedimento de Williams Arruda, pela Câmara de Vereadores, foi um golpe dentro do Golpe que cassara Newton Rique, uma vez que ambos haviam sido eleitos pelo povo, em ampla e esmagadora votação. Campina Grande fora realmente golpeada em sua opção eleitoral, seguindo-se a isso um estado de frustração geral e de insegurança quanto ao seu futuro.

Sob o aspecto jurídico da ilegitimidade da decisão da Câmara de Vereadores, inexistiam dúvidas: não fora obedecida a exigência de quorum qualificado (2/3), sendo pacífica a jurisprudência a esse respeito, inclusive do Tribunal de Justiça da Paraíba.

Assentado o pó do assombro inicial, e quando os otimistas ainda viam uma lamparina acesa no fim do túnel da legalidade, impetramos mandado de segurança em favor de Williams Arruda, por ele também subscrito. Solidários com a postulação ficaram mais de duas dezenas de advogados campinenses, contudo, prudentemente acautelados para futuras intervenções forenses, que se fizessem necessárias.

Para se atingir o objetivo da medida judicial não bastou, porém, a tramitação normal do processo. Foi debulhado um rosário inteiro, conta a conta, de ocorrências variadas, singulares e inesperadas, como se não fossem suficientes as peripécias e complicações que antecederam o ajuizamento da ação mandamental.

Na oportunidade da entrega do petitório, que fora distribuído ao cartório do 3º Ofício de Campina Grande, nos deparamos com o cel. Otávio Queiroz, em traje de campanha e com uma submetralhadora a tiracolo. Estava acompanhado de alguns poucos militares graduados, dando a entender que saia do gabinete do escrivão Afrânio Aragão, ali presente, localizado nos fundos de prédio imemorial, em frente do Colégio Alfredo Dantas, na Rua Marquez do Herval. O cel. Otávio Queiroz, cuja submetralhadora, de quando em vez, roçava os nossos corpos, nos fez - a mim e a Williams - uma advertência nada amistosa, sobre poder ser considerada a pretendida intervenção da Justiça no impedimento de Williams Arruda, uma tentativa de desmoralizar a Revolução, com as conhecidas consequências. Entre os antagônicos sentimentos de indignação e temor, todavia, o pedido de segurança foi depositado em cartório.

Uma decisão corajosa

Sem tardança ou repentinamente, todos os magistrados que judiciavam na comarca de Campina Grande confessaram laços de amizade estreita com o impetrante da garantia constitucional, justamente tratando-se de Williams Arruda, tão arredo a esses vínculos.

Sucedede que o juiz de direito da comarca de Queimadas, a quem cabia substituir os titulares da comarca de Campina Grande, nas hipóteses de impedimento e semelhantes, dr. Joaquim Sérgio Madruga, estava desobrigado, voluntariamente, de impedição, e, portanto, concedeu a segurança, diante da limpidez do direito de Williams Arruda, em atenção, também, ao parecer do promotor público Onaldo Montenegro, em estado de desobrigação e nas mesmas condições subjetivas do juiz.

No episódio crucial, os atos de autoridade moral dos membros do Judiciário e do Ministério Público da Paraíba, em menção,

purgaram quaisquer outros, doutros, verificados em instantes de vacilação ou susto cívico, compreensíveis diante do arbítrio de curso inicial.

A decisão do juiz Joaquim Sérgio Madruga não foi, outrossim, ato de ímpeto ou desforra ante as pressões que pairavam no ar, porém feito de reflexão jurídica e coragem, que seriam as marcas constantes da sua trajetória na magistratura.

A cidade e comarca de Queimadas, antiga vila do município de Campina Grande, onde residia o juiz Madruga, naqueles dias de agonia e espanto dava a aparência de um bivaque ou sede itinerante do legislativo paraibano, por conta dos militares ou dos deputados que desfilavam por suas ruas. Os verde-oliva pugnavam contra a concessão da segurança, pois isso implicava na perda do mandato do prefeito João Jerônimo, filiado ao PTB de Jango, Brizola e Newton Rique; os parlamentares, sob o comando do deputado estadual Batista Brandão, representante da União Democrática Nacional, da direita e, particularmente, dos usineiros da Várzea Canaveira - e sangrenta, defendiam os interesses jurídicos do socialista Williams Arruda, eleito vice-prefeito de Campina Grande, numa frente de esquerda, da qual participavam, também, os comunistas e os partidários de Francisco Julião, criador das Ligas Camponesas.

A pantomima encenada fazia parte da luta pelo poder político-partidário. Não se desenhava ali, na cidade e comarca de Queimadas, um paradoxo ou acontecimento que fugisse aos cânones da vida política nacional. O antagonismo de fachada, esquerda/direita, perdera a serventia - e o seu primeiro elemento, pois, por essas alturas, a voz de comando era volver para o último, apenas.

Assim, descerrada a cortina, encontravam-se no palco os veteranos atores doutras repetidas encenações, improvisadores talentosos que seguiam o roteiro de sempre, com o epílogo previsível, a conquista do Poder, o mesmo da divertida e erudita

crônica de Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, **Poder, Alegria dos Homens**, livro de merecimento para republicações.

O quadro político paraibano

Além da ferrenha disputa pelo controle da administração pública municipal de Campina Grande, pintavam no horizonte sombrio a eleição para governador da Paraíba, a ser realizada no ano de 1965, que se aproximava, e que seria a última do regime ditatorial, por voto direto.

Por essas quadras era incontestável a candidatura do senador João Agripino ao posto máximo da administração pública paraibana.

Afinado instrumentista da famosa “banda de música da União Democrática Nacional”, como era apelidada a equipe de parlamentares que azucrinou os governos do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro de 1946 a 1964, João Agripino sempre atuou, no Congresso Nacional, sob a direção de maestros famosos como Afonso Arinos de Melo Franco, Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Olavo Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Prado Kelly e outros, todos líderes civis do regime militar instalado no Brasil. Na Paraíba, era o líder incontestado da UDN, desde que arrebatara a sua chefia do político campinense, senador Argemiro de Figueiredo, que passou a liderar o PTB no Estado, desde 1958.

João Agripino consagrou-se candidato por sua identificação com o regime militar implantado, por seu prestígio eleitoral e por ter sido um dos líderes do esquema político que, em 1960, elegera governador a Pedro Gondim, um democrata sensível às demandas sociais - e, portanto desprovido das graças dos recentes donos do poder, contudo portador de fascinante saldo de votos.

Em situação análoga à de Pedro Gondim, estava o ex-prefeito de Campina Grande, Severino Cabral, político de prestígio

além das fronteiras do município e integrante das forças políticas referidas, e mesmo que não gozasse das simpatias do comando militar local, era, também, peça fundamental para decidir qualquer tipo de pleito eleitoral.

Como se tratava de eleição, que para ser ganha carece de eleitores - e disso eram fartos Pedro e Cabral,urgia que não se mutilassem suas bases.

A lógica dos usos e costumes do universo político tradicional - açulada pelos ressentimentos criados pelo golpe finório do impedimento, lançaria Williams Arruda nos braços do antigo “esquema de 60”, na hipótese do sucesso da sua pretensão judicial; pois o inverso resultaria na continuidade da gestão municipal pelo PTB, por essas quadras sob o comando exclusivo do senador Argemiro de Figueiredo, não considerado, ideologicamente, hostil aos militares, por suas tradicionais posições conservadoras, levando-se em consideração, também, que a sucessão do prefeito Newton Rique, cassado por ato formal do então denominado Poder Revolucionário, havia sido conduzida por um integrante do sistema militar vitorioso, o cel. Otávio Queiroz.

Consolidado o golpe, o mais lógico e previdente seria se esperar que o embate eleitoral próximo se daria entre as facções conservadoras ou históricas, enfim, reacionárias, designação tão a gosto das esquerdas, e proscritas, ambas, pelo governo dos militares.

Tornava-se claro para o senador Agripino que o governo municipal de Campina Grande nas mãos de adversários tradicionais e ferrenhos, poderia inviabilizar seu acesso ao cargo de governador da Paraíba, por via da eleição direta.

Um embate cruel e crucial de há muito estava em curso, tonificado pela delação recíproca entre aqueles que na véspera eram correligionários. Uma leitura despreziosa dos IPMs instaurados na época, em Campina Grande, transmite a alca-guetagem praticada pelos políticos tradicionais e seus fâmulos

impenitentes, no resguardo dos seus interesses políticos e administrativos, tendo como bode expiatório as forças de esquerda, que sequer elegeram um vereador em 1963.

Por essas estações esfumara-se o regime constitucional. A cortina da poeira levantada pelo arrastar dos cascos dos integrantes da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, agora encobria as atividades dos órgãos de repressão, dirigidas, enfaticamente, à subversão, como a concebiam os golpistas, fardados ou não.

Caça às bruxas e IPMS

Estava inaugurada a temporada festiva e feroz de caça às bruxas, por intermédio dos temíveis IPMs, que logo foram instalados em Campina Grande.

Subversivos reais ou imaginários, no país todo, eram combustíveis para todas as fogueiras, que aqueciam, no topo, a luta pelo controle do poder supremo ou, e - por toda parte, os ingredientes das receitas de implantação de um regime de direita, representativo do atraso social, do capital estrangeiro e do capital financeiro, sob o pálio dos militares.

Atendia-se, em igual tempo, à sábia orientação pedagógica do Marechal Taurino Rezende, presidente da Comissão Geral de Investigação, sobre o perigo de esvaziamento do Brasil, na hipótese de plena apuração da corrupção administrativa. A temática dos revolucionários de 1º de abril de 1964, “combate à corrupção e à subversão”, estava privada do seu primeiro elemento, aumentando - nos arraiais da “revolução purificadora”, a conta da adesão macia e maciça dos seus titulares e praticantes.

Nos quartéis, disseminados por todos os quadrantes do território nacional, cavaleiros fardados despontavam como os senhores da nova ordem discricionária, por si ou por fantoches. Aqui, ali e acolá, iam se formando núcleos de regência autônoma

da coisa pública. Ao modo do sistema medieval, suseranias municipais e estaduais ganhavam forma e conteúdo, e não raro, sem pretenderem os neo-suseranos prestar vassalagem ao suserano maior, o ditador, que em Brasília mal havia, outrossim, ensarilhado as armas, depois de instigante, intrigante e inglório torneio contra barões, condes e duques estrelados.

Na trilha de feitiço feudal, por ironia - ou coincidência, um Castello (Branco) fora consagrado como símbolo do Poder Supremo, investido das feras prerrogativas de deglutir mandatos, patentes, togas e direitos civis em geral, tudo isso por votação do Congresso, num único turno - e múltiplos coturnos, como se sussurrava, na época, por medo ou falta de coragem.

O general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado em Recife - Pernambuco, ungiu-se vice-rei do Nordeste, com direito às honras e os tributos da vassalagem impudente, fazendo-lhe corte, na época, outrossim, muitos campinenses insatisfeitos com a cassação de Newton.

Em Campina Grande, como já visto, coube ao cel. Otávio Queiroz, comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, o exercício da potestade recém-inaugurada e continuada pelos sucessivos comandantes militares, aqui, enquanto durou o regime autoritário.

O Coronel Otávio, como era simplesmente conhecido, era um militar de trato afável, conspirador incansável, janista fervoroso e ligado a Campina Grande por laços de família. Na renúncia de Jânio Quadros, em 1960, fora duro na repressão às manifestações populares pela posse de Jango, mormente quanto aos ruídos estudantis, o que já era suficiente para demonstrar sua posição dentro do esquema de insurreição contra o regime democrático. Colocara-se, havia tempo, ao lado dos que combatiam o Governo Goulart e suas reformas de base, e mesmo tendo ativa atuação em favor de Newton Rique, no após golpe e depois dele cassado, estava acima de quaisquer suspeitas perante os hierarcas da República.

Um coronel em trajes de campanha

Finalmente, cumprido um tormentoso percurso, na manhã de 30 de novembro de 1964, Williams de Souza Arruda assumia o cargo de prefeito constitucional de Campina Grande, por ordem do destemido juiz Joaquim Sérgio Madruga, concedida nos autos do mandado de segurança. A posse foi perante o presidente da Câmara de Vereadores, João Nogueira de Arruda (Pinta Céga), a autoridade pública que, em razão do cargo - e por manobra sediciosa, fora responsável pelo ato ilegal do seu impedimento, na ante-manhã de 15.06.1964.

Nos momentos que antecederam a posse de Williams Arruda, como prefeito de Campina Grande, não houve frases de efeito ou cenas de faroeste americano, - excentricidades de um roteiro que não vingou, mesmo porque as armas estavam todas com a Cavalaria.

Um carro de combate do Exército, naquele início de dia, estava postado diante da Prefeitura Municipal de Campina Grande, na rua Floriano Peixoto, aparentemente sem ocupantes. Do outro lado da artéria, no átrio do edifício da Câmara de Vereadores, nos encontrávamos, discretamente, como advogado, juntamente com Juvêncio Arruda sênior, Edvaldo do Ó e Williams Arruda, sendo que este iria subir ao 2º andar do prédio, a fim de assumir o cargo de prefeito de Campina Grande, em episódio já relatado.

Diante de advertência feita por um militar graduado, Williams Arruda, apenas por um instante, hesita. O velho Juvêncio, põe-se ao lado do filho, fazendo igual, Edvaldo do Ó, e acompanham Williams até o elevador, por onde ele sobe, para a grande aventura-ventura de ser prefeito de Campina Grande.

O Coronel Otávio, assim e outrossim, na exteriorização de sua luta para preservar o esquema político de Newton Rique, no comando administrativo de Campina Grande, além da recepção bélica, na área térrea da Câmara de Vereadores, foi às últimas

consequências. Como ato derradeiro de intimidação, no momento da posse do novo prefeito - ordenada pelo juiz Madruga, sentou-se à mesa diretora dos trabalhos, em trajes de campanha, ao lado do presidente João Nogueira de Arruda que, igualmente em razão do cargo, na ocasião era a autoridade competente para corrigir, compulsoriamente o ato ilegal praticado anteriormente.

Nada mais a dupla Coronel Otávio/João Nogueira de Arruda poderia fazer, salvo conspirar contra o novo estado de coisas, como a isso deram seguimento. A voz de comando da lei havia prevalecido, por enquanto.

Encerrava-se, então, um ciclo da história administrativa de Campina Grande e outro se iniciava, no meio de campo entre os estertores da democracia e o silêncio imposto a todos pela ditadura.

Naquela estação ainda se permitia o cumprimento de decisões judiciais, desde que não afrontassem os atos formais do Poder Revolucionário, a exemplo da cassação dos direitos políticos de Newton Rique.

Tempos adiante, a edição do Ato Institucional nº 5, no trágico dia 13 de dezembro de 1968, atingindo o paroxismo da violência normativa, levaria o Brasil aos muladares do arbítrio sem alternativas.

Memória pública ou quase crônica

O retrospecto desses fatos, feitos e desfeitos, contados e relatados como apontamentos de memória pública ou quase crônica, revela quadros distantes, espinhentos e de difícil exumação em ordem cronológica, exatidão e critério histórico ortodoxos. Muitos desses eventos, por caóticos e contraditórios, vão se transformando em mistérios de um tempo que vai perdendo a sua visibilidade, mas que jamais deverão ser esquecidos, a fim de que não se repitam, principalmente como tragédia.

Fatos importantes da nossa história vêm sendo contados muitas vezes à margem das suas fontes primárias, notadamente os acontecidos na turbulência do regime militar. Grande parte dessas fontes foram eliminadas, não somente pelos donos do poder da época - fardados ou não, como foram, outrossim, suprimidas por muitos dos que tinham receio da imputação de *subversivo*, o que, na época se constituía num risco à integridade física, até.

Os protagonistas principais dos eventos da história campinense, no período da ditadura militar, por seu turno, não deixaram revelações pessoais esclarecedoras sobre os bastidores desses episódios. Suas cinzas se misturaram no ar e se esvaneceram no esquecimento até de suas próprias famílias, em alguns casos. O vento a favor deixara de soprar.

Dois democratas do nacionalismo

Newton Rique e Williams Arruda foram as figuras mais importantes desse período crítico da história brasileira, no microcosmo campinense.

Ao modo de cada, acreditavam em reformas básicas que propiciassem a rutura do nosso estado de sub-desenvolvimento. Numa definição desatenciosa a particularidades, eram democratas, progressistas e nacionalistas.

Quando se iniciou a degola geral, a partir de 10 de abril de 1964, ingênuos - ou inocentes inúteis - empreenderam ingentes esforços para assegurar perante os militares triunfantes, que Newton Rique não era subversivo. Os que verdadeiramente haviam subvertido a ordem constitucional vigente, sabiam disso mais do que ninguém.

O combate à subversão e à corrupção, eram lema e tema para aliciar apoios e justificar os planos de conquista do Poder, tendo como objetivo, disfarçado, a preservação de privilégios que travavam o nosso progresso econômico, social e político. Eram,

na verdade, técnicas e táticas difundidas, estimuladas e apoiadas pelo capital estrangeiro e pelas elites conservadoras do nosso país, e por sinal, aplicáveis a quaisquer dos países do Terceiro Mundo, como o Brasil. Depois da queda simbólica do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, tudo seria substituído pela luta contra o terrorismo.

Diria mais tarde, Michel Temer, como vice-presidente da República, sobre as cassações do regime militar: “O que houve foi a eliminação de lideranças políticas tradicionais e ação preventiva e nefasta contra os líderes emergentes”, resultando em “vocações interrompidas, talentos desperdiçados”.

Ajustou-se a esse quadro, perfeitamente, a cassação dos direitos políticos de Newton Rique, publicada no Diário Oficial da União editado em 13.06.1964 - cinco dias após a do ex-presidente Juscelino Kubistchek, não devendo se olvidar o fato de ele ser a figura de proa de um estabelecimento bancário em expansão vertiginosa (Banco Industrial de Campina Grande - 3º lugar no Nordeste, na época). Newton Rique caiu, portanto, nas malhas dessa tarrafa ignominiosa, como peixe grande, coisa nenhuma das águas dos barreiros municipais.

Das Minas Gerais dos gloriosos Inconfidentes, não desceram somente os generais insurretos e conspiradores atrapalhados, Mourão Filho e Luiz Carlos Guedes, porém os representantes máximos das finanças nacionais, tendo por símbolo representativo, o banqueiro Magalhães Pinto, nas horas vagas, político.

O historiador José Joffily entendia assim a cassação de Newton Rique - que o acolheu em suas organizações empresariais, quando ambos já estavam eliminados da vida pública nacional, como acolheria, mais tarde, o próprio João Agripino Filho, o que bastaria para excluir este das maquinações contra os seus direitos políticos, como se chegou a aventar, nos círculos dos fuxicos cívicos e paroquiais da Paraíba.

O que significou ou repercutiu a cassação de Newton Rique, no plano político e administrativo de Campina Grande, seria um capítulo da história do que poderia ter sido e não foi, a ser escrita por Fernando Pessoa ou pelo padre Antonio Vieira, especialistas em utopias e passeios pelo futuro.

Estar-se-ia, no caso, especulando sobre um trajeto pessoal interrompido, quando mais importante, mais amplo e mais perverso foi o breque no fluir da história do Brasil, dado pelos militares e civis responsáveis pelo Golpe de 1964, provocando “Anos de atraso, décadas perdidas”, conforme o lembrado Michel Temer.

O capítulo de Williams Arruda

A história acontecida aqui em Campina Grande, a partir da posse de Williams de Souza Arruda como prefeito, é muito mais estimulante de ser abordada e até mais interessante conjecturar-se em torno dela, porque é a história que houve. É a história inclusive dos que ficaram - como se diz sobre os campinenses que permanecem na cidade nos períodos carnavalescos, e mantiveram-se vivos e atuantes, numa cidadela sitiada, nos ínvios tempos do regime militar.

No preâmbulo deste escrito asseguramos que a criação da CELB, da TELINGRA e da URNe, na administração de Williams Arruda, se constituiu na “tríade de uma nova fase da nossa história: Campina Grande como polo de prestação de serviços exemplares”.

E tudo isso - e muito mais - deveu-se à reunião excepcional de três homens públicos difíceis de serem reeditados: José Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó e Williams Arruda - simultaneamente, a ideia, a ação e o comando inflexível.

José Octávio de Arruda Mello disse de José Lopes de Andrade ter sido ele “desenvolvimentista convicto por onde se canalizaram

todas as iniciativas do progresso de Campina Grande no período 1950/80, administrador criterioso que, descoberto por Wergniaud Wanderley e Elpídio de Almeida, explodiria nas administrações municipal de Plínio Lemos e estadual-federal de José Américo”.

E mais, que Lopes de Andrade, “sensível às lições da História, converteu-se no principal artífice do progresso de Campina Grande, quando esta, ultrapassada a euforia do boom algodoeiro de suas primitivas inspirações, reciclou as atividades em busca da industrialização e dos serviços”.

A Lopes de Andrade, seguia-se o economista Edvaldo do Ó, um dínamo que funcionava ininterruptamente. Filho de Isaias de Souza do Ó, um dos mais respeitáveis líderes do comércio, beneficiamento e exportação do algodão, em Campina Grande, não se acomodou ao declínio dessa atividade - um ciclo econômico que se finava, mundialmente; e ainda como acadêmico e um dos fundadores da União Universitária Campinense, envolveu-se nas lutas pela criação de escolas de ensino superior, em nossa cidade, empenhando-se noutras causas, sempre independente, afoito e resoluto, no rastro e no rumo de Lopes de Andrade.

No acaso das circunstâncias, Williams Arruda completava o trio e sem ele, certamente, como prefeito de Campina Grande, tudo não passaria de bons e inúteis sonhos.

Advogado competente e sério, se não era brilhante, era decidido, diligente e intransigente no trato das causas jurídicas que lhe eram confiadas, o que fazia por intermédio de petições bem elaboradas, curtas e objetivas. Granjeara fama como delegado de Polícia, no episódio da morte de Felix Araujo, em 1953, empenhando-se nas diligências à elucidação dos fatos e laborando na manutenção da ordem pública.

Por muitos anos manteve banca de advocacia no Edifício Assú, na Praça da Bandeira, onde estavam instalados os escritórios de Raimundo Asfora, Raimundo Gadelha e Otávio Amorim - neste atuávamos eu e minha prima Ophelia Amorim.

Iniciou-se na política na campanha de Cabral x Newton, em 1959, elegendo-se vereador pela legenda do PSB, por expressiva votação, não tendo aderido à pregação do Movimento Nacionalista Brasileiro ou ao cabralismo, tampouco participou de comícios. Suas bases eleitorais tinham raízes na família Arruda e na clientela advocatícia. Sua passagem pelo PCB fora efêmera, posto não se enquadrar nos rigores afetados do estalinismo, que eram, em Campina Grande, birras intoleráveis de velhos anarquistas reciclados e bem intencionados. Poder-se-ia adequá-lo ao padrão do socialismo de Domingos Velasco e João Mangabeira, da antiga esquerda democrática da UDN, morna e bem comportada, mas resistente ao conservadorismo deste partido, com o qual veio romper e formar o Partido Socialista Brasileiro.

Todavia, além dos emblemas ou formas ideológicas, Williams de Souza Arruda ostentava uma marca, que vai rareando nos dias atuais: zelo sem concessões pela coisa pública, o que lhe dava uma áurea de estadista. E nisso ia ao exagero, precipuamente quando se tratava de quaisquer elementos integrantes do patrimônio material, imaterial, artístico e cultural de Campina Grande.

No desfazer de um triunvirato

O triunvirato integrado por Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó e Williams de Souza Arruda, desfez-se, no que o nosso Gláucio Veiga chamou de “eixo infinito do Tempo passado”; e da base triangular do desenvolvimento de Campina Grande, assentada nas areias tumultuadas dos anos 1964/69, sobrou a URNe - e sem perder a marca da nossa identidade, o famoso e indelével timbre “made in Campina”.

A CELB, exemplo nacional de eficiência durante muitos anos, desmilinguiu-se no vendaval das privatizações; e a TELINGRA, pioneira em tecnologia avançada, foi transferida gratuitamente à estatal da União, a TELPA, ainda no regime dos militares, quando

a empresa de telefonia de João Pessoa, particular e obsoleta, fora vendida a peso de ouro.

Afortunadamente, “mesmo que esse patrimônio não tenha sobrevivido integralmente”, deixou-nos a proficiência dos homens predestinados e as artimanhas do acaso, uma Universidade que estabeleceu um marco divisor na história administrativa da Paraíba: a aplicação permanente e gerenciamento autônomo de recursos do erário, no interior do Estado.

Não se há de esquecer, é obvio, a parte acadêmica, que vem caminhando para patamares de eficiência e utilidade, tendo como objetivo tornar a atual UEPB (antiga URNE) uma instituição de referência no ensino superior.

A Universidade “made in Campina”, nascida nos carrasquentos solos do interior do Nordeste e nos escombros do regime democrático, contrariando as opiniões de ilustres campinenses, combatida pelo governador João Agripino, não contemplada nos planos administrativos do prefeito cassado, Newton Rique, enfrentando esses e outros terríveis e temíveis obstáculos ou adversários, desafiou e triunfou por cima até da famosa Lei de Murphy, (que o historiador Eric Hobsbawm considerava “uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas”, visto que acrescentou ao seu enunciado síntese, na parte final, a palavra mais usada por estas bandas do alto da Borborema, no cotidiano de qualquer atividade, na feitura de toda obra, pois assim ficou a regra famigerada, cá entre nós: SE ALGO PODE DAR ERRADO, MAIS CEDO OU MAIS TARDE VAI DAR... *CERTO*.

E um exemplo para confirmar a regra de Murphy, remodelada para melhor em Campina Grande, como assim fizeram os Caroca com o revólver Smith & Wesson, em tempos já prescritos p’ra tudo.

Obra do acaso ou insuspeitada invenção campinense, foi como se pode explicar o fato de termos duas universidade oficiais, uma federal e outra estadual, a que havia sido municipal,

depois de terem sido retirados tantos e quantos órgãos e repartições públicas de nossa cidade.

Em episódio muito bem contado por Josemir Camilo de Melo, no escrito **Williams de Sousa Arruda - Política e Educação na Criação da FURNE**, editado pela EDUFCG- 2013, sabe-se que a Universidade Regional do Nordeste, nos últimos anos da década de 60 e início pleno de suas atividades, entrou em processo de federalização, que englobaria as faculdades de Ciências Econômicas e Escola Politécnica, pertencentes à União, para formação da Universidade Federal de Campina Grande, o que não se transformou em realidade, pela oposição dos políticos e autoridades que foram contrários à sua criação original e de professores que viam nisso uma restrição à ampliação do mercado de ensino (a conclusão final é nossa).

O Paradoxo útil

E assim surgiu uma outra produção original de Campina Grande, o paradoxo útil, posto que se não tivessem havido golpes baixos, manobras cretinas e perversas, vetos arrogantes da prepotência oficial, teríamos a URNe transformada em universidade pública federal, o que excluiria, obviamente, o surgimento da UEPB, com sede e raízes bem fincadas em Campina Grande. E tudo isso, num bloco só, deve-se aos pioneiros e fundadores José Lopes de Andrade, Edvaldo de Souza do Ó e Williams de Souza Arruda, e, posteriormente aos seus guardiães Tarcisio de Miranda Burity e Cassio Cunha Lima, o primeiro pela estadualização da URNE e o último por ter dado autonomia financeira à UEPB, nos limites e alcances das regras constitucionais vigentes.

Encimamos este trabalho com a designação **O Caso, o Acaso e o Ocaso em Williams Arruda**.

À moda de Campina Grande - como diria o filósofo campinense de Taperoá, Manoel Rangel,- risquemos a última palavra do

primitivo título, porque não desaparecerá no horizonte quem nos deu “ UMA LUZ QUE NÃO SE APAGARÁ”, na frase-conceito de um outro criador de universidade, José Américo de Almeida.

Campina Grande, março de 2014.

Ligas Camponesas e prisões em Alagoa Grande

José Avelar Freire

Quando o golpe eclodiu no Brasil, em 1964, o Município vivia as agitações provocadas pelas notícias a nível estadual, mas, particularmente, pelo embate local, Liga Camponesa versus patronato, este, liderado pelo usineiro Aguinaldo Velloso Borges, pilarense, agrônomo, proprietário da Usina Tanques e um dos principais (como é público) líderes estaduais contrários à reforma agrária (“na lei ou na marra”) apregoada pelas ligas em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Alagoa Grande e as ligas

O movimento das Ligas em Alagoa Grande teve como principal líder o agricultor e especialista em confeccionar peças de madeira para moendas de engenhos, Manoel Santino da Conceição, um negro “lazarino”, Presidente Municipal do PSB, que, contactado pelo Presidente da Federação das Ligas Estaduais, agrônomo areiense Francisco de Assis Lemos (posteriormente preso e brutalmente torturado) e pelos advogados Langstein de Almeida (deputado do PSB) e Ofélia Amorim, de Campina Grande, “topou a parada” de ser o presidente da Liga Alagoagrandense. A sede da Liga foi instalada na Rua Doutor Francisco Montenegro, no final de 1961.

Durante o período de atividades da Liga local, inúmeras reuniões foram realizadas, mas, quase sempre sem um grande número de participantes, muitos deles contrários ao uso da força para atingir os objetivos da Liga; uns, por índole pacífica, outros por compadrio e/ou bom relacionamento com proprietários. E ainda terceiros, por temor de uma reação violenta do patronato liderado por Aguinaldo Velloso que tinha força política no Estado, prestígio com os militares e poder considerável de reação individual, isto, sem contar com os aliados locais. Só um pequeno grupo acompanhava o discurso dos líderes de Alagoa Grande e de fora, por “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”. Envolvidos no clima da Liga e do movimento a nível estadual, os estudantes secundaristas Javancy Celso de Lima e Laerte Chaves de Vasconcelos andaram ministrando o método Paulo Freire de alfabetização.

Um dos principais motivos para que agricultores evitassem de se envolver com a Liga Camponesa, por temor, foi o radicalismo de Langstein de Almeida, explicitado várias vezes em praça pública, algumas vezes em aparelho de som, na feira livre, aos sábados, o que “espantou” muita gente que esperava a qualquer momento, a reação da Usina Tanques, que tinha em seu apoio, trinta e quatro engenhos e várias outras propriedades. Isso só a nível de Alagoa Grande onde o popular Longo “sentava a lenha”, sem pena, nos “pinhaço” do patronato,

É por demais compreensível, ao ver deste autor, esse retraimento de grande parte dos camponeses de Alagoa Grande. Ainda assim, houve, sob a liderança da Liga Alagoagrاندense, a invasão das terras do Engenho Jacú, sendo os agricultores retirados por determinação da justiça.

As prisões de 64

Após o golpe, houve a prisão do comerciante do ramo de padaria Mariano Rodrigues da Silva (filho de agricultores e agricultor até a juventude), que fazia inflamados discursos em favor

da reforma agrária, ficando três semanas no 15 RI, onde estava preso Assis Lemos. Após vários interrogatórios, Mariano foi solto sem ter sofrido violência física e/ou psicológica. Teve, a seu favor, a presença, no 15º RI, do Coronel Raimundo Morais, sertanejo, seu concunhado.

Outras duas prisões aconteceram num sábado à noite, quando o Exército, através de circular, já tinha proibido de se prender camponeses. Foram vítimas de tais arbitrariedades praticadas por um destacamento de Polícia Militar da capital: Elias Nóbrega de Araújo, sapateiro, e Manoel Pedro da Silva (Mané Camponês), taxista e agricultor que nos invernos cultivava cerca de três hectares. O Jeep de Camponês (como era mais conhecido), era o veículo preferido dos líderes da Liga local para seus deslocamentos.

Ambos foram conduzidos para o Município de Sapé. Elias, mais que Mariano, fazia veementes pronunciamentos em defesa dos camponeses. Estatura baixa, atarracado, olhar grave, voz de tenor, seus discursos chamavam muita atenção. No início de 1963, num sábado pela manhã, fôra violentamente agredido a socos e pontapés por cinco empregados da Usina Tanques (que chegaram em uma rural), na praça 27 de março, no centro da cidade, sendo socorrido pelo comerciante Hildon Régis Navarro (a partir de 1983, Prefeito por dois mandatos), a quem os agressores atenderam.

No dia seguinte às prisões de Elias e de Mané Camponês, logo cedinho, o Prefeito Edmundo Cavalcanti de Miranda, do PTB, com apoio de parte da UDN (e que havia sido apoiado por Mané Santino e recusado apoio de Aguinaldo Velloso que passara a apoiar o candidato do PSD, com apoio da outra parte da UDN, Edgar Onofre Nóbrega, lançado pelo tio, Prefeito Telésforo Onofre Marinho) viajou a João Pessoa, no seu Jeep, à procura do Secretário da Segurança Pública, Coronel do Exército Renato Macário de Brito, tendo exposto o ocorrido e lembrado ao mesmo a existência da Circular do Exército. O Secretário estranhou esse

tipo de ação policial àquela altura e, imediatamente comunicou-se com o destacamento da PM em Sapé, pondo fim a tais abusos.

Na segunda-feira, às 8:00h, os dois prisioneiros e mais outros foram soltos. Elias e Camponês, talvez por conta da circular do Exército e/ou pela rápida interferência do Prefeito Edmundo, não sofreram quaisquer tipos de agressão. Depois de João Pessoa, onde o “pau cantava” era em Sapé.

A Polícia contra as autoridades

Mesmo com a determinação do Exército e a posição tomada pelo Secretário da Segurança, ainda foram presos, em Alagoa Grande, cinco camponeses, todos sem maior influência no movimento da Liga. As prisões foram efetuadas por policiais de Campina Grande, comandados pelo Coronel Farias.

O Prefeito Edmundo Miranda e o Promotor Público João Bosco Carneiro, este, de marcante atuação no cumprimento da lei no tocante aos direitos de trabalhadores e proprietários, interferiram contra essas prisões, comparecendo à Cadeia Pública (onde estavam os prisioneiros) e fazendo ver ao Delegado Sansão de Paula Homem e ao Coronel Farias, que essas prisões eram arbitrárias e que já havia determinação do Exército pondo fim a essas operações. O clima ficou tenso e o Prefeito e o Promotor de um lado, e o Coronel, de outro, “sustentaram o rojão”, por cerca de meia hora. Edmundo e Bosco se retiraram prometendo tomar providências. Os presos foram levados para Campina Grande, sendo soltos dois dias depois sem quaisquer tipos de agressão.

Manoel Santino não foi preso; fugiu em rumo desconhecido e apareceu depois de certo tempo no vizinho município de Alagoa Nova onde ficou residindo e aparecendo esporadicamente em Alagoa Grande.

Uma outra liderança também fugiu, um cidadão conhecido por Sinhozinho.

Das punições de 68 à cassação de Ronaldo

José Octávio de Arruda Mello

(...)Vencedor nas urnas em 1968, restava a Ronaldo Cunha Lima consolidar o êxito, neutralizando os recursos interpostos pela oposição e empalmando a administração municipal.

A primeira questão era local e não geraria problemas mais sérios. Diferentemente da segunda, vinculada ao plano nacional, influenciado pelos acontecimentos internacionais do tempestuoso 1968.

Ameaça cabralista e recursos eleitorais

Tão logo concretizados os resultados das eleições campinenses, Argemiro de Figueiredo, com o habitual cavalheirismo, louvou “o espírito democrático de Cabral”, mas este reagiu com veladas ameaças: “A soberania do povo foi violentada – proclamou o ex-prefeito – por dispositivos anti-democráticos⁷”. Curiosamente, Severino Cabral referia-se às sub-legendas, criadas para favorecer a ARENA, mas que em Campina Grande se voltaram contra esta.

Tal significou a senha para impugnações encaminhadas pela ARENA. A primeira, formalizada a 19 de novembro de 1968,

7 **Correio da Paraíba**, 20 de novembro de 1969. Nas declarações de Cabral, a ameaça vinha explícita: “Ninguém derrota o povo”.

por intermédio dos delegados partidários José Arruda, Amaury Vasconcelos e Aldino Gaudêncio, pleiteava a anulação dos votos do candidato do MDB3 – Vital do Rêgo – sob a alegação de que este distribuía brindes durante a campanha eleitoral. Procedendo com altivez, Ronaldo dirigiu-se diretamente a Severino Cabral, para quem “a impugnação foi pedida pela ARENA3⁸”.

Diplomado Ronaldo, pelo Juiz da 1ª Zona Eleitoral, o contencioso judicial arenista tentou barrar-lhe a proclamação, sob o fundamento de que aquela autoridade nem era competente para apreciar a validade dos sufrágios de Vital do Rêgo nem a habilitação legal para concorrer, de parte do candidato vitorioso, que não se afastara a tempo da promotoria de Juazeirinho. Como o magistrado João Sérgio Maia efetivasse a proclamação, a 27 de novembro, “os recursos procedentes de Campina Grande chegaram ao TRE, a 10 de dezembro, solicitando anulação dos votos de Vital, em razão das rifas, bingos e sorteios, além da distribuição de máquinas de costura, a que procedeu⁹”.

A questão encerrou-se a 17 de janeiro de 1969, quando o TRE, acompanhando parecer da Procuradoria, denegou provimento ao recurso contra a proclamação do novo Prefeito.

Este, então, deslocou-se para o plano administrativo com pronunciamento sucinto e firme:

“Não fiz promessas. Defendo programas e neles me fixarei¹⁰”.

8 **Correio da Paraíba**, 20 e 21 de novembro de 1968. Baseado no artigo 322 da Lei Eleitoral, recurso da ARENA também pleiteava a impugnação dos votos do candidato a vereador emedebista Nestor Alves Filho e foi considerado por Ronaldo “infantil e ridículo”.

9 **Correio da Paraíba**, 28 de novembro e 13 de dezembro de 1968.

10 **Diário da Borborema**, 17 de janeiro de 1969.

Conjuntura internacional e reflexos brasileiros

Um grande problema para Ronaldo era o aguçamento da repressão, no plano nacional, como reflexo dos acontecimentos internacionais.

Estes derivavam da Guerra Fria que, após a ofensiva do Tet, em janeiro, na guerra do Vietnam, se exacerbava com a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia, em agosto de 1968. Eleito para a presidência dos Estados Unidos, em outubro, Richard Nixon anunciou que “acentuarei a política anticomunista na América Latina e intensificarei o bloqueio a Cuba para restabelecer a segurança completa do continente¹¹”. Tratava-se de empreender detente com URSS e China, em troca de reforço da dominação sobre a América do Sul. Em resumo, militarização dessa parte do mundo, mediante endurecimento no Brasil e suspensão do estado de direito nos Peru, Bolívia, Uruguai, Chile e Argentina, em rápida sucessão.

O ano de 1968 revelou outro complicador, representado pelas manifestações estudantis centradas em Paris, com o chamado “vento de maio”, e disseminadas por todo mundo ocidental. Nos países sujeitos a regime de exceção, assumiram feição contestatória e anti-governista. Foi o caso do Brasil, onde a UNE, mesmo proibida, liderou enormes passeatas nos Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Na Paraíba, onde viatura federal foi incendiada em pleno Ponto de Cem Reis, a fermentação alcançou, além de João Pessoa e Campina Grande, Pombal, Cajazeiras, Itabaiana, Santa Rita, Mamanguape e Catolé do Rocha, com tentativa de guerrilha rural nesta última.

A temperatura sócio-política nacional já estava em ebulição quando, às vésperas da Semana da Pátria, o deputado/jornalista Márcio Moreira Alves proferiu discurso na Câmara dos

11 *Correio da Paraíba*, 1 de novembro de 1968.

Deputados concitando as moças “a não frequentarem os jovens oficiais nos próximos festejos do Sete de Setembro”.

Imediatamente, os ministros militares encaminharam representação ao ministro da Justiça, Gama e Silva, para que se conseguisse a revogação das imunidades e processamento do parlamentar. Como a Comissão de Justiça e a Mesa da Câmara, lideradas pelos luminares Daniel Krieger e Djalma Marinho, tomassem posição contrária, o restante do ano consumiu-se nisso. Os Governos, áreas mais extremadas do movimento de 64 e setores militares, de um lado, contra a Câmara dos Deputados, quase inteira, Imprensa e instituições da sociedade civil, como CNBB e juristas, do outro.

Da repressão ao AI/5

O Governo não esperou o desfecho do caso Marcito para revigorar as expedições punitivas. Elas distenderam-se, alcançando os mais diversos setores que não pactuavam com o sistema tecnocrata-militar de 1964 – oposição emedebista, dissidentes arenistas, esquerda, clero progressista e intelectuais. Grupos paramilitares como os Movimento Anticomunista (MAC) e Comando de Caça aos Comunistas (CCC) fizeram seu sombrio aparecimento, enquanto frações da esquerda desbordavam para a luta armada, mediante confronto com as forças de segurança e assaltos a banco.

A linha dura reagiu, detendo todos os participantes do Congresso da UNE, em Ibiúna, no interior de São Paulo. Destes, os principais líderes foram enviados para fortalezas militares, no litoral paulista. No Rio de Janeiro, o jornal **Correio da Manhã** teve circulação suspensa e em João Pessoa foi fechada a heterodoxa **Rádio Arapuan**, que transmitia programa do Arcebispo Dom José Maria Pires¹².

12 Na reabertura da emissora, o diretor Otinaldo Lourenço procurou *modus vivendi* com o Arcebispo que reagiu: “Mudar, a essa altura, seria trair os evangelhos. Nós,

Enquanto visitando a Paraíba, a 29 de novembro, o líder universitário Honestino Guimarães “denunciava a existência de um golpe em marcha, mediante manobra de endurecimento do regime e não da extrema direita”, o affaire Moreira Alves aproxima-se do desenlace. Na Câmara dos Deputados, pelo menos 40 representantes da ARENA passaram a integrar “Frente Única Antigoverno em Defesa de Márcio Moreira Alves”.

Estes fatos irritaram ainda mais o Governo. A excitação cresceu com a rejeição, pelo Congresso, a 12 de dezembro – por 216 votos contra 141 e 15 abstenções – do pedido de licença para processar Moreira Alves. Sobreveio, imediatamente, o Ato Institucional nº 5, caracterizado pelas disposições draconianas do preâmbulo, concentração de poderes na Presidência da República e suspensão das garantias constitucionais.

O preâmbulo, retomando o anti-comunismo irracional das Carta Magna de 1937, e Ato Institucional de 9 de abril de 1964, referia, textualmente, “combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”, “luta contra a corrupção”, “processo revolucionário em desenvolvimento que não pode ser detido”, “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais diversos setores políticos e culturais”, e “preservação da ordem, segurança, tranquilidade, desenvolvimento econômico e cultural e da harmonia política e social do país, comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária”.

Com o AI/5, o Presidente da República, cujos poderes se tornavam mais amplos que os dos Imperadores no século XIX, poderia:

(...) Decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele (...);

os profetas, não podemos aceitar acomodações”. Cf. entrevista com o jornalista Otinaldo Lourenço, maio de 2005.

(...) Legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios;

(...) Decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição;

(...) Suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais;

(...) decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo;

(...) decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício do cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

(...) baixar Atos complementares para a execução deste Ato Institucional.

Para facilitar a execução do Ato ficavam suspensas:

(...) as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e de estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo;

(...) a garantia de habeas-corpus, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular;

E ainda, excluía-se

... de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como respectivos efeitos¹³.

13 O texto integral do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, encontra-se em CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo (orgs). **Todas as Constituições**

O país ingressava na fase mais negra de sua História. Para o Presidente Costa e Silva, que vacilara na decretação do diploma, “o AI/5 veio em defesa da Nação porque a estabilidade e o desenvolvimento do Brasil estarão perfeita e decididamente assegurados”. Sintomaticamente, **Correio da Paraíba** publicava, a 13 de dezembro, artigo da AJB “Os sinos dobram por Ernest Hemingway”. Em verdade, os dobres não repicavam pelo famoso escritor, mas pelo que restava da democracia brasileira...

O AI/5 do Brasil à Paraíba

Na sequência do 13 de dezembro, enquanto políticos liberais tomavam posição contrária à exceção – o gaúcho Daniel Krieger, por exemplo, renunciou à liderança da ARENA, no Senado – os setores mais extremados do movimento de 64 retomavam a ofensiva. Para o Ministro Afonso Albuquerque e Lima, “a limpeza será feita nas áreas contra-revolucionárias”, enquanto, passando da teoria à prática, seu colega do Trabalho Jarbas Passarinho demitia, em fevereiro de 1969, a cem dirigentes sindicais, “dentro do espírito do AI/5”.

Decretos draconianos como o 477, penalizando o movimento estudantil, sucediam-se quase diariamente. Na Paraíba, o reitor Guilardo Martins preparou-se para aplicá-lo, em larga escala, na Universidade Federal. Em dezembro, Martins publicara nota da Reitoria saudando o AI/5, “com profunda confiança¹⁴”.

Voltando à carga, o Ministro Albuquerque e Lima, de cuja candidatura presidencial então se cogitava, enxergava subversão

do Brasil. S. Paulo: Editora Atlas, 1971, p.139-141.

14 A nota da UFPB, assinada pelo Reitor Guilardo Martins, foi publicada a 19 de dezembro de 1964, pelo **Correio da Paraíba** e, principiava assim: “A Reitoria da UFPB recebeu com profunda confiança nos destinos da nacionalidade brasileira o AI/5, editado a 13 do corrente pelo Governo Revolucionário para revigorar e dar plena atualidade aos ideais da Revolução de 31 de março de 1964”.

no clero. Seria este, todavia, um dos derradeiros pronunciamentos do líder nacionalista do Exército, que deixaria o Ministério do Interior, a 27 de janeiro de 1969, sendo substituído pelo coronel deputado Costa Cavalcanti. À distância, percebe-se que a saída de Albuquerque, reformista partidário de autoritarismo instrumental, destinado a programação de recorte autoritário e nacionalista, deixou o movimento de 64 sem qualquer bandeira. A partir daí, prevaleceria repressão pura e simples, isto é, **A Ditadura Escancarada**, de Élio Gaspari.

Na Paraíba, preocupado com a redução das quotas do Fundo de Participação para os Estados, o Governador João Agripino reuniu os secretários, presidência da ARENA e lideranças do governo, na Assembleia, para apreciação da crise política nacional. Seu entendimento, favorável aos poderes concedidos à Presidência da República, “para manter a continuidade revolucionária e realizar reformas”, consistia em que:

(...) do ponto de vista político, a Revolução pretende respeitar todos os mandatos compatíveis com seus objetivos mais altos, de modo que restrições a direitos políticos ou mandatos eletivos somente serão feitas nos casos em que os respectivos titulares tenham faltado ou venham a faltar com a contribuição que deles se espera para a tranquilidade, a normalidade da ordem pública e o desenvolvimento do país¹⁵.

Composição do governo e primeiras atividades

Essas as razões por que, empossado a 31 de janeiro de 1969, com “retreta oferecida ao povo na Maciel Pinheiro”, o Prefeito Ronaldo C. Lima cumpriu mandato sobre o fio da navalha.

15 **Correio da Paraíba**, 19 de dezembro de 1968.

Seu secretariado combinava critérios de confiança pessoal – Josusmá Viana, Geraldo Nogueira, João Cunha Lima e Mário Araújo – qualificação técnica – Everaldo Lopes, José Siqueira e Lindaura Pereira Santos – e composição política – Stênio Lopes, na Educação. A presença deste, como um dos três candidatos adversários, no pleito de novembro, evidenciou a intenção de construir espécie de Governo de União Campinense, para eliminar as fricções de campanha.

O discurso de posse refletiu esse propósito:

Cessem as paixões e os ódios. Recolham-se os sentimentos menos puro e mais pessoais. Dominem-se os ímpetos e façam aflorar nosso sentimento telúrico que sabemos capaz de todas as renúncias como forma de obter as grandes conquistas.

O novo edil também invocava planejamento e racionalidade como suporte de: (...) *ação multiplicativa dos frutos do desenvolvimento para o grande objetivo: elevação do nível de renda da população e de melhor forma distribuída*¹⁶.

As lideranças de bairro viram-se prestigiadas. Criadas sob inspiração da religiosa Ângela Beleza, as SABS deveriam intermediar melhoramentos para os bairros. Esse o motivo por que o Prefeito não só visitou as de Monte Castelo, José Pinheiro e Bela Vista, como avalizou a inscrição dessa última no Conselho Nacional de Serviço Social.

Como, ao apagar das luzes da administração anterior, o Prefeito Williams Arruda criasse a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, Ronaldo Cunha Lima cuidou de implementá-la.

16 O Discurso de posse na Prefeitura de Campina Grande foi publicado na íntegra pelo **Diário da Borborema** de 1º de fevereiro de 1969.

Assim instrumentalizado, o Prefeito dedicou parte do mês de fevereiro de 69 a matadouro industrial, em convênio com o INDA e contactos com os Ministérios de Planejamento e Fazenda para cobertura ao plano de obras municipal. Bem assim a instalação de indústrias, como fábrica de porcelana do grupo Schmidt e de cigarros da Companhia Sousa Cruz.

O fio da navalha

Rápido nas decisões, Ronaldo manifestava interesse na eficácia das concessionárias. O engenheiro José Everton da Nóbrega foi designado para a companhia de eletrificação enquanto convênios eram celebrados para assegurar cursos profissionalizantes em combinação com o PIPMO.

Limpeza de ruas, levantamento das favelas, restauração da Maternidade Elpídio de Almeida, cadastramento para efeito de Imposto de Serviço, estradas municipais e extensão da assistência médica do Montepio estadual motivaram providências do novo Prefeito.

Apesar da velocidade dessas medidas, a administração campinense do início de 1969 transcorria sob tensão. Isso devido à fase mais drástica do movimento de 1964, assinalada pela decretação do AI/5 e atos complementares e legislação de exceção que se lhe seguiram.

A 16 de janeiro, dois deputados federais paraibanos – Osmar de Aquino e Vital do Rêgo, ambos candidatos a prefeito de Campina, em 1968 – tiveram os direitos políticos suspensos, numa lista de que constavam três ministros do STF e um do STM. Na mais alta corte de justiça do país, revoltada com as sanções, a crise só amainou com a investidura do constitucionalista paraibano Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, em sua presidência.

A justiça estava, agora, diretamente visada. Esse o motivo por que, na relação de 7 de fevereiro, integrada pelo ex-Governador paraibano Pedro Gondim, foram atingidos ex-Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Emílio de Farias e cerca de dez juizes estaduais, concursados e no pleno exercício das funções. Da punição destes últimos, o Governador João Agripino assumiu a responsabilidade¹⁷. Por outro lado, rompendo a barreira da censura, o comentarista político Djacy Andrade sentenciou que:

(...) está causando certa estranheza que o Chefe do Executivo não tenha renovado os contratos de professores de reconhecida capacidade intelectual e que eram colocados entre os melhores professores do ensino na Paraíba¹⁸.

Com o cutelo prestes a baixar sobre o professorado estadual, o sobressalto não cedia. A 13 de março, o bem informado Djacy Andrade anunciava que, em face de reunião do Conselho de Segurança Nacional, prevista para aquela data, “alguns políticos paraibanos que esperam a qualquer momento o seu nome na lista de cassação voltaram a se preocupar”.

Ronaldo e desenlace campinense

17 LIMA, Margarita Farias de. Emílio Farias (Bibliografia) – **Glória que não se pode medir**, s/r, maio de 2001, p.239-248. Conforme noticiário de **O Norte** os nomes dos juizes punidos estão aí especificados, com dois de terceira entrância, três de segunda e seis de primeira entrância. O Governador João Agripino assumiu a responsabilidade desse ato in AGRIPINO (Depoimento) CPDOC – História Oral: Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. S. Paulo: Mímeo.

18 ANDRADE, Djacy, in coluna “Política” de **O Norte**, de 13 de março de 1969. Na condição de jornalista, professor do Liceu Central e militante do GJHR, o autor figurou entre os punidos.

Em Campina Grande, as sanções do AI/5 tomavam irrespirável o ambiente político. Consoante Mário Araújo, “a cada lista, nossos adversários se assanhavam principalmente no Largo da Flórida. Ali, eles anunciavam, fazendo guerra de nervos, que Ronaldo viria na próxima. De nossa parte, estávamos tranquilos porque não esperávamos essa punição. O Prefeito administrava normalmente e nem pensava nisso. Tanto assim que, literalmente, caí da cama onde escutava o rádio, quando da fatídica notícia por ‘A Voz do Brasil’¹⁹”.

Contudo, o Prefeito Ronaldo seguia com as atividades regulamentares. Seus contactos, com o Governador João Agripino, na companhia do Senador Argemiro de Figueiredo, a 7 de janeiro, com o Secretário de Comunicação Noaldo Dantas, a 22 de fevereiro, e com o Prefeito de João Pessoa, Damásio Franca, a 6 de março, revelaram-se positivos e nada prenunciavam de mais grave. Por outro lado, na primeira quinzena de fevereiro, grupo de familiares e lideranças ararunenses deslocou-se ao Recife para entendimentos com o General Antônio Bandeira, contra-parente de Ronaldo e um dos pró-cônsules do movimento de 64, na área do IV Exército. O oficial tranquilizou-os, revelando nada existir contra o prefeito campinense²⁰.

Essa a razão por que os acontecimentos de 13 de março ocasionaram verdadeiro impacto sobre Campina Grande e a Paraíba. Às vésperas desse dia, Ronaldo ainda abriu crédito para convenção do Lions e visitou a demolição do “Muro da Vergonha”, nas proximidades do Teatro Municipal.

19 Entrevista com o ex-Secretário Municipal Mário Araújo. Campina Grande: 22 de junho de 2005.

20 Cf. **A União e Diário da Borborema**, 8 de janeiro de 1969, **O Norte** de 23 de fevereiro, **A União**, 7 de março de 1968, e entrevista com o engenheiro Ernany Moura. J. Pessoa: setembro de 2005.

À noite, pelas 20h, o comandante da minúscula guarnição federal, major Wilson Ribeiro Raizer, encontrava-se participando de coquetel, no Museu de Arte, onde foi procurado pelo presidente da Câmara Municipal, Vereador Genésio Carvalho, com a informação de que o noticiário radiofônico oficial “A Voz do Brasil” veiculara a cassação de mandato, com suspensão dos direitos políticos, do Prefeito Ronaldo Cunha Lima.

A medida, cuja veiculação se propagou como rastilho de pólvora, estabelecia o seguinte:

CSN cassa Ronaldo, Souto, Sílvio, Robson e Romeu – O Conselho de Segurança Nacional suspendeu por dez anos e cassou os mandatos eletivos dos Deputados paraibanos Sílvio Porto, líder do Governo na Assembleia Legislativa, Francisco Souto Neto, 1º Secretário, Robson Duarte Espínola, vice-líder do Governo e Presidente do Diretório Municipal da ARENA de João Pessoa, e Romeu Abrantes. O Prefeito Ronaldo Cunha Lima, de Campina Grande, foi afastado do cargo e teve os direitos políticos também suspensos. O Presidente da República deixou de sobreaviso o Conselho de Segurança Nacional que voltará a ser oportunamente convocado para apreciação de novos processos da mesma natureza, sem limitação dos que independem de sanção revolucionária²¹.

A recepção logo se desfez. Os Vereadores Manoel Barbosa, Lindaci Medeiros e Everaldo Agra chegaram em seguida, questionando a vacância do cargo. O problema motivou imediata reunião de Raizer com os Secretários Stênio Lopes, Everaldo Lopes, Josusmá Viana e Mário Araújo e Vereador Lindaci Medeiros, já aí na sede da Prefeitura.

21 **O Norte**, na manchete de primeira página, 14 de março de 1969.

Meia hora depois, chegou Ronaldo que escutara a informação em casa, ouvindo o rádio, na companhia de um filho e um cunhado²². Dirigiu-se ao gabinete, na companhia de amigos e auxiliares, alguns dos quais o vivavam. Outros, emocionados, não escondiam as lágrimas. O Prefeito conversou, rapidamente, com Ribeiro Raizer. Arrumou os papéis e, antes de deixar o prédio, em companhia do cunhado Ernany Moura, escreveu numa das paredes: *Por aqui passou um homem honesto!*.

Raizer, cauteloso, telefonou para João Pessoa, em busca de orientação. Todos queriam saber a quem competiria a substituição. O STF foi consultado e respondeu que a matéria não era de sua competência.

Determinação e comando de Orlando

Para superação do problema gerado pelo afastamento do prefeito, tornou-se fundamental a determinação do vice-prefeito Orlando Almeida.

Este, desde o início, entendeu que o cargo lhe pertencia, nos termos da própria legislação de exceção porque, segundo o artigo 6º do Ato Institucional nº 7, “Nos municípios que vagarem os cargos de prefeito e vice-prefeito em virtude de renúncia, morte ou perda de mandato dos respectivos titulares, será decretada intervenção federal, pelo Presidente da República”.

Ora, como o impedimento não era cumulativo, Orlando ape-gava-se a esse “e vice-prefeito” para sustentar que, como não fora punido, deveria assumir. O Presidente da Câmara de Vereadores não estava convencido de coisa alguma, mas, aberta a sessão, na

22 De acordo com depoimento pessoal, o prefeito encontrava-se em casa, com o Secretário Ernany Moura e um filho menor. Quando seu nome foi anunciado, a reação foi instintiva: “Sou eu?”. Em seguida deu alguns telefonemas, vestiu-se e correu para a Prefeitura.

tarde de 14 de março, o Vereador Ary Rodrigues pronunciou-se com energia, sustentando que “não devemos temer e dar posse”. Egresso de Brasília, o Deputado Federal Petrônio de Figueiredo avalizou a solução encontrada. Esta consumou-se na reunião em cuja Mesa tomou assento o capitão Manuel Wagner Freire, “representante do comandante da Guarnição Federal de Campina Grande e da Revolução de 64”. O discurso do Vice-Prefeito, investido na titularidade do cargo, foi lacônico, com referência “à hora delicada da política nacional”. Pedindo que Deus o iluminasse, Orlando Almeida proclamou fidelidade à harmonia entre o Executivo e o Legislativo²³.

Entrementes, o destituído Ronaldo Cunha Lima não perdia a cabeça. Reunindo os adeptos, orientou-os no sentido da entrega dos cargos de que dispunham, na Prefeitura, ao novo prefeito. Orlando Almeida solicitou a permanência de todos.

Na segunda-feira, 17 de março, véspera do seu aniversário, Ronaldo viajou a João Pessoa onde, juntamente com os também cassados Sílvio Porto e Chico Souto, despediu-se dos colegas e funcionários da Assembleia. O ex-Deputado e ex-Prefeito cogitava, então, de se fixar no Chile, mas logo despontou a alternativa do sul do país.

Foi essa uma das últimas notícias da Imprensa da Paraíba acerca de Ronaldo Cunha Lima em todo ano de 1969. Sobre ele desceu verdadeira cortina – a conspiração do silêncio. Televisões, rádios e jornais negaram-lhe espaço, até as colunas sociais o sonegavam.

Sem qualquer suporte popular, o movimento de 1964 alar-mava-se com lideranças, fantasmas e símbolos da democracia. Em Campina Grande, à época da proscrição do prefeito, a Secretaria de Segurança Pública Estadual valia-se da Delegacia de Costumes

23 **Diário da Borborema**, 15 de março de 1969, como o jornal que, durante toda a crise, sustentou preciso noticiário, coordenado pelo jornalista Epitácio Soares.

para colocar sob intervenção o Centro Estudantal Campinense de que, não por acaso, Ronaldo fora vice-presidente. A providência objetivava a que os colegiais “não sejam ludibriados por falsos líderes e dirigentes mal intencionados²⁴.

Como pelo dedo se conhece o gigante, essa linguagem revelava claramente do que se tratava.

24 *Diário da Borborema*, 16 de março de 1969.

Literatura e militarismo nos anos 60/70

Neide Medeiros Santos

Quanto mais negra é a noite, mais carrega em si a madrugada

(Dom Hélder Câmara).

O professor e crítico literário Pedro Lyra (1979, p.49-50) considera que arte é sempre uma manifestação da ideologia do artista. De todas as artes, a mais comprometida é precisamente a literatura porque trabalha com o próprio instrumento de politização do homem – a palavra.

Escritores e ditaduras

Nos regimes ditatoriais, os mais perseguidos e mais censurados são os escritores. Os homens que estão no governo sob o domínio da força temem o poder da palavra; livros são queimados, peças teatrais e músicas são proibidas, assim como filmes e outras expressões artísticas. As memórias de cárcere estão presentes na literatura mundial. Os relatos são inúmeros. O interesse do ensaio, no entanto, volta-se para a fase da ditadura militar no Brasil que se iniciou em 1964 e foi até a primeira década dos anos 80 do século XX.

Nesse período, o Brasil viveu sob o jugo dos militares e muitos escritores foram perseguidos e presos. A lista de escritores e

artistas brasileiros que se exilaram para fugir da prisão durante a ditadura militar é extensa, mas sempre existe alguma maneira de protestar contra a violência dos poderosos e os livros de literatura proliferaram nos regimes totalitários.

O poeta Ferreira Gullar, perseguido politicamente após o golpe de 1964, publicou alguns textos em cordel com o pseudônimo de José Salgueiro, o que levou muita gente a pensar que se tratava de um poeta nordestino, um cordelista. Por sugestão de Oduvaldo Viana Filho, Gullar escreveu o poema “João da Boa-Morte, cabra marcado para morrer”, narrativa que tem como cenário a Paraíba, região de Sapé. A ideia de Oduvaldo Viana Filho era aproveitar esse texto para escrever uma peça teatral sobre a reforma agrária, mas o sonho não se concretizou. O poema de Gullar foi publicado como folheto de feira, com capa em xilogravura de Darel Valença.

Por solicitação do Partido Comunista, Gullar escreveu também em cordel “História de um valente”, que conta a prisão e tortura de Gregório Bezerra, militante comunista pernambucano, preso logo após o golpe de 64. Esses textos de Ferreira Gullar foram escritos entre 1962-1967 e são encontrados no livro **Romances de Cordel**, com ilustrações do paraibano Ciro Fernandes, uma publicação da Editora José Olympio, 2009.

De Joel Rufino a Agassiz

Joel Rufino dos Santos, professor de História e autor de livros infantis, foi preso em 1972. O escritor não era “bandido”, mas foi preso por “acreditar na história e na liberdade”. A fase de amargura vivenciada e narrada por Joel Rufino encontra-se no livro **Quando eu voltei, tive uma surpresa** (Cartas para Nelson), Ed. Rocco, 2000. É um livro de cartas, cartas endereçadas ao filho Nelsinho, no período em que Joel esteve preso. É um testemunho vivo, pungente.

As cartas são todas manuscritas, escritas com lápis colorido e com desenhos e ilustrações. Na carta que traz a data de 12 de

junho de 1973, o pai tenta explicar ao filho os motivos de sua prisão: deu aulas sobre coisas que o governo não gostou, contou algumas histórias que desgostaram o governo militar e escreveu livros também que desagradaram aos militares. Nelsinho naquela época tinha apenas oito anos. Será que entendeu o problema do pai? A mãe do menino, Teresa Garbayo dos Santos, conta que, durante os seis meses da prisão de Joel, explicou ao filho, por sugestão do próprio pai, que ele estava viajando a trabalho e logo voltaria, mas isso não aconteceu e ela resolveu contar a verdade. A reação de Nelsinho ao saber da prisão do pai foi procurar refúgio debaixo da cama, abraçado à gaiola com seu passarinho, gesto bem simbólico que os psicanalistas tentarão explicar.

O escritor e ex-deputado Agassiz Almeida, no livro **A Ditadura dos generais e estado militar na América Latina**, o calvário na prisão, publicado pela editora Bertrand Brasil em 2007, Rio de Janeiro, dedica os quatro últimos capítulos à sua prisão que aconteceu na casa dos pais, na Avenida Getúlio Vargas, em Campina Grande, no dia 11 de abril de 1964. O motivo: tinha ideias contrárias ao regime militar. Depois de preso, Agassiz seguiu para João Pessoa, Recife e, posteriormente, foi encaminhado a Fernando de Noronha.

Nesses capítulos, o escritor elucida fatos vivenciados por ele e por outros presos políticos paraibanos. Como companheiros de prisão, estavam Assis Lemos e Figueiredo Agra.

Foram vinte dias no presídio de Fernando de Noronha. Durante esse período, Agassiz escreveu algumas cartas para a mãe, Josita Almeida. Semelhante a Dona Leocádia Prestes, que lutou para tirar da prisão o filho Carlos Prestes, em 1937, Dona Josita se deslocou até Fernando de Noronha para visitar o filho e desafiou os militares, portando-se de forma corajosa.

A viagem de retorno ocorreu no dia 30 de abril do mesmo ano. Um avião do exército transportou os presos Agassiz Almeida e Assis Lemos para o Recife, onde eles foram imediatamente encaminhados para o QG do IV Exército na Rua do Hospício. O

memorialista não cita a data da saída da prisão, mas as marcas da violência e truculência dos militares deixaram lembranças para toda vida.

Igreja, Literatura e repressão

O golpe de 64 não atingiu apenas os intelectuais, pois a Igreja Católica foi a grande vítima da opressão militar. Padres e bispos eram investigados e presos. Dom Hélder Câmara e Dom Evaristo Arns, figuras vigiadas e com os passos tolhidos, mesmo assim deram abrigo àqueles que ousavam discordar do regime vigente.

A respeito dessa fase negra da vida política brasileira, dois livros merecem destaque: **Brasil: nunca mais** (1996) e **Batismo de sangue** (1987).

Brasil: nunca mais surgiu da análise de inquéritos realizados durante o regime militar e só foi publicado com o fim da ditadura. Nesse livro, são explicitados os modos de tortura e os instrumentos que eram utilizados para essa prática. É uma obra de fonte segura e comprova tudo com documentos autênticos.

O livro contou com o apoio de um grupo de jornalistas, escritores e advogados que durante oito anos se debruçaram sobre as cópias de mais de 700 processos políticos que tramitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. É considerado um “livro-denúncia”, inicialmente idealizado pela advogada Eny Raimundo Moreira e a equipe do escritório do advogado Sobral Pinto, um causídico que sempre militou em favor dos presos políticos, pois foi advogado de Luís Carlos Prestes e de Graciliano Ramos, contando, também, com a colaboração de Frei Betto.

Dom Evaristo Arns, cardeal da Igreja Católica de São Paulo, incentivou a publicação do livro e foi o responsável pelo prefácio e organização, chegando a fazer o lançamento na cidade de Natal (RN). No seu conjunto, é uma radiografia da repressão política no Brasil, um libelo contra esse período de amargura e sofrimento

para muitos brasileiros, destacando-se, ainda, o poder de resistência dos perseguidos e torturados.

Frei Betto, no livro **Batismo de sangue**. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella” (1987), traz o relato do clima de perseguição e das torturas sofridas por militantes políticos durante a ditadura militar. Foi uma fase de muita tensão, de medo e de terror. Em 1982, saiu uma nova edição ampliada e definitiva deste livro que ganhou o Prêmio Jabuti de Melhor Livro de Memórias do Ano.

Em **Batismo de sangue**, Frei Betto enfatiza a vida, prisão e morte do líder revolucionário Carlos Marighella, militante do PCB, Partido Comunista do Brasil, e discorre sobre outros brasileiros que sofreram perseguição política, entre eles Frei Tito de Alencar Lima.

De Marighella a Frei Tito

Carlos Marighella foi um guerrilheiro dos mais atuantes no Brasil. Sua atividade política começou na ditadura de Getúlio Vargas. Em 1939, foi preso e conduzido para a ilha de Fernando de Noronha, lá permanecendo até a anistia, em 1945.

Fiel a seus ideais sociais, Marighella engajou-se no movimento contra a ditadura dos militares e começou a ser procurado pelo “aparelho policial-militar instalado no país após março de 1964”.

Quando estava no Cine-Eskye-Tijuca, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, no dia 9 de maio de 1964, foi preso por dois agentes do DOPS. Ao reagir à prisão, proferiu essas palavras de ordem: “Abaixo a ditadura militar fascista! Viva a democracia! Viva o Partido Comunista!” Diante desta reação, os agentes atiraram à queima-roupa e ele foi ferido, arrastado, golpeado perante a plateia que a tudo assistia, impotente para agir. Durante alguns meses permaneceu na prisão.

Marighella foi um dos mentores da criação da ALN (Aliança Libertadora Nacional). Na sua luta contra a ditadura, recebeu o apoio dos dominicanos, ordem religiosa que escondia os guerrilheiros, facilitava a fuga para outros países. As armas e os livros considerados subversivos eram guardados nos conventos.

O último capítulo do livro **Batismo de sangue** - “Tito, a paixão” - é dedicado a Frei Tito, sua prisão, tortura e morte.

Frei Tito de Alencar Lima, da congregação dos dominicanos, também foi preso e torturado para que revelasse o esconderijo de Carlos Marighella, mas conseguiu manter-se calado mesmo diante dos interrogatórios do tenebroso delegado Sérgio Paranhos Fleury. Os torturadores não mataram fisicamente Frei Tito, nem conseguiram a revelação desejada, mas o enlouqueceram. Exilado na França, suicidou-se devido a problemas mentais, advindos dos sofrimentos da prisão durante a ditadura. Para Frei Betto, a morte de Frei Tito foi “seu último gesto de coragem e protesto”.

Frei Tito era poeta e demonstrava grande sensibilidade literária, gostava de tocar violão e de cantar música popular brasileira. Quando estava na França, nos momentos de descontração, tocava violão e cantava.

Segue-se um dos seus bonitos poemas, composto no período que esteve exilado na França:

Quando secar o rio da minha infância, secará toda dor. Quando os regatos límpidos de meu ser secarem, minha alma perderá sua força. Buscarei, então, paisagens distantes, - lá onde o ódio não tem teto para repousar. Ali ergueirei uma tenda junto aos bosques. Todas as tardes me deitarei na relva e nos dias silenciosos farei minha oração. Meu eterno canto de amor: expressão pura de minha mais profunda angústia. Nos dias primaveris, colherei flores para meu jardim de saudade. Assim externarei a lembrança de um passado sombrio (TITO, 1972).

Esse poema foi escrito em 12 de outubro de 1972, na cidade de Paris. Frei Tito suicidou-se nas proximidades de Lyon (França), no dia 14 de setembro de 1975. Poucos dias antes de sua morte, Frei Tito escreveu no seu diário: São noites de silêncio, Vozes que clamam num espaço infinito, Um silêncio do homem e um silêncio de Deus.

Não foi nossa intenção fazer uma retrospectiva dos fatos ocorridos no Brasil na época do golpe militar de 1964, pois apenas procuramos apresentar alguns livros que estão ligados a esse período negro da nossa história, livros de reconhecido valor literário.

O título do livro **Brasil: nunca mais** condiz com o desejo de todos os brasileiros – este tipo de governo deve ser banido para sempre. “Brasil: nunca mais!” nunca mais... nunca mais...

Referências

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais: estado militar na América Latina**, o calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. (Prefácio e Coordenação). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

GULLAR, Ferreira. **Romances de cordel**. (1962-1967). V.II. Ciro Fernandes. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.

LYRA, Pedro. **Literatura e Ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Quando eu voltei, tive uma surpresa.** (Cartas para Nelson). Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

O cineclubismo campinense no contexto da ditadura militar

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio,
Catarina de Oliveira Buriti.

Introdução

Os cineclubes são instituições nos quais amantes do cinema se reúnem regularmente com a finalidade de divulgar, pesquisar e debater o cinema enquanto arte. O movimento cineclubista de Campina Grande, em sintonia com forte tradição nacional, é consequência de todo um momento de efervescência política que caracterizou as atitudes das gerações posteriores no início dos anos 1960.

A importância da realização deste trabalho deve-se, sobretudo, ao fato de haver uma grande ausência de estudos específicos sobre a temática proposta e, atualmente, uma lacuna em torno do tema e profunda escassez de fontes documentais a seu respeito. O contato cotidiano com alguns atores sociais permitiu reconstruir parte da história da tradição cineclubista campinense, uma vez que trabalhamos com a metodologia da História Oral e enfrentando as dificuldades que a mesma acarreta.

É justamente pela ausência de um estudo sistemático sobre o tema específico que resolvemos fazer um levantamento da história da atuação do movimento cineclubista campinense em seus primeiros anos de atuação, no contexto delicado da Ditadura

Militar, visto que o nascedouro da experiência cineclubista em Campina Grande formou-se neste mesmo momento.

A partir da busca de informações junto às fontes documentais existentes e, principalmente, aos atores sociais que foram os protagonistas do movimento no município, que apresentaram suas versões a respeito da experiência, enquanto cineclubista, procuramos desenvolver este trabalho, que tem como principal finalidade conhecer a história do movimento cineclubista do município de Campina Grande de 1964 a 1970, dentro do contexto dos primeiros anos da Ditadura Militar no Brasil. Para tanto, foram coletados alguns depoimentos junto aos sujeitos que participaram dos cineclubes durante o mencionado período.

Trabalhamos com os depoimentos dos seguintes atores sociais: Rômulo Azevedo, jornalista e professor; Luiz Custódio da Silva, jornalista e professor; Bráulio Tavares, escritor, compositor e jornalista; José Umbelino Brasil, cineasta e professor (todos eles foram membros do Cineclube Campina Grande no período de nossa delimitação); José Nêumanne Pinto, escritor e jornalista; Agnaldo Almeida, jornalista; e Aderaldo Tavares, jornalista (estes últimos foram membros do **Cineclube Glauber Rocha** no mesmo período).

Após o processo de coleta das informações foi feito o levantamento e a organização de todo o material que foi obtido durante a investigação. Posteriormente, os dados foram submetidos à análise e à interpretação, o que permitiu uma leitura e uma investigação de todas as fontes orais. A avaliação do material empírico coletado foi feita fundamentando-se na bibliografia disponível.

Cineclube: origem e conceituação

Os cineclubes tiveram origem na Europa, mais especificamente na França, na década de 1920, como uma reação ao cinema comercial, pois alguns filmes ditos abstracionistas ficavam sem

possibilidades de circulação por terem baixa aceitação popular. A tentativa de inserir na programação comercial os filmes de arte foi um dos meios encontrados para solucionar o problema. Abriram-se então, em Paris, salas especializadas nessas obras cinematográficas, *Les Ursulines*. Entretanto, os objetivos de envolver o público não foram alcançados, pois as plateias, sem um mínimo de iniciação filmográfica, hostilizavam os filmes artísticos. Os apreciadores desse tipo específico de gênero do cinema resolveram então isolar-se em salas privadas para discutir a produção artística da época. Esta e outras tentativas contribuíram para a eclosão de uma entidade que mais tarde receberia a denominação de cineclubes (MENEZES, 1958).

Um cineclubes pode ser definido como uma entidade que reúne apreciadores de cinema para fins de estudo, debate ou lazer, e onde são exibidos (independentemente do circuito comercial), filmes de particular interesse do ponto de vista cultural (RABAÇA, 2001). Um cineclubes é um dos poucos espaços que pode contribuir eficazmente para a educação e formação do público. É uma entidade que não tem interesses econômicos, mas visa a contribuir para a formação intelectual, social, artística e cultural do homem no cinema e pelo cinema (PIRELI, 1965).

Sociedades juridicamente constituídas, os cineclubes têm como finalidade proporcionar aos sócios conhecimentos cinematográficos, pelo menos os indispensáveis para o bom entendimento e leitura profícua dos filmes. Além disso, os cineclubes propõem-se a divulgar as obras cinematográficas pouco conhecidas do público que sugerem uma leitura crítica acerca da estética e uma reflexão em torno da linguagem e do conteúdo das obras. Outra atividade de extrema relevância que essas sociedades devem realizar é a promoção de “cine-debates” ou “cine-foruns” entre os associados ou com as pessoas em geral que assistem ao cinema (PIRELI, 1965).

A história dos cineclubes e do cineclubismo no Brasil carece de documentação que possibilite ao pesquisador realizar um levantamento sistemático do longo período da atividade cineclubista. Houve diversas tentativas pioneiras de se fundar associações cineclubistas no Brasil. Em 1917, um grupo de jovens do Rio de Janeiro, interessados e curiosos em conhecer as obras cinematográficas, assistiam às sessões nos cinemas Íris e Pátria e depois se dirigiam até um local conhecido como paredão para continuar as atividades cineclubistas. Esse grupo ficou conhecido como Cineclubes Paredão, mas, ao que se sabe, jamais foi constituído legalmente. Em São Paulo, em 1925, apareceu a denominação **Cine-Club** utilizada pelo ator Jayme Redondo. No entanto, tratava-se de um clube de jogo com exibições cinematográficas.

O primeiro cineclubes brasileiro de fato foi o Chaplin Club, fundado no Rio de Janeiro, em 1928, por Octávio de Faria, Plínio Sussekind Rocha, Almir Castro e Almir Mello. Esse cineclubes foi um mentor da cultura cinematográfica no Brasil, herdeiro da tradição da vanguarda francesa. Durante sua curta existência, pautou a atuação em defesa dos ideais estéticos de seus sócios: o cinema silencioso (GATTI, 2000).

Na Paraíba, o primeiro cineclubes foi o **Cine-Club de João Pessoa**, fundado em 1953 por um grupo de estudiosos de cinema, de forte inspiração católica, por iniciativa da Organização das Voluntárias, sociedade integrada por um grupo de mulheres da cidade que visava a ampliar o movimento de assistência aos mais necessitados, angariando fundos para as instituições de proteção aos desvalidos (LEAL, 1989).

Críticas em tempos de repressão: cinema, política e renovação cultural

Brasil, anos 1960. Reflexos de um mundo em ebulição. Vivia-se um período tenso, de dúvidas, de incertezas... De Guerra

Fria, Guerra do Vietnã, gerações do Pós-guerra que começaram a questionar os sistemas sociais vigentes, a organizarem-se em movimentos de contestações, como o Movimento Feminista, cultural hippie, punk e entre outros que tiveram como o marco o Maio de 1968, em Paris. No Brasil, particularmente, vivíamos um período marcado pela repressão política e pela censura à imprensa e às artes. Como consequência da influência dos acontecimentos internacionais e do contexto político nacional, eclodiram diversos movimentos sociais e culturais que viabilizaram as discussões sobre a realidade e os problemas sociais do país.

No início da década de 1960, toda uma geração presenciou o movimento de renovação cultural e de engajamento político no Brasil, que atingiu a música popular, o teatro, a poesia e o chamado Cinema Novo (CARMO, 2003). Além dos movimentos sociais, outro setor que contribuiu de forma decisiva para conscientizar a sociedade sobre a necessidade e a possibilidade de resistência ao sistema político vigente foi o setor artístico (VENTURA, 1988). O teatro oficina, o CPC da UNE, e o Cinema Novo foram alguns dos destaques desses movimentos. E por termos nos remetido ao Cinema Novo, convém ressaltar a importância de autores do movimento como Glauber Rocha, Ruy Guerra, Nelson Pereira dos Santos, Paulo César Saraceni e entre outros desses cineastas que tentavam “dar uma visão abrangente dos problemas básicos da sociedade brasileira e, pode-se acrescentar, do Terceiro Mundo em geral”; além disso, “estes filmes deviam levar a um público popular informações que o conscientisassem de sua situação social” (BERNARDET, 1996). Nesse sentido, o cinema pode ser considerado como um instrumento de resistência, de crítica da realidade social, uma forma de expressar a insatisfação popular em relação às problemáticas da sociedade e um meio que pode contribuir, efetivamente, para a educação e conscientização, sobretudo das camadas populares. Daí a importante contribuição do cinema de arte nas décadas de 1960 e 1970.

No contexto cinematográfico internacional, a partir da década de 1960, travou-se um amplo movimento de resistência à produção hollywoodiana. O ímpeto artístico havia se mudado para a Europa como resultado das inovações de Bergman, Antonioni, Fellini e a Nouvelle Vague Francesa. Os cineastas experimentais e underground viam-se como um tipo de força de guerrilha, declarando uma guerra cinematográfica não-violenta contra modos de visão e criação estereotipada. Em resumo, uma vanguarda política militante, com implicações políticas surgia agora pela primeira vez conforme Wollen (1996, p.78).

O movimento cineclubista campinense (1964-1970)

A gênese do movimento cineclubista campinense foi em 1964 com a fundação do **Cineclube Campina Grande**, por iniciativa de um jovem chamado Luiz Carlos Virgulino, juntamente com Hamilton Freire, ficando a entidade responsável pelas sessões de cinema de arte no Cinema Capitólio. Antes da década de 1960, por diversas vezes, universitários tentaram implantar um clube de cinema na referida cidade; no entanto, estas tentativas nunca se objetivaram.

Em 1966, Luiz Carlos Virgulino e Hamilton Freire faleceram, o primeiro afogado e o segundo num acidente de carro. Por estes motivos o cineclube fechou suas portas, só voltando a funcionar em maio de 1967, por iniciativa do então crítico de cinema do jornal **Diário da Borborema**, Dorivan Marinho. Houve na época a colaboração de Bráulio Tavares, dos irmãos Jackson e Marcos Agra, Romero e Rômulo Azevedo, Luiz Custódio da Silva, José Umbelino Brasil e entre outros, muitos deles, atualmente em evidência no cenário artístico do Estado da Paraíba.

Falando sobre o início, José Umbelino Brasil assim explica com detalhes a retomada do **Cineclube Campina Grande**, bem como os lugares de atuação deste grupo na cidade paraibana:

Fiz um curso de Cinema promovido pelo Centro Estudantal Campinense, em abril de 1966, ministrado pelo professor e crítico de Cinema Dorivan Marinho. Uma boa parte dos futuros componentes do CGC eram, também, alunos, Bráulio, Luiz Custódio, Romulo Azevedo, Romero Azevedo, Marcos Agra, Jackson Agra e outros. No final do curso, Dorivan fez a proposta pra gente ingressar no Cineclube, e Luiz Custódio foi eleito presidente. Aí passamos a administrar as sessões do Cinema de Arte no Cine Capitólio que acontecia nas quartas-feiras, e depois a Sessão Cultural no Cine Babilônia nos sábados pela manhã. Havia também uma sessão de cinema de arte à meia-noite, também, no Babilônia às sextas-feiras. As nossas reuniões cineclubistas aconteciam no domingo pela manhã, primeiro na sede do Sindicato de Indústria e Comércio, e depois na sede da JOC e JUC na Igreja da Catedral. Passados alguns anos fizemos também, uma série de exposições de filmes (em 16mm) na Faculdade de Administração da Furne (Depoimento 18/08/2007).

Nesse mesmo ano do ressurgimento do **Cineclube Campina Grande** houve a fundação do **Cineclube Rocha**, por iniciativa de José Nêumanne Pinto, Aldo Porto, Iremar Maciel, Agnaldo Almeida, José Souto, Roberto França, Antônio de Moraes de Carvalho, Aderaldo Tavares, Arnaldo Xavier, Lenilda Costa, Regine Coeli, entre outros. Alguns nomes também destacados do circuito cultural paraibano e brasileiro nos últimos anos. O cineclube se reunia nos domingos numa sala do Colégio das Damas e era responsável pela programação do Cinema de Arte nas quartas-feiras no Cine Capitólio.

Em relação ao cineclube Glauber Rocha, Agnaldo Almeida sintetiza os motivos da criação desta entidade:

O Cineclube surgiu como espaço para se discutir o cinema de arte. Claro, que havia um componente político. Estávamos em meio a uma ditadura e era inevitável que quiséssemos nos reunir e conversar. Como o Cinema estava em alta, não só no Brasil, mas no mundo, o “Glauber Rocha” surgiu neste contexto. A rigor, em outras cidades já existiam cineclubes. A gente só aproveitou a ideia (Depoimento de 16/08/2007).

Os **Cineclubes Campina Grande** e Glauber Rocha em pouco tempo foram desativados. O último em 1969 e o primeiro no início dos anos 1970. Alguns remanescentes do **Cineclube Campina Grande** deram prosseguimento às atividades cinematográficas no núcleo de estudos do Museu de Arte Assis Chateaubriand. Começou então a funcionar, a partir da formação de um convênio com a FURNE (Fundação Regional do Nordeste, atual UEPB), uma campanha de incentivo ao interesse pelo Cinema. Isso favoreceu muito o trabalho dos cineclubistas, pelo fato de haver uma instituição que os apoiava. Esta iniciativa veio através do diretor do Museu da época, o artista plástico paraibano Chico Pereira.

Mas voltando especificamente ao contexto dos primeiros anos da Ditadura Militar, o movimento cineclubista campinense teve dois grupos que atuaram. O primeiro, o **Cineclube Campina Grande** e o segundo, o **Cineclube Glauber Rocha**. Ambos de certa forma possuíram maneiras diferentes de ver a realidade cultural e política do Brasil e do mundo, como veremos a seguir.

Por exemplo, foi no seio do **Cineclube Glauber Rocha**, nos anos finais da década de 1960, que a poesia de vanguarda mereceu uma exposição (ou “explosição” no dizer de Bráulio Tavares) no Teatro Municipal, “Pindorama Idolatrina Salve Salve”, organizada por um grupo de poetas, dramaturgos e cineclubistas, ligados ao movimento do Poema Processo e a setores Tropicalistas.

Em relação às ideologias presentes e às críticas ao regime militar vigente, certificamos que havia certa aproximação por parte dos cineclubistas com o discurso esquerdista, em especial o **Cineclubes Glauber Rocha**. Alguns de forma mais incisiva e outros de forma “ingênua”, conforme afirmou Luiz Custódio, em depoimento:

Nós tínhamos uma visão política ingênua da sociedade. Nós falávamos muito em esquerda, mas não tínhamos fundamentação política [...]. Por exemplo, ninguém lia Marx. A gente não tinha uma visão muito clara do significado do período militar. Nós éramos muito jovens! (Depoimento de 16/06/2006).

De certa forma, as afirmações de Luiz Custódio são divergentes das do seu colega cineclubista Rômulo Azevedo, que por sua vez, indagado sobre as ideologias presentes no **Cineclubes Campina Grande** na época, assim relatou:

Nós não tínhamos ligação nenhuma com partidos políticos, agora a linha era de esquerda, pois o Brasil estava debaixo da Ditadura Militar de 1964 e a tendência normal era ser de um grupo de esquerda, mas sem nenhuma ligação com partidos (Depoimento de 05/05/2006).

Luiz Custódio, que atuou no movimento entre 1966 e 1968, assim analisou a questão:

Nós não éramos de esquerda, em hipótese nenhuma. Se alguém do meu grupo disser isso estará mentindo. O Braúlio [Tavares] não era de esquerda, Luiz Custódio não era de esquerda. Depois foi que a gente começou a

entender o que é o socialismo (Depoimento de 16/06/2006).

Diante dos depoimentos de Aderaldo Tavares, José Nêumanne Pinto e Agnaldo Almeida, o Cineclubes Glauber Rocha foi uma entidade extremamente politizada. Na verdade, o próprio nome do cineclubes já nos remete a isso, já que o cineasta brasileiro homenageado era um marxista e seus filmes eram parte e expressão desta filosofia. Luiz Custódio, contemporâneo de alguns dos membros deste cineclubes, assim os afirmou: “Eles faziam uma leitura mais política dos filmes”. A consequência desta visão política foi a perseguição da qual os membros desta associação foram vítimas. Segundo Rômulo Azevedo, José Neumanne Pinto foi expulso do curso de Economia da UFPB (Campus Campina Grande) e a consequência foi sua viagem para São Paulo, onde se tornou um dos mais destacados jornalistas brasileiros.

A atividade cineclubista brasileira, nos anos 1960, passou por uma expansão como nunca se viu antes, inclusive isto se refletiu no estado da Paraíba, no entanto, em todo o cenário brasileiro foi um movimento artificial, insuflado pela Igreja Católica que detinha o monopólio da atividade. Além disso, a partir de 1964, a atividade entrou em declínio pelo advento do regime militar e a ação perniciososa da censura (RABAÇA, 2001). Em Campina Grande não, o movimento cineclubista teve seu auge justamente no período inicial da ditadura militar no Brasil, que foi o Golpe de 1964, passando pelo Ato Institucional nº 5.

Aliás, perguntado sobre o fim do **Cineclubes Campina Grande**, José Umbelino Brasil, sustenta que o Ato Institucional número 5, de 1968, foi uma mola propulsora para o fim da instituição. Agnaldo Almeida destaca o mesmo acontecimento, mas enfatiza também o fato de boa parte dos membros do **Cineclubes Glauber Rocha** acabarem saindo da cidade de Campina Grande para trabalharem em outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro:

Iremar Maciel de Brito, meu tio, e Neumann resolveram viajar. Foram morar no Rio e em São Paulo, respectivamente. O movimento, então, foi caindo e cada um tomando o seu destino. Eu mesmo vim para João Pessoa, depois de fazer vestibular. Não houve uma decisão de acabar o cineclube. Ele foi se extinguindo com o tempo (Depoimento de 16/08/2007).

Em relação à repressão ao Cineclube Campina Grande, identificamos outro aspecto divergente entre o discurso dos depoentes Rômulo Azevedo e Luiz Custódio. Para o professor Rômulo Azevedo: “O quartel local investigava o Cineclube à distância. O tempo inteiro tinha olheiros, por exemplo, às vezes a gente estava exibindo um filme e chegava alguém que nunca vimos e ficava ouvindo o debate, prestando atenção às discussões...”. O ex-cineclubista ainda lembra dois casos que ocorreram na época. Um foi o arrombamento de um espaço de reunião do cineclube e o outro foi um telefonema anônimo ameaçando de arrombamento o Cineclube Campina Grande devido à exibição de um filme polêmico e proibido.

Já Luiz Custódio, em seu depoimento, nos relatou o seguinte: “Eu não me lembro de a gente ter tido problema com a exibição de filmes” e, mais à frente, concluiu: “O Cineclube Glauber Rocha tinha o rótulo de ser um grupo de esquerdistas, mas nós não tínhamos esta rubrica. Daí porque eu não tenho nenhuma lembrança de problemas políticos”.

Quanto à produção cinematográfica destes dois cineclubes, podemos destacar o curta-metragem “wykyz”, espécie de poema-processo filmado, dirigido por Regina Coeli em 1969, ligada ao Cineclube Glauber Rocha, exibido no Cine Payssandú, no Rio de Janeiro. O projeto definiu o destino do cineclube, que se dissolveu no Grupo Levante, ligado ao movimento de vanguarda do poema/processo de Natal e Rio de Janeiro. Em 1970 os membros

do Cineclube Campina Grande produziram coletivamente um filme em 16mm chamado “Natal 70”, com o apoio da Prefeitura Municipal de Campina Grande (LEAL, 1989).

Desta forma, compreendemos que os depoimentos orais são fontes privilegiadas para obtermos as variadas versões de um mesmo acontecimento, à medida que cada discurso parte de um lugar, lugar este vinculado a um contexto específico. A discordância, portanto, não deve ser vista como algo negativo e sim como enriquecimento das falas, possibilitando múltiplas visões sobre o mesmo caso.

No que se refere ao movimento cineclubista campinense no contexto dos primeiros anos da ditadura militar, percebemos claramente uma diferença entre os dois cineclubes atuantes naquele momento: o Campina Grande e o Glauber Rocha. O primeiro, preocupado mais numa visão de cinema “da arte pela arte”, enquanto o segundo discutia um cinema político, engajado, dialogando mais com o contexto ideológico brasileiro e internacional.

Desde já informamos que este trabalho foi desenvolvido de forma preliminar e possibilitará futuramente, acreditamos, estudos mais aprofundados sobre o tema. O movimento cineclubista campinense permanece ainda com muitos dados e reflexões para serem investigados.

Referências

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia:** a juventude em questão. São Paulo: SENAC, 2003.

FALCONE, Fernando. **A crítica paraibana e o cinema brasileiro.** Dissertação de Mestrado: ECA, 1995.

LEAL, Wills. **O discurso cinematográfico dos paraibanos: a história do cinema na/da Paraíba.** João Pessoa: A União Editora, 1989.

MENEZES, José Rafael de. **Caminhos do cinema.** Rio de Janeiro: Agir, 1958.

POROLLI, Samuel. **Noções de cinema.** São Paulo: FTD, 1965.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de comunicação.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAMOS, Fernão; MIRANDA, Luiz Felipe (Orgs.). **Enciclopédia do cinema brasileiro.** São Paulo: SENAC, 2000.

STEPHENSON, Ralph; DEBRIX, Jean. **O cinema como arte.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

WOLLEN, Peter. Cinema e política. In: XAVIER, Ismael. **O cinema do século.** Rio de Janeiro: Imago editora, 1996.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Fontes e lista de Depoimentos:

Aderaldo Tavares
Agnaldo Almeida
Bráulio Tavares
José Neumann Pinto
José Umbelino Brasil
Luiz Custódio da Silva
Rômulo Azevedo

64 na música: Vandr , mas sem falar de flores

Ricardo Anísio

“Olha que a vida tão linda se perde em tristezas assim”. Esse primeiro verso da can o “Porta Estandarte”, música de Geraldo Vandr  e Fernando Lona que venceu o Festival de Música Popular da TV Excelsior (SP) em 1966, não deveria, mas pode ser considerado por muitos o resumo da carreira desse paraibano que tem uma obra musical brilhante. O problema é que picharam com tinta vermelha a obra de Geraldo Vandr  reduzindo-a apenas a música de protesto e é muito pouco para um artista de sua criatividade ser rotulado somente como autor das mais belas palavras de ordem em forma de can o que embalaram as paradas das ruas e de sucesso durante os anos de chumbo. Tudo bem que ele foi o compositor e o cantor que melhor representou esta vertente da MPB tão em voga e tão aplaudida nos festivais, naquele tempo que jogar pra galera coincidia com engajamento artístico, forma o política, responsabilidade social e, principalmente, conteúdo poético, bons tempos para a nossa música...

A voz rouca de Vandr  pode ter sido a primeira voz rouca das ruas, mas não foi são isso, ele cantou o amor, mesmo que breve, ele cantou a despedida, mesmo que a despedida tenha sido são uma metáfora para o exílio, e ele cantou a fraternidade, mostrando que fica mal com Deus quem v  o outro com uma visão tacanha e resumida. A música boa amadurece e as melhores ainda se renovam ganhando novas conota es com as mudanças que o tempo inexoravelmente impõe à sociedade.

Não vai entender de amor quem nunca soube amar, assim não vai entender de Vandr  que nunca soube ouvi-lo, se a gente revisitar, vou usar este termo surrado mesmo, o cancioneiro de Vandr  veremos que a sua diversidade vai além da temática, ele passeou por ritmos genuinamente brasileiros como a toada, o baião, o samba e a marcha rancho, ele inaugurou uma nova linguagem como uma espécie de Antônio Conselheiro ou Dom Quixote, personagens que acreditavam mais no sonho que na vida e assim como estes heróis ele empunhou seu estandarte na mão pra anunciar que a música pode ser áspera e bela, pode ser árida e bastante fértil. Não foi à toa que ele, durante a ditadura, foi gravado por Luiz Gonzaga que era considerado benquisto pelos militares e que ousou opinar e peitar os jovens tropicalistas de então dizendo que eles não faziam uma música boa e mesmo assim tem parceria com Gilberto Gil e Torquato Neto. Vandr  é mais que uma página da nossa história musical, pois é uma voz que disse que não cantava se não fosse assim, e parece que não foi, mas vou esperando que pelo menos a sua terra respeite sua memória, afinal ainda espero notícias da terra do benvir .

A esquisitice de Vandr 

Para quem não conhece a trajetória de Geraldo Vandr  pode parecer que ele tenha perdido o fio da comunica o com o mundo. De certa forma isso não é de todo mentira. No trato com as pessoas que o abordam, ele tem mesmo se enclausurado em suas ‘viagens’ existenciais. Isso não se torna assim tão incompreensível e enigmático se estivermos com o interesse de construir um altar est tico para esse importante nome da música brasileira.

Mas, e se observarmos Vandr  pela  tica existencial? Aí é que a coisa começa a se emaranhar em dez mil possibilidades. O fato de o artista (ele se autodenomina como ex-artista) não querer mais estabelecer contato com o mundo da música (mais ainda com a can o popular), convenhamos, não   lá muito comum.

E com esse enclausuramento intelectual, Geraldo nos fornece argumentos para não termos argumentos. Por diversas vezes me vi sem ter como advogar em sua causa quando algumas pessoas começavam a coloca-lo na berlinda. O que dizer de um artista de tamanha importância, e aparentemente na fertilidade criativa, largar tudo? Uma vez ele me disse que “a música que quero fazer não será compreendida por essa gente acostumada ao consumo fácil”.

O que poderíamos deduzir de “consumo fácil” senão que ele se propõe a uma elevadíssima criação que não poderia ser compreendida por nós outros, simples mortais?! Isso pareceria de uma prepotência descomunal a um artista que um dia cantou em defesa de seu povo. Um artista que compôs um hino-marcha de protesto em suas mãos mobilizando centenas e/ou milhares de pessoas a serem arrastadas pelo seu chamamento de “vem vamos embora que esperar não é saber”.

Ao mesmo tempo em que Vandré dizia-nos que esperar não é saber, ele se fez (e faz) esperar. O tempo nunca foi um problema para ele. É como se ele fosse uma antítese a Raul Seixas, que não queria nunca sentar-se para esperar a morte chegar. Geraldo Vandré nos apontava o inverso, a provável opção de esperar a morte chegar, sentado no apartamento com a boca cheia de dentes.

Curiosamente, Geraldo nunca simpatizou com a turma do rock feito no Brasil. Ele sempre foi radicalmente contra o fato de abriremos as portas ao “apostolado” roqueiro que invadira o mundo a partir da década de cinquenta e enraizada com mais força na década seguinte. “Não conheço nada do rock, eu sou um artista brasileiro!”: disse-me certa vez elevando a voz e franzindo a testa como uma reprovação categórica à suposta aprovação de minha parte aos modelos da música americana dos anos setenta em diante.

Esse foi, é e será sempre Geraldo Vandré. Um artista convicto do purismo estético como salvaguarda de uma cultura

nacionalista que pode fazer mudar os conceitos político-ideológicos dos nossos jovens mais adiante. Certo ou não (e o conceito de verdade para ele não é nada relativo) temos de respeitar esse gênio angustiado que fez de sua bandeira a busca (e manutenção) de uma cultura musical brasileira purista e pura; sem os códigos impostos pelos norte-americanos mais assentados no rock e derivados.

Loucura ou esquisitice?

Estive com Geraldo Vandré pelo menos umas vinte vezes. Em nenhuma delas ele teve comportamento social (sic) que possa ser chamado de 'normal'. Certa vez saímos eu, ele e a escritora Mercedes Cavalcanti (Pepita, de nome artístico) para uma casa de massas em Tambaú, João Pessoa, e a partir dali fiquei com a convicção de que ele ostenta sérios distúrbios comportamentais.

Em dado momento da conversa, ele passou a falar em castelhano e eu simplesmente passei a me sentir o verdadeiro bobo da corte. Diante de um ídolo, venerei Geraldo durante pelo menos duas décadas de tamanha envergadura, minha euforia mostrou-se bem maior do que na realidade viria a se mostrar.

Estava eu diante de um homem indecifrável. Mas, até aí tudo bem; afinal de contas o que nele devia prevalecer era mesmo a força da sua obra. Mas, como tratar da obra de um criador sem passar o escaneador por cima de sua conduta? Claro que o artista não tem necessariamente que apresentar-se coerente entre criador e criatura.

Fui assim, tentando dar chances e mais chances ao meu ídolo na ânsia de vê-lo com o mínimo de coerência humana, já que a arte quase nunca equivale à vida. E cada vez que eu era benevolente com Geraldo mais ele se exibia grosseiro e nitidamente fora dos padrões aos quais costumamos chamar de normal.

Sim claro, ‘ser normal’ pode parecer até uma metáfora para muitas pessoas. Há uma célebre, a qual decreta que ninguém é normal quando de perto. Contudo, penso que o caro leitor deva estar entendendo até que nível de normalidade sobre o qual estou falando. Vandrê chega a ser inconvivível tempo demais para que o chamemos de normal.

Lembremos do episódio em que, depois de uma discussão acirrada com Caetano Veloso e Gal Costa, Geraldo partiu para agredir Caetano e acabou se envolvendo em uma briga que é narrada no livro **Verdades Tropicais** do autor de Sampa. É verdade que Veloso provocou o músico paraibano, mas nada justifica o avanço de Geraldo contra ele em níveis que chegaram ao embate físico.

Por outro lado eu estive com Vandrê em ocasiões diversas nas quais ele se portou como um fidalgo; como na casa de Carlos Barbosa de Sousa, político também conhecido pelo alcunha de CBS e um dos quadros mais brilhantes do Partido dos Trabalhadores, até romper com o grupo petista. Carlos Barbosa conseguiu até fazer com que Geraldo pegasse o violão e desse uma canja de voz e violão.

Foi ali que revi o Vandrê que construíram para mim. Nós cantando “Caminhando” e ele fazendo o contraponto com trechos de “Fabiana”, uma obra que compôs em homenagem à Aeronáutica, já que era apaixonado por aviões. Essa foi a chance mais clara que tive de estar próximo do homem que, durante décadas, me cativou pela arte e pela suposta reação aos militares em época de duro regime ditatorial.

Hoje eu já preparei meu coração para as coisas que ele for contar e para as caminhadas que ele podia mas nunca fez de forma efetiva. A realidade me fez crer em um Geraldo Vandrê beirando a esquizofrenia ou, quando menos, uma bipolaridade gigantesca. Ele nem sequer veio do sertão como cita a sua “Disparada”. Vandrê foi sempre um cidadão urbano, de formação católica.

É assim! Nossos ídolos raramente nos encantam quando os conhecemos de perto. Realmente de perto ninguém é normal, como reza o psicologismo. E se é assim, então aprendamos a gostar (ou não) de nossos ídolos com suas mazelas e obras antológicas.

Louco ou excêntrico

Para falar a verdade a convivência com Geraldo Vandré não é nada fácil. Pelo contrário. É uma verdadeira travessia por mares revoltos. E, dessa forma, são totalmente justificáveis os espantos que ele causa naqueles que chegam a manter contato com ele tete a tete. Das pessoas, as quais o apresentei, todas guardaram a impressão de se tratar de um caso de esquizofrenia e/ou quando pouco de um comportamento completamente distanciado da socialização.

“Não faço questão de agradar ninguém!”; me disse certa vez. Cheguei a pensar que era uma brincadeira de mau gosto ou coisa que o valha; mas não era. Ele realmente nunca fez questão de mimosear suas reações. Seria ele um louco ou um grande curtidor? Por que ele nunca teve um desses acessos de rebeldia quando se postava diante de alguém a quem respeitasse?

Levei-o à minha casa para um almoço em família e ele se portou da maneira mais sóbria e “normal” possível. Conversou durante horas com meus pais e comportou-se de uma maneira irrepreensível. O “louco” deu lugar a um homem afável, lúcido, alegre e muito feliz. Será que um louco consegue precisar quando e onde ter seus ataques? Ou será que seus chilikues eram um jeito de manter distante quem a ele não interessasse?

A segunda opção o tornaria um homem normal. Sim, mas aí voltamos no tempo e lembramos do dia em que agrediu Gal Costa e Caetano Veloso chegando mesmo a partir para a agressão física contra o filho de Dona Canô; precisando que pessoas interviessem para que não houvesse um desfecho pior. Convenhamos que nada disso parte da composição de uma personalidade saudável.

Pois bem. E sua elegância e afabilidade perante meus pais e a amigos como Sivuca, Zé Ramalho e Vital Farias? Pois é. Levamo-lo à casa de praia de Zé Ramalho e ele mostrou-se normalíssimo. Ouvia a versão que Zé gravou de “Fica Mal com Deus” e se deleitou com os papos maravilhosos do saudoso Livardo Alves, compositor paraibano que desencarnou sem que sua obra fosse devidamente destacada.

Consultei um amigo psiquiatra (Jorge Macedo) e ele me garantiu que nenhum louco consegue controlar-se plenamente e muito menos saber quando.

Por que um livro sobre Vandré?

Logo de saída lhes explico que esse meu livro não é exatamente uma biografia, mas sim, um livro sobre Geraldo Vandré. Também não é um livro que tenha a intenção de polemizar ou coisa que o valha.

Quando decidi organizar essa obra meu interesse era traçar um (ou vários) perfis e avaliações sobre ele, Geraldo. Não tive (e nem os colaboradores presentes na obra) a intenção de usar e abusar de sua carreira e nem de macular sua reclusão e seu silêncio.

Também é um livro de fã. E esse livro de fã me causou uma perda, porque Geraldo Vandré não quer mais que se fale ou escreva nada sobre a criatura que criou. “Vandré morreu!”, disse ele em uma entrevista à extinta rádio **FM O Norte** (hoje **Clube FM**).

Paguei um preço alto para poder fazer esse registro do artista fantástico que é o paraibano Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, mais conhecido pela alcunha de Geraldo Vandré. O coautor de “Disparada” (parceria com Théo de Barros) e autor de “Pra Não Dizer que Não Falei das Flores (Caminhando)” diz-se ter matado o artista e decidiu viver humanamente recluso.

Essas decisões de Geraldo não me demoveram da ideia de editar um modesto registro. É claro que ele mereceria muito

mais. Afinal de contas trata-se do maior mito da Música Popular Brasileira; sem entrarmos nos méritos estéticos de quem ocupou tanto espaço, a partir de 1964.

Com o livro a que me refiro, pretendi apresentar a todos um artista brilhante, sem me ater muito às experiências pessoais com meu ex-amigo. Sim, ex. Porque certamente ele não quer que se mexa em sua reclusão. Pago o preço. Dou a cara à tapa. Que seja. Mas cumpri o trato com minha consciência, de mostrar a muitas pessoas a importância e o talento deste paraibano que imortalizou-se já em vida e que fez a hora sem esperar acontecer.

Cultura e artes no tempo da ditadura

Chico Pereira Jr.

Tempos de crise contribuem para revoluções intelectuais e estéticas. Paradoxalmente, sem ser uma revolução cultural no seu sentido restrito, o 31 de março no Brasil, durante duas décadas, a partir de 1964, foi festejado como data comemorativa, marcada esteticamente por desfiles e cerimônias que se incorporaram ao inconsciente coletivo. Como outras “revoluções”, o chamado Movimento Democrático Revolucionário, instituído pelos militares que se insurgiram contra a República, praticamente em nada mudaria o país no seu aspecto social e econômico como já vinha sendo tangido desde a Primeira República: ricos continuaram ricos, pobres do mesmo jeito e a classe média espremida. A ditadura, no entanto, deixaria sua marca em todas as faces da criatividade intelectual e artística nacional, ainda hoje produzindo efeitos.

É claro que num mundo fraturado pela guerra fria o Brasil não ficaria de fora das disputas travadas entre as potências hegemônicas, notadamente a partir do desfecho da Revolução cubana abrindo as portas do continente americano aos mísseis soviéticos. Hoje sabemos, em grande parte, um blefe: gigantescos armamentos cenográficos instalados na ilha de Fidel, para forçar os Estados Unidos a uma negociação retirando armas atômicas instaladas na Turquia, apontadas para Moscou.

Novas correntes estéticas

Mas falando de artes, essas também não ficariam de fora deste cenário ideológico, marcadas que foram pelos acontecimentos “revolucionários”, a partir de certo momento, saindo da tranquilidade assegurada pela possível democracia que se instalara no período de Juscelino, atravessando o breve governo de Jânio Quadros e o tumultuado período que iria do parlamentarismo Tancredista à república sindicalista de João Goulart.

Importante compreender-se que, mesmo atravessando todo o momento da guerra fria, no Brasil, as experiências estéticas introduziam ou davam continuidade àquelas que já se estabeleceram na Europa e nos Estados Unidos, com linguagens descendentes da modernidade como o abstracionismo informal, do neo-realismo ou, no caso das artes plásticas, as novas figuras e da pop-art nascente. Situação que acontecia na América Latina, acrescentada do Realismo-Mágico, também presente na literatura. No teatro, as influências do teatro Brechtiano e do realismo crítico norte-americano.

Era de certa forma uma calma estética que pouco se ligava às questões da guerra fria, com mais conteúdos sociais e menos ideologias. O Ocidente que saíra da barbárie da guerra provocada pela insânia fascista se afastava esteticamente da violência procurando enxergar o mundo sob outros olhares, mais críticos, personalistas e comportamentais, até meio cínicos e descrentes. Beauvoir e Sartre que o digam. Grande parte da intelectualidade não acreditava mais numa construção socialista, o que sobrava dela não confiava na democracia liberal.

O Brasil, como sempre, continuava absorvendo influências e dando sinais de identidades próprias. O povo sendo arrastado pelo samba e pelo futebol, duas faces nacionais que tanto contribuiriam para revelar ao mundo a alma brasileira: a magia do seu futebol em 58 e a Bossa Nova no início dos anos de 1960, estéticas

que se incorporariam definitivamente à cultura universal. Talvez a mais importante contribuição do Brasil à sensibilidade do nosso tempo.

Este é um ponto de partida para se compreender a cultura brasileira, com suas limitações e ambições, construindo e resistindo às mudanças que ocorreriam a partir do golpe militar de 1964. Aí, também, o papel das artes plásticas e das outras manifestações culturais e artísticas que praticamente atravessariam os primeiros momentos desse episódio sem serem incomodadas.

Pudera! As manifestações culturais no momento da intervenção armada refletiam ainda, de certa forma, a euforia e as conquistas do período do governo Juscelino, que prometera em cinco anos fazer o país avançar cinquenta. Se não avançou tanto, algumas obras realmente mudariam a face da nação para sempre, entre elas a transferência da Capital, que arrastaria o país, preso desde o descobrimento ao litoral, para o planalto central. Culturalmente isto teria enorme influência na mentalidade e no espírito brasileiro.

O Rio, do cinema à bossa nova

Era um momento ainda marcado pela hegemonia do Rio de Janeiro na política e na cultura, mesmo com o advento de importantes manifestações, a exemplo da criação da Bienal Internacional de Artes de São Paulo no início dos anos cinquenta, mais como demonstração de força da burguesia industrial paulistana do que referência do estado como centro artístico importante, apesar da emblemática Semana de 22, que só veio tomar corpo muito tempo depois como referência de modernidade. O Rio era de fato o farol, desde o reinado de D. João VI.

De fato, a antiga Capital continuava ditando moda, seja pela vitalidade da sua música popular de raízes no samba, ou de outros gêneros que prosperavam através do rádio carioca ou das

chanchadas que faziam sucesso país afora projetando mercado e reconhecimento aos intérpretes, este mesmo cinema de apelo sentimental, cômico e crítico aos costumes, à política, o jogo do bicho, o carnaval, onde tudo terminava em samba. Enfim, o Brasil retratado.

Cinema carioca além da chanchada abrindo caminhos ao *Cinema Novo* com **Rio 40 graus** e **Cinco Vezes Favela**, cinema documentário que ia revelando a face cruel da vida da favela com suas misérias e sua resistência, fonte inspiradora do samba. Estéticas do realismo captadas em preto e branco, lições de um cinema brasileiro que projetaria no futuro o Brasil lá fora com **Vidas secas**, de Nelson Pereira dos Santos e **O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro** e **Deus e o Diabo na Terra do Sol**, de Glauber Rocha.

Era a época da consolidação do abstracionismo geométrico marcado pela cor, pela forma e pelo espaço, entre outros, obras de Amílcar de Castro, Lygia Pape, Franz Weissman e Hélio Oiticica, este que viria logo à frente abrir caminho para o tropicalismo. Surge o “objeto”, construções que teriam em Lygia Clark sua principal referência. Faziam contraponto com os abstracionistas paulistas, estes marcados pelas artes gráficas e pelo design. A poesia que já saíra da métrica e da rima há muito tempo tinha em Ferreira Gullar o principal expoente da poesia concreta no Rio. Com raras exceções, fora desse eixo as artes plásticas no Brasil continuavam, quando muito, restritas às figurações e abstrações da primeira fase da modernidade internacional.

Mas a grande contribuição carioca foi a Bossa Nova. Não foi um arroubo sentimental nem tampouco um estalo de pequenos burgueses enfadonhos como dizem alguns registros apressados. Na realidade, o estilo, a forma de cantar, os sincopados, a voz mais silenciosa do que gritante, tudo já vinha sendo desenvolvido desde os anos cinquenta, na boate, no inferninho, no bar onde não se fazia necessário o vozeirão do intérprete como no

auditório do tempo glorioso do rádio. Era música para se ouvir no silêncio, curtindo a letra, a dor de cotovelo. Tempo da voz angustiada de Maysa Matarazzo, do cantar aveludado de Agostinho dos Santos, de letras sentimentais, melodias caprichadas à moda americana de Cole Porter ou da interpretação de um Bing Crosby, de tanta influência do cinema americano do pós-guerra. Tempo de Dick Farney e seu trio de piano, baixo e bateria, tocando baixinho para se dançar bolero ou se ouvir canções movidas a doses de gim tônica ou dry Martini. Copacabana era a princesinha do mar...

Daí para a Bossa Nova só faltava a batida do samba domesticado pelo violão de quem sabia música de conservatório, influenciado pelo bebop e pela síncope jazzística, tocada no mundo inteiro pelas bandas que animavam salões e festas. Não era novidade desde os anos vinte do século passado. Os atores que formataram a nova bossa, de compor e interpretar o samba refeito à modernidade não tinham projetos, apenas uma diversão sem compromissos profissionais. Sem querer querendo universalizaram o samba. Na raiz, mesmo antes de **Chega de saudade**, de João Gilberto, Eliseth Cardoso já gravara **Canção do amor demais**, de Tom Jobim e Vinicius. As canções que antecedem a ditadura militar falam de amor, barquinhos velejando e sinfonia de bichos, assumiam com gracejos o aparente desafinado, altamente afinado nas dissonâncias herdeiras da erudição atonal do início do século vinte.

De Jânio a Goulart

Diante do sucesso, setores da esquerda acusavam os bossanovistas de alienados porquanto estariam destruindo o samba na sua pureza e autenticidade. Por outro lado, o Presidente Juscelino Kubitschek convidaria seus principais autores para fazer e apresentar em Brasília a “Sinfonia da Alvorada”, peça de exaltação à nova capital, que nunca chegou a ser apresentada. O Presidente,

por conta da sua aproximação à música e à dança (tocava violão e gostava de dançar), foi apelidado de *presidente bossa nova*, também pelas suas posições de desejar introduzir novidades ao país. Juscelino encerraria o ciclo pacificado da política nacional.

Sucedeu-lhe Jânio Quadros, eleito com expressiva votação numa campanha que praticamente dividira o país entre as ideias nacionalistas em torno da candidatura do General Henrique Teixeira Lott, e do populismo do candidato escolhido. João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas se egeria como Vice-Presidente, mesmo sendo da chapa do General Lott. Esta dicotomia eleitoral seria, depois, um enclave na sucessão dos acontecimentos que se sucederiam.

O governo de Jânio foi contraditório, confuso e personalista. Populista e conservador, condecorou “Che” Guevara, o líder revolucionário cubano, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a maior honraria nacional. Ao mesmo tempo proibia a briga de galo e o uso de biquíni em desfiles de miss. Desafiava os militares e se metia em tradições populares. Governando na solidão do planalto central abdicou da presidência, certo de que o congresso não aceitaria a renúncia. E se aceitasse o povo lhe daria poderes totais para governar. Nem uma coisa nem outra. Estabeleceu-se uma crise sem precedente quando facções políticas e militares não aceitavam a posse do Vice-Presidente, que se encontrava no exterior. Crise superada com a instalação do regime parlamentarista, tendo Tancredo Neves como Primeiro Ministro e Jango como presidente.

Este modelo de pouca duração, através de plebiscito, devolve a Jango plenos poderes de Presidente. É neste momento que se desenvolveriam os acontecimentos que agora completam pouco mais de 50 anos de instalação. E com ele mudanças psíquico-sociais e culturais que marcaram o país até o presente.

Até então, o país que vivenciara uma estabilidade política e social, enfrentaria uma nova ordem com exigências que estavam

travadas há décadas, entre elas a reforma agrária - de onde surgiriam as ligas camponesas -, o controle da remessa de lucro de empresas estrangeiras e tantas outras propostas de cunho governamental ou pressionadas pela sociedade. Surgem manifestações culturais em torno dessas medidas e se evidenciaria uma “arte engajada,” assumida por muitos intelectuais e artistas que iriam colocar seus talentos a serviço dessas reformas. Instalam-se movimentos populares para alfabetização, baseados no método do educador Paulo Freire, cuja pedagogia se utiliza do princípio de ensinar a partir da realidade social e cultural do alfabetizando.

O Brasil se aproximaria mais dos países socialistas, entre os quais o do governo de Havana. Cresce o movimento sindical exigindo reformas mais radicais. Enquanto isto, emerge a reação dos proprietários de terra que levaria ao assassinato de líderes camponeses. O ano de 1963 apresenta um cenário sombrio e eufórico ao mesmo tempo. De um lado pregações para instalação de uma república sindicalista, por outro lado ameaças de um golpe para desestabilizar o governo e redirecionar o país ao lado dos Estados Unidos e do capitalismo.

Regime militar e cultura

O 31 de março de 1964 foi um ato simbólico da trama urdida nos quartéis com o apoio dos Estados Unidos e de boa parte dos políticos e da sociedade civil, temerárias de um golpe das forças de esquerda apoiadas pelo governo de Jango. Forças essas que nunca existiram, a não ser na imaginação dos que acreditavam numa pátria socialista ou dos que sonhavam que a democracia se fazia com passeatas ou palavras de ordem. Não se disparou um tiro sequer.

É nesse momento em diante que vai se operar um avanço na cultura brasileira, no teatro, na música e nas artes visuais, contraditoriamente no período de restrições, reafirmando que o tempo

de crise é sempre propício a mudanças. É como se a inteligência ficasse mais aguçada para driblar os censores, através de metáforas, de artimanhas e códigos que o outro compreenderá como mensagem a ser decifrada. Quando se derem conta já está na mente ou de boca em boca.

Para o regime militar no primeiro momento interessa estabilizar o regime já que não havia resistência desde o início. Só a partir das primeiras reações estudantis e tentativas de reagrupamento de pessoas e instituições é que o governo, chamado por si mesmo de “revolucionário”, vai reagir através de novos atos institucionais apertando o cerco às manifestações contrárias ao regime, entre elas as acanhadas manifestações artísticas. Mas o surgimento de grupos teatrais em São Paulo e no Rio de Janeiro, a exemplo do Teatro de Arena, Teatro do Estudante e Grupo Oficina que revelaria a dramaturgia, entre outros, de Augusto Boal e José Celso Martines Corrêa, Oduvaldo Viana Filho, Giafrancesco Guarnieri e do paraibano Paulo Pontes, levariam ao público encenações carregadas de emoções políticas de enormes repercussões junto à classe média, certamente levantando a fúria dos militares que se sentiam ofendidos mesmo que estas dramaturgias não se referissem a eles e ao regime diretamente.

Nas artes plásticas, desde 1965 exposições passaram a contar com temas políticos, com sátiras e denúncias, a exemplo no Rio de Janeiro da “Opinião 65”, e depois “Opinião 66”, revelando artistas que se engajavam na luta pela democracia, entre eles Antonio Manoel, Rubens Gerchman, Antonio Dias, Pedro Escosteguy, Raimundo Colares, Raul Córdula, entre outros que nos anos seguintes viriam constituir a vanguarda da arte Brasileira. A censura batia às portas até dos salões oficiais, como aconteceu em 1968 com a **II Bienal Nacional da Bahia**, fechada por ter sido considerada ofensiva ao regime. Com o teatro não seria diferente mediante espetáculos censurados ou mesmo cerrando suas portas.

As mesmas intervenções com os festivais de música popular, acontecendo desde 1966, revelariam uma nova geração de compositores e intérpretes, entre aqueles que viriam renovar o panorama musical brasileiro com Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Nara Leão, Maria Betânia, Gal Costa. E ainda Geraldo Vandré, cuja música **Para não dizer que não falei de flores** se transformaria no hino da resistência à ditadura.

O tropicalismo antes do AI/5

Aperto maior viria com o ato institucional nº 5, fechando o Congresso Nacional e levando a uma nova onda de cassações políticas e civis, com prisões e perseguições, inclusive de muitos artistas e intelectuais, professores e cientistas. É o início da era de chumbo da ditadura frente à insurreição armada da guerrilha de inspiração socialista, de sequestros de embaixadores, assalto a bancos para assegurar recursos à luta armada e passeatas estudantis que explodem em todo o país. O ano de 1969 inauguraria uma era emblemática para o mundo, atingindo o Brasil em pleno exercício da repressão, cuja culminância se daria no governo do General Emílio Garrastazu Médici.

O ano anterior seria marcado pela revolta dos estudantes em Paris, levantando barricadas e incendiando mentes e corações da juventude no mundo inteiro. Os hippies e seu estilo de vida se espalhavam além das fronteiras americanas contestando a ordem estabelecida e o engajamento dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. Os Beatles eram aclamados, abrindo caminho a outros grupos que se transformaram em ícones do nosso tempo. Quando o ano de 1969 chegou, a porta escancarada das insurgências deixou passar tudo aquilo que o mundo que estava se globalizando não poderia mais deter. A humanidade dava seu primeiro passo na lua ao mesmo tempo em que os Estados Unidos começavam a se afundar militarmente no Vietnã.

Entrávamos na era das imagens, da semiótica, da arte contemporânea aceita como uma realidade presente no cotidiano, de ícones banalizados nas gravuras de Andy Warhol, misturando Mao Tsé Tung com Pelé, Marilyn Monroe com Che Guevara, com Martin Luther King. A pop-art, teoricamente, encerrava na figuração, um ciclo na história da arte que se estabelecera no pensamento ocidental desde a antiguidade clássica. No Brasil a pop-art e outras correntes figurativas também se engajavam na política ou davam continuidade ao que já desenvolviam desde o período inicial do golpe militar. Artistas com produções poeticamente engajadas, como Cildo Meireles, Waltércio Caldas, Carlos Vergara, Arthur Alípio Barrio e Roberto Magalhães, resistiam à vigilância da censura com obras enigmáticas. Estabeleciam-se as performances e as instalações, as vídeos-artes, a arte Xerox e a arte postal, esta se expandindo e universalizando-se.

Dos festivais de música surgiria a MPB, aquela produção que passaria a designar a música popular brasileira autoral, de influências diversas com uma característica comum, ampliando de forma significativa o universo de criação e interpretação nacional. A MPB seria uma importante vertente para o escoamento da Inteligência musical dessa nova geração com letras que nas entrelinhas denunciavam as arbitrariedades da ditadura. Dos festivais também surgiria o Tropicalismo, movimento que teve em Gil e Caetano seus principais expoentes. A designação “Tropicália” fora extraída de uma instalação artística de Hélio Oiticica, apresentada em 1967, constituída de um ambiente formado por paredes de madeira e plástico, areia e pedras, flores e bananeiras de plástico, uma cenografia de apelo à natureza tropical brasileira. Uma revisitação bem humorada e Oswaldiana dos modernistas de 22.

O Tropicalismo foi festejado por muitos, mas criticado por outros, como já acontecera com a Bossa Nova. Emblematicamente uma musicalidade que misturava samba e rumba, bolero, baião, frevo e tudo que pudesse se transformar numa “geléia geral

brasileira”, tema de uma das suas canções. Poéticas que apelavam para o humor, a irreverência, o sentimentalismo barato, tradições e contradições da história e da sociedade brasileira, de certa forma recompondo o pensamento dos modernistas numa visão do Brasil e do mundo naquele momento, introduzindo a guitarra do rock, que se universalizara como padrão musical desde Elvis Presley. Foi um curto momento de muita euforia e alegria musical, mas que evocava nas letras e nos gestos interpretativos das canções, sátiras ao regime militar. Não poderia ir mais longe. Seus principais atores, Gil e Caetano foram presos e “convidados” ao exílio na Europa. Com isto o Tropicalismo “congelou” enquanto um movimento de renovação, deixando no entanto o legado e uma lição de resistência estética e política. Chico Buarque de Holanda, que se transformara num grande ídolo nacional por conta das suas letras declaradamente contra a ditadura não foi para a cadeia, mas se exilou na Itália.

A cultura contra a censura

Em 1970 o governo apertava ainda mais o cerco às manifestações culturais que se tornavam cada vez mais instigantes e provocativas. A tesoura da censura cortava tudo que tivesse a menor citação ou referência que desagradasse o sistema. Os jornais saíam com espaços negros quando não dava tempo substituir o assunto censurado. O semanário cultural e humorístico O Pasquim, lançado em 1969, era o mais perseguido. O jornal, que se transformara num sucesso de vendas, trazia em suas páginas entrevistas polêmicas, artigos satíricos com muita dose de política. O humor era seu forte através da pena de Ziraldo, Jaguar, revelando Henfil, com suas personagens os fradins, Graúna e o bode Orelhona que se transformaram em identidades nacionais, pela sutileza das críticas ao regime. Faziam parte da equipe Luis Carlos Maciel, Paulo Francis e outros jornalistas

que se transformaram em referências para a geração de leitores da época, ávidos de informações e elucidações dos acontecimentos. Millôr Fernandes, que na revista **O Cruzeiro** se notabilizara com seu humor filosófico, teria seu suplemento **Pif Paf**, pioneiro da imprensa alternativa, encerrado suas edições pela censura.

A Grande imprensa, como se tornou comum reconhecer jornais de circulação nacional, apoiadora de primeira hora da ditadura, logo depois veio a ser atingida pela censura. Intelectuais que se dedicavam ao jornalismo, também escritores reconhecidos, a exemplo de Alceu Amoroso Lima, católico e liberal conservador, indignado com o controle da palavra e do pensamento e a demissão de figuras expoentes como Josué de Castro, Celso Furtado e Anísio Teixeira, cunhavam nos seus artigos a expressão “terrorismo cultural”, que passou a ser conhecida como a frase de resistência dos artistas e intelectuais. Outra palavra de resistência era a do romancista Carlos Heitor Cony, que nas suas crônicas no **Correio da Manhã** defendia a livre manifestação de pensamento e da criação artística, considerando que estes representavam as verdadeiras forças da elite intelectual, imprescindível à construção do país. Estes e muitos outros já tinham levado em maio de 1965 a produção de um manifesto com assinatura de 1.500 intelectuais, endereçado ao presidente da República, protestando contra a intervenção do Estado na cultura. Mas o coração da ditadura não abrandava, pelo contrário, a cada manifestação apertava o cerco e a perseguição aos que se colocavam ao lado da Democracia.

Sobre a década de setenta

O ano de 1970 foi o período mais cruel da ditadura, com prisões, torturas e mortes. Mas foi o ano da euforia do tri-campeonato de futebol. A nação, finalmente alcançara a graça de trazer para sempre a Taça Jules Rimet para o Brasil. Se não alcançava o respeito internacional entre as nações democráticas, pelo menos

no futebol, paixão nacional, todos estavam felizes. A economia dava sinais de vitalidade por conta de abundantes empréstimos no mercado de capitais externos, produzindo grandes obras e aparentes reformas modernizadoras. Ao lema oficioso do “milagre da economia brasileira”, o governo na sua propaganda diante da resistência de grupos armados e daqueles contrários ao regime insistia com a frase “Brasil ame-o ou deixe-o”.

A década de 1970 foi o tempo de grandes mudanças no Brasil, das contradições do modelo econômico que buscava aumentar o volume das exportações e o crescimento da economia com perspectivas do aumento da renda interna. Mas o aumento do preço do petróleo abreviou uma crise anunciada que levaria inevitavelmente ao abrandamento do regime político. A criação artística ainda viveria por mais tempo sob o jugo da censura. O ambiente universitário, que desde o início do golpe sofrera grande baixa continuava sob a intervenção ou vigilância do regime. Mas nesse momento os militares sabiam que estava chegando o momento de se preparar uma abertura política lenta e gradual, como se dizia no seu próprio jargão. No início dos anos de 1980, passado o Governo de Ernesto Geisel e iniciado o período do João Batista Figueiredo, o povo nas ruas de braços dados com intelectuais, artistas e lideranças estudantis, e mais os exilados que retornavam, o Brasil entrava na era da abertura controlada, o regime monitorando o movimento sindical através de negociações diretas entre empresas e operários, de onde surgiria a figura carismática de Luis Inácio da Silva. Não seria ainda o momento da redemocratização, mas esses atos de resistência, feitos em imagens, versos e prosas pela voz e mãos dos artistas e intelectuais desde o advento da ditadura, se não fez uma revolução, contribuíram na sua utopia para manter a chama acesa da liberdade que desaguou na devolução da Democracia ao país, agora muito mais forte e resistente a novas aventuras que não sejam o seu fortalecimento.

64 e a cultura paraibana

O Estado da Paraíba estava ainda marcado na história nacional como partícipe efetivo da Revolução de 1930. Nem era por menos no momento da deflagração do golpe que a Paraíba, apesar das suas limitações territoriais e econômicas, não estivesse no eixo dessa história. Afinal, alguns agentes indiretos do golpe aqui estavam presentes em 1930, entre eles Juraci Magalhães, Juarez Távora e Ernesto Geisel, que veio a ser o penúltimo presidente militar. José Américo de Almeida, um dos comandantes civis da Revolução de 30, receberia, logo depois do golpe, a visita do Presidente Castelo Branco. Dizem, para se aconselhar junto ao velho revolucionário aposentado.

Mas o acontecimento determinante na paisagem de 1964 na Paraíba, foram os episódios das ligas camponesas, organização sindical do homem do campo que lutava pela reforma agrária, melhores condições de vida e fim da semiescavidão em que viviam desde o Brasil Colonial.

As ligas camponesas mais do que uma luta do homem do campo, transformaram-se também numa bandeira e numa trincheira ideológica dos movimentos de esquerda, que iam dos discursos na Assembleia Legislativa às concentrações estudantis, dos sermões dos padres engajados nas pastorais camponesas às manifestações artísticas plásticas, musicais e teatrais que se inspiravam no movimento para fazer seu proselitismo político.

Por outro lado, aguçava-se a resistência dos proprietários de terra, expulsando camponeses das suas terras, derrubando suas casas e plantações, perseguindo os sindicalizados e patrocinando o discurso político na Assembleia Legislativa, onde alguns tinham assento e na imprensa onde se dirigiam à população denunciando o perigo que representavam as ligas camponesas para eles e para a estabilidade no campo.

O governo João Goulart apoiava o movimento camponês e partia para realizar a reforma agrária, como se dizia na época, “na lei ou na marra”. No dia primeiro de maio de 1962, realizou-se no Parque Sólon de Lucena, no centro da Capital, gigantesca concentração a favor da reforma agrária, com a presença do próprio presidente da República, de ministros de Estado, parlamentares, de líderes camponeses, entre os quais o Deputado Francisco Julião, fundador das ligas camponesas em Pernambuco, fonte inspiradora do movimento. Grande parte dos camponeses transportados gratuitamente pela Rede Ferroviária Federal, numa evidência do compromisso do governo com a reforma agrária.

Os episódios desse período são registrados pela imprensa, em livros e filmes, entre os quais o filme documentário **Cabra marcado para morrer**, do cineasta Eduardo Coutinho, sobre as ligas camponesas e o assassinato do líder camponês paraibano João Pedro Teixeira, filme iniciado às vésperas do golpe militar só concluído tempos depois pelo próprio diretor. A violência no campo com prisões e assassinatos e o tempo conturbado desse período, estão registrados no livro **Nordeste-Vietnan que não houve: ligas camponesas e o golpe de 1964**, do agrônomo, líder camponês e ex-deputado estadual paraibano Assis Lemos, uma das vozes principais na luta pela reforma agrária, preso e torturado no primeiro momento do golpe de 1964. O livro registra a preparação da visita à Paraíba, do Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, como uma das formas de minimizar esses conflitos no Nordeste, através do programa Aliança Para o Progresso, considerando ser a Paraíba um dos lugares mais explosivos do mundo. Sua presença não aconteceu por conta do assassinato do Presidente.

Culturalmente, nas proximidades do ano de 1964, a Paraíba não estava nem à frente nem à retaguarda do que acontecia no país. Herdeira de uma tradição literária que vinha de expoentes como Augusto dos Anjos, José Américo de Almeida e José Lins do

Rêgo, os dois romancistas tinham marcado suas obras com a realidade física e social da terra: a seca, a cana-de-açúcar, o cangaço e a paisagem telúrica. A estrutura da economia e suas variantes sociais nas suas escritas já revelavam uma realidade que os acontecimentos de 1964 comprovariam como desfecho de uma época cujo ciclo de poder mudaria de mãos e não retornaria mais à sua origem.

Os anos que antecederam o golpe militar, ou logo depois dele, não produziram uma literatura engajada, com raras exceções onde os conflitos sociais e psicológicos seriam abordados a exemplo do romance biográfico **Vingança Não**, de Francisco Pereira da Nóbrega, sobre seu pai, o cangaceiro Chico Pereira, uma abordagem realista de uma época de violência e de enormes conflitos que tinha suas origens na honra familiar, nas crenças individuais e na valentia das pessoas.

Poesia, Universidade e Churrascaria Bambu

No horizonte de 1960 a poesia é predominante com a presença de poetas e contistas que vão se deter em estéticas ainda parnasianas ou modernistas, mais sentimentais que engajadas em arautos libertários. Mas abrem caminhos para uma poesia renovadora marcada pelo concretismo e outras formas vanguardistas, desaguando na formação de grupos, entre os quais o *Caravela* e o *Sanhauá*, interessados em questões sociais e políticas, da maior parte poetas residentes na Capital, que vão produzir também obras artesanais e mimeografadas, envolvendo-se com as artes plásticas e com o teatro, alguns deles se dedicando à música. Destacam-se entre eles Geraldo de Carvalho, Maria José Limeira, Jurandy Moura, Sérgio de Castro Pinto, Marcos Tavares, Carlos Aranha e Marcus Vinicius de Andrade. Essas experiências estéticas incorporariam novas tendências como o Tropicalismo, a Poesia Práxis e o Poema-Processo, com vínculos nas cidades de Natal, Recife e Campina Grande.

Após 64, especialmente na Capital, foi um período de efervescência cultural e artística, procurando driblar o olhar vigilante da ditadura. A Universidade Federal, que fora ocupada por um representante da Ditadura perdia sua autonomia e com ela demissão de professores, funcionários e estudantes, acusados de subversivos. Há inclusive um episódio singular da “prisão” de uma câmera de cinema de procedência soviética, adquirida para se iniciar cursos de cinema na universidade; com esse gesto veio também a demissão de Linduarte Noronha, autor do filme **Aruanda**, documentário que registra a vida de uma comunidade de descendentes de escravos no Alto Sertão paraibano, filme premiado no Brasil e no exterior, tido como o precursor do Cinema Novo. Outra arbitrariedade foi a censura de uma exposição do artista plástico Raul Córdoba, fato que levou o Governador João Agripino a oferecer dependências do Estado para remontar a exposição.

João Agripino era homem de confiança do regime militar. Apesar do seu autoritarismo na política, em relação à cultura agia de forma ponderada. Por sua vontade e intervenção manteve funcionando na Paraíba o Jogo do Bicho, mesmo proibido no resto do País. Reconheceu oficialmente como expressão cultural e religiosa os cultos africanos, combatidos pela igreja católica conservadora e pelos protestantes. É do seu governo a lei que proíbe até hoje a construção de “espigões” na orla das praias paraibanas.

Nessa época, a intelectualidade e os artistas passam a frequentar a Churrascaria Bambu, no centro da Capital, no entorno do Parque Sólon de Lucena (Lagoa), ambiente formado por políticos, advogados, jornalistas e outras categorias sociais que se reuniam, principalmente à noite para bebericar e trocar ideias. A churrascaria se transformaria no bunker das discussões político-ideológicas, arrastando com elas as ideias estéticas inovadoras nas artes plásticas, na poesia, na música e no teatro. Limitado seu espaço físico por uma cerca, as discussões só incomodavam o regime quando extrapolavam seus limites internos.

Teatro, cinema e música

Isto se dava geralmente nas encenações teatrais que repetiam com grupos locais os textos da dramaturgia do eixo Rio/São Paulo, aqueles mesmos encenados por grupos como o *Arena*, o *Oficina* e o *Opinião*, cujos textos e cenografia apresentavam de certa forma manifestos contra a ditadura. Produções que levariam os grupos locais a criar textos e encenações também direcionados a denunciar o regime militar, a exemplo do espetáculo “Paraí-bê-a-bá”, escrito por Paulo Pontes, que veio a se tornar um dos maiores dramaturgos brasileiros desse período.

Inspirado nas lições de **Aruanda**, o cinema antropológico tinha continuidade com **Homens do caranguejo**, de Ipojuca Pontes, registrando a vida dos catadores desse crustáceo nos mangues paraibanos, com homens atolados na lama em busca da sobrevivência, realidade ainda hoje visível. Vladimir de Carvalho, que se notabilizaria no panorama nacional como cineasta dedicado às questões políticas, dava início à sua filmografia com **O País de São Saruê**, documentário e ficção baseado na literatura de cordel, obra que registra a realidade da paisagem social e cultural paraibana. É um período de afirmação do cinema paraibano com produções em grande parte voltadas à nossa realidade, revelando talentos, alguns deles vindo se projetar no panorama nacional. Entre eles se destacando Manfredo Caldas, Alex Santos, Walter Carvalho e Machado Bittencourt, este a partir de Campina Grande com extensa filmografia documental e ficcional, em sua maior parte relacionada às questões da cultura e da economia local. Machado veio a ser preso e a responder inquérito por estar presente no congresso dos estudantes de Ibiuna. Linduarte Noronha, já notabilizado com **Aruanda**, veio dirigir **O Salário da Morte**, o primeiro longa-metragem paraibano, rodado no Alto Sertão, ficção baseada na realidade do costume de mortes por encomenda.

Influenciada pelos festivais de música popular que aconteciam no Rio de Janeiro e em São Paulo, era inevitável que a Paraíba seguisse esse modelo realizando seus festivais. Em 1967, a Sociedade Cultural de João Pessoa promoveu o **I Festival Paraibano da MPB**, realizado no Theatro Santa Roza, seguido de outros realizados nos anos seguintes no mesmo teatro e outros locais, absorvendo outras tendências musicais da época. Participaram desses eventos jovens compositores e intérpretes, alguns vindo fazer carreira profissional a exemplo de Vital Farias, Luis Ramalho, Glorinha Gadelha, entre outros. Campina Grande não ficaria atrás, realizando também seus festivais, revelando outros talentos entre os quais Elba Ramalho. Letras e canções apresentadas nesses festivais seguiam as mesmas tendências poéticas e musicais daquelas já reveladas nos festivais do Sudeste.

O foco das artes plásticas

Nas artes plásticas, o período que se segue à instalação do governo militar, no primeiro momento, não vai revelar de imediato nenhum engajamento na política. Mas a partir de 1966 começam a aparecer manifestações artísticas comprometidas com gestos críticos ao regime, diretamente ou através de metáforas, incluindo aí as performances. Raul Córdula e Unhandejara Lisboa (Nandi) são os principais intérpretes dessa tendência. Nesse período é importante a presença do pintor João Câmara no ensino da arte no Departamento Cultural da UFPB, cuja produção na época já revelava uma forte projeção metafórica sobre a política na sua pintura.

Em Campina Grande, esse papel crítico e de denúncias seria feito através da *Equipe Três*, grupo constituído pelos jovens artistas Eládio Barbosa, Anacleto Eloi e Chico Pereira, com produções figurativas individuais e coletivas, entre elas uma exposição e um happening, realizado em 1966, no Clube dos Estudantes

Universitário, onde os três se apresentaram com máscaras de gorila, disparando tiros de festim com revólveres calibre 38, lendo um manifesto contra a ditadura. Algumas de suas obras desse período podem ser vistas no Museu de Arte Assis Chateaubriand, daquela cidade.

Em 1977, ainda em pleno vigor do regime militar, é criado pela UFPB o Núcleo de Arte Contemporânea – NAC, que teve à frente os paraibanos Antonio Dias e Paulo Sérgio Duarte. O NAC veio desempenhar importante papel no pensamento e no desenvolvimento da arte local, abrindo caminho para as novas gerações de artistas e estudantes, trazendo à Paraíba importantes artistas nacionais, boa parte daquela geração engajada na luta a favor da liberdade de expressão, a exemplo de Rubens Gerchman, Cildo Meireles, Claudio Tozzi, Paulo Brusik e outros entre os quais o próprio Antonio Dias. Na música, um fato importante foi a **Cantata para Alagamar**, ópera camponesa baseada em texto de W. J. Solha, musicado por Alberto Kaplan, sobre as tensões políticas no campo causadas pela ditadura.

Passado meio século da instalação da ditadura, a nós que vivenciamos este período, só nos resta refletir os acontecimentos com parcimônia, sem ódio aos agentes do terror porque eles se tornaram apenas sombras perante a História; sem melancolia do que podíamos ser nos nossos sonhos juvenis. Somos testemunhas de um tempo sombrio, mas somos também daqueles que não perderam a esperança de que dias melhores viriam. Lamentamos apenas os que tomaram na crença pela liberdade, ou dos que, acreditando que estavam certos, praticaram tanto mal.

- Parte IV -

NA AVALIAÇÃO DE UMA DINÂMICA: O RESCALDO

Cajazeiras: repercussão retardada

Francisco Sales Cartaxo Rolim

Repressão após o golpe de 1964

Não houve prisões em Cajazeiras logo após o golpe de 1964. O núcleo esquerdista local, além de frágil, mantinha forte entrelaçamento familiar. O perfil político e ideológico do prefeito municipal, eleito em agosto de 1963, Francisco Matias Rolim, ajustava-se ao novo sistema implantado pelo golpe. Comerciante, Chico Rolim era filiado à União Democrática Nacional (UDN), partido político integrado ao bloco ideológico civil-militar responsável pela derrubada do presidente João Goulart. Ao contrário de Sousa, onde o eleito, Antônio Mariz, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), realizou campanha defendendo-se da acusação de ser militante comunista.

A representação do que se poderia chamar núcleo esquerdista cajazeirense no contexto pré-1964, compunha-se de duas vertentes. A mais importante vinha do Partido Comunista Brasileiro (PCB), chefiada pelo agrimensor Sabino Guimarães Coelho, uma espécie de ovelha negra do tradicionalismo familiar e religioso de Cajazeiras. Participara de lutas antigas do partidão, tendo postulado cadeira de deputado federal no curto período de legalidade do PCB. Junto com ele, resgate-se aqui, entre outros, alguns adeptos do regime comunista em Cajazeiras: os irmãos João e

Abdias Lé, o mecânico Severino Costa, o ourives José Miguel, José Alencar Sobrinho (Zuca Alencar). A célula comunista local vicejou no clima anticlerical que marcou longa etapa do radicalismo ideológico, tornando-se inimiga da Igreja. Da Igreja e dos “entreguistas” – os defensores da entrega das riquezas nacionais à exploração do capital estrangeiro, sobretudo americano. Daí, a forte conotação nacionalista assumida pela esquerda brasileira.

A outra vertente seria representada pelo “grupo dos onze”, tentativa de Leonel Brizola de mobilizar através do rádio a sociedade brasileira, ao instigar a formação de pequenos núcleos de nacionalistas. A iniciativa inspirou-se no sucesso da cadeia da legalidade, comandada pelo líder trabalhista gaúcho, que assegurou a posse de Jango, frustrando tentativa golpista após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961. O “grupo dos onze” em Cajazeiras teria tido a adesão, entre outros, do dentista Abdiel de Sousa Rolim, vereador e vice-prefeito, eleito em 1963 pelo Partido Rural Trabalhista (PRT), do bancário Mailson da Nóbrega, do contador da revenda Chevrolet, Geraldo Rodrigues. Abdiel nega a formação do núcleo brizolista. Tratava-se, segundo ele, tão somente de pessoas afinadas com as posições de esquerda, sem nenhuma organicidade ou base ideológica que não fosse a defesa das riquezas nacionais e a pregação contra o imperialismo internacional. O “grupo dos onze” em Cajazeiras não passou da ingênua expressão de entusiasmo de esquina...

Por tais motivos, após o golpe, não houve prisão ou repressão violenta na terra de padre Rolim. Algumas pessoas de notórias posições comunistas ou a favor das reformas de base, por precaução, saíram de circulação momentânea, como foi o caso de Sabino Coelho, que se recolheu à sua fazenda. Ou desfizeram-se de livros, pretensamente subversivos, até de maneira folclórica... Depois da prisão do prefeito de Sousa, Antônio Mariz, um oficial da Polícia paraibana e, mais tarde, um major do Exército, procuraram o então vice-prefeito, Abdiel Rolim, pedindo-lhe explicações

a respeito de denúncia anônima relacionada à luta assumida por ele e um grupo de jovens estudantes, em defesa do ensino público e gratuito de segundo grau, visando a acabar com o monopólio do ensino em mãos da Igreja.

A violência viria mais tarde, onze anos depois, como efeito retardado, esdrúxulo, extemporâneo, incompreensível, através da explosão de bomba caseira no Cine Apolo XI, em julho de 1975, que matou duas pessoas e feriu outras duas.

O alvo seria dom Zacarias Rolim de Moura

Na noite de dois de julho de 1975 rodava no Cine Teatro Apolo XI o filme **Sublime Renúncia**, com Romy Scheneider, em cujo enredo havia a detonação de dinamite antes de começar um assalto. A película não agradara aos pouco mais de 40 espectadores, e alguns sequer esperaram o término da fita que, aliás, quebrou várias vezes. Por isso, a sessão acabou 15 minutos antes do horário previsto. No Apolo XI restavam apenas cinco pessoas. Eram 21h, mais ou menos, quando o jovem Geraldo Galvão encontra uma pasta modelo 007, embaixo da cadeira, onde dom Zacarias costumava sentar, e a entrega ao soldado Didi que, para saber a quem pertencia, retira de dentro algo que lhe parece um gravador. A poucos passos, Manuelzinho grita: “Não mexe, é uma bomba”. Assustado, Didi larga a pasta no chão.

Cajazeiras ouve então brutal explosão. Muitas pessoas correm atordoadas na direção do estrondo. A cena no interior do cinema é desoladora. Cadeiras quebradas, vidros partidos, quatro corpos no solo: Didi com as pernas amputadas, Manuelzinho com uma lasca de madeira na cabeça, Geraldo Galvão com perfurações da cintura para baixo. Geraldo Conrado tem a perna direita fraturada e o corpo cheio de pequenos furos. Atendidos no Hospital Regional de Cajazeiras pelo médico Deusdedit Leitão, Didi e Manuelzinho, foram encaminhados a João Pessoa.

Lá faleceram nos dias seguintes à tragédia. Geraldo Conrado e Geraldo Galvão ainda vivem. Quase inutilizados para o trabalho, tão graves e profundas são, ainda hoje, as sequelas físicas e emocionais. Luiz Conrado, também irmão, escapou ileso porque estava no primeiro andar do prédio. Todos trabalhavam no cinema ou ajudavam em tarefas eventuais. Em resumo, morreram em João Pessoa: Manuel Justino Conrado (19 anos), reservista do Tiro de Guerra, e Altino Soares (Didi) (43 anos), soldado da Polícia Militar. Sobreviveram: Geraldo Justino Conrado (31 anos), irmão de Manuel, reside em Cajazeiras, e o menor Geraldo Galvão (16 anos), mora em Juazeirinho do Norte.

Cajazeiras viveu dias de terror. Forte aparato militar ocupou a cidade, comandado por oficiais superiores enviados pelo IV Exército, sediado no Recife. Militares e policiais federais, auxiliados por servidores da Paraíba, realizaram as primeiras investigações, ouviram os feridos, autoridades religiosas, civis e pessoas, suspeitas ou não, que pudessem fornecer alguma informação para esclarecer a misteriosa bomba.

Coincidências e silêncio oficial

Além da explosão inserida no enredo do filme **Sublime Renúncia**, mais três coincidências contribuíram para povoar o imaginário da população cajazeirense. Mesmo agora continuam intrigantes, na ausência de esclarecimentos oficiais sobre a tragédia:

- a. A cadeira cativa de dom Zacarias Rolim de Moura no cinema estava vazia na hora da explosão do artefato mortífero porque ele se encontrava no Recife;
- b. O padre norte-americano, Francis Xavier Boyes, minutos antes da explosão da bomba-relógio, viajara de volta a Recife, onde era professor na Universidade Católica

desde 1974, depois de morar em Cajazeiras alguns anos, prestando serviços à diocese. Virou suspeito;

- c. O cajazeirense Ivan Bichara Sobreira era o governador da Paraíba, desde março de 1975. Coincidência? Quem arquitetou o ato terrorista teria escolhido Cajazeiras para ampliar mais ainda sua repercussão?

Passados mais de quarenta anos, o atentado do Apolo XI continua cercado de mistério. Os órgãos civis e militares encarregados das investigações jamais se pronunciaram acerca das possíveis motivações, da autoria material ou intelectual da ação dirigida, na aparência, contra a vida de dom Zacarias. Nada se sabe dos inquéritos realizados. Ninguém teve acesso a eles. Nada foi divulgado. Jamais houve qualquer manifestação oficial ou oficiosa acerca desse assunto. Por isso, persistem versões construídas a partir de evidências, ilações, coincidências e simples deduções lógicas.

Entre as tentativas de desvendar o mistério, a mais consistente talvez tenha sido a realizada pelo **Jornal do Commercio**, do Recife²⁵. Depois de semanas de troca de ideias com o autor destas notas, aquele importante órgão da imprensa brasileira, decidiu mandar a Cajazeiras, no início de 2011, uma equipe chefiada pelo experiente jornalista Ayrton Maciel²⁶. Em Cajazeiras, Juazeiro do Norte e Campina Grande, o **JC** colheu depoimentos dos dois sobreviventes do atentado, de familiares das duas vítimas fatais, como a viúva do soldado Didi e os irmãos de Manuelzinho. No Recife, ouviu Mr. Boyes, o padre americano, suspeito da autoria do ato terrorista. A equipe do **JC** entrevistou em Cajazeiras o bispo dom José Gonzáles Alonso, historiadores, sacerdotes,

25 A matéria foi publicada em quatro edições dominicais do **JC** nos dias 17 e 24 de abril, 01 e 08 de maio de 2011.

26 Os outros integrantes eram Priscilla Buhr e Kennedy Anderson.

políticos, jornalistas, professores, donos de cartórios, autoridades policiais. Além desse esforço jornalístico, a equipe do **JC** tentou obter junto à Polícia Federal, a órgãos militares sediados no Recife e ao próprio Ministro da Justiça uma palavra oficial a respeito dos inquéritos realizados. Tudo em vão. O silêncio conspira contra a história.

Versões a respeito da autoria

Do sério trabalho de investigação histórico-jornalística do **Jornal do Commercio** resultou a mais completa reconstituição do episódio, o registro das versões ainda hoje correntes em nosso meio.

No calor dos acontecimentos, Cajazeiras foi ocupada por forças militares e policiais e começaram a surgir especulações contraditórias, das quais seleciono as três mais importantes direcionadas para a autoria do atentado.

A primeira versão apontava para o deputado estadual João Bosco Braga Barreto, líder estudantil no Recife nos agitados tempos que precederam a vigência do Ato Institucional nº 5, (AI 5), de 13 de dezembro de 1968. De volta a Cajazeiras, o já advogado Bosco Barreto, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desenvolve atividades políticas usando, às vezes, linguagem dura de crítica ao regime. Um contestador, na avaliação do “sistema”. Empolga as camadas pobres da população cajazeirense, frustradas com o ostracismo de lideranças populistas, como Otacílio Jurema e Raimundo Ferreira. Bosco manipulava, com plena consciência, os símbolos do populismo e quase se elege prefeito de Cajazeiras em 1972, no auge da fase repressora da ditadura. Em seguida à apuração do pleito, ele organiza caminhada até Juazeiro do Norte, a fim de agradecer a padre Cícero Romão Batista os milhares de votos recebidos nas urnas. Esse gesto simbólico consolidou seu carisma a tal ponto que, dois anos depois,

em 1974, é eleito deputado estadual com votação local superior à de Edme Tavares, deputado apoiado pelo forte esquema governista, robustecido mais ainda pela presença de Ivan Bichara no governo da Paraíba, quadriênio 1975-78. O jornalista Linaldo Guedes captou, com fidelidade, o perfil contestador do deputado cajazeirense, ao identificar “a senha do que seria sua atuação parlamentar” na Assembleia da Paraíba.

No primeiro discurso, em 5 de março de 1975, Bosco Barreto foi à tribuna e proclamou:

A mesa eclética representa, sobretudo, uma conquista da oposição, que ressurgiu dos mortos, da oposição que defende os oprimidos, da oposição que luta pelos perseguidos, da oposição que é contra as torturas existentes ainda hoje neste país, da oposição que é contra os banimentos, da oposição que se coloca ao lado dos desterrados, da oposição que luta em defesa dos homens sem lar, sem teto, da oposição que luta pela grande maioria do povo brasileiro, contra a opressão, que fala, denuncia, da oposição que tem coragem de ser gente neste país onde não impera a liberdade democrática²⁷.

Fala de contestador. Citar tortura naquele tempo era pecado capital para o regime. Por isso, quatro meses depois, Bosco Barreto foi ouvido como suspeito. E, quem sabe, usado por facções radicais do poder como pretexto para evitar a marcha da abertura do regime, que dava os primeiros passos no governo Geisel.

Outra versão levava a Mr. Boyes, um excêntrico padre americano, professor, que residiu em Cajazeiras alguns anos. Por

27 Linaldo Guedes. Bosco Barreto: um mandato a serviço da cidade liberdade. In: **História e Debate na Assembleia da Paraíba**, v.II, João Pessoa, 2006.

coincidência, viajava de volta ao Recife quando a bomba explodiu. Dizia-se que tinha desavenças com dom Zacarias. Portanto, poderia querer pregar um susto. Ou mata-lo. Todavia, ele negou tudo que pudesse incriminá-lo em sucessivos depoimentos à Polícia Federal, prestados em Cajazeiras, João Pessoa e Recife. Nessas ocasiões, segundo revelou ao **Jornal do Commercio**, fez profissão de fé anticomunista tanto quanto os militares brasileiros, revelando-se conservador como dom Zacarias, de quem se disse amigo. Mr. Boyes, com cerca de mais de 80 anos, reside no centro do Recife²⁸.

Uma terceira versão indicava o técnico em eletrônica, Inácio Assis, menos por envolvimento político ou religioso, mas tão somente por ser capaz de fabricar bombas, como, aliás, já demonstrara muitas vezes. Um dos primeiros intimados pelas autoridades federais, diz-se em Cajazeiras, Inácio Assis teria ficado indignado: “Eu não faria uma porcaria dessas. Isso é obra de quem não sabe o que está fazendo. Se eu fizesse uma bomba, não tinha ficado tijolo nessa redondeza”. Ponto.

Versão para a história

Afinal, quem tentou matar dom Zacarias? E por quê? A falta de informação, por parte dos órgãos que conduziram processos investigativos, prospera entre historiadores, políticos e jornalistas a crença segundo a qual o atentado teria sido armação de grupos radicais da extrema direita no poder. O artefato mortífero seria destinado a um bispo conservador, cuja morte, segundo essa especulação, seria atribuída aos contestadores do regime, como forma cruel e trágica de barrar a “distensão política”, sintetizada no bordão “abertura lenta, segura e gradual” do regime. O

28 O autor deste ensaio não presenciou a entrevista com Mr. Boyes. Ele só admitiu falar ao jornalista Ayrton Maciel.

processo começara no governo do general Ernesto Geisel, inspirado no general Golbery do Couto e Silva. A atuação do agitador político Bosco Barreto daria respaldo à lógica desta versão...

A ser verdadeira essa hipótese, a bomba do Apolo XI em Cajazeiras teria motivação ideológica na luta interna pela hegemonia do poder militar, semelhante aos episódios que levaram à morte na tortura, Wladimir Herzog (1975), Manuel Fiel Filho (1976), e atos terroristas como a carta-bomba na OAB/Rio, (1980), a bomba que explodiu no Rio Centro, em 1º de maio de 1981, no colo do sargento Guilherme Rosário. Enfim, o atentado do Apolo XI seria “dessa mesma safra”, na expressão que teria usado o general Antônio Bandeira, em conversa informal ouvida, em 1986, pelo ex-vice prefeito de Cajazeiras, Abdiel de Sousa Rolim.

A última esperança de esclarecer o mistério é a Comissão da Verdade. Instituída, há algum tempo, quem sabe, tenha interesse e força suficientes para destravar os ferrolhos impeditivos do acesso a arquivos militares e policiais, onde dormem inquéritos e documentos referentes à bomba do **Cine Teatro Apolo XI** que seria destinada a dom Zacarias Rolim de Moura, bispo da diocese de Cajazeiras.

A UFPB e o Estado Militar

Maria José Teixeira Lopes Gomes

A comunidade universitária paraibana de nossos dias não pode desconhecer o que a Universidade Federal da Paraíba viveu durante a ditadura implantada no Brasil a partir de 31 março de 1964, com a posse do marechal Humberto Alencar Castelo Branco na Presidência da República.

As novas gerações talvez não tenham ideia do que significou o arbítrio dentro da Universidade Federal da Paraíba: vidas sacrificadas com a perda de emprego, cancelamento de matrículas e o expurgo. O exílio foi o recurso para escapar dos problemas advindos da nova ordem.

Rememorar é, portanto, essencial para a comunidade humana em geral e importante para as comunidades específicas, como é o caso do ambiente universitário, pois esses espaços expressam e transpiram multiculturalidade e o pluralismo inerentes ao processo de construção da História.

Um olhar histórico

Volvendo um olhar histórico para a UFPB, constatamos que o primeiro ato do governo militar, com referência à UFPB, foi a destituição do reitor Mário Moacyr Porto, em 14 de abril de 1964, isto é, poucos dias após a efetivação do golpe.

O reitor Mário Moacyr Porto, desembargador e professor de Direito Civil da Faculdade de Direito, tinha passado a administrar a UFPB, logo após sua federalização em 1960 e se encontrava no sul do país, tratando de interesses da Instituição.

Voltando da viagem foi convocado ao Grupamento de Engenharia e lá cientificado pelo general Arthur Duarte Candall da Fonseca de que seria destituído do cargo, e que, sobre o ato, um ofício lhe seria remetido. A medida era decorrente da nova ordem implantada no país.

Um dia após esta convocação, o próprio substituto, capitão médico Guilaro Martins Alves, compareceu à residência do dr. Mário Moacyr Porto com o objetivo de lhe entregar o expediente de destituição do cargo. E, a partir daquela data, o ex-reitor começou a passar por grandes constrangimentos, sendo até proibido de participar na UFPB de uma solenidade de formatura do filho mais velho.

Na condição de interventor, o capitão médico do Exército Brasileiro e professor da Faculdade de Medicina da UFPB, Guilaro Martins Alves, passou a ser o reitor da Instituição. Um mês depois, o Conselho Federal de Educação o fazia reitor *pro-tempore* e trinta dias após, o Conselho Universitário da UFPB o escolhia em lista tríplice, como o novo reitor da Universidade Federal da Paraíba. A gestão do Dr. Guilaro teve a duração de 07(sete) anos, operando modificações arbitrárias no seio da Instituição.

Vale observar que, ao assumir o reitorado, o interventor pautou seu poder disciplinar em duas linhas de ação. A primeira foi uma política de exclusão de pessoal, baseada na censura e no patrulhamento ideológico, que se configurou num servilismo caudatário do interventor ao sistema, levando-o a praticar atos eivados de ilegitimidade como a suspensão de salários e demissões de professores e funcionários: o aluno que discordasse do regime autocrático amargava o expurgo com o cancelamento de matrícula no curso.

Outra medida adotada foi o afastamento de líderes estudantis dos órgãos de representação. Tudo embasado numa legislação autocrática e no confronto ideológico instalado. Em consequência, a função crítica da UFPB desapareceu, os corpos docente e discente eram proibidos de questionar atos do governo ou do reitor, pois eram punidos, taxados de subversivos e inimigos do governo e da sociedade e, portanto, tinham que ser excluídos.

Reforma universitária e autoritarismo

A segunda linha de ação consistiu na implantação da reforma universitária preconizada pelo estado militar, servindo de meios e de instrumentos de cooptação e coerção. Neste clima o reitor Guilardo Martins Alves constituiu Comissão composta dos professores Manoel Viana Correia, Afonso Liguori Pessoa de Lima, José Augusto de Souza Peres e Tarcísio de Miranda Burity para elaborar o projeto de implantação da referida reforma.

De forma pioneira, a reforma universitária da UFPB antecedeu às suas congêneres e serviu de modelo às demais instituições; nessas condições, Guilardo Martins Alves ganhou projeção, sendo eleito presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB, que tinha entre outras finalidades, a execução do Acordo MEC/USAID.

O prestígio junto ao governo militar levou o reitor a carrear consideráveis recursos financeiros, atraindo e amoldando-se à política do estado autocrático e ditatorial em que o Brasil vivia. Todas as faculdades foram extintas e transformadas em cursos como medicina, direito, economia, filosofia, essa última foco de ideias libertárias e políticas da juventude, fomentadas por professores que voltavam do velho mundo ou egressos dos seminários. Tudo isso foi mutilado por uma mordacha.

Os professores que, por convicção ou oportunismo, aderissem ao golpe eram premiados com cargos ou gratificações pelo

novo reitor, quase sempre em decorrência das vagas abertas pelos expurgados. O espaço universitário passou a ser rastreado.

A figura do delator surgiu no seio da UFPB, ensejando perseguições e servilismo na instituição. O expurgo da cátedra levava o professor a ficar entregue às vicissitudes que o desemprego acarretava a si e à família, só lhe restando a marginalização que o expurgo lhe trouxera, vendo os colegas se afastarem de seu convívio para não serem comprometidos com sua amizade. Muitos professores, de comprovada capacidade, deixaram o solo parai-bano e migraram para outros estados.

Logo após o golpe os enfrentamentos entre as tropas militares e estudantes tornaram-se mais intensos com atos de repúdio dos estudantes ao governo autocrático que se iniciava, mas logo o governo endureceu o jogo e as prisões de estudantes ficaram frequentes, silenciando os anseios libertários da juventude universitária.

Vale salientar que, no regime de exceção instalado, o Ministério de Educação começou a ser ocupado por militares. No governo de Garrastazu Médici foi seu titular o coronel Jarbas Passarinho; no governo de Ernesto Geisel, o general Ney Braga e no governo de João Figueiredo, o general Rubens Ludwig.

A mordada universitária

Foram instituídos no espaço universitário, inquéritos policiais, instrumentos criados pelo Ato Institucional nº-5 e, pelo Decreto-Lei 477/69; essas regulamentações dispunham sobre as penalidades impostas aos professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado sobre as supostas infrações praticadas no espaço escolar. Já a Lei nº 4.484/64 (lei Suplicy) regulamentava os órgãos de representação estudantis nas escolas superiores.

É bom ficar registrado nos anais da história oficial que a própria UFPB implantou uma Assessoria de Informação, junto ao

gabinete do reitor. Esta, além de difundir o temor e a espionagem, interferia também no processo de seleção para o ingresso de professores e servidores da UFPB, emitindo parecer conclusivo para as contratações. Esta subalternidade e subserviência, às vezes não eram determinadas pelas produções militares, mas, fazia parte da administração guilardiana.

Esta nova configuração da UFPB levou a mordaza ao espaço universitário, pois o professor não era livre para ensinar ou para abordar qualquer assunto, nem o aluno era livre para indagar ou investigar. O estudo de Filosofia foi retirado dos cursos, uma vez que as questões suscitadas pelos alunos tornavam-se incômodas ao regime, sepultando assim o caráter humanista da formação do jovem. O espaço da Filosofia foi ocupado pelas disciplinas Metodologia das Ciências e Estudos de Problemas Brasileiros.

A nova ordem implantada visava unicamente a provocar o comportamento único do espaço universitário ao regime de exceção. O rito das punições era sumário e desconhecia qualquer princípio jurídico de razoabilidade.

Era comum encontrar entre os alunos de um Curso, a presença de colega militar na sala de aula, visando unicamente a intimidar alguma reação em torno da nova ordem – era o homogêneo, não a heterogeneidade tão necessária à formação do jovem, que prevalecia.

Com estas medidas implementadas, as mobilizações estudantis foram neutralizadas e, com isto foi afastada a participação dos jovens no processo político, tanto da UFPB, como da sociedade civil. A privatização do ensino passou a ser estimulada pelo governo e a ser vista com naturalidade pela sociedade brasileira.

Cabe, contudo considerar que, em determinados momentos, foi o espaço universitário da UFPB uma das maiores trincheiras que aguçou a contestação aberta à ditadura.

Em verdade, consideramos igualmente que, durante o arbítrio, a UFPB cresceu em número de matrículas, ampliou seus

espaços físicos, atraiu grande soma de recursos, abrindo novos cursos de graduação e pós-graduação, ganhando projeção nacional. Mas, o preço que a comunidade universitária pagou foi muito alto: toda uma geração ficou mutilada de suas ideias e uma parcela grande de estudantes ficou impedida de dar continuidade a seus projetos individuais.

O problema político-eleitoral paraibano de 1964

...Naquela época os militares se achavam donos dos políticos²⁹.

Renato César Carneiro

O ciclo histórico do regime autoritário de governo, compreendido entre março de 1964 a março de 1985, é denominado por Maria Avair Pinto Paiva³⁰ de “a fase do realismo com regressão”, expressão utilizada para indicar a redução do espaço político dedicado ao sufrágio.

Diferente de Getúlio Vargas que, em novembro de 1937, determinou o fechamento de todas as Casas Legislativas³¹ e acabou com as eleições diretas no Brasil, durante oito longos anos de vigência do Estado-Novo, as forças político-militares que pas-

29 Severino Ramos. In: **Agripino – O mago de Catolé**. João Pessoa: A União Editora, 1991, p.109.

30 PAIVA, Maria Avair Pinto. **Direito Político de Sufrágio no Brasil**. (1822/1982). s/r.

31 Ao contrário, os golpistas de 1964 mantiveram as instituições representativas nacionais, mas permitiam o Presidente da República decretar o recesso das Casas Legislativas (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais), que só voltariam a funcionar quando convocados pelo próprio Chefe da Nação, conforme autorizado pelo art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968.

saram a comandar o País a partir do Golpe de 1964, optaram em manter vivas a Democracia representativa e o Poder Judiciário eleitoral.

Mesmo naquela difícil e inesquecível quadra da história, a qual ora se rememora, o sufrágio continuou a ser praticado, ainda que de forma deficiente, considerando a previsão de eleições indiretas, para governadores, e a nomeação dos prefeitos, nas capitais e nas áreas consideradas de segurança nacional.

Com efeito. Ao invés de romper totalmente com as instituições representativas clássicas, preferiu-se controlar o processo eleitoral adotando-se “pacotes eleitorais”, aos quais os cinco governadores militares recorreram para ter, sob os seus cabrestos, soberania popular expressada nas urnas.

Durante a fase em que os Atos Institucionais estavam acima da Constituição Federal, foram editados diversas leis eleitorais, - a Lei de Inelegibilidades (1965); a Lei Orgânica dos Partidos políticos (1965); um novo Código Eleitoral (1965); Emendas Constitucionais; a “Lei Falcão”, dentre outras medidas legislativas, numa completa adulteração do regime representativo nacional.

Dos dezessete Atos Institucionais, seis deles interferiam diretamente nas eleições dos estados e municípios. A Parahyba sofreria as consequências dessa nova ordem jurídico-eleitoral.

Os efeitos desse cipoal de leis casuísticas, logo se mostrariam maléficos: a perda de confiança do eleitor no poder do voto; a dificuldade de acesso às informações sobre o funcionamento das regras do jogo eleitoral (e até acerca dos candidatos, como foi o caso da “Lei Falcão”)³²; as constantes alterações nos calendários eleitorais, gerando incerteza dos cidadãos quanto à sua participação política e, principalmente, a indiferença do eleitorado em relação ao processo de escolha de seus governantes.

32 A denominada “Lei Falcão”, restringia a propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Nas breves linhas que se seguem, procurarei resgatar alguns fatos político-jurídico-eleitorais, na difícil tentativa de explicar os reflexos da “Revolução” de 1964 na política eleitoral paraibana e o papel exercido pelos órgãos que representavam o Poder Judiciário Eleitoral local.

Populismo, abuso de poder econômico e contestadores do Regime

O Golpe Militar inaugurado em 31 de março de 1964 surpreendeu a Parahyba que estava dominada por um fenômeno recorrente na estrutura de poder no Brasil³³, o populismo, caracterizado por personalismos políticos e clientelistas eleitoreiros. Líderes da época como Ronaldo José da Cunha Lima e Severino Bezerra Cabral, em Campina Grande; José Cavalcanti, em Patos e Pedro Moreno Gondim, a nível estadual, foram assim considerados pelo novo regime. Dos quatro, o industrial Severino Cabral, além de populista, era detentor de grande poder econômico, dois fenômenos abominados pelos governos militares.

Os que conseguiram escapar dos Atos Institucionais eram alcançados pela primeira Lei das inelegibilidades, com o beneplácito do Poder Judiciário Eleitoral, como foi o caso de Severino Bezerra Cabral.

No Código Eleitoral de 1965, não havia a proibição das entidades federativas, (União e Estados), de realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios e dos Estados aos Municípios³⁴, o que explica o despuadorado abuso de poder econômico nas eleições para o Governo do Estado, em

33 MELLO, José Octávio de Arruda In: **Da Resistência ao Poder – O (P)MDB na Paraíba** (1965/1999). Campina Grande: EDUEPB, p.119, 2009.

34 A referida conduta só veio a ser proibida a partir de 1997, quando entrou em vigor a Lei das Eleições (Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).

1965 e 1982, na Parahyba, cujos candidatos oficiais foram beneficiados com a máquina federal.

Mesmo tendo apoiado o Regime Militar e sido o principal responsável pela eleição do seu sucessor, para o Governo do Estado, o deputado federal Pedro Moreno Gondim não foi poupado. O ex-governador pagou caro pelo populismo. O abuso de poder político em favor de seu candidato ao governo, nas eleições de 03 de outubro de 1965, também poderiam ter servido de justificativa para a sua cassação³⁵.

O Golpe de março de 1964 e as eleições

A caça de “corruptos e subversivos”, os casuísmos eleitorais engendrados pela legislação desse período foram múltiplos e de todas as espécies: aplicação imediata da Lei de Inelegibilidades à eleição de 1965, com o fim de afastar candidaturas indesejáveis ao sistema; a criação do instituto da fidelidade partidária, como forma de evitar que integrantes do partido oficial votassem em candidatos da oposição; a adoção do instituto da sublegenda, um meio de manter unida a base partidária oficial; a previsão de eleição indireta para 1/3 das vagas destinadas ao Senado, dando

35 Segundo se extrai da decisão do TSE – Acórdão nº 3.996, de 30/08/1966 – Pedro Moreno Gondim fizera 4.125 nomeações de servidores; uso do jornal oficial **A União**, que fazia apologia das candidaturas oficiais; centenas de promoções de servidores feitas em período vedado pela Lei Eleitoral; uso do Fisco e da Polícia Militar que teria ficado a serviço das candidaturas oficiais; a presença do governador nos comícios e na direção da campanha eleitoral do seu sucessor, João Agripino; cessão de prédios públicos estaduais para a instalação de comitês eleitorais e o uso de viaturas oficiais do Estado para transporte de comitivas e de candidatos. (Conferir **A Bagaceira Eleitoral** - A História do Voto na Parahyba – De 1930 a 1965). João Pessoa: Ed. UFPB, 2011, p.381.

origem à figura do senador biônico; a suspensão de eleições³⁶ e as constantes prorrogações de mandatos, além de outras estratégias e manobras legislativas, tudo foi experimentado na frágil democracia brasileira com o objetivo de o partido oficial, a ARENA, assumir a hegemonia do poder político.

Após a última eleição direta para governador, ocorrida em 03 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 03, de 05 de fevereiro de 1966, estabeleceu as eleições indiretas para os cargos de governador e vice-governador, que passaram a ser eleitos pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal.

Os partidos políticos poderiam inscrever seus candidatos até quinze dias antes do pleito, perante a Mesa da Assembleia Legislativa.

Dessa forma é que, em 1970, 1974 e 1978, respectivamente, foram eleitos governadores “biônicos” Ernani Ayres Sátiro e Souza, Ivan Bichara Sobreira e um neófito em política, o professor Tarcísio de Miranda Burity.

O anúncio dos governadores dos estados através de rede nacional de televisão, após uma audiência do governador do estado com o comando central do poder político, em Brasília³⁷

36 Nas justificativas do Ato Institucional nº 7, que, dentre outras medidas, determinou a suspensão de eleições, nos três níveis de governo – União, Estados e Municípios – para os cargos executivos e legislativos, o presidente Costa e Silva considerou “desaconselhável a realização de eleições, no interesse de preservar e consolidar a Revolução”.

37 Um dos mais famosos “acordos” que tentaram selar a eleição indireta do governador da Paraíba foi o denominado “Acordo de Brasília”, que envolveu o ex-governador João Agripino, seu primo Antônio Mariz e o ex-governador, Ernani Satyro, o candidato a senador biônico e o governador Ivan Bichara, o candidato para o Senado, nas eleições diretas. O referido acordo não vingou devido a resistência do governador Ivan Bichara, que não havia participado do acordo.

simbolizavam o tipo de “eleição de gabinete” inaugurado pelos militares.

Quanto aos municípios, o Ato Institucional nº 7, de fevereiro de 1969, previu a possibilidade de decretação da Intervenção Federal, nos lugares em que fossem declarados vagos os cargos de prefeito e de vice-prefeito, por motivos de renúncia, morte, perda ou extinção do mandato dos respectivos titulares, e desde que as referidas vacâncias coincidissem com o fim dos mandatos dos vereadores. O interventor exerceria as atribuições que a Lei Orgânica conferisse às Câmaras Municipais.

Na Parahyba, Campina Grande experimentou esse tipo de Intervenção Federal, após a cassação dos direitos políticos do prefeito eleito, Ronaldo José da Cunha Lima.

Nos demais locais, houve as eleições municipais de 1969, 1972 e 1984, mantendo a tradição brasileira de eleições diretas para prefeito e vereadores, exceto na capital do Estado³⁸.

Para o Senado, houve eleições em 1970, 1974, 1978 e 1982. Em 1978, um senador foi eleito indiretamente, Milton Bezerra Cabral, por força do Pacote de Abril de 1978, que criou o “senador biônico”.

Das três eleições indiretas, (1970, 1974 e 1978), a última foi a mais polêmica. Antônio Mariz enfrentou o governo.

38 O Ato Institucional nº 03, o mesmo que fixou eleições indiretas para os governos estaduais, previu a nomeação dos prefeitos dos municípios das capitais, pelos governadores de estado, mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa, ao nome proposto. Para prefeito da capital da Parahyba, foram nomeados nesse período, Damásio Barbosa da Franca (nomeado pelo governador João Agripino), Dorgival Terceiro Neto (nomeado pelo governador Ernani Sátiro), Hermano Augusto de Almeida (nomeado pelo governador Ivan Bichara Sobreira), Damásio Barbosa da Franca (nomeado pelo governador Tarcísio de Miranda Burity) e Oswaldo Trigueiro do Vale (nomeado pelo governador Wilson Leite Braga).

Para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado, as eleições aconteceram nos anos de 1970, 1974, 1978, 1982 e 1984.

Os paraibanos só voltariam a escolher diretamente o seu governador em 1982. Nessa eleição, Wilson Leite Braga vitorizou sobre Antônio Marques Mariz.

O bipartidarismo na Parahyba

A ARENA e o MDB

Deferidos os registros das Comissões Diretoras Nacional e Regionais da ARENA³⁹, e do MDB⁴⁰, pelo TSE, as origens do bipartidarismo paraibano seguiram o mesmo destino experimentado a nível nacional, em que a maioria dos membros do extinto PSD constituíram a base do MDB, sob as lideranças de Ruy Carneiro e Humberto Lucena, os ex-integrantes da UDN e dissidentes de outras agremiações seriam o embrião da ARENA, cujo comando foi exercido pelo governador João Agripino.

Nessa fase, o partido oficial experimentou dois rompimentos. O primeiro, em 1974, entre João Agripino e Ernani Sátyro; o segundo, entre Ernani e Ivan Bichara, por motivos da sucessão do último.

As convenções partidárias daquela época eram meramente homologatórias. Os pré-candidatos, antes de passar pelo crivo da Justiça Eleitoral, tinham de ser submetidos a uma triagem preliminar, feita pelos líderes militares locais.

Assim é que, em 1965, os pré-candidatos Humberto Lucena e Teotônio Neto foram rechaçados pelo Comandante Arthur Candal da Fonseca, enquanto que a candidatura de Severino Bezerra

39 Resolução TSE nº 7.823, de 24/03/1966.

40 Resolução TSE nº 7.822, de 31/03/1966.

Cabral sofreu a repulsa do General Euler Bentes Monteiro, que, posteriormente, representou ao Procurador Regional Eleitoral João Guimarães Jurema, que lutou até o fim pela inelegibilidade de Cabral.

As lideranças políticas

João Agripino, Ernani Sátyro Ayres e Souza, Ruy Carneiro e José Américo de Almeida foram as personalidades mais influentes da Parahyba, durante o Regime Militar.

Eleito governador em 1965, numa disputada e questionada eleição em que o seu antecessor, Pedro Moreno Gondim, usou de todos os meios para a sua vitória, João Agripino tornou-se o chefe político do partido oficial, a ARENA.

Ernani Sátyro Ayres e Sousa, sucessor de João Agripino no governo do Estado, chegou a ser líder do Governo Costa e Silva, na Câmara dos Deputados. Coerente, nunca negou a sua condição histórica de apoiador da “Revolução”. Senador desde 1950, Rui Carneiro foi um dos organizadores do Movimento Democrático Brasileiro, na Parahyba.

José Américo de Almeida, espécie de Ouvidor-Geral dos generais militares para assuntos de governança na Parahyba, mesmo sem deter nenhum cargo eletivo⁴¹, da varanda de sua residência, localizada no Cabo Branco⁴², indicava os nomes a governador para serem homologados pela Assembleia Legislativa do Estado, no processo de eleição indireta.

41 O “Solitário de Tambaú” havia disputado a última eleição em 1958, quando foi derrotado por Ruy Carneiro, para o Senado.

42 Conforme registra a escritora Maria de Lourdes L. de Luna. Em sua obra, denominada **Na Varanda do Cabo Branco**, a ex-secretária particular de José Américo de Almeida relata, com detalhes, o poder de influência do “Solitário de Tambaú” na escolha dos três governadores, Sátyro, Bichara e Burity.

O eleitorado paraibano

Como a maioria dos brasileiros, os eleitores da Parahyba demonstraram uma certa apatia em relação às eleições realizadas durante o período Militar.

O desinteresse aumentou mais ainda quando adotou-se a eleição indireta para o governo do Estado e para a escolha de 1/3 dos senadores e a nomeação para os prefeitos da capital.

Como se não bastasse, os eleitores não tinham a certeza de que o seu voto fosse respeitado. Se o candidato eleito contestasse o regime, era “degolado” pelos Atos Institucionais ou Complementares, com a cassação do mandato ou a suspensão dos direitos políticos, numa verdadeira negação da soberania popular.

Essa frieza do eleitor em relação às eleições ficou mais evidenciada nos pleitos de 1970, para o Senado e para a Assembleia Legislativa do Estado, em que foi registrada a abstenção do eleitorado em índices de 24,5% e 25,26%, respectivamente.

Considerando o cipoal das estratégias legislativas para o partido oficial vencer os pleitos, os cidadãos apenas participavam de uma grande farsa eleitoral.

Justiça Eleitoral e Regime Militar

O Golpe Militar encontrou um poder judiciário eleitoral na Parahyba “bestializado⁴³”, que é a melhor expressão para traduzir a apatia dos juízes do Tribunal Regional Eleitoral, que só se reuniram nove dias após a tomada do poder, pelos militares.

Diferentemente dos seus integrantes de novembro de 1937, que receberam de forma efusiva a nova Carta outorgada por Getúlio Vargas, que implantou o Estado-Novo, os membros da

43 A expressão foi utilizada pelo paraibano Aristides Lobo, para expressar a forma como o povo recebeu a implantação da República, no Brasil, em 1889.

Justiça Eleitoral local, como de resto, no País, aceitaram de forma resignada o Regime Militar instaurado em 1964.

O primeiro Ato Institucional, editado a 09 de abril de 1964, incentivou e institucionalizou a figura do delator oficial⁴⁴. Em sessão de 05 de maio de 1964, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, des. Nelson Negreiros, leu em plenário ofício da Secretaria de Interior e Justiça, comunicando a formação da Comissão Especial⁴⁵, para investigar e apontar os adversários do novo regime.

No mesmo ofício, o representante da referida Comissão solicitava, à presidência do TRE que, “com maior segurança e espírito sereno”, elaborasse uma lista dos seus integrantes “sobre quem pese as suspeições que incorram nas sanções estaduais do Ato Institucional”.

O Quartel General do Regime Militar na Parahyba era o 1º Grupamento de Engenharia⁴⁶ para onde se dirigiam todas as comunicações oficiais.

Juízes Eleitorais também foram constantemente alvo de delações. Em janeiro de 1969, o candidato a prefeito do Município de Pedra Lavrada, pela ARENA, denunciou ao Comando do 1º Grupamento de Engenharia, de fatos ocorridos na eleição de Picuí, em 15 de novembro de 1968. Dentre outras acusações,

44 A partir de abril de 1965, o Serviço Nacional de Informação (SNI), já se instalava na Parahyba (Ata da sessão de 08 de abril de 1965).

45 Criada pelo Decreto Estadual nº 3.540, de 18 de abril de 1964, a referida Comissão, composta pelo Secretário de Interior e Justiça, Secretário de Segurança Pública, Secretário dos Negócios da Administração, Consultor Jurídico do Estado e pelo Comandante da Polícia Militar do Estado, tinha como função proceder às investigações sumárias de atividades ou suspeitos de atentarem contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade administrativa pública, conforme previa o Ato Institucional de 09 de abril de 1964.

46 Cujo comando foi assumido no dia 08 de abril de 1964, pelo general Arthur Duarte Candal da Fonseca, por força da Portaria de 02 de abril do mesmo ano.

afirmou-se que o magistrado da Comarca residia em município diverso, (Esperança), o que, segundo a denúncia, ocasionava o acúmulo dos serviços no Cartório Eleitoral, principalmente os de alistamento e de transferência de domicílio eleitorais⁴⁷.

Na área jurisdicional, o Regime Militar tentou pressionar ministros e juízes da Justiça Eleitoral a decidirem de acordo com os “altos interesses revolucionários”. O “recado” mais direto nesse sentido, havia sido dado pelo próprio presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em visita feita aos ministros do TSE⁴⁸.

A cassação do vice-governador eleito em 1965, Severino Bezerra Cabral, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 1966, significou um capítulo especial dessa conjuntura.

A Lei das Inelegibilidades, a primeira a regular a matéria, deveria atingir os “subversivos e corruptos” que seriam impedidos de se candidatarem nas eleições de outubro de 1965.

Após responder a três Inquéritos Policiais Militares/IPMs, por condutas referentes à sua gestão à frente da Prefeitura de Campina Grande, “Seu Cabral” passou a ter no alto comando militar da Parahyba, o conceito de “administrador corrupto”.

47 Em janeiro de 1969, o candidato a prefeito do Município de Pedra Lavrada, pela ARENA, denunciou ao Comandante do 1º Grupamento de Engenharia, mediante ofício, de fatos ocorridos na eleição de Picuí, em 15 de novembro de 1968. Dentre outros fatos, o cidadão comunicou à autoridade militar que o magistrado da Comarca de Picuí, residia em Esperança, o que ocasionava o acúmulo dos serviços no Cartório Eleitoral, principalmente os de alistamento e de transferência de domicílio eleitorais.

48 Em discurso pronunciado no TSE, afirmou o presidente da República: “... Justifica-se, portanto, o interesse do Governo, responsável pela continuidade das instituições implantadas e fortalecidas pela Revolução, quanto à ação da Justiça Eleitoral que se juntará ao Poder Executivo na defesa dos altos objetivos revolucionários. Acima das facções e das pessoas, mas, legalmente, fiel aos ideais da Revolução”.

O fato de Cabral não haver se afastado no tempo hábil para ser candidato, do Banco Auxiliar do Povo, serviu como alibi para os militares pedirem “a cabeça” do candidato a vice-governador, na chapa encabeçada por João Agripino.

Inicialmente, os juízes do TRE, apreciando a impugnação feita pelo procurador João Jurema, ao registro de Cabral, não conheceram do pedido, por uma questão técnica.

Apreciando o recurso, o TSE preferiu adotar uma hermenêutica de conveniências⁴⁹. Optou pela cassação do diploma de Severino Bezerra Cabral, mas manteve hígido o diploma do principal líder da “Revolução” no Estado, João Agripino.

Cassação de juízes eleitorais

A cassação dos onze juízes de direito na Parahyba, em 1969, é um dos temas pouco explorados pelos historiadores. A única versão que existe é a oficial, no sentido de que o então governador, João Agripino, atendendo a um relatório da presidência do Tribunal de Justiça do Estado, assumiu a responsabilidade pelo ato de aposentadoria compulsória dos juízes⁵⁰.

Na ausência de um corpo próprio, desde a sua fundação, em 1932, pelo primeiro Código Eleitoral, o Poder Judiciário eleitoral da Parahyba também ficou desfalcado, pois alguns dos

49 Naqueles tempos difíceis, alguns integrantes do Poder Judiciário optaram em fazer o jogo do poder. Alguns juízes tinham medo da “Revolução”. Os que contrariavam os “altos princípios da Revolução”, eram punidos com a aposentadoria compulsória, prevista no AI/5, como aconteceu com os ministros do STF, (Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Victor Nunes Leal), o ministro do STM, Peri Constant Bevilacqua, acusado de ser pródigo na concessão de habeas corpus contra o Regime Militar, e o desembargador do Tribunal de Justiça da Parahyba, Emílio de Farias.

50 Conferir entrevista dada pelo ex-governador João Agripino Filho ao Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

magistrados punidos eram também juízes eleitorais, a exemplo de Helena Alves de Souza, (Cabedelo - 57ª Zona Eleitoral); Paulo Walker da Cunha Lima, (Rio Tinto); Severino Ramos Pereira, (Taperoá - 27ª Zona Eleitoral); Esperança-19ª Zona Eleitoral); Alceu Alves Feitosa, (Ingá - 8ª Zona Eleitoral); João Stélio Fernandes (Coremas – Zona Eleitoral); Ijalme Leite Gomes (Cuité-24ª Zona Eleitoral); (Picuí); Humberto Cavalcanti de Melo (Monteiro - 29ª Zona Eleitoral) e Boanerges Chaves Maia (Aroeiras-49ª Zona Eleitoral).

Enganam-se os que pensam que as cassações dos onze magistrados estavam relacionadas, apenas, às suas condições de juízes de Direito da Justiça Comum. Motivos de ordem eleitoral também teriam influenciado para a drástica medida.

As atas do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça, à época, registram advertências e investigações a magistrados, que não residiam em sua comarca, além de atrasos na prestação do serviço judicial.

Estudantes dentro e fora da ação

Damião Ramos Cavalcanti

O famoso teólogo José Comblin (in memoriam), hoje sepultado na Fundação Padre Ibiapina, situada no paraibano Município de Arara, há anos, em entrevista à **Revista do Instituto Humanitas Unisinos** (IHU), revelou que ele e outros padres estrangeiros teriam sido enviados ao Continente Sul Americano, na década de 50, por interesse do então Papa Pio XII, para “salvar a América Latina do comunismo”. Essa não era a mesma intenção do macarthismo? – mesmo com semelhante ranço ideológico, a preocupação desses dirigentes da Igreja seria “salvar do ateísmo” e não propriamente da práxis marxista, mas, da qual se ressaltava, fora do contexto, a pinçada expressão, tida como antirreligiosa: “a religião é o ópio do povo”. Embora que essa crítica à forma alienante da prática da religião já houvesse sido mais originalmente pronunciada, antes de Karl Marx, por Kant, Hegel, Herder, Feuerbach, Bauer, Hess e Heine; dentre esses alguns cristãos como Immanuel Kant.

Uma nova evangelização

Cansados de pouca coisa a fazer no velho Continente Europeu, muitos desses padres se inscreveram nesse programa não propriamente com esse objetivo, mas para um novo trabalho

de evangelização, diferente daquele em que estavam engajados na sua terra natal, logo após a II Guerra Mundial que findou em 1945, ressalte-se, do que resultou grande avanço territorial na Europa da então União Soviética. Tais sacerdotes chegando aqui, a realidade social do nosso país os convenceu, segundo Comblin, de que muitas teses e ações dos então “chamados de comunistas” seriam aceitas ou compreendidas por eles, talvez não como remédio, mas como diagnóstico dos problemas sociais que afligiam nosso povo. Na dita entrevista, chegou a ironizar esse acontecimento com as seguintes palavras: “Quase todos que saíram de lá para lutar contra o comunismo viraram comunistas (risos). Porque, chegando aqui, logo se viu que quem tinha preocupação social era visto como comunista”. Assim, de forma generalizada e preconceituosa, eram taxados: “Comunistas ou subversivos”... Podem excetuar, mas nunca se comentou, o que não seria demérito, sobre algum militante de Ação Católica, antes de 1964, inscrito e membro de algum partido comunista; o que aconteceu nos períodos de repressão e quando a Ação Católica foi desfeita, em alguns casos, como forma grupal de defender suas posições ideológicas.

Com certeza, foi também com esse intuito de combater “ideias ateístas” que foram criados, depois de 1950, os movimentos intitulados “Mundo Melhor” e “Ação Católica”. Esta última se estruturava, no meio da juventude, com suas conhecidas siglas: JAC (Juventude Agrária Católica); JEC (Juventude Estudantil Católica); JIC (Juventude Independente Católica); JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Assim dividida, a Ação Católica escutava seus orientadores que, em geral, eram padres considerados intelectuais e sempre com uma visão crítica sobre o status quo, tendendo esse Movimento, como foi o caso dos padres estrangeiros destinados à América Latina, formar e abrigar jovens conscientes e também posicionados em relação à política nacional e internacional. Também esses intelectualizados rapazes e moças liam filosofias ou literatura

cristã condizente com ideias progressistas das encíclicas **Rerum Novarum**, de Leão XIII; **Quadragesimo Anno**, de Pio XI; **Mater et Magistra**, de João XXIII; **Populorum Progressio**, de Paulo VI, doutrinas, outros documentos pontifícios e textos sobre questões sociais. Qualquer membro sabia como analisar e debater os problemas cruciais sociopolíticos, esmiuçando-os pela metodologia de “Ver, Julgar e Agir”.

Alienação e engajamento

Não falando uma linguagem considerada “alienada” no seu meio de atuação, de repente, tornavam-se líderes entre os estudantes de ensino médio, universitários, agricultores ou operários. Sem dúvida, esses líderes tornaram-se depois, com pouca exceção, no dia a dia da cidadania, sobretudo depois da “redemocratização”, pessoas éticas, idealistas e de projeção no cenário político de vários estados. Outros se exilaram em outros países, principalmente no Chile, na França ou na Itália. De lá ou fora do país, carentes de notícia, família e pátria, como canta Chico Buarque em **Samba de Orly**, viam, observavam o Brasil como se ele fosse um objeto à distância; bem diferentemente como se estivessem dentro dele como sujeito.

A boa influência da Ação Católica na juventude daquela época deve ser precioso objeto de estudo a quem se interessar pesquisar as razões da grande lacuna de boas novas lideranças a partir de 1964. Muitos jovens, que potencialmente poderiam ter ousado maior participação política em quadros partidários, foram afugentados, como também o celeiro e o seminário desses valores, desfeitos. Contudo, conclui-se que outros valores surgiram sem parar, porque os frutos nascem em vários campos, em relativa quantidade e qualidade, em várias estações, em diversas épocas, mesmo quando se decepam frutuosas árvores...

Em prol da preservação da anistia

Washington Rocha

Martinho Campos e eu fomos convidados pela Comissão da Verdade da Paraíba para prestar depoimento sobre as perseguições sofridas durante a ditadura militar, nos “anos de chumbo”. Prestamos tal depoimento no dia 19 de setembro, pela manhã, na Associação Paraibana de Imprensa, a velha API de tantos debates e embates, de tantos eventos históricos, que tanto têm servido à Democracia e à Liberdade. Martinho foi um dirigente do PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), tendo participado das lutas camponesas na Paraíba e outras do Nordeste ainda antes de 64. Foi preso em 1963 e várias outras vezes depois do golpe militar. Foi seguidamente torturado. Aos 74 anos, no que pese os cabelos brancos, demonstra vigor e ânimo juvenis. Seu depoimento, circunstanciado e minucioso, foi pungente. Na ocasião, aliás, recebi de Arthur Cantalice uma sugestão que repasso à Comissão da Verdade: depoimentos como esses deviam ser feitos, também, perante plateias maiores, em colégios e universidades, por exemplo.

Uma polêmica antiga

Não irei refazer aqui o depoimento que fiz lá, vou apenas dar prosseguimento a uma polêmica antiga reaberta pelo meu

depoimento: a revisão da Lei da Anistia. Eu sou contra e já escrevi um livro sobre o tema que agora retomo. Do meu depoimento farei apenas um pequeno registro, como forma de agradecimento.

Comecei por dizer que parte de minha trajetória estava na plateia: minha irmã Lourdinha, na época universitária de Filosofia, minha confidente e que acompanhou as angústias da minha família em face das perseguições que rotineiramente eu sofria; Arthur Cantalice, meu professor no Liceu Paraibano, intelectual brilhante, destemidamente solidário com os estudantes; José Emilson Ribeiro, companheiro meu de lutas no movimento estudantil e no PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário); José Calistrato Cardoso, companheiro meu na luta pela Anistia, eu nas ruas de João Pessoa, ele na prisão de Itamaracá. Registro também a competência, desvelo e tenacidade do advogado Waldir Porfírio nos trabalhos da Comissão da Verdade da Paraíba. Feito o registro, vamos à polêmica.

Declarei minha posição contra a revisão da Lei da Anistia sabendo que, naquele ambiente, estaria amplamente minoritário. Com efeito, o sentimento pela revisão da Lei da Anistia é amplamente majoritário no âmbito das Comissões da Verdade, das inúmeras Comissões da Verdade criadas na esteira da Comissão Nacional da Verdade. É tão majoritário nesse âmbito quanto minoritário no conjunto da sociedade. O povo brasileiro, que no distante ano de 1979 ocupou as ruas do Brasil clamando por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, ficou bem feliz e comemorou a vitória quando da edição da bendita Lei. Comemoração que se estendeu por meses a fio, que se renovava a cada momento em que era libertado um prisioneiro político, a cada momento em que voltava um exilado. Enfim, todos os prisioneiros políticos foram libertados, todos os exilados voltaram. Essa Lei de Anistia abriu para nós o caminho da redemocratização. Essa Lei de Anistia foi das mais benéficas da história do Brasil e da história da democracia no mundo. Pretender sua revisão depois de mais de três décadas é um despropósito.

Veneno e contraveneno

Eu escrevi um livro sobre esse despropósito, e portanto, limito-me agora a indicá-lo aos interessados. O título é **A Comissão e a Verdade** – sobre anos de chumbo e Anistia; e está disponível em: www.portal100fronteiras.com.br. Entendo que a revisão da Lei da Anistia possa se justificar à luz dos interesses do marxismo revolucionário que protagonizou a luta armada contra a ditadura militar. Todavia, à luz dos interesses da democracia, não se justifica; e no meu livro explico o porquê. Acho mesmo que a revisão da Lei da Anistia é veneno para a democracia e espero que meu livro seja uma espécie de contraveneno. Para atiçar a curiosidade dos leitores, cito alguns trechos:

No Brasil, em 1979, a exigência de punição dos agentes da ditadura colocaria em risco a transição pacífica e negociada. A prudência – que em grego se diz “phrónesis”, foi elevada por Aristóteles à condição de máxima virtude política – prevaleceu; e o povo, ainda mais que os seus líderes, optou pela transição pacífica e negociada. Querer, mais de trinta anos depois, invalidar retroativamente uma negociação concluída e frutificada, é um despropósito. A campanha pela revisão da Lei de Anistia tem dupla matriz: a) um sentimento de justiça; b) um oportunista projeto político-ideológico de retomar o confronto; ou seja, revanche: estando agora a esquerda em condições de vantagem.

A esquerda revanchista, defensora da revisão da Anistia, não quer resgatar a verdade, quer recuperar os tempos e a guerra. Se conseguir, pode vencer a guerra, e implantará uma ditadura revolucionária. Mas pode também perder a guerra, com a possível sobrevivência de uma

ditadura contrarrevolucionária. De uma ou de outra forma, a democracia perderá.

As organizações marxistas revolucionárias (bolcheviques) que fizeram o enfrentamento armado com a ditadura militar não lutavam por democracia, mas pela implantação de uma ditadura revolucionária, dita ditadura do proletariado.

XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu: Deverá o furor da justiça retroativa sobrepor-se à letra da Constituição Soberana? Deverá a Lei da Anistia ser revisada para punir exemplarmente agentes do Estado ditatorial que torturaram e assassinaram? Ou para punir exemplarmente militantes revolucionários cujo acendrado idealismo os levou a cometer crimes de terrorismo naqueles longínquos “anos de chumbo”? Não será possível abominar a tortura e o terrorismo sem essas tardias punições exemplares? Não terá o amor à democracia nos ensinado a abominar todas as ditaduras – de direita e de esquerda -, e não apenas determinadas ditaduras?.

Todavia, pensar que, uma vez revisada a Lei de Anistia, seja possível punir outros crimes mas não esses; tal pensamento seria um aviltamento dos juízos e uma afronta à memória dessas vítimas. Nem por serem poucas serão indignas. Que se chorem as vítimas da ditadura, que se as lembrem, que se as honrem, que em nome delas se peçam reparações. Porém: Márcio, Carlos Alberto, Francisco Jacques, Salatiel; e ainda outras vítimas inocentes da esquerda revolucionária? Não se deverá chorar por elas? Não merecem ser lembradas? Não merecem honra? Não haverá quem, em nome delas, peça reparações?.

No meu livro, cito, dentre outras, esta lição de Norberto Bobbio:

Agora que a esquerda revolucionária reconheceu os direitos da liberdade, quer todos os direitos, e imediatamente. Inclusive o direito de impunidade que foi sempre a prerrogativa dos soberanos e dos déspotas.

Não é digno, não é decente o clamor por justiça seletiva. Se querem a verdade, as Comissões da Verdade não podem mostrar os crimes da ditadura com uma mão e esconder os crimes da esquerda revolucionária com a outra. Da parte da democracia, interessa que o relatório da Comissão Nacional da Verdade seja inteiramente verdadeiro. Assim sendo, ajudará a afastar do horizonte da Pátria a sombra das práticas de crimes de terrorismo de Estado e a sombra das práticas de crimes de terrorismo revolucionário. E a afastar a sombra de todas as ditaduras: de direita ou de esquerda, nazifascista ou bolchevista, dos militares ou do proletariado.

Pela revisão da Anistia

Martinho Campos

Sem mais delongas: o artigo 1º, § 1º da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, da Lei da Anistia brasileira deve ser revisto. É essa a revisão necessária e suficiente que o país tem de efetivar, para que, não apenas se faça justiça pelos fatos do passado, mas, ainda mais forte, para que se inaugure um movimento verdadeiro de mudança comportamental, cultural e política, na edificação do futuro de nosso país.

Com efeito, como conceber que nos denominados “crimes conexos” se incluam aqueles praticados por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas acusadas de crimes políticos? O efeito disso foi, sem dúvida, o beneficiamento desses agentes, responsáveis pela prática sistemática de graves violações de direitos humanos durante o período ditatorial de 1964 a 1985. Sequestros, prisões, execuções sumárias de oponentes políticos, com ou sem mutilação de cadáver, desaparecimentos forçados e a aplicação dos mais variados e refinados tipos de tortura física e psicológica, levando frequentemente à morte dos suplicados... esse o resumo dos crimes cujos autores, pelos termos atuais da Anistia, ficam impunes. Por oportuno, é preciso reafirmar que nos fóruns internacionais, com respeito a esses crimes cometidos pelos chefes militares e civis e seus esbirros, o Brasil se encontra, como se diz coloquialmente, muito mal na fita. Como é do conhecimento geral, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por decisão

unânime, em 24 de novembro de 2010, ao julgar o caso Gomes Lund e outros, condenou o Estado Brasileiro, nos seguintes termos: “As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanções de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil”.

Nosso país é signatário desse acordo internacional, aceitou seus termos. Está, portanto, comprometido com o cumprimento da decisão da Corte em todos os casos em que for parte, conforme impõe o artigo 68 daquela Convenção. Por que não se cumpre isso? Por que se tergiversa vergonhosamente, até na Corte Suprema do país, para impedir a punição dos torturadores? O que nos barra no sentido de agir como já fizeram os demais países que amargaram ditaduras no mesmo período histórico que o nosso, a exemplo do Chile e da Argentina? Não se trata de revanche. Trata-se de escancarar a verdade sobre esses crimes que são na verdade imprescritíveis e não podem ser colocados sob a proteção de uma auto-anistia que foi, na verdade, à luz do contexto sócio-político da época, imposto à sociedade brasileira, que sempre aspirou por uma verdadeira democracia no país.

Assim, a luta pela anistia continua. Deve continuar agora com uma nova movimentação nacional pela revisão do artigo 1º da Lei de 1979. Pois ao não punir os violadores dos direitos humanos e democráticos estaremos, na verdade, sancionando a continuação das torturas nas nossas delegacias de polícia, nos presídios, nos quartéis das Polícias Militares e nas UPPs da vida. Estaremos, enfim, contribuindo para o desaparecimento de novos Amarildos.

1964 na verdade de uma comissão

Waldir Porfírio da Silva

Introdução

Esta comunicação tem como objetivo explicar os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEV/PB), criada pelo Governador Ricardo Coutinho, dentro do contexto da Justiça de transição que se opera no Brasil, com a derrubada do Estado autoritário do regime militar e a construção e consolidação do Estado Democrático de Direito.

Especificamente, buscará mostrar a forma como a Comissão foi instituída pelo Chefe do Executivo Estadual paraibano e a metodologia adotada pelos seus membros visando edificar um órgão, que tem como meta investigar as violações aos direitos humanos praticados pelo regime dos quartéis no período de 1946 a 1988, precisamente no espaço temporal de 1964 a 1988.

Por fim, relatará sobre os resultados da leitura dos documentos “secretos” e “confidenciais”, e dos testemunhos de vítimas dos aparelhos de repressão do Estado autoritário, colhidos a partir de Audiências Públicas ou de Oitavas dos Grupos de Trabalho criados pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

O direito à memória e à verdade

Desde o fim da Segunda Grande Guerra Mundial a Organização das Nações Unidas tem orientado os povos que tiveram seus direitos humanos violados por Estados Autoritários a criarem mecanismos, como Comissões da Verdade, visando a Apurar, denunciar, conscientizar e punir os autores desses crimes, como medida pedagógica para que tais fatos não se repitam.

O livro **Resgate da Memória e da Verdade: Um direito histórico, um dever do Brasil**, resume historicamente esse direito à verdade como necessidade humana:

A Assembleia das Nações Unidas tem tratado de questões como o direito à verdade em diversas resoluções aprovadas desde 1974 em face das pessoas desaparecidas vítimas de regimes ditatoriais, daí exurgindo o desejo de saber como uma necessidade humana (grifo nosso).

Especificamente sobre o Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no julgamento do “Caso Gomes Lund” e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, em sentença de 24 de novembro de 2010, afirmou que a antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas atualizou seu Conjunto de Princípios no ano de 2005, visando a proteção e a promoção dos direitos humanos para a luta contra a impunidade, onde:

- a) cada povo tem o direito inalienável de conhecer a verdade sobre os acontecimentos sucedidos no passado em relação à perpetração de crimes aberrantes;
- b) o Estado deve preservar os arquivos e outras provas relativas a violações de direitos humanos e facilitar o conhecimento de tais violações, como medida encaminhada a preservar do esquecimento a memória coletiva

e, em particular, evitar que surjam teses revisionistas e negacionistas;

- c) Independentemente das ações que possam interpor perante a justiça, as vítimas e suas famílias têm o direito imprescritível de conhecer a verdade acerca das circunstâncias nas quais se cometeram as violações e, em caso de falecimento ou desaparecimento, acerca do destino da vítima; d) incumbe aos Estados adotar as medidas adequadas, incluídas as medidas necessárias para garantir o funcionamento independente e eficaz do poder judicial (Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil – Guerrilha do Araguaia).

Estes são Princípios que garantem às vítimas e aos seus familiares o direito de obtenção das informações sobre a verdade do que aconteceu, por meio de abertura dos seus arquivos para “preservar do esquecimento a memória coletiva”, acerca das circunstâncias violadoras dos direitos humanos de seus entes queridos, além de outras medidas garantidoras do funcionamento independente e eficaz do poder judicial.

Por fim, ao decidir sobre os fatos que envolvem a Guerrilha do Araguaia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos sentenciou que “em casos de violações de direitos humanos, as autoridades estatais não se podem amparar em mecanismos como o segredo de Estado ou a confidencialidade da informação, ou em razões de interesse público ou segurança nacional, para deixar de aportar a informação requerida pelas autoridades judiciais ou administrativas encarregadas da investigação ou processos pendentes”.

A Justiça de Transição no Brasil

Muitos têm questionado nas redes sociais e, até mesmo, nos meios de comunicação convencionais sobre os motivos que

levaram o governo brasileiro a criar a Comissão Nacional da Verdade, cuja finalidade é o de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 a 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Talvez, alguns, não todos, que fazem parte dessa resistência de obstrução aos trabalhos da Comissão da Verdade não querem que seus nomes, ou de parentes próximos, apareçam como colaboradores de um golpe e de um regime militar que patrocinou todo tipo de atrocidade contra pessoas e seus direitos fundamentais. Esse o pensamento compartilhado pelo filósofo Emir Sader (2011) no livro **Resgate da Memória da Verdade: Um direito histórico, um dever do Brasil:**

Outros têm medo da história. Que se descubra sua participação durante a ditadura – que pregaram o golpe, apoiaram o regime autoritário, acobertaram seus crimes, enriqueceram. Tentam enfraquecer a Comissão, duvidar da sua capacidade de investigação, introduzir a desconfiança sobre seus resultados. Mas a Comissão é uma conquista da democracia, dos que lutam pela apuração das violações dos direitos humanos durante a ditadura (SADER, 2011, p.45).

Por conta disso, a justiça de transição no Brasil entre o Estado Autoritário e o Estado Democrático de Direito tem sido realizada, lenta e gradualmente, desde o fim do regime militar em 1985. O Estado Brasileiro tem criado alguns instrumentos legais com o objetivo de avançar nessa transição, a saber:

- a) A Emenda à Constituição nº 26, de 1985, que concedia anistia aos servidores públicos;
- b) O art. 8º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da nova Carta Magna de 1988, que anistiou

- os brasileiros atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares;
- c) A Lei nº 9.140/95, que responsabilizou o Estado pelas mortes e desaparecimentos de presos políticos;
 - d) A Lei nº 10.559/02, que regulamentou o art. 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, ao conceder anistia política e promover a reparação econômica às vítimas do Estado;
 - e) A Lei da Informação nº 12.527/2011, que acabou com o segredo absoluto das informações dentro do Estado, representa um avanço na consolidação da democracia brasileira. Regulamenta dispositivos constitucionais no que tange ao direito à informação contida no Estado como garantia fundamental do cidadão;
 - f) A criação da Comissão Nacional da Verdade pela Lei nº 12.528/2011.

Nesse percurso da transição entre os dois Estados (autoritário e democrático) tivemos momentos frustrantes, como a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Ação de Descumprimento de Preceitos Fundamentais nº 153, originária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em não punir os torturadores e assassinos do regime militar, alegando, na essência, que a Lei de Anistia foi o elo da reconciliação política e o meio para pacificação nacional. Pior, o STF recorreu à argumentação jurídica de que os crimes de tortura, sequestro e desaparecimento de corpos dos opositores ao regime já está prescrito.

A nova composição do Supremo Tribunal Federal, mediante os recursos impetrados pela OAB e os novos fatos revelados pela Comissão Nacional da Verdade e pelas Comissões da Verdade, criadas nos Estados e Municípios brasileiros, podem reverter àquela injusta decisão que só vem alimentar a cultura

da impunidade aos autores de crimes de violações aos direitos humanos.

Como afirmou Danyelle Nilin Gonçalves, em sua obra **O Preço do Passado**, antes lutávamos por democracia e hoje temos em pauta outras exigências históricas:

As demandas atuais são pela reparação histórica e pela preservação dessa memória, pela abertura de arquivos, pela ‘restauração da verdade’, pela justiça, pelo ressarcimento de anos e carreiras profissionais destruídas, por empregos e oportunidades perdidas, pelos sofrimentos vividos na clandestinidade, no exílio e pelas torturas vividas nas prisões (GONÇALVES, 2009, p.66).

Toda essa luta das forças democráticas para que se faça justiça contra assassinos e torturadores se baseia no fato de que no Brasil, oficialmente, houve 360 mortos ou desaparecidos políticos, 25 mil presos e 10 mil exilados segundo Gonçalves, sem falar em outras violações contra os direitos humanos como torturas, compelidos a viver na clandestinidade, cassação de mandatos eletivos, suspensão de matrículas em universidades e colégios secundários, demissão do Estado e de empresas privadas, etc.

Criação, objetivos, composição e instalação da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba

O Governo Ricardo Coutinho, desde o seu nascedouro em 2011, demonstrou interesse em efetivar uma nova concepção dos direitos humanos ao instituir a Secretaria do Estado da Mulher e da Diversidade Humana, voltada para criar, apoiar e executar ações governamentais para mulheres, população negra, população LGBT e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ciganos.

Nessa esteira, foi criada a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba pelo Decreto 33.426, publicado no Diário Oficial do Estado de 01 de novembro de 2012. A finalidade é a de busca do esclarecimento sobre as graves violações de direitos humanos, praticadas por agentes públicos contra pessoas que se encontravam em território da Paraíba ou paraibanos em atividades políticas em outros Estados ou Países no Período de 1946 a 1988.

A mencionada Comissão é composta por 7 (sete) membros, para mandato de dois anos, designados pelo Governador do Estado, dentre paraibanos de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.

A escolha desses sete membros se deu por meio de consulta formal endereçada a 23 instituições e entidades, as quais responderam com a indicação de 28 nomes que serviram de base para que o Governador Ricardo Coutinho nomeasse 6 membros e apenas um representando o seu governo. O Ato Governamental nº 6.018, de 11 de março de 2013, designou os seguintes membros para a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba: Paulo Giovani Antonino Nunes, como Presidente, Fábio Fernandes Barbosa de Freitas, Iranice Gonçalves Muniz, Irene Marinheiro Jerônimo de Oliveira, João Manoel de Carvalho, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Waldir Porfírio da Silva – este foi o único membro do Governo indicado.

A Comissão Estadual da Verdade está utilizando os seguintes meios para cumprir com seu papel: I – receber testemunhos, informações, dados e documentos, assegurada a não identificação do detentor ou depoente, quando solicitada; II – requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do Poder Público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; III – convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias

examinados; IV – determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; V – promover audiências públicas; VI – requisitar proteção aos órgãos públicos para qualquer pessoa que se encontre em situação de ameaça em razão de sua colaboração com a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; VII – promover parcerias com órgãos e entidades públicos ou privados, nacionais ou internacionais, para o intercâmbio de informações, dados e documentos; VIII – requisitar o auxílio de entidades e órgãos públicos; IX – realizar os devidos encaminhamentos do resultado obtido.

A instalação da Comissão ocorreu no dia 11 de março de 2013, em solenidade dirigida pelo Governador Ricardo Coutinho no Palácio da Redenção, da qual participaram dezenas de anistiados políticos e também representantes da Comissão Nacional da Verdade (Guaracy Mingardi) e da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco (Fernando Coelho).

A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba está funcionando numa Sala da Fundação Casa de José Américo, no Bairro do Cabo Branco, onde, ao final dos seus trabalhos, será criado o Memorial da Democracia da Paraíba, órgão que será responsável pela guarda de todo o acervo documental e de multimídia resultante dos trabalhos da Comissão.

O funcionamento da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba

As reuniões da Comissão são quinzenais e uma das suas primeiras atividades foi a elaboração e aprovação do Regimento Interno, o qual foi encaminhado ao Governador Ricardo Coutinho para que o publicasse, por meio do Decreto nº 33.906/2013, no Diário Oficial do Estado de 10 de maio de 2013.

Até dezembro de 2013, a CEV/PB celebrou Acordos de Cooperação Técnica com a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça; Comissão Nacional da Verdade; Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco; Arquivo Público Estadual de Pernambuco; Memórias Reveladas – Arquivo Nacional; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ e Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivistas.

Para melhor fluir a informação e a coleta de documentos e depoimentos das vítimas do regime militar, a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba criou 10 Grupos de Trabalho, envolvendo cerca de 50 professores, estudantes e profissionais diversos, os quais foram assim distribuídos com os seus respectivos responsáveis:

1) Mortos e desaparecidos políticos do regime militar

O grupo de Trabalho “Mortos e Desaparecidos Políticos” tem a finalidade de promover o esclarecimento sobre as mortes e desaparecimentos forçados, com ocultação de cadáveres, ocorrido no território do Estado da Paraíba ou de paraibanos que se encontravam em outros Entes da Federação no período arbitrário do regime militar (1964-1985). Também envidará esforço no esclarecimento de casos emblemáticos que pairam dúvidas até hoje sobre as mortes de alguns paraibanos ocorridas no referido espaço de tempo e outras denúncias que porventura cheguem ao conhecimento da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória (Membro Responsável: Waldir Porfírio).

2) Mapa da tortura

O objetivo deste GT é construir um mapa atualizado da tortura do Estado da Paraíba, identificando locais de realização

desta prática, traçando o perfil detalhado das vítimas da tortura e compreendendo a tortura como instrumento fundamental de intimidação e repressão, para a manutenção da “ordem” político-institucional da ditadura civil-militar. Fundamentos históricos da tortura. As dimensões da tortura. Modos e instrumentos da tortura. Os espaços da tortura (institucionais e extra-institucionais). Análise de documentos e testemunhos (Membro Responsável: Fábio Freitas).

3) Perseguição dos órgãos de segurança ao setor educacional

O meio educacional, tanto universitário como secundarista, formal e não formal, foi objeto de grande atenção dos órgãos de segurança, tendo em vista a efervescência política dos segmentos ligados à educação, envolvendo-se em lutas sociais mais amplas. O objetivo deste grupo é identificar as ações de perseguição ocorridas na Paraíba, atingindo técnicos, professores e especialmente o movimento estudantil, a partir de provas documentais e testemunhais (Membro Responsável: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira).

4) Cassação de mandatos eletivos e a magistrados

O GT tem por objetivo identificar todas as pessoas que exerceram mandatos eletivos no âmbito do poder executivo e no legislativo da Paraíba que foram cassados nas esferas federal, estadual e municipal no período da ditadura militar e relatar os motivos da cassação e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo. Também procurará identificar os magistrados perseguidos no referido período e narrar as causas e os agentes públicos envolvidos (Membros Responsáveis: Paulo Giovanni Antonino e Waldir Porfírio).

5) Demissão de servidores públicos federais, estaduais e municipais

O GT tem por objetivo identificar os servidores públicos federais, estaduais e municipais com atuação no Estado da Paraíba e em outros Estados da Federação que foram demitidos ou perseguidos de alguma forma por agentes públicos no período da ditadura militar e relatar os motivos e a atuação dos atores sociais envolvidos no processo (Membro Responsável: Waldir Porfírio).

6) Ditadura e gênero

O GT tem como objetivo realizar pesquisas sobre a violência contra as mulheres paraibanas, as consequências dessa violência e os impactos sobre suas vidas durante a ditadura militar e dar visibilidade não só ao sofrimento das mulheres envolvidas no conflito, mas também das que participaram de movimentos de resistência e daquelas cujos familiares foram vítimas de perseguição política (Membro Responsável: Irene Marinheiro Jerônimo).

7) Estrutura de repressão na Paraíba

O período de 1964 a 1985 foi marcado por atos de tortura, assassinato, desaparecimento de muitos paraibanos que resistiram ao regime jurídico/político implantado pelos militares. Este GT tem por objetivo identificar a estrutura organizacional de repressão, membros e área de atuação no Estado, além de verificar a existência de apoiadores e financiadores da sociedade civil, sejam eles indivíduos ou grupos organizados, nacionais ou estrangeiros (Membros Responsáveis: Lúcia Guerra e Iranice Muniz).

8) Intervenção nos sindicatos e em outras entidades da sociedade civil

Logo após o golpe civil-militar o governo fez uma série de intervenções nos sindicatos, afastou e prendeu seus dirigentes, também fez intervenções seguidas de perseguições em outras entidades da sociedade civil. Essas continuaram ao longo de todo regime militar. O objetivo desse grupo é identificar as perseguições ocorridas contra sindicalistas e membros das referidas entidades na Paraíba durante a vigência do regime militar (Membro Responsável: João Manoel Carvalho e Paulo Giovani).

9) Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses

As Ligas Camponesas no Estado da Paraíba, desde a sua fundação, foram objeto de perseguições das “milícias privadas”. Com o Regime Militar, essas perseguições contaram com o aparelhamento oficial do Estado. O presente GT tem como objetivos: identificar as ações de perseguição praticadas pelo Estado e pelas milícias contra os camponeses, assim como contextualizar e explicitar o projeto de desestruturação das Ligas Camponesas pelo Estado; identificar as ações de perseguição ocorridas nos sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba no período de 1958 a 1988 (Membro Responsável: Iranice Gonçalves Muniz).

10) A bomba estourada no Cine-Teatro Apolo II

Desvendar o mistério e apurar a autoria intelectual, através de pesquisa, da explosão da bomba no Cine-Teatro Apolo II, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba, em 02 de julho de 1975 matando duas pessoas durante o período mais duro da ditadura militar (Membro Responsável: Irene Marinheiro Jerônimo).

As audiências públicas

No período de 28 de junho a 20 de dezembro de 2013 a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba realizou 11 Audiências Públicas, com o testemunho de 32 vítimas da repressão política do regime militar das mais variadas organizações partidárias ou segmentos profissionais e educacionais.

Duas peculiaridades da Comissão da Verdade paraibana: uma é que as Audiências Públicas são temáticas (têm uma denominação) e outra é que outras pessoas, além dos membros da Comissão, têm o direito de fazer perguntas a quem estiver dando seu testemunho.

As Audiências Públicas realizadas foram: Maria do Socorro Fragoso de Moraes (Jô Moraes) – 28 de junho – em João Pessoa; as perseguições às Ligas Camponesas – 15 de julho, em conjunto com a Comissão Nacional da Verdade e Frente Parlamentar pela Verdade – em Sapé: Assis Lemos, Elizabeth Teixeira, Ophelia Amorim, Antônio Dantas e Neide Araújo.

As Granjas do Terror – 06 de agosto - em Campina Grande, no auditório da UFCG, quando foram ouvidos os testemunhos de pessoas torturadas pelo DOI-CODI em granjas cedidas por particulares nos arredores de Campina Grande: Maura Pires Ramos, Josélia Maria Ramos Wellen, Jorge Aguiar Leite, João Dantas.

Caso da morte do paraibano Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides e Miriam Verbena, realizada no auditório da OAB em João Pessoa, no dia 03 de setembro, em conjunto com a Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara, de Pernambuco: Antonio Soares Lima “Help”, Sonia Sá Benevides, As torturas aos militantes do PORT e do PCBR – 19 de setembro – em João Pessoa: Martinho Campos (PORT), Washington Rocha (PCBR).

A queda do Congresso da UNE de Ibiúna – 15 de outubro – em João Pessoa: Cacilda Filomena de Castro (Serviço Social da

URNe), Jáder Nunes de Oliveira (Engenharia da UFPE), José de Arimatéia Bezerra de Lima (Letras da UFPB), Rubens Pinto Lira (Direito da UFPB)

Torturas nos presos políticos de Itamaracá – 22 de outubro – em João Pessoa: José Emilson Ribeiro, José Calistrato Filho.

Prisões, torturas e queda do PCB na Paraíba – 22 de novembro de 2013 – em João Pessoa: Antônio Augusto de Almeida, José Fernandes Neto, Ovídio Raimundo dos Santos.

Perseguição aos sindicalistas pela ditadura militar – 26 de novembro – em João Pessoa: João Ribeiro Filho, João da Cruz Fragoso, Derly Pereira.

As marcas da tortura – 10 de dezembro – em Campina Grande: Francisco Metri (Chicão), Professora Dinalva Rodrigues, Fidélia Cassandra, filha de “Zequinha do PCB”

A vida na clandestinidade – 19 de dezembro – em João Pessoa: Simão de Almeida Neto, Ana Rita de Castro, Lourdes Meira.

Além dessas Audiências Públicas, os Grupos de Trabalho realizaram várias oitavas com vítimas ou familiares da repressão militar, a exemplo de Marina Dias, irmã de João Alfredo Dias (Nêgo Fuba), desaparecido político (6/09/2013); Avani Fernandes, Alcides Fernandes, José Alves Pereira (Tatuzinho) e Francisco Aécio da Silva, moradores dos arredores do Açude Olho D'Água, em Catolé do Rocha, que estiveram com o líder estudantil João Roberto Borges, poucas horas antes de ser encontrado morto (23/08/2013); Eraldo Fernandes, estudante de medicina, que, em 1969, foi preso, torturado e cumpriu prisão na Penitenciária do Roger (13/12/2013); Rômulo Araújo Lima, estudante de direito da UFPB, preso, torturado e cumpriu pena no Presídio do Roger (20/12/2013).

O Grupo de Trabalho Repressão do Estado e de milícias privadas aos camponeses realizou várias incursões nos municípios de Sapé e Mari, ouvindo os testemunhos de vítimas e familiares

dos camponeses que foram presos e torturados após o golpe de 1964.

Dados parciais da perseguição do regime na Paraíba

Aconteceram 41 cassações de mandatos eletivos (Por Atos das Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e do Conselho de Segurança Nacional), sendo 6 prefeitos; 3 vice-prefeitos; 9 vereadores e 7 suplentes de vereadores; 3 Deputados Federais e 1 suplente; 7 Deputados Estaduais e 5 suplentes.

O Poder Judiciário paraibano também foi atingido pelo regime militar, quando 1 desembargador e 13 juízes foram colocados em disponibilidade por Atos do Poder Executivo e do Conselho de Segurança Nacional. Já o ensino superior paraibano foi atingido pela suspensão da matrícula de 109 estudantes universitários e a suspensão ou rescisão de contrato de 40 professores da Universidade Federal da Paraíba, Universidade Regional do Nordeste e Escola Agrícola de Areia.

Mais de 100 servidores do Governo Federal, Estadual e Municipais foram demitidos, sem falar em quase outra centena de cidadãos que não conseguiram ingressar no serviço público por proibições vindas de ofícios “secretos” ou “confidenciais” dos órgãos de informações que compunham o Serviço Nacional de Informação (SNI).

A Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, por meio do Grupo de Trabalho Mapa da Tortura, cataloga 37 vítimas de torturas do período ditatorial e os locais onde foram submetidas ao suplício, como duas Granjas de particulares em Campina Grande; 15º Regimento de Infantaria; Secretaria de Segurança do Estado; Regimento de Infantaria Motorizada, em Bayeux; Polícia Federal de João Pessoa e Campina Grande; Delegacia do DOPS de João Pessoa; Delegacia Regional de Sapé; e o Prédio da Superintendência de Agricultura do governo Federal.

Por fim, a partir do livro **Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**, editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, foram relacionados os paraibanos mortos ou desaparecidos políticos do regime militar, os quais já foram reconhecidos pela União, por força da Lei nº 9.140, de 1995:

Mortos: Dilermano Mello do Nascimento (1920-1964); Severino Elias de Mello (1913-1965); e Marcos Antônio da Silva Lima (1941-1970).

Desaparecidos políticos: João Alfredo Dias (1932-1964); Pedro Inácio de Araújo (1909-1964); José Maria Ferreira de Araújo (1941-1970); Francisco das Chagas Pereira (1944-1971); Ezequiel Bezerra da Rocha (1944-1972); e Umberto de Albuquerque Câmara Neto (1947-1973).

Os casos que não foram reconhecidos pela União e que estão sendo investigados pela Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba são os de João Roberto Borges de Souza (1946-1969) e Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972).

Conclusão

A decisão do governador Ricardo Coutinho em criar a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba atendeu a uma necessidade histórica de buscar elementos que entravavam, e ainda entravam, o direito à verdade e à preservação da memória dos militantes perseguidos pelo Estado no período do regime militar de 1964/1985. Os direitos humanos violados pelo Estado Autoritário não podiam continuar às escondidas, empoeirados nos papéis amarelados dos arquivos secretos escondidos desde aqueles tempos sombrios. Tinham de vir à planície para conhecimento da população para que os mesmos não se repetissem.

Assim, mesmo com apenas um ano de trabalho, a Comissão Estadual da Verdade da Paraíba apresenta-se como um instrumento que vem desenterrando histórias e desmascarando estórias criadas pelos seguidores do golpe civil-militar de 1964.

Referências

GONÇALVES, Danyelle Nelin. **O preço do passado: anistia e reparações de perseguidos políticos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2009

NUNES, Maria do Rosário; BORGES, Nadine; VIANA, Gilney; MONTEIRO, Bruno RABELO, Valério; BRAGA, Thiago. (Orgs.). **Resgate da Memória e da Verdade: Um direito histórico, um dever do Brasil**. Brasília: Ed. do Senado, 2011.

Outras fontes:

Arquivo da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil (“Guerrilha do Araguaia”) – **Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos**, de 24 de novembro de 2010. www.coeteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.doc.

Direito à verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília/DF. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. 2007.

Movimento Militar, revolução ou golpe?

José Morais Lucas

Há cinquenta e três anos, através de um movimento militar vitorioso, que teve início em Minas Gerais sob o comando do General Olímpio Mourão Filho, foi deposto o Presidente da República João Goulart. A imprensa, já controlada e censurada pelos militares que assumiram o Poder, passou a chamar este movimento de Revolução, título praticamente absorvido por todos os brasileiros. O movimento popular intitulado como “Diretas Já”, com manifestações públicas em todo o território nacional, principalmente nas principais capitais, foi vitorioso, começando um novo ciclo na política do Brasil, vindo como consequência a volta de um civil à presidência da República, bem como anistia para todos. Foram necessários mais de 20 anos para que isto acontecesse. A partir desse momento, com a imprensa livre, o nome revolução foi substituído pelo termo golpe de Estado. Em 1964, por alguns dias, jornais nacionais se referiam ao movimento militar vitorioso como “Revolução de 1º abril”; no entanto, o termo foi substituído para “Revolução de 31 março”, pois o folclore nacional sempre fez chacota com o 1º de abril, taxando esta data como dia da mentira.

Recordando um episódio

Tudo aconteceu muito rápido, pois começou no dia 31 de março de 1964, com as tropas militares partindo de Juiz de Fora

em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente deposto. Do Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde Jango se encontrava naquela data, após reunião com assessores mais próximos, militares e civis, foi aconselhado, para se fortalecer, que retornasse a Brasília, sede oficial do Governo. O Presidente estava no Rio de Janeiro desde o dia 30 de março, onde tinha ido prestigiar com a sua presença uma festa do Clube dos Sargentos, que de fato aconteceu na sede do Automóvel Clube.

S. Excia. havia sido aconselhado a não comparecer àquela festa, pois iria causar um mal estar entre os oficiais militares, já insatisfeitos com o seu Governo, e aquele ato público com a sua presença poderia ser considerado como um abalo na hierarquia militar. O ambiente já estava muito tenso e mesmo tendo sido aconselhado a não comparecer, pois sua presença poderia ser o estopim de uma crise maior, Jango compareceu e fez um discurso, também discursou naquela manifestação dos sargentos, o ministro da Justiça, paraibano Abelardo Jurema.

O Presidente Goulart que tinha uma oposição cerrada do Governador Carlos Lacerda, da Guanabara, passou a ser também hostilizado e criticado pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo. Era isso que os militares anti-Jango queriam: apoio dos governadores do eixo São Paulo - Rio Minas, Estados mais importantes da Federação. Para agravar a situação, o ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, em plena crise pediu demissão do cargo, pelo fato de o Presidente não lhe ter atendido, quando solicitara a extinção do CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, condição mínima exigida para garanti-lo no Poder.

De Darcy a Mazzili

Como havia dito anteriormente, tudo se passou muito rápido. No dia 31 de março teve início a marcha dos militares de Minas

para o Rio com a finalidade de depor o Presidente. Em 1º de Abril, dia seguinte, Jango deixa o Rio de Janeiro, indo para Brasília, sede do Governo Federal, tentando se fortalecer, o que não aconteceu. No dia 2 de Abril, em plena crise, o Presidente João Goulart deixa Brasília seguindo para Porto Alegre. Para não caracterizar uma fuga, Darci Ribeiro – Chefe da Casa Civil da Presidência da República - encaminha ofício ao Congresso Nacional com o seguinte teor: “O senhor presidente da República incumbiu-me de comunicar a vossa excelência que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na Chefia do Poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde já se encontra à frente das tropas militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais, com seu Ministério”.

Após terem deixado João Goulart no Aeroporto de Brasília, onde seguiu para Porto Alegre, Darci Ribeiro e Waldir Pires foram a uma emissora de televisão comunicar à Nação que o presidente voaria para o Rio Grande do Sul e não haveria nem suicídio nem renúncia, mas a defesa e a resistência pelo poder legal.

Pouco adiantou o ofício ao Congresso redigido e assinado pelo chefe da Casa Civil, Darci Ribeiro, pois, na sessão conjunta do Senado e Câmara Federal, o senador Auro Moura de Andrade – Presidente do Congresso Nacional - disse que o presidente da República havia deixado a nação acéfala numa hora gravíssima ocorrida na vida brasileira, em que se fazia mister que o chefe do Estado tivesse permanecido à frente do seu Governo. Moura Andrade assim conclui suas palavras “O Presidente da República abandonou o Governo. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República. E, nos termos do art. 79 da Constituição Federal, fica investido no cargo, o Sr. Presidente da Câmara Federal, deputado Ranieri Mazilli. Está encerrada a sessão”.

Consumada sua deposição do cargo, João Goulart, para não ser preso, não teve outra alternativa indo se refugiar no Uruguai,

país vizinho e próximo de onde se encontrava. Seus ministros e assessores mais próximos também tomaram a mesma decisão. Quem não foi para o Uruguai, exilou-se noutro país, aqui citando o ex-ministro Abelardo Jurema que foi para o Peru, ficando lá até ser anistiado.

A interinidade de Ranieri Mazilli na presidência da República durou pouco, pois, após ter sido eleito pelo Congresso Nacional, o general Humberto Castelo Branco assumiu o Governo no dia 11 de abril daquele ano. Foi o primeiro dos presidentes militares, pois depois vieram os generais Costa e Silva, Garrastazu Medici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Momentos dramáticos

A Nação viveu momentos dramáticos com esta mudança radical, que, com a queda da censura, o regime de Governo pós Jango, hoje está sendo chamado de Ditadura Militar.

As consequências vieram de imediato, pois, foram extintos ou ficaram na clandestinidade, órgãos como o CGT, UNE, UBES, Ligas Camponesas, entre outros. Foram cassados os mandatos de muitos políticos, alguns se refugiando noutro país ou submetidos à prisão. Até haver uma reforma na Constituição, as eleições para presidente da República, vice-presidente da República, governadores, prefeitos das capitais e um terço do número de senadores em cada estado, passaram a ser de forma indireta. Políticos com ou sem mandato eletivo, da linha esquerdista, além de alguns líderes sindicalistas e estudantis, bem como alguns professores, jornalistas, simpatizantes declarados do comunismo ou do regime russo-cubano, também foram presos ou no mínimo interrogados. Foram registrados casos de tortura e até mesmo de desaparecimento de algumas pessoas. O efeito anistia fez com que muitos fatos que se passaram naquele período, viessem posteriormente ao conhecimento de todos.

Entre os anos de 1962 e 1971, a Associação Universitária Interamericana – AUI, uma ONG com sede em São Paulo, anualmente, após seleção via currículo e entrevista, levou aos Estados Unidos para um curso de férias (julho) na Universidade de Harvard centenas de universitários brasileiros. Para concorrer a esta bolsa de estudos, o universitário candidato deveria estar no meio do curso e relacionar em seu currículo suas atividades políticas, sociais e culturais. Fui selecionado entre os universitários do Recife, exatamente quando o programa já estava no seu terceiro ano de execução, que foi 1964. Após aceitação do meu currículo juntamente com mais 44 universitários da capital pernambucana, veio a segunda etapa que foi a entrevista para escolher apenas 13 entre os 45 entrevistados, sabendo-se que os demais selecionados viriam do Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Salvador.

O curioso da história foi a Programação com os States que, por pura coincidência a data previamente escolhida pela AUI para entrevistar os universitários do Recife, na Associação Cultural Brasil-EUA, foi exatamente 31 de março de 1964. O entrevistador foi o professor e cientista político Vamireh Chacon, estando presente também um dirigente da AUI. Fui entrevistado no período da manhã, estando todos ali presentes completamente inocentes sobre o que estava acontecendo no país. Fui um dos selecionados, tendo sido para mim uma grande experiência de vida. Entre os conferencistas na Universidade de Harvard, estava o líder Martin Luther King, que tive a oportunidade de conhecê-lo de perto. A programação também contou com dois dias em Washington, onde visitamos a Casa Branca, Capitólio, OEA, túmulo do Presidente John Kennedy, que tinha sido assassinado há poucos meses, estando o país ainda em estado de comoção, com fotos suas espalhadas por todos os recantos. Na capital americana fomos recebidos pelo ministro da Justiça daquele país, Robert Kennedy, irmão do presidente falecido, onde tive a oportunidade

de posar numa foto ao seu lado. O Embaixador do Brasil, Juraci Magalhães, também nos recebeu na sede da Embaixada, ocasião em que nos ofereceu uma feijoada bem brasileira.

Nesta produtiva viagem cultural e turística, passamos quatro dias em Nova York, onde visitamos a sede da ONU e a Feira Mundial que estava acontecendo naquela cidade, onde fizemos uma visita ao stand do Brasil. Lá, tive a oportunidade de me encontrar com o professor de Bioquímica da Faculdade de Medicina do Recife, Marcionilo Lins, meu ex-mestre, que mais adiante seria escolhido Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

Logicamente que a AUI proporcionou aos universitários brasileiros contemplados com esta bolsa, momentos inesquecíveis, tendo alguns, que já tinham vocação política e espírito de liderança, alcançado vôos bem mais altos. Na relação dos contemplados vamos encontrar figuras de destaque na política brasileira, no empresariado, na medicina, nas artes e também no mundo jurídico. Eis alguns ex-bolsistas da AUI: Marco Maciel, Márcio Fortes, Alceu Valença, Ayrton Soares, Aloysio Nunes Ferreira, Celso Mink, Cristovam Buarque, Pedro Malan, Paulo Renato de Souza, Lourival Baptista Filho, Marcondes Gadelha, Roberto Freire, Everardo Maciel, Flavio Bierrenbach, João Alves Filho, José Francisco Rezec, Flavio Arns, João da Mata, Frederico Robalinho, Ricardo Franco Montoro, João Domingos Pessoa Guerra, José Thomaz Nonô, Oscar Araripe, Raul Cutait, entre outros. Na programação de que participei em julho de 1964, dos citados acima foram meus companheiros, Cristovam Buarque, Paulo Malan e João Domingos Pessoa Guerra.

Depois de muitos anos de inatividade, há uns seis anos atrás, a entidade voltou a funcionar. Os cursos de extensão na Universidade de Harvard não mais acontecem, porém, existe uma diretoria de ex-bolsistas com sede em São Paulo, com algumas sub-sedes regionais, inclusive em Recife. Já foi publicado um livro contando essa história, com o prefácio de Marco Maciel, muitas

fotos e a relação de todos, ano por ano, estado por estado, inclusive a profissão daqueles que se formaram, pois, no pós 64, alguns estudantes universitários que participaram do programa foram cassados e não concluíram o curso superior.

Biografia dos Autores

José Octávio de Arruda Mello – Historiador de ofício, com doutorado em História Social pela USP, é professor aposentado pela UFPB e UEPB. Ex-Titular de História do Direito do UNIPÊ e assessor de Difusão Literária da SECULT, pertence aos IHGB, IHGP, APL e Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Entre as inúmeras obras coletivas que coordenou encontra-se *A Paraíba Por Si Mesma* (2012). De autoria isolada a mais conhecida é *História da Paraíba – Lutas e Resistência*, cuja segunda tiragem da 13ª edição foi publicada em 2014.

Victor Raul da Rocha Mello – Filho do casal José Octávio/Amável Targino da Rocha Mello, é empresário, com atuação em setores automobilísticos. Revisor de estudos do Grupo José Honório Rodrigues, estuda Arquitetura no UNIPÊ.

Magna Coeli Soares Cavalcante De Oliveira - Depois de completar o segundo grau no Colégio IPEP, de João Pessoa, concluiu o curso de Direito no UNIPÊ. Assessora da extinta Comissão Editorial do UNIPÊ, secretariou a modelar Revista do UNIPÊ que extraiu quarenta e cinco números em dezessete anos. Fez-se ali coautora do estudo *Um Quase Catálogo do UNIPÊ – Coleção Autônoma* (2006).

Maria de Fátima da Silva Soares – Natural de Araruna onde militou na radiofonia local, concluiu os curso superior e pós-graduação de Letras, por conta do que lecionou no Liceu Paraibano. Assistente Administrativo de Empresas como a Soares de Oliveira, cursa,

presentemente, Direito no UNIPÊ, onde, monitora da disciplina História do Direito, produziu monografias como A Economia nas Constituições Brasileiras de 1824 a 1969 (2013).

Perfil dos Coautores:

Hélio Jaguaribe - Discípulo de San Thiago Dantas, integrou o Grupo da 5ª página do **Jornal do Comércio**, de onde saltou para o Grupo de Itataia e ISEB da fase moderada. Ideólogo da classe média e desenvolvimentismo, lecionou em universidades nacionais e estrangeiras, e compôs vastíssima obra com realce para **Um Estudo Crítico da História** (2 vols. 2001).

Gilvan de Brito - Nasceu em João Pessoa – PB (31.12.1940). É jornalista profissional, advogado, dramaturgo, ensaísta, poeta, escritor e letrista. Titulou-se em Direito pela universidade UNIPÊ em 1983, mas dedicou-se ao jornalismo e escreve em tempo integral. Iniciou atividades na imprensa esportiva (1965-1970).. Trabalhou em todas as funções de um jornal (repórter, redator, chefe de reportagem, diretor de redação, colunista diário, chefe de sucursal, correspondente, editor de política e editor geral (Correio da Paraíba, A União, O Momento, Diário de Pernambuco, Edição Extra e Jornal de Brasília). Integrou o *Clube dos Correspondentes* e exerceu ainda assessoria de imprensa em órgãos públicos: Governo da Paraíba (1970-1998), diretor de comunicação do Funrural (1978-79), diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa da Paraíba, (2000-2002). Em Brasília foi diretor de Serviços (terceiro segmento da economia) e coordenador geral de Planejamento de Turismo do ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), onde ainda instalou o setor de Comunicações (com José Neumanne Pinto e José Madeira) (2002- 2005). Foi ainda secretário parlamentar (inclusive constituinte) da Câmara dos Deputados, em Brasília (1986-2000) e (2004-2008). Escreveu 110 livros, publicou 21 até o momento e

tem oito prêmios literários, dramaturgia e em festivais de música. Produziu, atuou e dirigiu filmes de longa-metragem (2008-2011) e tem 600 letras de música (62 gravadas em 14 discos de Vinil, CD e DVD) com vários parceiros. É membro do Conselho Estadual de Cultura da Paraíba (2012-2013).

Fernando Coelho - Bacharel pela turma de 1955 da Faculdade de Direito do Recife, tornou-se advogado militante, político, administrador e historiador dos mais conceituados. Militante da seção pernambucana do Partido Socialista, foi auxiliar dos três Governos estaduais pernambucanos de Miguel Arraes, em seguida ao primeiro dos quais veio a ser deputado federal pelo MDB, com exercício da vice-liderança da bancada do partido e presidência da seção estadual. Ex-candidato a vice-governador de Pernambuco e diretor do Banco do Nordeste, elaborou dois excelentes livros sobre O golpe de 64, em Pernambuco, no Brasil e Mundo – **Direita Volver – O Golpe de 1964 em Pernambuco** (2004-2012) e **1964 – Golpe de Estado, ditadura e Guerra Fria** (2010).

Francisco de Assis Lemos - Esse depoimento foi prestado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, em 1978, sob a coordenação do cientista político Eduardo Raposo que aparece no texto como E.R. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e deputado estadual, Assis fazia-se a principal liderança das Ligas Camponesas paraibanas, sobre as quais produziu **Nordeste – O Vietnam que não Houve** (1996-2008).

Heitor Cabral - Professor Emérito de Economia da Universidade Federal da Paraíba, economista e advogado, estabelecido em João Pessoa, tornou-se um dos mais ativos e capazes cientistas sociais da Paraíba, a partir dos anos sessenta. Integrante da primitiva equipe do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED),

do Governo Pedro Gondim, exerceu destacados cargos e comissões do setor público, como a direção da CINEP. Assessor da Prefeitura de Santa Rita, durante a gestão Marcos Odilon, agregou-se ao Grupo José Honório e criou, com Francisco Pontes, a Editora Linha D'Água, especializada em livros de Direito.

Wilame Jansen - Esse depoimento, sintetizado a 4 de janeiro de 2013, pertence ao economista, ex-militante do PCB e UBSPT, integrante de autorizada cooperativa de projetos, no Recife, ex-campeão de xadrez. Seu autor se dedicou a extensa obra literária com relevo para **Cajarana da Serra** – De Jânio a Collor (2001).

João Ribeiro Filho - Militante social dos mais dedicados, como sapateiro nas origens, agregou-se ao sindicalismo campinense e pessoense, o que lhe valeu, de 1960 a 64, presidir a Federação Paraibana dos Trabalhadores na Indústria. Formado em Direito, assessorou a Prefeitura de Santa Rita, com autoria de vários livros entre os quais **O Sindicalismo do Meu Tempo** (1999) onde aparece com o pseudônimo de Rildo.

Eilzo Matos - Militante político e cultural sousense, desde os anos cinquenta quando participou das lides sindicais da localidade e da revista **Letras do Sertão**, formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1964, com passagem pelo movimento estudantil desta. Retornando a Sousa, engajou-se na advocacia e no PTB do velho Manoel Gonçalves. Marizista de primeira hora, elegeu-se por duas vezes Deputado Estadual, antes de se converter em Secretário de Segurança do Governo Ivan Bichara. Intelectual, desenvolveu variada obra nos campos da novela, ensaio e teoria política. Estes conduziram-no à Academia Paraibana de Letras da qual se tornou expoente.

Fátima Araújo - Escritora e jornalista, é graduada em Letras, com Licenciatura em Vernáculo e Literatura e bacharel em Comunicação Social, pela UFPB, sendo ainda formada em Espanhol. Fez Especialização em Comunicação Educacional, pela FURNE e já ganhou dois prêmios literários. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, é militante da Imprensa, pesquisadora, redatora, cronista do jornal **Correio da Paraíba** e expositora espírita. Expressando-se também na Crônica de Viagem, fez pesquisas sobre o Egito que lhe renderam dois ensaios no idioma espanhol: **Reyes y Reinas Del Antiguo Egipto** e **El Admirable Tesoro Del Faraón Tutankamón**. Fátima Araújo é autora dos seguintes livros: **Buscando as Flores**, poemas de 1975. **Folhas do Tempo**, contos e crônicas, 1.ed., 1982, 2.ed., 1983. **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba**, ensaio, 1983. **História da API**, Coleção IV Centenário, 1985. **Paraíba, Imprensa e Vida**, p.407, ganhador do Prêmio IV Centenário, 1.ed., 1985, 2.ed., 1986. **História Interpretativa e Jornalismo**, plaquete de posse no IHGP, 1986. **Parahyba 400 Anos**, coletânea de autores diversos, em parceria com o historiador José Octávio de Arruda Mello, 1985. **Santa Rosa, Um Teatro Centenário**, Edições Funesc, 1989. **Antologia de Autores Paraibanos 98**, crônicas, Ed. Caravela, CG, 1998. **Antônio Mariz, a Trajetória de um Idealista**, 1996. **Humberto Lucena, o Verbo e a Liderança**, 1998. **História e Debate na Assembleia Legislativa da Paraíba**, coletânea de autores diversos. V.I, 1996 e V.II, 2002. **Emoções no Egito e na Europa**, Ed. Sal da Terra, 2006, eleito como livro paradigmático e ganhador do Prêmio “Autores Paraibanos – Projeto Alvorada 2007”, pelo Ministério da Cultura. **Santa Rosa, Um Teatro de 120 Anos**, ensaio comemorativo dos 120 anos do Teatro Santa Rosa, A União Editora, 2009.

Leidson Farias - Advogado da turma de 1963 da Faculdade de Direito da UFPB, já militava na Imprensa e Política, como integrante do MTR e da Campanha Langstein Almeida à Prefeitura Campinense. Causídico e militante cultural dos mais conceituados, juntamente com a esposa Celeide Farias, é tema de livro da cronista Clotilde Tavares – **Um Herói do Cotidiano** – Vida e Advocacia de Leidson Farias (2010).

Hilton Gouveia - Jornalista desde 1973, tendo iniciado no Jornal **O Norte** como repórter de cidades, está em **A União** desde 1978, hoje colaborando nas áreas de história e turismo. Atuou em casos policiais históricos, como o Caso Abiaí, o Sequestro do casal Soares de Oliveira e na divulgação do Caso Givanildo, que liderou o Esquadrão da Morte em Guarabira, com saldo de 48 mortes, na década de 1980. Em 1974 foi o primeiro repórter a chegar à denominada Tragédia da Lagoa que matou 38 pessoas. Seu texto e foto foram então apreendidos pelo Exército. E o próprio repórter passou 24h preso, no Primeiro Grupamento de Engenharia. Participou da Equipe de mergulho submarino, que, em 1990, descobriu 36 navios naufragados na Costa da Paraíba e Pernambuco. Foi repórter do **Correio da Paraíba**, atuando na reportagem e editoria de Polícia e turismo.

Alarico Correia Neto - Escritor, jornalista e teatrólogo, acusou passagem por inúmeros jornais e emissoras pessoenses, sempre com destacada participação. Professor do curso de Comunicação da UFPB, assessorou inúmeros setores desta, bem como a FUNESC e o segmento cultural da SEC. Dirigente da Associação Paraibana de Imprensa (API) em diversos mandatos, coordenou de 2013 a 2014 os cento e vinte anos de **A União** ocasião em que organizou, com Juca Pontes, a coletânea **A União 120 Anos – Uma Viagem no Tempo** (2013).

Paulo Conserva - Ex-seminarista, natural de Itaporanga, tornou-se um dos dirigentes da Associação dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil (AFNMB), ocasião em que protagonizou os episódios do texto, recrutados a seu livro **Navegando no Exílio** (Memórias de um Marinheiro), 1991. Preso e excluído da Marinha, amargou o exílio, até ser anistiado na corporação. Jornalista e escritor, é autor do romance **A Revolução de Mugiquí**, além de várias coleções de crônicas.

Astier Basílio - Crítico, poeta e jornalista, militou em diversos órgãos da Imprensa paraibana, entre os quais **Correio da Paraíba** e **Jornal da Paraíba** tendo produzido para este último a reportagem do texto. Representante de segmentos culturais no Festival de Arte de Areia de 2011, notabilizou-se por esmerada entrevista com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicada no **Correio da Paraíba**, de 16 de junho de 2013.

Otinaldo Lourenço de Arruda Mello - Tido como principal renovador da radiofonia paraibana, era diretor do **Rádio Arapuan** em março/abril de 1964. Abdicando dessa militância, aposentou-se como Procurador da Junta Comercial e Professor da UFPB, exercendo, ainda, advocacia empresarial e trabalhista.

Nelson Coelho - Oficial de gabinete do Governo Estadual, em 1964, deixou sobre os acontecimentos que testemunhou vários depoimentos um dos quais incorporado à coletânea **O Jogo da Verdade** – Revolução de 64, 30 Anos Depois (1994). Jornalista militante e por duas vezes diretor de **A União**, onde realizou trabalho de valorização da História, pertenceu ao IHGP.

José Barbosa de Sousa Lima - Bacharel em História pela antiga Faculdade de Filosofia da UFPB, procedeu carreira junto ao jornal **A União** do qual foi redator, secretário e diretor. Jornalista

profissional e representante da Agência Nacional, na Paraíba, tornou-se, em 1964, chefe do Serviço de Imprensa do Palácio da Redenção e, a seguir, Diretor da Secretaria do Palácio da Redenção, durante sucessivos governos.

José Tarcízio Fernandes - Advogado paraibano, ex-professor do ensino médio, técnico da FIPLAN e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Diplomado pela Faculdade de Direito da UFPB, em 1967, em 64 era presidente do Diretório Acadêmico Epitácio Pessoa, ocasião em que protagonizou os episódios relatados nesse candente estudo.

Ramalho Leite - Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da UFPB, em abril de 1964, bacharelou-se, em 1967, após o que empreendeu vitoriosa carreira, na administração pública, política e jornalismo. Secretário da Prefeitura Municipal de J. Pessoa, diretor do Banco do Nordeste e secretário-geral da Assembleia Legislativa, tornou-se deputado estadual e, a seguir, diretor do IPEP e do jornal **A União**. Pertence à Academia Paraibana de Letras.

José Nunes - Jornalista de **A União** e outros órgãos da Imprensa paraibana é também diácono, o que lhe assegura efetiva militância religiosa. Como historiador, pertence aos IHGP e GJHR. Autor de várias biografias entre as quais as de Padre Ibiapina e dom Marcelo Pinto Carvalheira.

Clemente Rosas Ribeiro - Ex-vice-presidente da UNE (1961/1962), o bacharel e economista Clemente Rosas, pertenceu ao PCB e era Procurador da SUDENE em 1964. Desta demitido, tornou-se consultor de empresas até retornar à Superintendência, favorecido pela anistia. Reconhecido poliglota é autor de obras, em cultura regional.

Xico Nóbrega - Francisco Antonio Vieira da Nóbrega, que preparou seu estudo em 2014 possui 61 anos, natural do Rio Grande do Norte, é jornalista cultural e repórter especial da sucursal do jornal *A União* de Campina Grande, onde escreve sobre temas culturais, históricos e comportamentais e ambientais, paraibanos e nordestinos. É especialista na obra de Luiz Gonzaga e um dos profissionais da imprensa brasileira que mais escreveu na imprensa sobre o Rei do Baião. Ex-editor do site do Museu Fonográfico Luiz Gonzaga de Campina Grande-PB, o primeiro do gênero na Paraíba, há décadas se dedica aos estudos temáticos da obra do imortal cantor da *Asa Branca*. No momento finaliza três livros: **O Rei do Baião: 25 Ensaios Ilustrados; Paraíba masculina, muié macho, sim, sinhô; A política e a polêmica do famoso baião de Luiz Gonzaga**, e **Luiz Gonzaga: 150 Obras Comentadas**. O jornalista Xico Nóbrega participa com artigo sobre o baião **Paraíba** no livro **1930: A Revolução Que Mudou a História do Brasil**, organizado por João Marcos L. Santos, Cláudio José Lopes Rodrigues, Inês Caminha Lopes Rodrigues e José Octávio de Arruda Mello, EDUEPB, lançado em Campina Grande/PB, 2007.

Josué Sylvestre - Militante estudantil e, a seguir, da seção paraibana e campinense do Movimento Nacionalista Brasileiro, ao longo dos anos 50/60, distinguiu-se, pelo preparo, entre 1982 e 1993, da série “Fatos e Personagens da História de Campina Grande” retomada com o quarto tomo, em novembro de 2013, pela EDUEPB. Jornalista profissional e Assessor Técnico aposentado do Senado Federal, pertence às Academia Evangélica de Letras do Brasil e de Letras de Campina, sendo ainda sócio correspondente da Academia Paraibana de Letras.

Agnello Amorim - Advogado, professor e esmerado promotor público de Campina Grande, distingue-se, igualmente,

como cronista dos mais estilizados. Discípulo consumado de Aluísio Campos, bateu-se pela regularização das águas do açude Boqueirão, convertendo-se, ainda, em expressão da Imprensa jococrítica, com o jornaleco **O Boi Lucas**.

José Avelar Freire - Professor do Colégio Estadual e integrante de uma das Secretarias Municipais de Alagoa Grande, concluiu curso superior de História na UEPB de Guarabira, em seguida ao que se pôs a publicar artigos e livros a respeito da História de Alagoa Grande. Representante desta junto a eventos da maior significação como o Festival de Areia, é autor, entre outros, do sólido **Alagoa Grande: sua História**, de 1625 a 2000. (2 vols., 2002), adotado nas escolas do município.

Neide Medeiros Santos - Professora adjunta (aposentada) de Teoria da Literatura e Literatura Infantojuvenil da Universidade Federal da Paraíba. É colaboradora do **Correio das Artes** e foi colunista do jornal **Contraponto**. Foi uma das coordenadoras do projeto” Redescobrimo as trilhas de Augusto dos Anjos” (FIC-2008-2010) que resultou em cinco livros publicados sobre o poeta do EU. Escreveu livros na área de Teoria da Literatura e Literatura Infantil. Atualmente é leitora votante e representante na Paraíba da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio - Escritor, jornalista e historiador. Graduado em História e Jornalismo na UEPB é Mestre em História pela UFCG. É Professor substituto da UEPB e professor da Rede Pública Estadual da Paraíba. Membro do Conselho Estadual de Cultura (2012-2014).

Catarina de Oliveira Buriti - Historiadora e jornalista. Graduada em Jornalismo pela UEPB e História pela UFCG, é mestra por esta última instituição. Atualmente é doutoranda em Recursos

Naturais pela UFCG e Assessora de Comunicação do Instituto Nacional do Seminário (INSA).

Ricardo Anísio - Jornalista militante, com passagens por jornais como **O Norte** e **Contraponto** de cujo diretor proprietário é sobrinho, distingue-se como crítico e colunista musical de altíssimo nível. Também discotecário, produziu livros da melhor qualidade como **Dicionário da Música Popular Brasileira**. Em agosto de 2013, representou o segmento musical no Festival de Arte de Areia, com destacada atuação.

Chico Pereira Jr. - Artista plástico, professor aposentado da UFPB, Pró-Reitor de Cultura da UEPB. Foi ligado ao Partido Comunista e membro efetivo do Centro Estudantal Campinense, entidade fundada em 1937, por Félix Araújo, que veio a ser, até seu fechamento pela ditadura, uma das mais importantes vozes pela liberdade de expressão e “escola” de lideranças políticas. Por ele passaram ativistas que vieram desempenhar importantes papéis na política paraibana, a exemplo de Ronaldo Cunha Lima, que chegou ao governo do Estado, e Ivandro Cunha Lima e Ney Suassuna, senadores da República, entre outros parlamentares, prefeitos e figuras de destaque em diferentes funções públicas. Membro da Academia Paraibana de Letras, em 2016, Chico Pereira é ainda autor de Paraíba, Memória Cultural (2014).

Francisco Sales Cartaxo Rolim - Economista e cientista político cajazeirense, hoje radicado no Recife, onde, técnico em planejamento, elabora projetos e presta assessoria a instituições públicas e privadas, inclusive a antiga SUDENE, de cujos quadros se origina, foi secretário do Planejamento do governo paraibano de Ivan Bichara Sobreira (1975/1978) e candidato a prefeito de Cajazeiras, em 1982. Como especialista em Ciência Política, elaborou estudos da melhor qualidade, como **Política nos Currais**

(1979) e **Do Bico de Pena à Urna Eletrônica** (2006), paralelos a funções administrativas exercidas em Pernambuco, algumas das quais junto aos segundo e terceiro governos de Miguel Arraes.

Maria José Teixeira Lopes Gomes - Memorialista. Escreve biografias e história das instituições; pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, à Academia Feminina de Letras e Artes da Paraíba, à Academia Paraibana de Filosofia e à União Brasileira de Escritores, secção da Paraíba. Entre seus inúmeros títulos, um dos mais proeminentes intitula-se **Ditadura na Universidade Federal da Paraíba** (1964-1971): Memória de Professores (2002).

Renato César Carneiro - Professor de Direito Eleitoral da UFPB e UNIPÊ; Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral da Parahyba; Sócio-efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e do Instituto Histórico e Geográfico de Patos/PB; Sócio-efetivo da Academia Paraibana de Letras Jurídicas e autor de obras sobre a História do Voto na Parahyba como **Cabresto, Curreal e Peia** (2009).

Damião Ramos Cavalcanti - Nascido na cidade de Pilar/PB, é professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba. Participou da criação da UEPB em Guarabira, do UNIPÊ e da FIESP em João Pessoa. Hoje, tornou-se membro da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB; da Academia Paraibana de Cinema/APC; da Associação Paraibana de Imprensa/API e da Academia Paraibana de Filosofia/APF. É bacharel, escritor, poeta, cronista e Presidente da Academia Paraibana de Letras.

Washington Rocha - Militante da ala mais extremada do movimento estudantil de grau médio, em 1967/70, quando chegou a ser preso, reviu posições aderindo ao liberalismo iluminista, pelos anos 2000. Nesse ínterim, sempre dedicado ao ensino

pré-universitário, pertenceu a várias ONGs e integrou partidos políticos como o PDT. Presentemente, edita a revista **Rocha**, de larga repercussão nos círculos culturais paraibanos tendo ainda publicado valiosas coletâneas de estudos sociais.

Martinho Campos - Economista e Artista Visual. Ex-presos político. Sequestrado, torturado e encarcerado por duas vezes durante a ditadura: novembro de 1964 a fevereiro de 1966, em Pernambuco e abril de 1972 a janeiro de 1975, em São Paulo. Ex-integrante do SEBRAE, passou a presidente do CORECON, em janeiro de 2014, onde seu mandato expirou em 2016.

Waldir Porfírio da Silva - Psicólogo e advogado, ex-presidente do DCE da URNe (UEPB), militante do PCdoB, ocupou cargos públicos como assessoria do vereador Ivan Freire em Campina Grande, chefia de gabinete dos deputados estaduais Simão Almeida e Zenóbio Toscano, Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Paraíba, Assessor Executivo da PBGÁS, Chefia de Gabinete do Governador Ricardo Coutinho. Como escritor, são de sua autoria os livros **Bandeiras Vermelhas e as plaquetas contendo biografia de João Pedro Teixeira e José Joffily e Anos de Luta**, atualizando a Constituição da Paraíba. Foi titular do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, como representante da qual, produziu o estudo desta coletânea em 2014.

José Morais Lucas - Escritor médico com numerosa obra em livros e revistas da área de sua especialidade, pertence ao Instituto Histórico e à Academia de Letras de Campina Grande. Como integrante do Grupo José Honório Rodrigues, tem incursionado, com sucesso, na área da História Política da Paraíba.

SOBRE O LIVRO

Projeto Gráfico e Editoração | Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Capa | Erick Ferreira Cabral

Foto da Capa | pixabay.com

Fontes Utilizadas | Germano 14 pt
Minion Pro 12

Impressão | Gráfica UEPB